



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JOSÉ MATEUS GUEDES LINS

**OS FIOS DO CONFLITO: OS TRABALHADORES DA COMPANHIA DE TECIDOS  
PAULISTA NA BUSCA POR DIREITOS (1962-1967)**

RECIFE

2024

JOSÉ MATEUS GUEDES LINS

**OS FIOS DO CONFLITO: OS TRABALHADORES DA COMPANHIA DE TECIDOS  
PAULISTA NA BUSCA POR DIREITOS (1962-1967)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Relações de Poder, Sociedade e Ambiente.

Orientador: José Marcelo Marques Ferreira Filho

RECIFE

2024

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Lins, José Mateus Guedes.

Os fios do conflito: os trabalhadores da Companhia de Tecidos Paulista na busca por direitos (1962-1967) / José Mateus Guedes Lins. - Recife, 2024.

245f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

Orientação: José Marcelo Marques Ferreira Filho.

Inclui referências e anexos.

1. Operariado têxtil; 2. Paulista (PE); 3. Companhia de Tecidos Paulista; 4. Ditadura militar; 5. Processos trabalhistas. I. Ferreira Filho, José Marcelo Marques. II. Título.

JOSÉ MATEUS GUEDES LINS

**OS FIOS DO CONFLITO: OS TRABALHADORES DA COMPANHIA DE TECIDOS  
PAULISTA NA BUSCA POR DIREITOS (1962-1967)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Relações de Poder, Sociedade e Ambiente.

Aprovado em: 30/09/2024.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. José Marcelo Marques Ferreira Filho (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Christine Paulette Yves Rufino Dabat (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira (Examinador Externo)  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

*Para minha avó, Noêmia Guedes*

## AGRADECIMENTOS

Escrever esta seção é sempre uma tarefa muito difícil e ao mesmo tempo gratificante. Lembrar de todas as pessoas e instituições que contribuíram para a construção de um trabalho longo e árduo é sempre especial, mas ao mesmo tempo traz a angústia de, porventura, deixar ao esquecimento alguém que tenha contribuído para este trabalho. Portanto, antes de agradecer, peço desculpas por algum possível lapso. Não será por pura vontade, e sim pela limitação da memória de um jovem historiador.

Agradeço primeiramente a minha família, Painho (Givaldo Cezar Lins), Mainha (Mirian Guedes), meus irmãos (Lucas Guedes Lins e Vinicius Lins) e a vovó (Noêmia Rufino), que cotidianamente me incentivaram a concluir este trabalho e sempre me ensinaram a valorizar a educação e o esforço para alcançar meus objetivos.

À minha companheira de profissão e de vida Polyana Lucena, com quem todos os dias aprendo a amar e ser amado, e que pacientemente aguentou os momentos de euforia das novas descobertas e as frustrações inerentes que nos recaem pela vida acadêmica. Por sorte, tive ela ao meu lado por todos os anos desta pesquisa e alguns outros antes, e que eles se multipliquem aos muitos pelo futuro.

Ao meu orientador Prof. Dr. José Marcelo Marques Ferreira Filho, que me guiou atenciosa e pacientemente por todo o decorrer do trabalho, sugerindo, corrigindo e “puxando minha orelha” nos momentos mais complicados. Suas contribuições são inúmeras, desde a indicação de bibliografias relevantes para a temática, até o rigor e objetividade da escrita, por isso, sou eternamente grato.

Aos membros das bancas de qualificação e defesa, Prof<sup>ª</sup> Dr. Christine Paulette Yves Rufino Dabat e Prof. Dr. Thiago Bernardon de Oliveira, que atentamente analisaram a dissertação e sugeriram melhorias e correções, ajudando imensamente no processo de construção e conclusão da pesquisa.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, com quem tive a oportunidade de discutir não só sobre minha pesquisa, mas também sobre as conquistas e dificuldades da vida – pessoal e acadêmica - e os desafios de ser um historiador no Brasil, em especial, Christine Rufino Dabat, Maria do Socorro Abreu e Lima, Antônio Torres

Montenegro, Regina Beatriz Guimarães Neto, Bruno Kawai Melo, Marília de Azambuja Machel, Carlos Miranda e Marcus Carvalho.

Aos amigos e amigas que conheci na universidade e que levei para vida, sempre presentes nos mais diversos momentos da minha trajetória: Caio Ferreira de Azevedo, Yslaine Batista da Silva, Tayane Ferreira de Almeida, Danilo Matheus Araujo, Vitória Paz Barreto, Jurandi Antônio Paula, Manoela Ferrari, Luís Fernando Farias, Marcela D’Henri, David Concerva, Mariana Marques, Ariel Costa, Arthur Victor Barros, Julyana Alves Araujo, Patricia Camilla Moraes, Rosely Bezerra da Silva, Luiz Henrique da Costa, Anny Caroline de Albuquerque, Maria Gabriela de Souza, Luiz Vinicius e muitos outros e outras. Com eles compartilhei carnavais, festas, comemorações, preocupações e conversas, tanto profissionais quanto pessoais.

Aos amigos e amigas que conheci na vida, e que por muito tempo compartilharam meus apereios e vitórias da vida acadêmica e pessoal, em especial a Saulo Benício, Rodrigo Azevedo da Silva, Gabriel Ferreira, Ewerton Guedes Barbosa, Luiz Henrique Gonçalves da Silva, Marcus França, Henrique Cesar Carvalho, Eduardo Carvalho, Heloísa Leão, Eluá Joaquim, Ingrid Barbosa, Larissa Barbosa, Pollyane Luna, Thatiany Lucena e vários outros que porventura não citei, mas que certamente foram importantes em diversos momentos de minha vida.

Aos funcionários e voluntários do Laboratório História e Memória (LAHM), que gentilmente atenderam minhas demandas para a formação do corpo documental de processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de Paulista, alocados e cuidadosamente preservados por toda a equipe.

Aos sindicalistas do Sindicato dos Tecelões de Paulista, Abreu e Lima e Igarassu, antigo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Paulista e Igarassu, em especial ao Presidente Leonardo, o Vice-presidente Edison e o militante Ivanildo Soares, que atenciosamente compartilharam documentos, atas, fotografias e histórias sobre a atuação da instituição durante toda sua existência até os dias atuais.

Ao CNPq pela bolsa de estudo, fundamental para o desenvolvimento de toda a pesquisa.

Por fim, aos operários da Companhia de Tecidos Paulista, por todos os seus anos de luta contra o peso do capital na busca por melhores condições de vida e trabalho, e mesmo em

momentos totalmente desfavoráveis à classe trabalhadora, conseguiram conquistas significativas, e ajudaram a construir a cidade que vivi por boa parte de minha vida.

## RESUMO

A seguinte pesquisa tem como objetivo analisar a atuação dos trabalhadores da Companhia de Tecidos Paulista na busca por direitos no contexto do golpe empresarial-militar de 1964. Inseridos em um complexo sistema de dominação de “fábrica com vila operária”, a classe trabalhadora de Paulista teve diversos aspectos de sua vida controlados pela Companhia, desde o acesso à moradia, emprego e alimentação, até o desenvolvimento de espaços de lazer e sociabilidade. Ao longo de seu fazer-se, a classe operária do Paulista desafiou o comando dos Lundgren – família proprietária da fábrica de tecidos, (e de) quase todo o território da cidade e outros empreendimentos - através da associatividade sindical e organização de movimentos de reivindicação de melhorias. No início dos anos 1960, os operários paulistenses participaram de importantes greves contra a CTP e a falta de aplicação dos direitos trabalhistas pela empresa. Após o golpe empresarial-militar, as reivindicações dos trabalhadores urbanos e rurais foram bruscamente interrompidas pelos aparelhos de desmobilização, controle e repressão instalados. Dessa forma, essa pesquisa está inserida no campo da História Social do Trabalho, e tem como objetivo estudar as contradições entre classe trabalhadora e patronato no período da ditadura militar. Com o raio de ação limitado, a judicialização transformou-se em principal ferramenta para exigências de melhorias do proletariado. Por meio da análise quantitativa dos processos da Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Paulista e de atas de assembleias do sindicato, examinaremos como se desenvolveu a atuação desses operários na Justiça, e de que forma o contexto político e econômico do período modificou as relações de trabalho e abriu espaço para ações danosas da CTP contra seus empregados. Por fim, elencaremos as conquistas alcançadas e os impactos da ação dos trabalhadores na Justiça do Trabalho.

**Palavras-chave:** Operariado têxtil; Paulista; Companhia de Tecidos Paulista; Ditadura militar; Processos trabalhistas.

## ABSTRACT

The aim of this research is to analyze the actions of the workers of the Companhia de Tecidos Paulista in their quest for rights in the context of the 1964 corporate-military coup. Inserted in a complex system of “factory with workers' village” domination, the working class of Paulista had various aspects of their lives controlled by the Companhia, from access to housing, employment and food, to the development of leisure and sociability spaces. Throughout his making, the Paulista working class challenged the Lundgren command - the family that owned the textile mill, (and) almost all of the city's territory and other enterprises - through union membership and the organization of movements to demand improvements. In the early 1960s, paulistenses workers took part in important strikes against CTP and the company's failure to enforce labor rights. After the corporate-military coup, the demands of urban and peasant workers were abruptly interrupted by the demobilization, control and repression apparatuses in place. As such, this research falls within the field of the Social History of Labor and aims to study the contradictions between the working class and employers during the military dictatorship. With its limited range of action, judicialization became the main tool for demanding improvements from the proletariat. By means of a quantitative analysis of Paulista's J.C.J. cases and the minutes of union meetings, we will examine how the actions of these workers in the courts developed, and how the political and economic context of the period changed labor relations and opened up space for harmful actions by the CTP against its employees. Finally, we will list the achievements made and the impact of workers' actions in the Labor Courts.

**Keywords:** Textile workers; Paulista; Companhia de Tecidos Paulista; Military dictatorship; Labor lawsuits.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Mapa de Paulista em 1958 .....	42
Figura 2 — “A sopa”, carro utilizado no recrutamento de operários para Paulista. ....	51
Figura 3 — Visão das duas fábricas de tecidos da CTP em Paulista, s/d.....	55
Figura 4 — Parque instalado no jardim da casa dos Lundgren .....	59
Figura 5 — Policlínica Ana Elizabeth.....	60
Figura 6 — Igreja Matriz de Santa Isabel Rainha de Portugal.....	61
Figura 7 — Passeio na praia de Paulista .....	68
Figura 8 — JOC feminina em frente à Igreja Matriz de Santa Isabel Rainha de Portugal...	107
Figura 9 — Carro utilizado como ambulância pelos membros do Sindicato do Paulista ....	115
Figura 10 — Operário da CTP na seção Bancos. ....	116
Figura 11 — Linha do tempo de greves e paralisações, processos envolvendo a CTP e intervenção sindicais (1962 - 1967).....	137
Figura 12 — Casa e jardim da família Lundgren, no centro do Paulista .....	216
Figura 13 — Mapa das áreas de residência dos operários da CTP .....	223
Figura 14 — Núcleo fabril do Paulista, s/d. ....	224
Figura 15 — Mapa das ruas com casas envolvidas em indenizações de processos trabalhistas (1962-1967).....	227
Figura 16 — Rua com Casas de operários no bairro do Nobre, 1988.....	228
Figura 17 — Chalés para técnicos e gerentes da CTP.....	231
Gráfico 1 — Relação de trabalhadores com e sem carteira assinada por maioria.....	138
Gráfico 2 — Reclamações trabalhistas, Rescisões de contrato, Inquéritos judiciais e Execuções provisórias de operários da CTP - J.C.J. de Paulista (1962 - 1967).....	166
Gráfico 3 — Relação das resoluções dos processos anualmente .....	173
Gráfico 4 — Média do tempo de resolução de processos com recursos e conciliados .....	175
Gráfico 5 — Relação dos montantes solicitados x perdidos em conciliações entre 1962 e 1967 (em Cruzeiros Cr\$).....	177
Gráfico 6 — Presença do sindicato nas reclamações trabalhistas entre 1962 e 1967 .....	181
Gráfico 7 — Relação de resultados nos processos nas diretorias do STIFTPI (1962-1967) .	183
Quadro 1 — Assembleias do STIFTPI entre 1963 e 1964 .....	112

Quadro 2 — Atas de assembleias gerais entre 1966 e 1967.....	119
Quadro 3 — Atas das reuniões da Diretoria e Conselho Fiscal entre 1966 e 1967.....	121
Quadro 4 — Estabelecimentos, seções, cargos e funções de operários da CTP .....	140
Quadro 5 — Lista de venda de terrenos, propriedades ou edificações pela CTP.....	219

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Relação do percentual de processos envolvendo trabalhadores da CTP e de outros empregadores.....	136
Tabela 2 — Motivos das reclamações dos trabalhadores da CTP por ano.....	143
Tabela 3 — Média anual de trabalhadores por reclamação.....	168
Tabela 4 — Crédito obtido pela CTP com a alienação de imóveis entre 1965 e 1968 (em Cruzeiros Cr\$).....	220

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEPE	Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S/A
BNH	Banco Nacional da Habitação
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CGT	Comando Geral do Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONSINTRA	Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CTP	Companhia de Tecidos Paulista
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
DSND	Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento
ESG	Escola Superior de Guerra
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
EUA	Estados Unidos da América
FAD	Fundo Alemão de Desenvolvimento
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FTRP	Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco
HDB-BN	Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional
IAPI	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
JCJ	Junta de Conciliação e Julgamento
JOC	Juventude Operária Católica
LAHM	Laboratório História e Memória
LOC	Liga Operária Católica
MECOR	Ministério Extraordinário para a Cooperação dos Organismos Regionais
MTIC	Ministério do Trabalho Indústria e Comércio
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil

PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SSP/PE	Secretaria de Segurança Pública
STIFTPI	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Paulista e Igarassu
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
USAID	United States Agency for International Development

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>2 AS ORIGENS DA CIDADE DE PAULISTA E A FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA DE CLASSE.....</b>	<b>40</b>
2.1 A FORMAÇÃO DE UM IMPÉRIO ECONÔMICO E OS PRIMÓDIOS DA COMPANHIA DE TECIDOS PAULISTA.....	44
2.2 AS FORMAS DE RECRUTAMENTO E A FORMAÇÃO DO OPERARIADO PAULISTENSE .....	46
2.3 A CONSTRUÇÃO DA VILA OPERÁRIA E O CONTROLE DA COMPANHIA SOBRE A CIDADE.....	53
2.4 A REGIÃO RURAL E A REGIÃO LITORÂNEA: ESPAÇOS INDISPENSÁVEIS PARA O FUNCIONAMENTO DO “SISTEMA PAULISTA” .....	62
2.5 OS SINDICATOS DE PAULISTA E A FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA DE CLASSE .....	69
<b>3 PERNAMBUCO E A DÉCADA DE 1960.....</b>	<b>77</b>
3.1 PERNAMBUCO DE CID SAMPAIO À MIGUEL ARRAES.....	78
3.2 AS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA DE PERNAMBUCO E OS GOVERNOS DE ARRAES E GOULART.....	85
3.3 O GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR E A DITADURA .....	95
3.4 OS TRABALHADORES DE PAULISTA ENTRE 1962 E 1967 .....	106
<b>4 OS OPERÁRIOS DA CTP E A JUSTIÇA DO TRABALHO.....</b>	<b>126</b>
4.1 DISCUSSÃO SOBRE A JUSTIÇA DO TRABALHO .....	127
4.2 OS OPERÁRIOS DA CTP NOS PROCESSOS DA JCJ.....	135
4.2.1 <i>As principais motivações para reclamações por ano entre 1962 e 1967</i> .....	142
4.2.2 <i>Reclamações trabalhistas x Rescisões de contrato</i> .....	165
4.2.3 <i>Resoluções dos processos</i> .....	172
4.2.4 <i>Os impactos da conciliação</i> .....	176
4.3 ATUAÇÃO DO SINDICATO NOS PROCESSOS TRABALHISTAS.....	180
<b>5 O CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DA DITADURA MILITAR E O INÍCIO DO ENFRAQUECIMENTO DO CONTROLE TERRITORIAL DA COMPANHIA .</b>	<b>188</b>
5.1 UTILIZAÇÃO DO CONTEXTO POLÍTICO PELA CTP.....	191
5.2 LIGAÇÕES DA CTP COM O CAPITAL INTERNACIONAL.....	206
5.3 A PERDA DE CONTROLE TERRITORIAL DA CTP ATRAVÉS DOS PROCESSOS TRABALHISTAS.....	215
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>233</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>237</b>

<b>ANEXO A - Exemplo de petição inicial com selo do STIFTPI .....</b>	<b>242</b>
<b>ANEXO B - Exemplo de folha de contracheque de depósito de FGTS no <i>First National City Bank</i>.....</b>	<b>243</b>
<b>ANEXO C – FOTOGRAFIA DE OPERÁRIOS NA SEÇÃO TECELAGEM.....</b>	<b>244</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta é uma história sobre os operários da Companhia de Tecidos Paulista (CTP). Ao decorrer dos anos, os trabalhadores da “cidade das chaminés” desenvolveram diversas estratégias de luta contra o peso do capital que, de forma abrangente, era materializado pelo controle que a fábrica exercia no município.<sup>1</sup> O foco da seguinte pesquisa é analisar as formas dinâmicas de resistência dessa classe trabalhadora entre 1962 e 1967, período que marca uma ruptura política, social e institucional no Brasil, e acentua as diferenças de classe, além de ter o Estado como sujeito político ativo contra o operariado.<sup>2</sup>

Os operários da CTP participaram ativamente dos acontecimentos da década de 1960 e foram afetados diretamente pelo golpe e regime empresarial-militar que perdurou até pelo menos os anos 1990.<sup>3</sup> O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação de Paulista e Igarassu, órgão de classe dos operários do Paulista e principal articulador das greves, sofreu rapidamente a interferência dos militares.

Antes do Golpe, a direção sindical articulava paralisações e greves com reclamações trabalhistas como instrumentos de luta, depois do Golpe, as ações passaram a se desenrolar sobretudo no campo judicial, dada a intervenção militar. Com a impossibilidade de greves massivas – como as que aconteceram no começo da década, principalmente em 1962 e 1963 –

---

<sup>1</sup> A alcunha de “cidade das chaminés” foi amplamente utilizada pelos trabalhadores e moradores de Paulista por suas estreitas ligações com as atividades desenvolvidas pela Companhia de Tecidos Paulista no município. A designação também foi utilizada e analisada na obra de José Sérgio Leite Lopes - amplamente utilizada neste trabalho -, e que demonstra não somente uma vinculação da cidade à fábrica, mas também a subordinação do município à empresa, a qual também analisaremos nas próximas páginas. LEITE LOPES, José Sérgio. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na 'Cidade das Chaminés'**, São Paulo, Editora Marco Zero (coedição com CNPq), 1988. p. 15

<sup>2</sup> Nosso recorte temporal foi escolhido visando viabilizar uma análise que abrangesse aspectos relevantes para a pesquisa nas épocas antes e durante a ditadura militar. Os anos entre 1962 e 1964 foram substanciais para a compreensão do movimento efervescente de reivindicação que se passou em Paulista na década. A partir do golpe empresarial-militar e a intervenção do sindicato, os anos entre 1964 e 1966 foram relevantes para compreender os impactos da interventoria nas lutas por direito. Entre 1966 e 1967, época da retomada do sindicato pelos operários, o surgimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e as negociações das casas operárias pela CTP nos ajudaram a compreender um novo momento de luta para os operários de Paulista. Com o intuito de possibilitar uma análise viável, visto o corpo documental extenso (atas sindicais, jornais e processos trabalhistas), nos limitamos aos anos descritos, mas compreendendo que futuras pesquisas que abordem anos subsequentes serão valorosas para a história dos trabalhadores da cidade

<sup>3</sup> Nossa perspectiva historiográfica sobre o golpe está alinhada com a teoria desenvolvida por René Armand Dreifuss sobre a participação ativa de grupos civis, sobretudo empresariais, na instalação da ditadura militar. Como veremos mais à frente, a própria CTP teve estreitas ligações com a Escola Superior de Guerra e com a tentativa de manipulação das eleições estaduais pelo complexo IPES/IBAD em 1962

os trabalhadores recorreram à Justiça do Trabalho como principal ferramenta na busca por melhorias no ambiente fabril.

Essa instrumentalização do aparelho jurídico é discutida via análise de 1325 processos trabalhistas. Abertos na Junta de Conciliação e Julgamento do Paulista, esses arquivos carregam uma vasta gama de informações sobre o proletariado do município que organizados em série demonstram a judicialização como uma alternativa muito utilizada por esse grupo.

Contudo, é necessário acentuar os limites das ações trabalhistas. Com o principal órgão assistencial sob intervenção, e com um panorama político prejudicial aos trabalhadores que buscavam seus direitos, a via legal por vezes não se demonstrava tão efetiva, pois a judicialização do conflito nem sempre garantia a vitória. Na prática, o que se observa é uma série de descumprimentos aos direitos dos trabalhadores, por parte dos empregadores e uma tendência conciliadora dos tribunais. John French nos demonstra a propensão do judiciário aos acordos:

Além disso, a história não era muito mais promissora para aqueles trabalhadores que, de boa-fé, levavam suas queixas aos tribunais do trabalho. Ineficiência administrativa, tribunais superlotados e uma tendência para a “conciliação” frequentemente produziram o que pode ser denominado de “justiça com desconto”. Mesmo quando ganhava um caso legal, por exemplo, um trabalhador brasileiro era forçado a um acordo com seus patrões, obtendo um valor muito menor do que o inscrito em seus direitos legais, caso contrário teria de enfrentar atrasos intermináveis devido aos apelos da empresa – que algumas vezes se estendiam por até 12 anos. E, durante aquele período, o dinheiro que o trabalhador havia ganho desaparecia porque, até o final dos anos 60, o montante eventualmente ganho não era corrigido monetariamente.<sup>4</sup>

Além da ineficiência da Justiça do Trabalho, John French evidencia a importância da construção de uma consciência legal dos trabalhadores que, mesmo passando por uma descrença no aparelho legislativo como efetivo solucionador de conflitos, estabelece as condições para a mobilização da classe trabalhadora na conquista por direitos.<sup>5</sup>

Essa perspectiva nos é bastante cara. Sendo o período histórico de nossa pesquisa um momento de limitação da ação reivindicatória do operariado, a via judicial transforma-se em palco principal de luta. A ação dos trabalhadores na Justiça no período, mesmo não trazendo significativas melhoras para a situação de exploração, teve importante papel simbólico na construção da ideia de movimentação na busca por direitos, mesmo que limitada.

---

<sup>4</sup> FRENCH, John D. **Afogados em Leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 19.

<sup>5</sup> *ibid.* p. 67.

Ao longo das páginas que se seguem, procurarei demonstrar que os operários da CTP estavam interligados com os acontecimentos relevantes da vida política brasileira da década de 1960. Além de ser uma classe amplamente atingida pelo aparato repressivo da ditadura militar, é possível demonstrar que os empregados da Companhia desenvolveram estratégias para lutar por seus direitos durante o período político desfavorável.

Mas a dificuldade de mobilização não foi uma novidade para o proletariado do Paulista. Por anos os trabalhadores da CTP estiveram submetidos ao forte controle que a fábrica exercia sobre o município desde a criação da cidade, que teve sua independência atrelada a construção do complexo industrial. Extrapolando o âmbito da disciplina fabril, outros fatores contribuíram para que um único grupo empresarial controlasse quase que totalmente um vasto território dentro do estado de Pernambuco.

Configurando-se como um caso peculiar no contexto operário pernambucano, a Companhia de Tecidos Paulista foi uma das fábricas têxteis mais expressivas do estado, chegando a ser, inclusive, a maior da América Latina entre os anos 1930 e 1950. Baseada no controle da mão de obra fabril e pela cessão de casas aos trabalhadores, a CTP estabeleceu com o passar dos anos um sistema de dominação do proletariado do Paulista que excedia a disciplina no interior da fábrica.

Fundada em 1891 a CTP foi construída inicialmente nas terras da Usina Timbó, no lugar de uma antiga fábrica de fiação em Olinda.<sup>6</sup> Após o falecimento de Herman Lundgren, em 1907, o controle acionário passou para os principais herdeiros, Arthur Lundgren e Frederico Lundgren, que ficaram responsáveis pela Companhia e pelos demais empreendimentos do pai. Em 1908 foram criadas as Lojas Pernambucanas, principal via de comercialização da produção da CTP.

Os anos que se seguiram foram marcados pela expansão territorial dos empreendimentos, principalmente a vila operária criada para comportar seus empregados. O entorno das fábricas – Velha e Aurora - foi moldado para criar um ambiente onde trabalho e vida privada fossem indissociáveis. Efetivamente, a construção de inúmeras casas e o poderio econômico dos Lundgren criou a ocasião perfeita para a independência da cidade do Paulista que, até 1935, era distrito de Olinda.

---

<sup>6</sup> CAVALCANTE, Maria Clara da Silva. **O (re)fazer da cidade: usos e apropriações do espaço urbano de Paulista-PE**. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife – 2017 p. 26.

Durante o apogeu da Companhia, toda a vida social era controlada pela fábrica. Desde o acesso à moradia, alimentação e lazer até a assistência médica estava atrelada totalmente à CTP.<sup>7</sup> A moradia era subordinada ao exercício em algum setor da fábrica ou em atividades essenciais ao seu funcionamento. A feira da cidade tinha seu abastecimento e comércio estritamente controlado. Os clubes e parques públicos foram construídos em terras de propriedade da empresa. A única clínica do município foi erguida pela Companhia nos anos 1950 por ocasião de um surto de tuberculose que acometeu os moradores.<sup>8</sup> Até mesmo o prédio em que foi construído o sindicato de classe foi negociado com os empresários.

A construção do grandioso “império” da CTP se valeu especificamente da exploração do operariado têxtil à baixo custo. Assim que foram inseridas na “cidade das chaminés”, numerosas famílias recrutadas de diversas partes do estado eram rapidamente apensadas ao quadro de funcionários da fábrica. Todos eram aproveitados em diversas atividades de acordo com faixa etária e sexo, como demonstra Rosilene Alvim:

Os membros da família que não interessam à produção fabril, segundo os critérios da administração, são aproveitados em outras ocupações, de forma que é progressivamente construída a prática de se dar uma função aos velhos, tanto em trabalhos acessórios à atividade fabril, quanto através da concessão de roçados que melhoram o consumo doméstico, seja através do autoabastecimento, seja através de um comércio vicinal, seja aumentando a oferta de alimentos na feira semanal de Paulista.<sup>9</sup>

O recrutamento de famílias inteiras – na maioria das vezes do interior de Pernambuco ou de estados vizinhos - para a CTP garantiu que rapidamente a empresa suprisse sua necessidade de mão de obra abundante e a baixo custo. Aliado à um forte controle dos recursos naturais (rios, matas e terras) e ao acesso à serviços básicos como saúde, educação e lazer, o “sistema Paulista”<sup>10</sup> foi eficiente em criar um ambiente com disponibilidade de força de

<sup>7</sup> Produções sobre a temática trazem depoimentos de ex-operários e trechos de jornais da época, demonstrando esse controle dos Lundgren sobre o acesso a comida e moradia. Ver: ALVIM, M. R. B. LEITE LOPES. Uma memória social operária forte diante de possibilidades difíceis de patrimonialização industrial. **Livro Eletrônico do II Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia MAST-MCT** (2009).

<sup>8</sup> NEVES, A. M. L. Os desafios enfrentados pelos trabalhadores da companhia de tecidos paulista no acesso aos serviços públicos, em meio a um sistema de fábrica com vila operária (1940-1950). In: **30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil**, 2019, Recife. Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil, 2019. p. 5

<sup>9</sup> ALVIM, M. R. B. **A Sedução da Cidade: Os Operários-Camponeses e A Fábrica dos Lundgren**. 01. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1998. p. 12.

<sup>10</sup> Essa denominação foi desenvolvida por José Sérgio Leite Lopes para designar a estrutura estabelecida pela CTP para a garantir o controle sobre o operariado, o funcionamento e expansão da Companhia no município: “A denominação de “sistema Paulista”, através da qual acabei designando etnograficamente a variante da forma de dominação fábrica-vila operária aqui estudada, segue por um lado a tradição das denominações usuais na literatura a respeito desta conjugação da fábrica com a moradia anexa de sua propriedade, de “cottage-system” e “sistema de caserna” (cf. Engels, 1969, pgs. 63-64 e Leite Lopes, 1979, pgs. 43-44); e, por outro lado, aponta para uma estrutura de relações que se estabelece, no caso da fábrica e da vila operária de Paulista, envolvendo sob um mesmo controle centralizado a produção fabril, o domínio da moradia e da cidade, a produção agrícola da retaguarda

trabalho barata, e ligada diretamente à fábrica pela concessão da moradia em locais muitas vezes desconhecidos para esses trabalhadores.<sup>11</sup>

A construção de um espaço voltado ao trabalho por uma única empresa que detinha o capital econômico suficiente para comprar uma cidade inteira criou, com o passar dos anos, um território condicionado ao seu controle, onde os trabalhadores, imobilizados pelas relações de trabalho e de submissão, compunham na “cidade das chaminés” o que o historiador Thomas Rogers chamaria de uma paisagem do trabalho,<sup>12</sup> a imponência de um império industrial.

O tempo de domínio absoluto da CTP coincide com o período de inexistência de associatividade sindical até os anos 1930.<sup>13</sup> Com reconhecimento do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Paulista e Igarassu (S.T.I.F.T.P.I.) em 1942 pelo Ministério do Trabalho e a Consolidação da Leis do Trabalho (CLT) em 1943, foi iniciado um processo de conflitos entre a classe operária e o empresariado na cidade.<sup>14</sup> Com a criação da CLT, documento que regulamentou os direitos dos trabalhadores e a estruturação de uma Justiça do Trabalho, a mobilização realizada pelo órgão de classe conseguiu uma nova ferramenta de luta para os anos posteriores.

Com um sindicato formado e a Justiça do Trabalho como via reivindicatória, o operariado de Paulista nos anos 1940 e 1950 começou gradativamente a se afirmar em duas linhas de ação: as reclamações trabalhistas e os movimentos de luta por meio de paralisações e greves. Utilizando do aparelho legislativo a seu favor, e com a instalação da Vara do Trabalho e posteriormente da Junta de Conciliação e Julgamento de Paulista (J.C.J.) em 1954, os

---

territorial da fábrica e a circulação mercantil dos bens de consumo dos operários sob a forma de uma feira administrada. Além disso, esta estrutura de relações sociais contém a promoção e administração de atividades médicas, religiosas e recreativas, e também uma numerosa milícia particular garantindo o "governo local de fato" da companhia sobre estas múltiplas atividades.” LEITE LOPES, José Sérgio. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na 'Cidade das Chaminés'**, São Paulo, Editora Marco Zero (coedição com CNPq), 1988. p. 21.

<sup>11</sup> Leite Lopes faz uma extensa discussão sobre os aspectos que criaram uma singularidade específica para os modos de exploração e imobilização da classe trabalhadora do Paulista. Em sua primeira parte da tese, o autor elenca principalmente o acesso à moradia como um dos fatores cruciais dessa imobilização dos operários. Ver: LEITE LOPES, José Sérgio. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na 'Cidade das Chaminés'**, *op. cit.* p. 31-262.

<sup>12</sup> ROGERS, Thomas D. **As feridas mais profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no nordeste do Brasil**. 01. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

<sup>13</sup> LEITE LOPES, José Sérgio. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na 'Cidade das Chaminés'**, *op. cit.* 203

<sup>14</sup> Nos anos 1930 há uma tentativa de criação de uma associação encabeçada por Roberto do Diabo, importante militante e operário da CTP. Por problemas diversos de desmobilização dos operários pela companhia e não reconhecimento do sindicato pelo ministério do trabalho, o mesmo teve suas atividades por menos de 1 ano. O intento frustrado da criação de um órgão de classe no município não deixou de influenciar simbolicamente os trabalhadores sobre uma possível fragilidade da empresa frente a um operariado organizado. Ver: LEITE LOPES, José Sérgio. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na 'Cidade das Chaminés'**, *op. cit.* p. 205-262.

empregados da CTP iniciaram numerosas ações trabalhistas individuais em paralelo com os movimentos paredistas e os dissídios coletivos de classe.<sup>15</sup>

As estratégias de mobilização do operariado do Paulista também foram afetadas por um outro fator: a interferência política da CTP no sindicato. Com a interdição de diversos sindicatos a partir de 1947, o órgão de classe do Paulista ficou sob a administração de presidentes alinhados ao interesse da Companhia. Foi somente com a retomada de Vargas no poder em 1951, e com as novas eleições sindicais no mesmo ano, que a associação em Paulista se libertou da influência política da empresa, mesmo após um episódio de manipulação das eleições e a administração ter sido entregue a uma junta governativa, que tinha bem menos proximidade com a diretoria da fábrica. A partir de 1951 as ações trabalhistas se multiplicam e os movimentos de pressão contra a CTP se intensificam, com paralisações pontuais de setores e greves massivas como as de 1952.<sup>16</sup> Esse movimento se tornou uma constante nos anos seguintes e durou até o começo da década de 1960, quando ocorreu uma troca na diretoria do sindicato e o movimento de greves tomou impulso de forma singular em Paulista.

Historicamente, a classe trabalhadora em Pernambuco teve forte expressão nos movimentos reivindicatórios por melhorias de direitos nos âmbitos urbanos e rurais. Tal expressão foi tão significativa que despertou a atenção de diversos atores políticos para a efervescência dos pernambucanos na década de 1960. A Aliança para o Progresso, em conjunto com as atividades exercidas pela Escola Superior de Guerra (ESG), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), tentaram exercer dentro do estado sua influência para conter uma nova revolução aos moldes de Cuba em 1959.

Logo no início da década, após uma série de reportagens do The New York Times retratando a miséria do povo e com tom sensacionalista sobre a atuação das Ligas Camponesas, Pernambuco chamou bastante atenção dos Estados Unidos, que consideraram o estado como o

---

<sup>15</sup> Anna Maria Litwak Neves fez um levantamento das ações impetradas pelos trabalhadores na J.C.J. de Paulista entre 1950 e 1952 totalizando mais de 2.000 processos, sendo 800 reclamações somente de operários da CTP. que versam sobre despedidas injustas, alterações unilaterais de contrato de trabalho e outras motivações (211 em 1950, 439 em 1951 e 150 em 1952). VER: NEVES, Anna Maria Litwak. **“O DIREITO QUE TEMOS É O DE MORRER DE FOME”**: os operários da Companhia de Tecidos Paulista e a busca por direitos na Justiça do Trabalho (1950-1952). Dissertação (Mestrado em História) – UFPE. Recife, 2019 p. 72. No Laboratório História e Memória (LAHM), núcleo responsável pela salvaguarda dos processos individuais do TRT 6ª Região, os processos entre 1943 e 1949 envolvendo trabalhadores da CTP chegam a cerca de 1204, sendo 20 em 1943, 110 em 1944, 69 em 1945, 103 em 1946, 99 em 1947, 252 em 1948 e 551 em 1949

<sup>16</sup> LEITE LOPES, José Sérgio. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na 'Cidade das Chaminés'*, *op. cit.* p. 374-407.

centro do comunismo no Brasil.<sup>17</sup> A priori, o foco dos americanos voltou-se principalmente para as ações de Francisco Julião e das Ligas Camponesas. Com o passar dos anos os tentáculos estadunidenses se concentraram também na influência política no Brasil, principalmente via governadores, e nas eleições para o executivo.

Certamente a instituição americana mais atuante no estado foi o IBAD. Influenciando de forma intensa a política pernambucana, o Instituto foi responsável pela distribuição massiva dos dólares americanos para manipular tanto a opinião pública, quanto às eleições de 1962, onde a disputa se deu entre os candidatos Miguel Arraes do PST, e João Cleofas da UDN, favorecido pelo dinheiro estadunidense.<sup>18</sup> A manipulação da eleição para o executivo Pernambuco se deu principalmente a partir de um convênio entre diversos empresários do estado, inclusive a CTP dos Lundgren.<sup>19</sup>

Para além da influência nas eleições, o complexo IPES/IBAD também foi responsável por uma tentativa de angariar apoio político no meio rural. Distribuindo artigos de primeira necessidade para os trabalhadores rurais como enxadas e lanternas, além da criação de postos estratégicos no interior do estado. O objetivo era tentar minar a influência política das Ligas Camponesas no interior.

Com a eleição de Miguel Arraes no pleito de 1962, e após as denúncias de diversos governadores sobre a tentativa de modificar os resultados das eleições, o IPES e o IBAD foram investigados por uma CPI nacional que evidenciou a distribuição de milhares de dólares para candidatos conservadores em estados estratégicos no Brasil, para diversos cargos, entre deputados estaduais e federais, governadores e senadores, como demonstra Dreifuss:

Quando finalmente houve as eleições de outubro de 1962, a elite orgânica, por intermédio da rede IPES/IBAD/ADEP/ADP/Promotion S.A. havia financiado 250 candidatos a deputado federal, 600 a deputado estadual, 8 a governos estaduais e vários senadores, prefeitos e vereadores. Mais de um terço da Câmara de deputados veio a ser beneficiada com tal apoio. De um total de 110 parlamentares, cujo mandato dependia de financiamento da rede IPES/IBAD/ADEP que, em troca, comprava à posição de cada um contra as reformas estruturais reivindicadas pelo Executivo nacional-reformista, 46 pertenciam à UDN, 57 ao PSD, 5 ao PRP, 5 ao PTB, 4 ao PTN, 4 ao PSP, 3 ao PDC, 3 ao PR. um ao PL, um ao PRT e um ao MTR.<sup>20</sup>

<sup>17</sup> BARROS, Arthur Victor. “A pobreza como estopim da revolução”: a Aliança para o Progresso em Pernambuco (1959-1964). Dissertação de mestrado. Recife, fev. 2017. p. 62.

<sup>18</sup> PAGE, Joseph. *A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972. p. 142.

<sup>19</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classes*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1981. p. 331.

<sup>20</sup> *ibid.*

O reflexo das denúncias dos governadores contra o IPES e o IBAD foi a gradativa diminuição na atividade pública dos dois órgãos. O escritório do IBAD em Recife foi fechado após a vitória de Miguel Arraes, mas as ligações internacionais para influenciar na política pernambucana permaneceram.<sup>21</sup> As formas de interferência continuaram com as atividades da ESG e, principalmente, com a influência dos empresários e de setores da sociedade civil na construção de uma narrativa de perigo comunista no país.

Em paralelo a esse movimento o Brasil passava por uma série de manifestações populares. Os anos de 1962 e 1963 são marcantes no cenário político brasileiro e a luta dos trabalhadores no país ganha ainda mais força. As ações em nível nacional e estadual se fortaleceram principalmente por influência dos recorrentes debates sobre a importância das Reformas de Base em todo o país. O panorama político em Pernambuco também tomava corpo pelas ações das Ligas Camponesas no contexto rural, e pela ação política da Frente do Recife no contexto urbano.

A greve geral de julho de 1962 recebeu amplo apoio dos trabalhadores pernambucanos.<sup>22</sup> Em Recife, o 5 de julho foi marcado pela paralisação de empregados de diversos setores como os de transportes, dos portos e de fábricas diversas em toda a região metropolitana, de forma total ou parcial.<sup>23</sup> A greve teve importante impacto político. Seu principal resultado foi a criação da lei do 13º salário uma semana após as paralisações.<sup>24</sup> No Paulista, os trabalhadores interromperam suas atividades no dia 11 de julho, reivindicando aumento salarial para as seções de fiação e tecelagem, com uma adesão de mais de 1.500 funcionários, tendo seu fim no dia 14 de julho após o atendimento total das melhorias.<sup>25</sup>

Em setembro de 1962, a Greve Geral do Plebiscito foi deflagrada. Convocada pelo recém-formado Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o movimento foi menos expressivo que o de julho, mas com forte adesão em diversos estados, inclusive em Pernambuco por meio do Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco (CONSINTRA). Como principal resultado, o Congresso Nacional determinou a data do plebiscito para seis de janeiro

<sup>21</sup> PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)**. *op. cit.* p.145

<sup>22</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)**. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 189.

<sup>23</sup> MELO, D. B. A primeira greve nacional da classe trabalhadora brasileira: 5 de julho de 1962. **Revista Mundos do Trabalho**(online), v. 8, p. 131-147, 2017. p. 140.

<sup>24</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Um ano memorável de lutas e conquistas: trabalhadores urbanos de Pernambuco em 1963**. Recife – 2017. p. 21.

<sup>25</sup> LEITE LOPES, José Sérgio. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na 'Cidade das Chaminés'**. *op. cit.* p. 441.

de 1963, e Goulart formou um Conselho de ministros provisórios o que, na prática, significava um governo sob sua direção.<sup>26</sup>

Na eleição para o executivo estadual, o confronto entre Miguel Arraes e João Cleofas foi marcado por uma disputa de narrativas entre os candidatos. Cleofas com apoio dos americanos e de um setor da igreja católica apostava em estratégias de acusações caluniosas contra Arraes, associando o candidato com o “comunismo ateu” através de diversos meios de comunicação. O prefeito do Recife investiu no antiamericanismo que predominava em setores da sociedade recifense, e que era apoiado por alguns políticos como o candidato ao senado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) José Ermírio de Moraes, empresário e grande financiador da sua campanha.<sup>27</sup>

Com a vitória de Arraes para governador, e a eleição de Francisco Julião como deputado federal, o ano seguinte seria marcante para a classe trabalhadora pernambucana.

Em 1963, as mobilizações reivindicatórias ganharam força no estado. Os primeiros meses foram marcados por paralisações de diversos setores em toda a região metropolitana, incluindo os transportes, metalúrgicos, gráficos e têxteis. Os protestos buscavam a regularização de pagamentos atrasados e melhorias na remuneração. Em grande maioria, os movimentos tiveram a organização sindical como principal via mobilizadora, e as respostas do patronato e do Estado foram de repúdio e até mesmo de violenta repressão, como foi o caso da manifestação dos ferroviários em maio, que deixou nove feridos nos confrontos entre grevistas e policiais.<sup>28</sup>

Em Paulista, 1963 ficou marcado como o ano da maior greve que os operários protagonizaram no município. Mais de 3.500 funcionários paralisaram suas atividades reclamando um ajuste salarial de 70% sobre a remuneração de 1962 e a criação de uma tabela de preços sobre a produtividade dos itens em cada setor da fábrica. Após uma semana de parede o movimento saiu vitorioso, conseguindo o aumento e a cláusula de transparência das letras, alçando a greve como um dos movimentos mais bem organizados e efetivos pelo operariado da CTP, de acordo com os relatos de ex-empregados.<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Um ano memorável de lutas e conquistas: trabalhadores urbanos de Pernambuco em 1963**. *op. cit.* p. 17.

<sup>27</sup> PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)**. *op. cit.* p. 141.

<sup>28</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Um ano memorável de lutas e conquistas: trabalhadores urbanos de Pernambuco em 1963**. *op. cit.* p. 23.

<sup>29</sup> LEITE LOPES, José Sérgio. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na 'Cidade das Chaminés'**. *op. cit.* p. 450.

O segundo semestre de 1963 seguiu com paralisações massivas, a exemplo das que os têxteis de Recife, Cabo, Camaragibe, Timbaúba, Escada e Ribeirão protagonizaram, contando com a participação de mais de 15 mil tecelões. Também foi nesse período que as respostas patronais surgem de forma mais agressiva, com notas que defendiam a ilegalidade das manifestações e relacionando-as com uma possível implantação do comunismo no estado.<sup>30</sup>

O ano seguinte marcaria a história do Brasil de forma definitiva. Com o golpe empresarial-militar de março de 1964, as efervescentes manifestações de 1963 foram paralisadas. Em Pernambuco, a repressão caiu rapidamente sobre a população, com civis, sindicalistas, militares e políticos presos nas primeiras horas após o golpe.<sup>31</sup> Somente em 1964, mais de 450 sindicatos em todo o país sofreram intervenção da ditadura, tendo suas lideranças afastadas ou presas pelo regime.<sup>32</sup> O sindicato dos tecelões do Paulista foi afetado da mesma forma, com o afastamento do presidente, passando a ser administrado por um interventor do trabalho até 1966 quando novas eleições são convocadas.

Para além das intervenções sindicais, outro fator colaborou para a dificuldade na articulação dos trabalhadores: o fortalecimento do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Uma das principais estratégias deste órgão junto aos industriários de Pernambuco foi a criação de um fichário que se comunicava diretamente com a Secretária de Segurança Pública (SSP/PE). O arquivo continha informações detalhadas sobre empregados que possivelmente tivessem relação com atividades consideradas “subversivas”.<sup>33</sup>

A ditadura empresarial-militar rapidamente criou um corpo legislativo para o controle sindical e arrocho salarial. A leis nº 4.330, de 1 de julho de 1964,<sup>34</sup> e a nº 4.725, de 13 de julho de 1965<sup>35</sup> elaboraram uma série de empecilhos para mobilização de trabalhadores e para a

---

<sup>30</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Um ano memorável de lutas e conquistas: trabalhadores urbanos de Pernambuco em 1963.** *op. cit.* p. 30.

<sup>31</sup> RICARDO, Arleandra de Lima. **As cassações dos direitos trabalhistas em Pernambuco em 1964: estudo de caso de pessoas comuns atingidas pelo 1º Ato Institucional na região de Jaboatão dos Guararapes.** in SILVA, Marcília Gama da (Org.); SOARES, Thiago Nunes (Org.). Pernambuco na mira do golpe, volume 3: mundos do trabalho e dos trabalhadores. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. v. 3. p. 79.

<sup>32</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis: Vozes, 1985. 3ª ed. p. 244.

<sup>33</sup> SILVA, Marcília Gama da. **O cruzamento de fontes da Justiça do Trabalho e do DOPS-PE: a pesquisa em diferentes artefatos históricos e a representação da luta da classe trabalhadora.** In: SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Tiago Nunes. (Org.). Pernambuco na mira do golpe, volume 3: mundos do trabalho e dos trabalhadores. 1ed.Porto Alegre - RS: Editora Fi, 2021, v. 3, p. 28.

<sup>34</sup> BRASIL. Lei nº 4.330, de 1 de julho de 1964. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 3 jun. 1964, Seção 1, p. 4713.

<sup>35</sup> BRASIL. Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 13 jul. 1965, Seção 1, p. 6561.

impetração de dissídios coletivos. Já as leis nº 15, de 29 de julho de 1966,<sup>36</sup> e nº 17, de 22 de agosto de 1966,<sup>37</sup> criaram uma série de normas para o aumento salarial dos trabalhadores, o que, na prática, significou o congelamento salarial durante o período. A lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)<sup>38</sup> foi elaborada com dois sentidos claros: facilitar a demissão de trabalhadores e impossibilitar o ganho da estabilidade pelos mesmos. O Estado se tornava sujeito ativo contra a classe trabalhadora.

Nesse panorama totalmente desfavorável ao proletariado, nossa pesquisa busca evidenciar as estratégias utilizadas pelo operariado da CTP durante a ditadura militar, em busca de melhorias e direitos. Tendo como principal palco a Justiça do Trabalho, os empregados da fábrica se valeram desse instrumento legal para resistir a exploração e as irregularidades que a CTP desempenhou dentro e fora do ambiente fabril.

O recorte temporal desta pesquisa são os anos 1962 até 1967, momento marcado por uma série de rupturas significativas nos contextos político e social a nível nacional e local. O Golpe e o regime empresarial-militar romperam bruscamente a efervescência dos movimentos sociais do início da década criando um cenário político adverso àquele que valorizava a participação política dos trabalhadores.

Longe de ser apenas um estudo de caso, nosso objetivo foi inserir dentro da rede de acontecimentos marcantes na década o operariado da CTP. Também almejamos demonstrar que mesmo com as singularidades inerentes aos trabalhadores de Paulista, a opção pela judicialização de conflitos, aderida com maior vigor durante a ditadura, foi de comum utilização por diferentes grupos proletários em todo o Pernambuco.

Nosso grande desafio é demonstrar que a classe trabalhadora do Paulista está inserida de forma significativa na lógica capitalista de produção, e desenvolveu, com o passar dos anos, estratégias eficientes contra a exploração desempenhada pela classe patronal. Foi através do desenvolvimento de uma consciência de classe, por meio da interação entre trabalhadores no chão das fábricas e nos órgãos de classe que se desenvolveu igualmente, como entre outros grupos, formas específicas de luta por melhorias.

---

<sup>36</sup> BRASIL. Lei nº 15, de 29 de julho de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 29 jul. 1966, Seção 1, p. 8667.

<sup>37</sup> BRASIL. Lei nº 17, de 22 de agosto de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 22 ago. 1966, Seção 1, p. 9660.

<sup>38</sup> BRASIL. Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 13 set. 1966, Seção 1, p. 10587.

A produção bibliográfica sobre os operários da CTP focou principalmente em estudos acerca dos trabalhadores na Justiça do trabalho e sobre os mecanismos de dominação que a fábrica exercia sobre sua mão de obra, mas tem dado pouca atenção à atuação desse grupo durante a ditadura militar.<sup>39</sup> Sendo assim, julgamos necessário uma pesquisa que articule de forma abrangente a atuação do operariado de Paulista com todo o panorama político dos anos 1960 e seus demais atores, além da ligação do empresariado do município com a elaboração do golpe e com o capital internacional presente no estado.

Almejamos assim contribuir para a historiografia atual do mundo do trabalho em Pernambuco com uma pesquisa de recorte espacial e temporal pouco explorados. Com singularidades inerentes ao “sistema Paulista” e seus trabalhadores, e inseridos em uma temporalidade repleta de adversidades, a seguinte dissertação busca colaborar com a produção bibliográfica sobre as formas de resistência de trabalhadores em períodos onde o Estado, utilizando de diversos artifícios, dificulta a organização e ação da classe trabalhadora.

O estudo aprofundado sobre o panorama político e econômico ao qual os trabalhadores da Companhia de Tecidos Paulista estavam submetidos, foi de extrema importância para esta dissertação. Como caso singular e cheio de particularidades, a construção da cidade de Paulista, como vila operária dentro das dependências da CTP, exige um amplo arcabouço bibliográfico sobre o tema.

O livro *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na “Cidade das Chaminés”* de José Sérgio Leite Lopes contribuiu valiosamente para a nossa pesquisa. Contendo uma análise minuciosa da situação dos trabalhadores da CTP e da influência do sindicato dos tecelões na busca por direitos trabalhistas, Leite Lopes aborda tanto a relação dos Lundgren com os operários, quanto o processo de construção dos sindicatos e suas atividades nas reivindicações das décadas de

---

<sup>39</sup> Pesquisas como as de Anna Maria Litwak Neves demonstram os operários da CTP na Justiça do Trabalho com um recorte temporal voltado ao início dos anos 1950, e os demais trabalhos sobre a dificuldade de acesso a serviços básicos como os de saúde. Ver: NEVES, Anna Maria Litwak. **“O DIREITO QUE TEMOS É O DE MORRER DE FOME”**: os operários da Companhia de Tecidos Paulista e a busca por direitos na Justiça do Trabalho (1950-1952). Dissertação (Mestrado em História) – UFPE. Recife, 2019, e NEVES, A. M. L. Os desafios enfrentados pelos trabalhadores da companhia de tecidos paulista no acesso aos serviços públicos, em meio a um sistema de fábrica com vila operária (1940-1950). In: **30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil**, 2019, Recife. Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil, 2019. Maria Clara da Silva Cavalcante também faz uma pesquisa sobre o município centrada no processo de patrimonialização de lugares de memória da cidade. Ver: CAVALCANTE, Maria Clara da Silva. **O (re)fazer da cidade: usos e apropriações do espaço urbano de Paulista-PE**. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife – 2017

1930, 1940, 1950 e 1960. O antropólogo também explora a influência econômica que a fábrica exercia no estado de Pernambuco.

Rosilene Alvim com o livro *A Sedução da Cidade: Os Operários-Camponeses e A Fábrica dos Lundgren* também assume importante papel para a construção deste trabalho. A antropóloga estuda as formas de recrutamento utilizadas pela Companhia para a formação da sua mão de obra. As numerosas famílias trazidas do interior do estado pelos agentes da CTP eram inseridas no quadro de funcionários da fábrica com cargos específicos para cada perfil etário, físico e de sexo.<sup>40</sup>

As pesquisas a nível de pós-graduação também têm enriquecido a literatura acerca da cidade do Paulista. Duas recentes produções contribuíram para nossa dissertação. Anna Litwak Neves<sup>41</sup> e Maria Clara da Silva Cavalcante<sup>42</sup> renovaram o fôlego dos estudos sobre Paulista com importantes contribuições para a temática. Neves examinou a busca por direitos dos operários da CTP na Justiça do Trabalho no início da década de 1950, demonstrando a condição desse grupo, suas principais reclamações em juízo e atuação feminina nas reivindicações. Cavalcante escreveu sua dissertação sobre a construção da vila operária do município e as dificuldades de patrimonialização e apropriação pelos moradores no período de declínio da fábrica e nos anos posteriores.

Nesse ínterim de obras que abordam a cidade do Paulista, uma pesquisa se destaca, abordando a Fábrica de Tecidos de Rio Tinto na Paraíba, filial da Companhia de Tecidos Paulista no estado vizinho. Eltern Campina Vale analisa em sua tese de doutoramento a construção da fábrica e a formação da classe operária riotintense, além de evidenciar a articulação dos trabalhadores com o sindicato e a influência do Partido Comunista Brasileiro no município, com a criação da “Célula Rio Tinto”. Para nossa dissertação, destacam-se o debate elaborado pelo autor sobre a atuação dos Lundgren desde sua chegada em Recife e as

---

<sup>40</sup> Tanto Rosilene Alvim, quanto José Sérgio Leite Lopes tem diversas outras produções sobre o operariado paulistense no âmbito do resgate da memória e patrimonialização dos locais históricos da cidade. Destacam-se: LEITE LOPES, J.S.; ALVIM, M. R. B. Uma autobiografia operária: a memória entre a entrevista e o romance. *Estudos Avançados*, 13 (37), dez 1999, pp. 105-124; e LEITE LOPES, J.S.; ALVIM, M. R. B. Vila operária e cidadania. *Revista de Sociologia e Política*. 1994

<sup>41</sup> NEVES, Anna Maria Litwak. “O DIREITO QUE TEMOS É O DE MORRER DE FOME”: os operários da Companhia de Tecidos Paulista e a busca por direitos na Justiça do Trabalho (1950-1952). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco, p. 174, 2019.

<sup>42</sup> CAVALCANTE, Maria Clara da Silva. *O (re)fazer da cidade: usos e apropriações do espaço urbano de Paulista-PE*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco, p. 176, 2017

formas de recrutamento de trabalhadores provenientes de outros estados para as fábricas de Rio Tinto e Paulista.<sup>43</sup>

Sobre a década de 1960, algumas obras foram especialmente valiosas para a melhor compreensão do período. Os escritos do historiador René Armand Dreifuss contribuíram para entendermos o caráter de classe do golpe empresarial-militar. Com um trabalho extenso e apoiado em ampla documentação, o pesquisador uruguaio demonstrou assertivamente a participação de setores empresariais nacionais e multinacionais na elaboração do golpe de 1964. A produção foi relevante visto que nossa dissertação é baseada no estudo de um grupo de operários submetidos ao controle de empresários de expressão nacional. Como veremos na Seção 3, a CTP teve ligações tanto com a Escola Superior de Guerra (ESG), quanto com o financiamento de candidatos conservadores em 1962.

Outra significativa contribuição para nossa dissertação foi o livro do professor Joseph Page. Em *A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)*, o autor tece uma rica narrativa sobre dois importantes atores políticos dos anos 1960, Francisco Julião e Miguel Arraes. Baseado em diversas entrevistas, Page perpassa por alguns dos principais acontecimentos da década, como o crescimento da influência das Ligas Camponesas, as eleições de Arraes e Julião no pleito de 1962, a atuação da SUDENE e USAID em Pernambuco, a presença americana pela Aliança para o Progresso no estado e, por fim, os primeiros momentos do golpe.

Ainda sobre Pernambuco, alguns autores se destacam por oferecerem extensas informações sobre o período. Salientamos: Maria do Socorro Abreu e Lima<sup>44</sup> sobre as manifestações urbanas de 1963 e as lutas e sindicatos no ambiente rural; José Arlindo Soares<sup>45</sup> sobre o contexto político da Frente do Recife e as eleições de Miguel Arraes, analisando a ação de Cid Sampaio em favor do candidato João Cleofas com apoio do IBAD; e Fernando Coelho<sup>46</sup> sobre a repressão desenvolvida por militares e bandos civis nos primeiros momentos subsequentes ao golpe com o apoio do discurso da imprensa.

---

<sup>43</sup> VALE, Eltern Campina. “Operários! Uni-vos!”: experiência e formação de classe na Fábrica de Tecidos Rio Tinto (Paraíba, 1924-1945). Tese de doutoramento, UFPE –2018. p. 41 - 78.

<sup>44</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural, Lutas, Partidos, Projeto**. Editora Universitária UFPE, 2012. e ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Um ano memorável de lutas e conquistas: trabalhadores urbanos de Pernambuco em 1963**. Recife – 2017.

<sup>45</sup> SOARES, J.A. O Nordeste com Sinais Trocados. In: José Arlindo Soares. (Org.). **Poder e Voto**. 1ed. Recife - PE: FUNDAJ, 1996, v. 1.

<sup>46</sup> COELHO, Fernando. **Direita, volver: o golpe de 64 em Pernambuco**. Recife: Bagaço, 2004.

Sobre o cenário político a nível nacional, a obra *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)* da historiadora Lucília Delgado contribuiu para um melhor entendimento do movimento nacional de organização da classe trabalhadora e suas articulações para reivindicações. Acerca da repressão e das intervenções sindicais, *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)* de Maria Helena Moreira Alves foi de grande valia. Trazendo discussões sobre a Doutrina de Segurança Nacional e a atuação das forças repressivas, a autora faz um apanhado sobre como os militares por meio dos Atos Constitucionais e outros mecanismos influenciaram diretamente a conjuntura social e política brasileiro após o golpe.

Com foco especial na atuação dos operários da CTP na J.C.J. de Paulista, nossa pesquisa precisou se munir de ampla bibliografia sobre o direito do trabalho e sua função social. Buscando compreender a estrutura de funcionamento de uma Junta de Conciliação e Julgamento a pesquisa de Moema Maria Marques de Miranda foi indispensável.<sup>47</sup> A antropóloga analisa em sua dissertação o funcionamento da Junta de Conciliação e Julgamento de Alegrete, localizada na zona da mata pernambucana, e tendo sob sua jurisdição sete municípios.<sup>48</sup> A autora aborda dimensões como as relações de poder presentes no espaço da J.C.J., suas formas estruturais de organização e os fatores sociais e econômicos que influenciam no resultado e na forma de julgamento dos processos trabalhistas.

Outro importante estudo sobre a atuação das Juntas de Conciliação e Julgamento é o trabalho de Ester Maria Aguiar de Sousa<sup>49</sup>. Sousa busca compreender a efetividade da Justiça do Trabalho nos conflitos entre patrões e empregados. Seu objetivo é evidenciar como o direito do trabalho pode ser compreendido como uma ferramenta da classe dominante para a perpetuação do status quo. A autora evidencia a problemática da conciliação nos processos trabalhistas, momento em que o empregado acaba por abrir mão de seu direito de fato. Sousa também levanta questionamentos sobre a própria motivação de uma Justiça conciliadora, que na prática estaria “autorizando o descumprimento da CLT” ao celebrar a “negociação de dívida trabalhista” via conciliação, supostamente “em nome do bem coletivo”, e por último indaga: “que bem coletivo é esse, que vai de encontro ao bem coletivo garantido por lei?”.<sup>50</sup>

<sup>47</sup> MIRANDA, Moema Maria Marques de. **Espaço de honra e de guerra: etnografia de uma Junta Trabalhista**. Dissertação de Mestrado. RJ: UERJ, 1991.

<sup>48</sup> Alegrete é um nome fictício utilizado por Moema Miranda para o estudo de uma Junta de Conciliação e Julgamento da Zona da Mata Pernambucana durante todo o seu trabalho, possivelmente para preservar a identidade dos entrevistados, sindicalistas e militantes políticos que constam em seus escritos.

<sup>49</sup> SOUSA, Ester Maria Aguiar de. **Juntas de Conciliação em julgamento: um estudo da eficácia da Justiça do Trabalho, em estudos de caso nas JCJ de Recife**. Dissertação de Mestrado. UFPE, 1984.

<sup>50</sup> *ibid.* p. 160.

Em linha gerais, o direito tem um papel condicionante na realidade social. Pode assumir aspectos distintos de acordo com a intencionalidade de seus agentes e atores em disputa. Felipe Augusto de Rosa Miranda em *Sociologia do direito: o fenômeno jurídico como fato social* destaca as funções educativa, conservadora e transformadora. Educativa pois a simples existência de uma lei, modifica a convicção e o comportamento do corpo social em relação ao certo e errado, bom ou mau. Conservadora por, em essência, perpetuar formas de controle e proteção da ordem social vigente (sempre favoráveis à classe dominante). Transformadora quando, a partir da criação de um conjunto de leis que atenda ao interesse de certos grupos, modifica a sociedade e seus sistema de controle<sup>51</sup>. As três funções foram importantes para a elaboração da dissertação. É só lembrarmos que, no geral, as manifestações da década de 1960 pretendiam alcançar modificações no campo legislativo que atendesse aos interesses dos trabalhadores (reforma agrária, reajuste salarial, melhores condições de trabalho etc.) mas, a função conservadora, tanto do direito, quanto de atores políticos predominou.

Todos os autores supracitados contribuíram significativamente para a execução de nossa dissertação. As diversas teorias e discussões presentes nas produções nos ajudaram a enriquecer nossa pesquisa e dialogar com diferentes áreas. Passemos agora para as fontes documentais.

Nos últimos anos, a história do mundo do trabalho tem dado especial atenção aos processos trabalhistas e arquivos de fundos sindicais. Buscando retratar o ponto de vista dos trabalhadores, pesquisas de grande relevância tem se debruçado sobre fontes que antes eram negligenciadas pela historiografia. Além de possibilitar novas abordagens, o uso desse corpo documental “tem instituído novas trilhas temáticas e metodológicas”<sup>52</sup> enriquecendo as produções sobre o operariado urbano e rural.

Nesta dissertação, utilizamos como fonte os processos envolvendo trabalhadores da Companhia de Tecidos Paulista impetrados na Junta de Conciliação e Julgamento de Paulista entre 1962 e 1967. Após a análise das ações, foi possível perceber a instrumentalização da Justiça do Trabalho por parte do operariado antes e depois do golpe militar. Buscamos evidenciar a recorrência dos assuntos nas causas iniciadas pelo operariado do município, e demos especial atenção à oscilação quantitativa de reclamações através dos anos, relacionando

---

<sup>51</sup> ROSA, F. A. de Miranda. **Sociologia do direito: o fenômeno jurídico como fato social**. 9ª Edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. p. 71-73.

<sup>52</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. O trabalhador rural nas barras da justiça do trabalho (1964 – 1974) **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 7, n. 1, abr., 2014. p. 129.

essas variações com o panorama político, ação sindical e atuação dos empregados em greves e paralisações.

Para a análise do nosso corpo documental, foi de extrema importância a utilização das ferramentas fornecidas pela história serial. Originalmente advinda da história econômica, teve seu uso difundido na história social pelos Annales na década de 1960.<sup>53</sup> Essa metodologia permitiu, além da quantificação de fontes, a observação de oscilações de diversos aspectos na documentação (no nosso caso principalmente os assuntos contidos nas reclamações trabalhistas). José D'Assunção Barros nos demonstra as vantagens de sua utilização:

A possibilidade de se estabelecer uma História Serial está relacionada a um novo conceito: o de “série”. Trata-se de considerar os documentos ou as fontes históricas não mais em sua perspectiva singular, como documento único, a ser analisado nos seus próprios limites, mas sim como partes constituintes de uma grande cadeia de fontes de mesmo tipo. A série é necessariamente formada por fontes homogêneas, comparáveis, capazes de serem apreendidas no interior de uma continuidade (seja uma continuidade temporalizada ou especializada), e que permitam uma ‘abordagem de conjunto’ através de aportes metodológicos como a quantificação, análise tópica, a identificação de recorrências ou mudanças de padrão no decorrer da série.<sup>54</sup>

Além dos aspectos já mencionados, a história serial possibilitou alargar a extração de informação do nosso universo documental. Conseguimos mensurar a participação feminina nas ações trabalhistas, a presença sindical na assistência aos trabalhadores, o montante monetário das indenizações e a recorrência dos resultados (conciliações, julgamentos, arquivamentos), traçando questionamentos sobre a efetividade real da Justiça para a classe trabalhadora.

O acesso aos arquivos judiciais se deu por meio do acervo presente no Laboratório História e Memória (LAHM), que em 2004 recebeu mais de 60.000<sup>55</sup> processos, por meio de um convênio entre o Departamento de História da UFPE e o TRT 6ª Região. Atualmente o LAHM conta com quase 200.000 processos de cidades como Recife, Paulista, Jaboatão dos Guararapes, Nazaré da Mata, Caruaru, Limoeiro, entre outras. O Laboratório também conta com um acervo digital de acesso livre para pesquisadores.<sup>56</sup>

<sup>53</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion S., BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. 6.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002. p. 32.

<sup>54</sup> BARROS, José D'Assunção. A história serial e história quantitativa no movimento dos Annales. **HISTÓRIA REVISTA (ONLINE)**, v. 17, p. 203-222, 2012.

<sup>55</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres, NETO, Regina Beatriz Guimarães, ACIOLI, Vera Lúcia Costa (org.). **História, cultura e trabalho: questões de contemporaneidade**. Recife: Editora Universitária, 2011, p. 31.

<sup>56</sup> Página de acesso: <http://memoriaehistoria.trt6.gov.br/>

O LAHM tem sob sua salvaguarda um total de 2090 processos da J.C.J. de Paulista impetrados de 1962 a 1967. Desses, 1332 envolvem trabalhadores da CTP entre reclamações, inquéritos judiciais e rescisões de contratos de trabalho.

Em adição às fontes judiciais, tivemos acesso a atas de assembleias gerais do órgão de classe dos operários de Paulista.<sup>57</sup> No sindicato estão arquivadas 25 atas de reuniões abertas entre 1963 e 1967, com transcrições detalhadas das falas dos presentes, principais temáticas abordadas e motivação das reuniões. Por razões desconhecidas - talvez a interferência do sindicato pelo Ministério do Trabalho entre 1964 e 1966 – há uma lacuna de atas entre maio de 1964 e fevereiro de 1966, data da posse da nova diretoria da associação. Da mesma forma dos processos trabalhistas, utilizamos a serialização das atas para identificarmos os assuntos mais recorrentes nas reuniões e o índice de participação de associados. Este universo documental ganha ainda mais importância por ser pouco explorado pelos pesquisadores da área e ser uma rica fonte de informações sobre o operariado de Paulista.

Em complemento, usamos recortes jornalísticos do período para entendermos como os principais acontecimentos estavam sendo retratados pela imprensa Pernambucana. Selecionamos mais de 300 matérias dos jornais *Última Hora/NE* e *Diário de Pernambuco*, periódicos com diferentes visões sobre o panorama político do estado nos anos 1960. Nosso objetivo foi comparar as narrativas criadas a partir dos mesmos acontecimentos – a greves do início da década, a ação do IBAD em Recife e no interior, o impacto da CPI que investigou o IPES/IBAD e o resultado das eleições etc. – e a intencionalidade de cada periódico de impactar seus leitores de formas diferentes. Por meio da serialização, também foi possível observar a recorrência de determinadas temáticas em diferentes proporções por cada noticiário<sup>58</sup>. Ambos os jornais estão disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional (HDB-BN).<sup>59</sup>

Optamos por dividir nossa dissertação em quatro seções que apesar de interação entre si carregam distintas temáticas, todas interligadas pela atuação do operariado da CTP e pelas formas de exploração ao qual foram submetidos. Discutiremos temas como a construção e o controle do município pelo grupo empresarial dos Lundgren, o contexto político de Pernambuco

---

<sup>57</sup> O acesso a documentação nos foi gentilmente cedida pelos dirigentes do sindicato Leonardo Nelcino (presidente) e Edison Marculino (vice-presidente), a quem agradeço imensamente.

<sup>58</sup> É necessário evidenciar que o jornal *Última Hora* teve um curto período de circulação no Nordeste, ficou ativo entre 1962 e 1964, quando foi fechado pela ditadura militar após o golpe.

<sup>59</sup> Página de acesso: <http://memoria.bn.br/>

nos anos 1960, e atuação do proletariado na Justiça do trabalho, sempre com a atenção voltada para as conexões com a “cidade das chaminés”.

Na seção 2, intitulada “As origens da cidade do Paulista e a formação de uma consciência de classe”, discutiremos de início a construção dos empreendimentos da família Lundgren no estado de Pernambuco. Com especial atenção ao município do Paulista, investigaremos como os Lundgren construíram um sistema de dominação que, em seu apogeu, compreendia quase a totalidade da cidade. Também abordaremos a presença da família sueca em outros negócios como as Lojas Pernambucanas, a Pernambuco Powder Factory, as plantações de eucalipto, entre outras. A partir dessa influência financeira, os Lundgren conseguiram elaborar uma grandiosa vila operária ao redor de sua fábrica e um parque industrial com mão de obra abundante.

Estendendo sua influência, a CTP construiu ao entorno da vila mecanismos de controle da população do município fora do ambiente fabril. A feira da cidade era abastecida por familiares de operários em roçados concedidos pela empresa na área mais afastada da cidade. A Igreja de Santa Isabel foi construída por Arthur Lundgren em homenagem a sua irmã. A prefeitura, o tiro de guerra, clubes de lazer e até mesmo o sindicato, foram construídos em terras de propriedade da família.

Deslocando-se um pouco do centro da cidade, estudaremos dois espaços que não estavam ligados primariamente à atividade fabril: a região rural e a área litorânea do município. Na região rural a CTP detinha o controle de diversos loteamentos onde eram cedidos roçados para que trabalhadores mais velhos cultivassem artigos alimentícios que seriam vendidos na feira central. Também na mesma região encontravam-se a Usina Timbó e a plantação de eucaliptos que abasteciam as caldeiras da fábrica. Nessa localidade, os trabalhadores da Companhia tinham poucos direitos trabalhistas assegurados. Geralmente remunerados por meio da *folha amarela*,<sup>60</sup> esses funcionários sofreram diversas dificuldades para provar em juízo a relação de trabalho que mantinha com a empresa.

Na região litorânea, a situação não era muito diferente. Local com grandes plantações de frutas como coco, manga e caju, funcionários que realizavam a colheita tiveram dificuldade

---

<sup>60</sup> A folha amarela era uma modalidade de trabalho clandestino utilizado pela CTP com funcionários que desempenhavam serviços externos à fábrica. Na maioria das vezes, essa forma de remuneração era utilizada para empregados nas construções de casas, plantio de eucalipto e os vigias dos sítios para que não houvesse responsabilidades trabalhistas com essas categorias. A contratação nesta modalidade era efetuada por meio de empreiteiros da Companhia para dificultar a comprovação em juízo da relação trabalhista. LEITE LOPES, José Sérgio. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na 'Cidade das Chaminés'*, *op. cit.* p. 567-569

para provar em juízo tanto a relação de trabalho, quanto a posse das terras pela empresa, que utiliza de diversos artifícios para a não regularização da relação trabalhista. O Porto Arthur, importante meio de entrada de mercadorias diversas para abastecimento da fábrica, ficava no mesmo local. Essa área tem uma particularidade de ter sido apropriada por pescadores que nos anos 1970 e 1980 construíram um movimento de ciranda nas principais praias da região.<sup>61</sup>

A partir da compreensão desses três espaços, analisaremos como foi a constituição diversa da mão de obra da Companhia. Com o recrutamento de famílias inteiras para a cidade, todas as instâncias que mantinham o funcionamento do “sistema Paulista” dependiam dessas três regiões. Com isso, a CTP desenvolveu sua influência econômica e política não só a nível local, mas também em todo o estado. Articulamos todo o processo de construção do império dos Lundgren com as constantes formas de exploração sobre a classe trabalhadora na cidade.

Na terceira seção, abordaremos o contexto político e social da década de 1960. Iniciaremos com a aliança de classe desenvolvida pela Frente do Recife, com forte influência do Partido Comunista, e a União Democrática (UDN) para compor a chapa “Oposições Unidas” no pleito do legislativo de 1958. Como candidato para governador foi escolhido o usineiro Cid Sampaio, e para vice foi indicado Pelópidas Silveira do PSB.

A chapa saiu vitoriosa e o mandato de Cid Sampaio já iniciou turbulento. Sua aliança com políticos da esquerda criou um descontentamento com a classe dominante do estado, e um dos fatos mais marcantes foi a desapropriação do Engenho Galileia após forte pressão das Ligas Camponesas. Em resposta, os grandes proprietários pressionaram o governador, e após uma reaproximação de Cid Sampaio com a direção da UDN, e o apoio a Jânio Quadros nas eleições de 1960, a aliança com a Frente do Recife foi quebrada.

A partir disso, o governador de Pernambuco se aproximou do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), e começou uma investida contra as Ligas Camponesas no meio rural, e contra a Frente do Recife no âmbito urbano. Essa luta no campo político entre conservadores e reformistas da esquerda marcou todo o mandato de Cid Sampaio e as eleições para o executivo disputadas entre Miguel Arraes e João Cleofas em 1962.

Na mesma seção, analisaremos como o pleito de 1962 foi carregado de conflitos entre setores divergentes da sociedade pernambucana. Daremos especial atenção à interferência do

---

<sup>61</sup> Tamisa Ramos Vicente pesquisa em sua dissertação o processo de construção de um espaço turístico na praia do Janga em Paulista, e a influência do movimento de ciranda em todo o litoral sul de Pernambuco. Ver: VICENTE, Tâmisia Ramos. **Vamos Cirandar**. 01. ed. Olinda: Editora Associação Reviva, 2011.

complexo IPES/IBAD nas eleições. Financiando candidatos conservadores, o empresariado do estado, em conjunto com forças americanas, construiu narrativas depreciativas e investiram na tentativa de angariar apoio político no meio rural através da ação do IBAD.

Com a liderança de políticos reformistas como Arraes em Pernambuco, e no panorama nacional a presidência de João Goulart, as principais pautas da classe trabalhadora começaram a ganhar notoriedade. Aumento salarial, reforma agrária, ampliação dos direitos trabalhistas passaram a protagonizar os discursos em greves e movimentos reivindicatórios entre os anos 1962 e 1964. A criação do Comando Geral dos Trabalhadores e a atuação do CONSINTRA em nível estadual mobilizou os setores da classe trabalhadora em diversas greves de dimensões nunca vistas na política nacional.

Ainda na terceira seção, avaliaremos as consequências do golpe empresarial-militar e da ditadura militar. A repressão em Pernambuco foi sentida rapidamente por diversos setores no estado. Políticos, militantes e civis foram presos por conta de seus posicionamentos ou por seus laços com indivíduos supostamente subversivos e comunistas.<sup>62</sup> Sindicatos sofreram intervenções, dificultando a mobilização do operariado, e leis foram criadas para restringir o direito à greve. Na prática, a ditadura utilizou o estado e seu braço armado de militares contra a classe trabalhadora.

Iniciaremos a Seção 4 com reflexões sobre o direito do trabalho. Nessa parte discutiremos a função social do direito do trabalho e as diversas concepções sobre a construção da CLT como instrumento de controle e apaziguamento dos conflitos de classe no país. A Justiça do Trabalho é um aparelho de viés conciliatório que, com o passar dos anos, foi sendo apropriado pelos trabalhadores como instrumento de luta válido em busca de melhorias.

Em continuidade, passaremos para a análise dos processos trabalhistas envolvendo os operários da CTP. Nesta seção, discutiremos as variações nas quantidades de ações impetradas e os principais assuntos abordados. Com essas informações foi possível observar que houve um

---

<sup>62</sup> A Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDH), que reuniu pesquisadores das mais diversas áreas conseguiu identificar uma série de crimes praticados pelo estado contra militantes e supostos subversivos em todo o estado de Pernambuco. Nos dois volumes do Relatório Final, a Comissão identificou os mortos pelo Estado e as graves violações nos âmbitos urbanos e rurais, e em meios como educação, cultura, comunicação, religião e movimentos sociais. O relatório ainda conta com uma relação de processos de ex-presos políticos, e conta detalhes dos perfis dos mortos durante a ditadura em Pernambuco. PERNAMBUCO. SECRETARIA DA CASA CIVIL. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara: relatório final: volumes I e II// Fernando de Vasconcelos Coelho...[et. al.]; Recife: CEPE, 2017.

aumento expressivo de processos após o golpe militar, e variações de acordo com a intervenção vigente à época no sindicato.

Outros fatores que influenciaram na utilização da J.C.J. pelos operários de Paulista foi a legislação vigente e a modificação nas formas de exploração que a CTP passou a exercer durante a ditadura. Leis como o FGTS e a aprovação do projeto de modernização da Companhia via SUDENE nos anos 1966 e 1967 foram fatores cruciais no aumento do número de processos trabalhistas.

Por meio da análise quantitativa foi possível observar as principais pautas reclamadas pelos funcionários da CTP. Processos sobre licença gestante, diferenças salariais, reintegrações e taxa de insalubridade tiveram recorrências variadas de acordo com diversos fatores como, por exemplo, a visita de inspetores da Delegacia Regional do Trabalho ao ambiente fabril, a promulgação de leis para reajuste salarial ou a demissão em massa de operários estabilizados. Com isso, conseguimos observar a oscilação de diversas pautas, articulando a análise de processos com o panorama político e a ação sindical no município.

Na quinta seção, abordaremos a utilização por parte da Companhia do contexto político e do corpo de leis produzido na ditadura contra o operariado. A lei do FGTS, as leis de congelamento salarial, a regularização de demissão após licença médica foram algumas ferramentas utilizadas pelos industriais para explorar ainda mais os trabalhadores durante o regime. Sem a atuação sindical, na forma de assistência jurídica, diversos processos tiveram suas resoluções comprometidas, resultando em um desestímulo inicial à judicialização de conflitos.

Também abordaremos nesta seção, a ligação da CTP com o capital internacional. Após a criação do FGTS, a Companhia utilizou como depositário o *First National City Bank of New York*, que esteve ligado com a manipulação das eleições de 1962 por meio do financiamento de candidatos conservadores. Conseguimos perceber em paralelo, a utilização da CTP de um projeto de modernização via USAID e Fundo de Desenvolvimento alemão, constante em documentação anexa a processos trabalhistas durante a ditadura militar.

Por último, examinaremos o controle imobiliário da Companhia sobre o território do Paulista ao final dos anos 1967. Todo o domínio da CTP sobre a mão de obra operária foi baseado principalmente no controle de acesso à moradia. Com a perda de poder econômico da empresa, a década de 1960 marca o início do movimento de tomada de posse das casas na “cidade das chaminés” pelos trabalhadores. Por meio da quantificação de processos envolvendo

as casas como indenização, será possível demonstrar quais áreas do município deixaram de pertencer aos Lundgren.

## **2 AS ORIGENS DA CIDADE DE PAULISTA E A FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA DE CLASSE**

O município de Paulista está localizado na região norte do litoral pernambucano, a 16 quilômetros de distância da capital Recife. Seu nome foi baseado no apelido do dono do Engenho Paratibe no século XVII, Manuel Alves de Moraes Navarro, que por ser natural de São Paulo, recebeu a alcunha de “o Paulista”. Conhecida como a “cidade das chaminés”, carrega desde sua emancipação da cidade de Olinda (4 de setembro de 1935) um simbolismo associado às atividades fabris exercidas na cidade, da qual o maior expoente foi a Companhia de Tecidos Paulista (CTP).

Além de proeminente indústria a CTP teve papel decisivo no processo de emancipação e efetiva construção do município. Durante os anos iniciais, o território de Paulista se confundia com as terras privadas da fábrica controlada por um grupo empresarial de uma única família.

Todas as atividades do território tinham alguma ligação, direta ou indireta, com a companhia. Uma estrutura voltada a garantir o funcionamento da CTP foi construída em diversos espaços que iam desde o fornecimento de energia para as caldeiras (plantio de eucalipto para a queima da lenha), passando pela construção do porto para chegada de novos materiais pelo mar (Porto Arthur, na praia de Conceição), a formação de roçados em sítios para suprir a alimentação dos funcionários da companhia, e a criação da vila operária que alojava os milhares de trabalhadores da indústria.

O surgimento desses espaços de trabalho associados à atividade fabril estava condicionado às necessidades que surgissem da indústria. Foram modificações substanciais para a adaptação da cidade ao pleno desenvolvimento da fábrica que, em contraposição, supria a necessidade de postos de trabalho para uma ampla parcela da população local e de outros municípios do estado de Pernambuco, principalmente do interior.

De certa forma, é possível imaginar o território de Paulista nos anos iniciais dividido entre as atividades exercidas em cada uma de suas partes. Em cada espaço predominava o exercício de uma determinada tarefa, que compartilhava ligações pela subordinação tanto pela ordem direta de funcionários da CTP, ou pela finalidade de suprir material à fábrica.

Sendo assim, nosso objetivo é estudar como o desenvolvimento de espaços distintos de trabalho moldaram as relações de poder dentro do município, acarretando em formas diferentes de exploração, mesmo estando submetidos ao controle de um mesmo grupo empresarial.



Como veremos mais à frente (seções 4 e 5), trabalhadores alocados nas áreas rurais e litorâneas de Paulista eram relegados à informalidade, dificultando o acesso aos mecanismos legais de proteção trabalhista. Enquadrando-os como trabalhadores rurais ou de empreitadas, esses funcionários tinham sua relação trabalhista invisibilizada em juízo e, no geral, recebiam muito abaixo do salário mínimo.

Por sua vez, a gerência externa era um setor abrangente da companhia que comportava as atividades realizadas em serviços fora da fábrica, com funcionários não registrados. Pedreiros, ajudantes, cortadores e plantadores de eucalipto, vigias e trabalhadores dos roçados concedidos eram categorizados pela companhia como da gerência externa. Neste setor, predominou a informalidade na relação trabalhista entre a companhia e os empregados e a remuneração pela *folha amarela*.<sup>63</sup>

Utilizando e explorando esses trabalhadores, de acordo com o grupo que lidava, a CTP conseguiu construir diferentes espaços de controle. Na área fabril, o domínio era garantido pelo controle da remuneração dos operários e dos mecanismos de manipulação política (influência no sindicato e desarticulação de movimentos paredistas); nos espaços com predomínio de relações “informais”, a dependência econômica e a pouca oferta de trabalho para uma mão de obra pouco qualificada tecnicamente, criava uma relação de quase imobilização das reivindicações de funcionários da “gerência externa”, além do predomínio de uso da violência.

Discutiremos a seguir a formação dos empreendimentos da família Lundgren no estado de Pernambuco e a aquisição da CTP. Mais à frente, analisaremos as formas de recrutamento de mão de obra da companhia, e as relações estabelecidas com ela nesse momento. A chegada na cidade determinava quais os espaços que seriam alocados às famílias no município, e qual função exerceriam no complexo *sistema Paulista*. Por fim, examinaremos a criação dos sindicatos em Paulista e o início do tensionamento de forças entre operariado e patronato na cidade.

---

<sup>63</sup> A *folha amarela* era uma forma de remuneração utilizada por meio de empreiteiros da companhia para os serviços da gerência externa, na tentativa de não criar laços trabalhistas no viés legal, e remunerar muito abaixo do que a legislação previa essa parcela. Foi de ampla utilização principalmente após o aprimoramento das leis trabalhistas nos anos 1940.

## 2.1 A FORMAÇÃO DE UM IMPÉRIO ECONÔMICO E OS PRIMÓRDIOS DA COMPANHIA DE TECIDOS PAULISTA

A história de Paulista está estreitamente entrelaçada com o desenvolvimento da CTP, e essa só se aperfeiçoou como grande indústria têxtil do estado após a chegada na administração dos Lundgren. Sendo assim, nos deteremos brevemente no percurso de desenvolvimento dos empreendimentos da família Lundgren, grupo que tinha o controle acionário da fábrica e expandiu a empresa a partir do início do século XX.

Herman Theodor Lundgren, nascido em 1832 em Norrköping, na Suécia, imigrou para o Brasil, passando pelo Rio de Janeiro e Salvador, até desembarcar em Recife no ano de 1855. Pouco tempo após sua chegada, trabalhou como tradutor no Cais da Lingueta e estabeleceu um escritório no mesmo local. Proveniente de uma família de comerciantes e industriais, rapidamente se inseriu no mercado pernambucano adquirindo no ano de 1866 a fábrica de pólvoras Pernambuco Powder Factory, no município do Cabo de Santo Agostinho.<sup>64</sup>

Em 1876, seis anos após se naturalizar brasileiro, Herman se casou com a também imigrante Ana Elizabeth Stolzemwald. A partir da década de 1880, Herman esteve presente em revistas e páginas de jornais como notável negociante e exportador, principalmente de artigos para navios e provisões necessárias para viagens.<sup>65</sup> No mesmo período, anunciava no *Diario de Pernambuco* e no *Jornal do Recife*, diversas mercadorias à venda em seu armazém na Rua do Comércio, como piche, vinhos, e materiais para construção.<sup>66</sup>

Segundo artigos de jornais, em 1877 Herman introduziu a palma no estado de Pernambuco como alternativa para a forragem do gado. Com a finalidade de exportação de peles, e como solução para a má alimentação dos animais por causa da seca que afetava o Nordeste, o Lundgren trouxe o vegetal dos Estados Unidos e distribuiu para o plantio e alimentação do gado de seus fornecedores na região metropolitana e no interior do estado.<sup>67</sup>

---

<sup>64</sup> VALE, Eltern Campina. “Operários! Uni-vos!”: experiência e formação de classe na Fábrica de Tecidos Rio Tinto (Paraíba, 1924-1945). Tese (Doutorado em História), UFPE –2018. p. 47

<sup>65</sup> *ibid.* p.46

<sup>66</sup> *Jornal do Recife*. Recife, quarta-feira, 25 de outubro de 1876. p.3. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

<sup>67</sup> Dois artigos do *Diario de Pernambuco* com datas próximas que tratavam sobre a História de São Bento do Una atribuem a Herman Lundgren a introdução e disseminação da Palma como forma de alimentação para o gado em 1877. *Diario de Pernambuco*. **Um centenário**. Recife, terça-feira, 26 de abril de 1960. p. 4. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. e: *Diario de Pernambuco*. **S. Bento do Una**. Recife, sábado, 30 de abril de 1960. p. 4. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

Herman teve uma ampla área de atuação em diversos setores de exportação no estado. Em tom apologético, Raul de Góes, biógrafo da família, descreveu a inserção e os primeiros trabalhos do sueco recém-chegado, em um dos pontos mais importantes para o comércio na capital Pernambucana no século XIX:

Esfalfando-se, suando, queimando a sua pele de nórdico ao sol da Praça da Lingüeta, em estafantes disputas para controlar o comercio de abastecimento dos navios surtos no pôrto, o moço Lundgren, cheio de vida valente, denodado, dois anos depois realizava as primeiras e bem-sucedidas transações de exportação e importação, com sua exclusiva responsabilidade comercial.<sup>68</sup>

Para além da descrição laudatória do biógrafo, o relato do escritor exemplifica algumas das ocupações do sueco antes da sua rápida expansão para outros ramos do mercado pernambucano. Na época, atuou nos negócios de exportação e importação no porto e na fábrica de pólvora do Cabo, mas em pouco tempo voltaria sua atenção para a indústria têxtil.

No final do século XIX, Pernambuco passou por um intenso processo de industrialização que teve como carro chefe o setor têxtil. Diversos estabelecimentos de grande porte surgem nessa época, sendo os mais proeminentes a Fábrica da Madalena, a Companhia de Fiação e Tecidos Pernambuco (Torre), a Companhia de Tecidos Paulista e a Companhia Industrial Pernambucana (Camaragibe).

No começo do século XX, a família Lundgren iniciou seus empreendimentos na indústria têxtil. A partir de 1903, um de seus herdeiros, Herman Lundgren Júnior, tornou-se diretor tesoureiro de uma pequena fábrica de tecidos em Olinda. A Companhia de Tecidos Paulista, empresa fundada em 1891 por José Adolpho Rodrigues de Lima com capital inicial de 800.000\$000, rapidamente passou para a gerência de Herman Lundgren, quando em 1904 se tornou o acionista majoritário.<sup>69</sup>

Após a morte do patriarca, em 1907, a direção dos empreendimentos foi repassada aos filhos, Arthur e Frederico Lundgren, sendo o primeiro responsável pela administração da fábrica de pólvora no Cabo e o segundo pela direção da CTP em Olinda.<sup>70</sup>

Com a administração de Frederico, a CTP iniciou um projeto de expansão do parque fabril e dos negócios que auxiliavam o funcionamento e escoamento da mercadoria produzida

---

<sup>68</sup> GÓES, Raul. **Um sueco emigra para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963, p.10

<sup>69</sup> CAVALCANTE, Maria Clara da Silva. **O (re)fazer da cidade: usos e apropriações do espaço urbano de Paulista-PE**. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife – 2017 p.26

<sup>70</sup> *ibid.* p.30

pela fábrica. Em 1908 foram inauguradas as Casas Pernambucanas, principal rede varejista de comércio das mercadorias da companhia. Dois anos depois, as Pernambucanas contavam com lojas em todo o Brasil.

Foi nos primeiros anos do século XX que as principais mudanças na estrutura da CTP e da cidade de Paulista foram iniciadas. O parque industrial e a vila operária começaram a ser ampliados por todo o município e com a necessidade de mão de obra abundante, tanto para as tarefas fabris, quanto para as construções civis da empresa, a companhia usou de diversos artifícios para o recrutamento de trabalhadores de diversas partes do estado.

O recrutamento da CTP teve papel primordial para o abastecimento de operários para o chão das fábricas e os demais espaços que compunham o sofisticado sistema de funcionamento da empresa e de toda a cidade. Como veremos a seguir, diversos instrumentos simbólicos foram criados para convencer uma grandiosa massa de trabalhadores a virem à Paulista.

## 2.2 AS FORMAS DE RECRUTAMENTO E A FORMAÇÃO DO OPERARIADO PAULISTENSE

A indústria têxtil instalada no Brasil entre o final do século XIX e início do XX tinha como um dos problemas centrais a disponibilidade de mão de obra abundante para seus empreendimentos. Sendo um dos pressupostos para a produção fabril, foi necessário o desenvolvimento de estratégias para sanar o déficit de capital humano nas fábricas.

De início, a CTP utilizou anúncios em jornais para a contratação de operários com experiência em operações-chave da companhia, como o manejo de máquinas de tecelagem e metalurgia.<sup>71</sup> A companhia também se privilegiou pela procura espontânea de trabalhadores de cidades próximas como Recife, que buscavam emprego em uma localidade em crescimento como o distrito de Olinda.

Em paralelo, também ocorreu a procura de trabalhadores advindos de outros estados pela companhia. Foi um movimento menos expressivo de entrada de funcionários de fora da cidade, mas contribuiu com a formação inicial do operariado da CTP. Durante toda a primeira década, a mão de obra da empresa foi formada pela entrada voluntária de grupos do Recife e

---

<sup>71</sup> LEITE LOPES. *op. cit.* p. 40

em menor quantidade de localidades adjacentes ao distrito. Com a administração dos Lundgren na fábrica, a contratação por anúncios nos jornais foi paralisada e, paulatinamente, a busca por trabalhadores de fora da região metropolitana privilegiada.

No começo do século XX, segundo o Censo Industrial de 1920 o setor que mais empregava em todo o país era o têxtil. Em 1907, a categoria abarcava em todo o país 62.656 operários distribuídos entre 222 estabelecimentos em todo o país,<sup>72</sup> tendo Pernambuco 8 fábricas de tecidos e cerca de 3.700 operários.<sup>73</sup> Em 1920, o número de fábricas em Pernambuco diminuiu para 7, mas a quantidade de operários aumentou para 6.017. No mesmo ano, o número de operários entre todos os 496 estabelecimentos de variados setores no estado subiu para 22.248 incluindo as usinas açucareiras.<sup>74</sup>

Levando em consideração uma parcela da população fora do censo – principalmente residentes em áreas rurais -, ainda havia um numeroso mercado de mão de obra inexplorado para construir o quadro de funcionários da CTP. Esses trabalhadores foram alocados primariamente em atividades não industriais. Foi necessário criar uma atratividade em volta do distrito em ascensão para adquirir mais e mais operários.

O contingente local não supria as necessidades empresariais e a principal solução foi o recrutamento de trabalhadores de outras áreas fora do ambiente industrial. Essa decisão somente transformou-se em alternativa viável graças à evolução tecnológica do maquinário investido no setor têxtil.

Com máquinas operáveis com menor esforço físico e capacitação técnica para a fiação, o emprego de mão de obra não qualificada – em numerosos setores da produção geral – foi possível. Com isso, mesmo os indivíduos que nunca tiveram contato com o setor industrial, após pouco tempo de preparação, estavam aptos a operar as máquinas de fiação e tecelagem da companhia.

A evolução tecnológica do maquinário foi imprescindível para a inserção mais ampla de trabalhadores com diversos atributos. Também possibilitou as fábricas aumentarem sua mão de obra com menos custo (no caso da mão de obra infantil, que recebia metade do salário de

---

<sup>72</sup> Recenseamento 1920. p. XXV - xxxviii

<sup>73</sup> Somente a CTP já contava com cerca de 1.300 operários, segundo Censo Industrial de 1907. SANTOS, Emanuel Moraes Lima dos. **A fábrica de tecidos da Macaxeira e a Vila dos Operários: a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE. Recife – 2017

p. 469

<sup>74</sup> Recenseamento 1920 p. XI

um adulto) e de forma mais ampla (com uma maior oferta, incluindo o sexo feminino). Marx esboçou o impacto da evolução das máquinas na formação de uma mão de obra mais ampla:

À medida que torna prescindível a força muscular, a maquinaria converte-se no meio de utilizar trabalhadores com pouca força muscular ou desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Assim, esse poderoso meio de substituição do trabalho e de trabalhadores transformou-se prontamente num meio de aumentar o número de assalariados, submetendo ao comando imediato do capital todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade.<sup>75</sup>

O emprego de mão de obra feminina no setor têxtil foi expressivo nos primeiros anos da indústria brasileira. No final do século XIX, a participação das mulheres nesse setor superou os 96% em um ramo ainda incipiente no país, com cerca de 131.886 trabalhadoras.<sup>76</sup> Em 1920, a participação feminina no setor têxtil caiu drasticamente, ficando na casa dos 51%, mas continuou sendo o setor da indústria que mais empregava mulheres no país.<sup>77</sup> Essa presença se deu substancialmente em cargos de subordinação ao sexo masculino, com apenas 0,5% de mulheres em cargos técnicos de chefia e de escritório do total da indústria.<sup>78</sup>

O setor têxtil foi também o que mais empregou menores em todo o país. Segundo o Recenseamento de 1920, 3,6% dos trabalhadores nas indústrias pertenciam a esta categoria, totalizando 10.051 operários menores.<sup>79</sup> Do quadro total de menores (23.916) em atividades industriais, Pernambuco tinha 1.393 operários com menos de 14 anos.<sup>80</sup> Tudo isto significava menos custo com a produção, já que o salário de um menor era metade do salário de um empregado adulto.

Com a efetivação da utilização de mão de obra feminina e de menores, a companhia nos anos que se seguiram desenvolveu a principal ferramenta para preenchimento do seu quadro de funcionários: o aliciamento de famílias inteiras do interior do estado.

A utilização do aliciamento, mesmo que presente em décadas anteriores, só se caracterizou como principal ferramenta de formação da mão de obra a partir da década de 1930 até o início dos anos 1950. Esse período foi denominado como o “tempo do trabalho para todos

---

<sup>75</sup> MARX. **O Capital: crítica da Economia Política\ Livro 1 - O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 317

<sup>76</sup> SAFFIOTI, Heleieth I. B. Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. Perspectivas: **Revista de Ciências Sociais**, v. 8, 1985. p. 112

<sup>77</sup> *ibid.* p. 114

<sup>78</sup> *ibid.*

<sup>79</sup> Recenseamento. p. LXXVII

<sup>80</sup> Recenseamento p. 162-163

do Coronel Frederico” em Paulista.<sup>81</sup> Essa época foi marcada por uma maior utilização dos agentes recrutadores no interior e pela oferta numerosa de postos de trabalho por parte da companhia a uma parcela significativa da população.

A estratégia de recrutamento da CTP consistiu em deslocar para o interior do estado funcionários que convencessem famílias numerosas a se instalarem em Paulista, com o intuito de trabalharem em diversos setores das fábricas e em atividades vitais para o funcionamento da tecelagem.

Utilizando-se de narrativas diversas, esses recrutadores contavam histórias para aliciar as famílias com ofertas de trabalho para todos e moradia gratuita ou a baixo custo. Todos os familiares eram incluídos no quadro de funcionários, com tarefas que variavam de acordo com a idade, experiência em trabalhos passados e o sexo dos empregados. O pagamento a esses agentes era realizado por cabeça, priorizando assim a vinda de vários trabalhadores de uma só vez.<sup>82</sup>

Diversas situações motivaram a vinda dessas famílias. Geralmente pertencentes a áreas rurais, as condições materiais de sobrevivência eram variadas no que diz respeito à oferta de emprego, terra e grau de exploração que eram submetidos por grandes proprietários locais. Paulista passava a se tornar uma opção viável de recomeço, com moradia e emprego a todos os membros do grupo familiar.

Nesse processo de proletarização da massa rural, a CTP não expropriou diretamente as condições de sobrevivência dos trabalhadores, mas se aproveitou de conflitos e situações já existentes, seduzindo-os com propostas de uma vida diferente em Paulista. Alvim (1997) explora um pouco mais essa questão:

Considerando que o processo de proletarização implica na expropriação do controle das condições materiais de produção, nem sempre isso está em jogo no caso dos trabalhadores que vêm para Paulista com suas famílias, e em todo caso não é a CTP que o promove, mas dele apenas se beneficia. As diversas categorias de trabalhadores que vão formar o contingente de trabalhadores têxteis da CTP viveram em suas áreas de origem crises específicas, envolvendo ou não processos de expropriação específicos. A diversidade de categorias de trabalhadores das áreas rurais que são transformados em operários, no caso, vai desde os moradores até grupos camponeses como pequenos proprietários, rendeiros, foreiros, acrescentando-se a esta diversidade outras categorias como os pequenos comerciantes das cidades do interior, assim como pescadores e pequenos comerciantes de carvão de áreas próximas a Paulista e da periferia de Recife.<sup>83</sup>

---

<sup>81</sup> LEITE LOPES. *op. cit.* p. 59

<sup>82</sup> ALVIM. *op. cit.* p. 12

<sup>83</sup> ALVIM. *ibid.* p. 16

O processo de chegada e instalação das famílias em Paulista não se deu de forma homogênea ao longo dos anos. Com a política de aliciamento familiar, outras formas de chegada se desenvolveram alavancadas pela alta demanda de empregos no município. Três tipos de recrutamento foram específicos para a cidade: 1) o aliciamento familiar; 2) o auto recrutamento familiar; 3) e as vindas individuais. De acordo com a forma de chegada em Paulista, as famílias ou indivíduos tinham acesso a maiores benefícios e facilidade para entrada no ambiente de trabalho.

O aliciamento familiar foi o recrutamento predominantemente utilizado pela fábrica durante os anos 1930 e 1940. Consistia na busca por núcleos familiares numerosos do interior por agentes da companhia utilizando transportes para os indivíduos e garantindo emprego para todos os membros. Essa também foi a forma mais marcante de chegada de trabalhadores em Paulista na memória dos ex-operários, além de ser a com mais fases e regras pela companhia.<sup>84</sup>

Rosilene Alvim sintetizou da seguinte forma as características do aliciamento familiar:

- a) O recrutamento tem por alvo famílias de trabalhadores, dispersas pelo interior dos Estados do Nordeste Oriental (Pernambuco e Paraíba principalmente). Essas famílias, atravessando dificuldades face às suas condições habituais de existência, são vistas como pobres e ingênuas. O interior de onde provêm é associado idealmente às áreas rurais mais longínquas, de preferência sertanejas.
- b) O recrutamento processa-se pela ação direta da companhia através do envio a essas áreas do interior de agentes aliciadores, pagos segundo a quantidade de trabalhadores em potencial trazidos, agrupados por famílias. Estes agentes não somente têm algumas recomendações genéricas quanto às características das famílias a serem trazidas, famílias numerosas, como a sua ação aliciadora cria algo das características das famílias trazidas. Aqui a ação de sedução do aliciamento se encontra com a pobreza e ingenuidade das famílias do interior.
- c) O transporte coletivo num ônibus ou caminhão, o alojamento provisório num dormitório também coletivo denominado de depósito, e a alimentação durante este período provisório, são custeados e controlados pela companhia.
- d) As famílias passam por um processo de seleção e alocação de seus membros ao trabalho, assim como são alocadas às casas da vila operária.<sup>85</sup>

O passo marcante dessa forma de recrutamento se inicia no deslocamento feito pelas famílias de cidades distantes de Paulista por meio de transportes coletivos – apelidados de sopa – passando pelo alojamento em dormitórios e depósitos provisórios até, por fim, a seleção individual das famílias e seus membros pelo próprio Coronel Frederico Lundgren (Frederico observava a mão dos recém-chegados caracterizando-os em bom ou mau trabalhador de acordo

---

<sup>84</sup> Leite Lopes e Alvim em seus trabalhos demonstram por meio de depoimentos de ex-funcionários o marco na memória da chegada das famílias que vieram do interior por intermédio dos agentes da CTP. Ver: ALVIM. *op. cit.* e LEITE LOPES. *op. cit.*

<sup>85</sup> ALVIM. *op. cit.* p. 50

com a quantidade de calos) que determinava a função exercida pelo indivíduo na fábrica ou fora dela. Todo o processo marca os trabalhadores com uma carga de humilhação logo em sua chegada, e os diferenciava socialmente dos indivíduos que não passaram pelo procedimento.<sup>86</sup>

Figura 2 — “A sopa”, carro utilizado no recrutamento de operários para Paulista.



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura de Paulista. In: CAVALCANTE, Maria Clara da Silva. **O (re)fazer da cidade: usos e apropriações do espaço urbano de Paulista-PE**. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife – 2017

A segunda forma, o auto recrutamento familiar, foi resultante da alta oferta de empregos por parte da companhia e do funcionamento do aliciamento familiar. Geralmente, essa forma incidia sobre famílias de áreas mais próximas de Paulista, da própria região litorânea do município, ou em grupos do interior com famílias já instaladas no município. Com a presença de parentes na cidade, a chegada era facilitada até que o núcleo conseguisse sua própria moradia e condições de existência.

As famílias que se auto recrutavam tinham um perfil econômico e social mais diversos. Ex-proprietário de pequeno porte, pescadores, trabalhadores rurais, entre outros, com

<sup>86</sup> Alvim relata, utilizando de depoimentos de ex-operários, a carga de humilhação dos próprios ao contarem suas experiências, e de outros ao contar todo o acontecimento que foram subordinadas algumas famílias em sua chegada. ALVIM. *ibid.* p. 53-69

motivações variadas, moviam-se para Paulista em busca de novas oportunidades, tanto para o chefe da família, quanto para os demais integrantes. A diferença do aliciamento direto foi a chegada espontânea e sem intermediação de agentes, mas com a similaridade da situação de dificuldade de subsistência nas antigas localidades.

A terceira forma de recrutamento foi a vinda individual, que pode ser caracterizada em duas vertentes: a sujeição à uma família estranha ou o “subaliciamento” familiar. No primeiro caso, um indivíduo se agregava à uma família diferente para poder torná-la mais numerosa e enquadrá-la nas características privilegiadas pela companhia, mesmo sem nenhum laço de parentesco entre o núcleo e o sujeito. No segundo caso, parentes com grau distante são incorporados a uma família para que ela se torne mais numerosa, e se adeque às regras de recrutamento da CTP, ou para garantir a presença de uma única família em uma moradia na vila operária de Paulista

As três formas surgiram gradualmente, como fases que se desdobraram por consequência da modificação das regras de recrutamento, oferta de empregos e regras de fixação das famílias por parte da CTP. Essas modalidades funcionaram simultaneamente, até o começo dos anos 1950, época em que a companhia passou a contratar menos operários. Essas mudanças demonstram uma adaptabilidade dos operários às normas da CTP no que diz respeito à entrada de funcionários nos seus quadros, e também sua permanência, principalmente as duas últimas, já que são formas de enquadramento que os operários se submetiam para conseguir moradia e emprego em Paulista.

A chegada dos trabalhadores em Paulista era um momento chave para sua vida na cidade. Nesse instante era decidido a atividade dentro ou fora do ambiente fabril que os mesmos exerceriam. Com isso, também ficava decidida sua posição numa hierarquia social definida por meio do desempenho de um trabalho na fábrica, ou na gerência externa, nos diversos ambientes de trabalho auxiliares no desenvolvimento da vila operária.

Em geral, as divisões de atividades se davam em 3 grupos: 1) exercício direto na tecelagem ou em auxiliares na produção têxtil; 2) serviços extra fabris como o cultivo em roçados concedidos, trabalho na construção civil de prédios particulares e casas para o operariado e trabalho na Usina Timbó (também pertencente ao grupo) e nos sítios de gêneros alimentícios para a feira da cidade; 3) plantio e corte de eucalipto, cultivo de frutas e fornecimento de mão de obra para o Porto Arthur na região litorânea da cidade

Essas atividades eram separadas por espaço de atuação diferentes, e geograficamente distantes. O primeiro grupo desempenhava funções dentro das fábricas, e geralmente estavam restritos ao ambiente da vila operária. Já o segundo e terceiro grupo de atividades eram desempenhadas em áreas mais afastadas da fábrica – ainda que parte do serviço da gerência externa de construção civil pudesse ser desempenhado na fábrica ou na vila operária – em outros empreendimentos da CTP, sítios, roçados concedidos e plantio de eucalipto ou alimentos. Nos tópicos a seguir exploraremos as peculiaridades das áreas e atividades em ambientes dentro e fora da vila operária da companhia.

### 2.3 A CONSTRUÇÃO DA VILA OPERÁRIA E O CONTROLE DA COMPANHIA SOBRE A CIDADE

A gestão dos Lundgren na CTP alavancou o desenvolvimento do distrito como importante local de expansão da indústria têxtil em Pernambuco. As áreas adjacentes ao Engenho Paulista e a Usina Timbó foram inicialmente povoadas por mocambos que comportavam os trabalhadores da fábrica e os roçados da companhia.

Com a chegada de novos operários e a expansão do parque industrial, novas moradias ao redor da empresa foram criadas para comportar o operariado próximo às dependências fabris. Prédios particulares para garagens e depósito de materiais foram construídos com o intuito de auxiliar a companhia na produção de tecidos.

Na primeira década do século XX, a CTP já demonstra uma eficiência econômica com um capital de 4.611:260\$ e englobou em seus domínios terras das propriedades de Maruim, Jaguaribe, o Engenho Innhaman, o Engenho Jaguaribe e o Engenho Timbó.<sup>87</sup>

As posses dos Lundgren não se limitavam a essas propriedades. Outras incluídas são Jardim, em Paratibe, Sítio São José, em Rio Doce, propriedade Conceição, Cabotã, Sítio

---

<sup>87</sup> NEVES. *op. cit.* p. 27

Beberibe e Sítio Abrigo, em Salgadinho.<sup>88</sup> A extensão dessas terras englobava o distrito de Paulista em sua totalidade e partes do município de Olinda, Igarassu, Paudalho e Itamaracá.

Em paralelo a expansão territorial, ocorreu também o aumento da influência política dos Lundgren no estado. Em 1911, a CTP apoiou politicamente Dantas Barreto que venceu Rosa e Silva depois de um pleito problemático no estado. Pouco tempo depois, Frederico Lundgren convida Dantas Barreto para ser seu padrinho de casamento, demonstrando uma relação pessoal com o então governador do estado.<sup>89</sup>

Ainda no contexto político, Arthur Lundgren consegue se eleger prefeito de Olinda em 1913, ampliando sua influência pelo restante da cidade. A eleição do empresário provavelmente se deu por causa da importância econômica da CTP para a cidade de Olinda.

Os anos seguintes da década marcam uma expansão mais aguerrida da vila operária da companhia e de empreendimentos em outros estados. Os herdeiros Lundgren decidem inaugurar na Paraíba uma indústria têxtil como em Paulista. Em 1918, Frederico toma posse das terras do Engenho da Preguiça, em Mamanguape, com o objetivo de despossuir a terra dos indígenas Potiguares ali residentes. O processo de expulsão dos indígenas foi violento e desempenhado pelos vigias da companhia que foram à Paraíba.<sup>90</sup> Em dezembro de 1924 foi inaugurada a Companhia de Tecidos Paulista – Fábrica Rio Tinto.

A década de 1930 foi marcada pelo aperfeiçoamento da vila operária e dos mecanismos de controle da companhia em Paulista. Com a política de aliciamento familiar a todo vapor, o operariado cresceu rapidamente e o parque industrial também aumentou de tamanho. A vila operária aumentou o número de casas e os trabalhadores em serviços auxiliares como o roçado e a agricultura para a feira também cresceram em atividade.

---

<sup>88</sup> Grande parte dessas propriedades foram loteadas e vendidas pelos Lundgren nos anos 1960 por causa da crise que a companhia passava. Os anúncios de venda foram feitos por meio de publicações no jornal *Diário de Pernambuco*.

<sup>89</sup> NEVES. *op. cit.* p.29

<sup>90</sup> VALE. *op. cit.* p. 26

Figura 3 — Visão das duas fábricas de tecidos da CTP em Paulista, s/d.



Fonte: Acervo José Sérgio Leite Lopes, *In*: CAVALCANTE, Maria Clara da Silva. **O (re)fazer da cidade: usos e apropriações do espaço urbano de Paulista-PE**. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife – 2017

Outra demonstração de poder político data dessa época. Surge o início de uma organização sindical encabeçada por um operário apelidado como Roberto do Diabo. A tentativa de construção do sindicato foi frustrada pela influência política dos Lundgren, acarretando no não reconhecimento do sindicato por parte do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC),<sup>91</sup> e em complemento, o sindicalista Roberto foi alocado em serviços públicos da prefeitura do Recife, dando fim a tentativa de construção da organização de classe na cidade.<sup>92</sup>

Mesmo a companhia saindo vitoriosa no impedimento da organização do sindicato, esse enfrentamento de um trabalhador contra o Coronel Frederico, criou um simbolismo de enfraquecimento do poder de mando dos donos da companhia na memória dos operários. Esse simbolismo seria resgatado nos anos 1940, na formação do segundo e definitivo sindicato de classe da categoria dos operários urbanos em Paulista.

<sup>91</sup> A pressão da CTP sobre o governo estadual foi ajudada pela imprensa, principalmente pelo *Diário de Pernambuco* que escreveu um artigo criticando a postura do governo estadual no caso da sindicalização dos operários e na ação contra o corpo de vigias da empresa. LEITE LOPES. *op. cit.* 248

<sup>92</sup> LEITE LOPES. *op. cit.* p. 252

A disputa com a concorrência também se acirra ao nível da oferta de trabalhadores especializados. No início da década, o Cotonifício Othon Bezerra de Melo, concorrente localizado em Recife, iniciou um confronto pelo mercado consumidor e pelo mercado de oferta de empregados técnicos. Além da disputa por trabalhadores especializados, um confronto sobre a instalação da seção estamperia da fábrica do Recife, acirrou o clima entre as duas empresas.<sup>93</sup> O lado perdedor foi o dos Lundgren, que não conseguiram barrar a abertura de uma seção de estamperia no Cotonifício Othon.

Outro importante exemplo da influência econômica da CTP se deu em 1935 com a emancipação de Paulista. Com um território controlado totalmente por um grupo empresarial, a independência do distrito era somente questão de tempo. Em setembro de 1928, Paulista se torna independente, mas em 1931 foi reanexada à Olinda. Em 4 de setembro de 1935, Paulista se torna, de forma definitiva, uma cidade independente por intermédio da Lei estadual de nº 11.

Os anos 1940 são especialmente turbulentos para a gerência da companhia. Na cidade surge o primeiro sindicato reconhecido pelo MT e que passou a ser o principal órgão atuante no município. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Paulista/Igarassu (STIFTPI), fundado em 05 de outubro de 1941 e reconhecido pelo MT em 1942, tornou-se uma associação bastante atuante no grupo operário da cidade.

Com uma diretoria inicialmente composta por futuros políticos como Antônio Torres Galvão e Severino Cunha Primo, o sindicato passou por dificuldades a partir do mandato de Eurico Gaspar Dutra.<sup>94</sup> Em 1946, o decreto-lei que dificultava a organização de greves paralisou as reivindicações do operariado da cidade. Com a portaria de outubro de 1947 do MT, o sindicato em Paulista sofre intervenção, após denúncias de uma suposta fraude realizada pelos dirigentes em 1945.

A denúncia realizada pelo advogado da CTP alegava que os dirigentes teriam fraudado as eleições sindicais em 1945, início do mandato vigente até 1947. A presença da empresa no

---

<sup>93</sup> Esse confronto intraburguês, como define Emanuel Santos, é desempenhado inicialmente de forma local, entre a CTP e fábricas da região metropolitana do Recife. Outro embate ocorre a nível nacional, quando a companhia passa a sentir a concorrência dos industriais têxteis do Sul no final dos anos 1940 e começo dos anos 1950, e discussões sobre as importações de maquinário e alocação de mão de obra são realizados. Para debate do confronto intraburguês local ver: SANTOS. *op. cit.* p. 126 – 169. Sobre debate intraburguês a nível nacional, ver LEITE LOPES. *op. cit.* p. 205-262

<sup>94</sup> Antônio Torres Galvão foi um dos mais proeminentes deputados do estado de Pernambuco durante a década de 1950. Foi ex-operário CTP e um dos fundadores do sindicato em Paulista, além de ter sido deputado entre 1947 e 1955. Em 1952 foi Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco e, após a morte de Agamenon Magalhães, tornou-se Governador do Estado entre agosto e dezembro do mesmo ano. Severino Cunha Primo também foi ex-operário da CTP e prefeito do Paulista entre 1951 e 1955, e em 1964, sendo cassado pela ditadura após o golpe.

pleito da associação foi uma tentativa de manipular o resultado da escolha da diretoria. Uma clara interferência da companhia na tentativa de organização independente dos trabalhadores.<sup>95</sup> Após a intervenção do sindicato, o órgão só teve novas eleições em 1951, com o retorno de Getúlio Vargas e Agamenon para presidência e governadoria.

Essa década também foi marcada por discussões na ALEPE acerca dos latifúndios improdutivos da companhia. Com uma extensão de terra que se confundia com o próprio município de Paulista, os deputados levantaram uma série de debates sobre os desmandos dos vigias dos Lundgren nas terras da companhia, da excessiva violência utilizada por eles, e a proibição do cultivo em roçados concedidos anteriormente a trabalhadores da empresa.<sup>96</sup> Esses debates foram levantados principalmente pelo deputado Antônio Torres Galvão, que foi eleito no início de 1947.

Outro fator marcante da demonstração de poder político e econômico da CTP foi a alta intervenção na vida privada da população da cidade. Além da determinação do preenchimento dos postos de trabalho e funções exercidas por cada trabalhador, a companhia também administrava os aspectos extra fabris da vida social do operariado na cidade.

O acesso à educação, lazer, saúde e até mesmo o exercício da religião eram controlados pela companhia com uma influência fortíssima nesses aspectos dentro do município. O fornecimento de alimentos também ficou atrelado a empresa, por meio da feira e da produção nos sítios dos herdeiros. No geral, as condições de subsistência dos operários perpassavam pela estrutura construída pela CTP em toda a cidade.

A feira de alimentos, no centro do parque fabril, foi o primeiro setor a ser arquitetado para o controle de um importante aspecto da vida fora da fábrica. A alimentação era fornecida a baixo custo ou distribuída gratuitamente para as famílias trabalhadoras da empresa, mas algumas restrições eram patentes. O fornecimento de alimentos para a feira era realizado pela produção em sítios da companhia e oriunda também do plantio em roçados concedidos aos chefes de família que não tinham possibilidade de trabalhar na fábrica de tecidos.

A concessão dos roçados ficou marcada na memória dos operários como uma espécie de tentativa de equilibrar o custo de vida das famílias, vide os baixos salários ganhos em outras funções pelos demais integrantes. A contrapartida era a total proibição da comercialização do

---

<sup>95</sup> NEVES. *op. cit.* p. 36

<sup>96</sup> NEVES detalha esses debates em sua dissertação demonstrando até mesmo a violência sofrida por parlamentares em terras particulares dos Lundgren, e as propostas de diminuição do poder do grupo por meio da intervenção em latifúndios improdutivos da companhia. Ver. NEVES. *ibid.* p. 36-50

excedente em outras localidades que não fosse a feira central do município. Esse impedimento demonstra que os pequenos pedaços de terra agricultáveis, na realidade, serviam de garantia para o abastecimento do município, e não uma simples tentativa de complemento de renda familiar por parte da companhia.

Sendo assim, o roçado não era uma possibilidade real de ganho de renda substancial pelos trabalhadores que nele plantavam. As duas finalidades possíveis eram o fornecimento para a alimentação da própria família, ou a venda na feira, geralmente, em preços fixados pela própria companhia.

Isso acabou criando um efeito oculto de vinculação à companhia, mesmo sem o exercício de função diretamente ligada à empresa. Era o emprego de esforço físico numa atividade vital para o funcionamento da companhia – fornecimento de alimentação para o operariado – sem uma clara relação trabalhista aos moldes da lei, visto a ausência de remuneração direta.

O acesso ao lazer também era controlado. No interior das terras privadas dos Lundgren foram construídos clubes e espaços de sociabilidade vinculados diretamente à companhia. Com o patrocínio da CTP, as festas cívicas, clubes de futebol, ou outros espaços sempre eram em localidades próximas à fábrica para que os patronos também controlassem o tempo livre dos trabalhadores.<sup>97</sup>

---

<sup>97</sup> NEVES. *op. cit.* p. 29

Figura 4 — Parque instalado no jardim da casa dos Lundgren



Fonte: Acervo de José Benigno do Amaral, *In*: SOUZA, Paula Aragão de. **Chaminés simbólicas e conjuntos indissociáveis: a condição de integridade nos tombamentos de núcleos fabris**. Dissertação de Mestrado. PPDU/UFPE – Recife: 2013.

Nesse aspecto, um fator de bastante impacto era o favorecimento da companhia aos clubes de futebol e times amadores dentro da cidade. Como também o custeio de material para a organização do clube que representava a fábrica nos torneios de futebol entre empresas, característicos da época.

O acesso à saúde foi um dos pontos mais negligenciados pela companhia. Até a década de 1950, não existia nenhuma unidade de saúde no município e pouquíssimos médicos. Esse foi um assunto que motivou debates na ALEPE, e somente foi solucionado após a construção de uma unidade sanitária estadual e uma policlínica pela própria companhia (Policlínica Ana Elizabeth). Mesmo com a chegada dos dois estabelecimentos, Paulista manteve um alto índice de tuberculose entre o operariado nesse período.<sup>98</sup>

<sup>98</sup> NEVES, Anna Maria Litwak. Os desafios enfrentados pelos trabalhadores da companhia de tecidos paulista no acesso aos serviços públicos, em meio a um sistema de fábrica com vila operária (1940-1950). *In*: **Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil**, 2019. p. 5

Figura 5 — Policlínica Ana Elizabeth



Fonte: Acervo de José Benigno do Amaral, *In*: SOUZA, Paula Aragão de. **Chaminés simbólicas e conjuntos indissociáveis: a condição de integridade nos tombamentos de núcleos fabris**. Dissertação de Mestrado. PPDU/UFPE – Recife: 2013.

A liberdade religiosa também foi restringida pela CTP. Sendo de família católica, os Lundgren proibiram o culto a qualquer outra matriz religiosa em terras de sua posse – isto é, em toda a cidade. Também não era permitida a construção de locais de culto a outras vertentes do cristianismo, tendo acontecido um curioso caso de despejo de um trabalho que foi descoberto como evangélico por parte do Coronel Frederico na cidade.<sup>99</sup> Esse panorama só mudaria após a morte de Frederico e a presidência de Arthur Lundgren na companhia.

Como símbolo da religiosidade católica da família, em 1946 os Lundgren começaram a construir o principal templo bem no centro do município. A Igreja Matriz de Santa Isabel Rainha de Portugal – nome dado em homenagem a Elizabeth Lundgren, matriarca da família – foi concluída em 1950, e doada à arquidiocese de Olinda e Recife.

<sup>99</sup> Segundo depoimento de um ex-banqueiro da companhia, após um episódio de incêndio generalizado, Frederico teria descoberto o “crente” em suas propriedades e o expulsou do município. LEITE LOPES. *op. cit.* p. 177

Figura 6 — Igreja Matriz de Santa Isabel Rainha de Portugal



Fonte: Pastoral da Comunicação da Arquidiocese de Olinda e Recife

O acesso à educação também sofria a interferência da companhia. Com apenas dois grupos escolares instalados na cidade, a situação virou assunto de discussões e projetos que visavam diminuir os obstáculos à penetração do poder público e construção de prédios para serviços essenciais no município. Os debates foram protagonizados principalmente pelo deputado Antônio Torres Galvão, ex-operário da companhia e político engajado na melhoria da situação dos moradores de Paulista. Um dos resultados positivos foi a desapropriação de um terreno distante da vila operária para a construção de uma escola rural por meio de projeto de autoria de Torres Galvão.<sup>100</sup>

Todos esses aspectos sociais que circundavam a vila operária sofriam de uma vigilância e um mando constante dos administradores da fábrica. Porém, esse controle não era uma exclusividade de espaço e atividades próximas à vila operária. Duas outras regiões eram

---

<sup>100</sup> NEVES. “O direito que temos é o de morrer de fome... *op. cit.* p. 46

controladas com mecanismos diferentes pela companhia. Desempenhando atividades vitais para o funcionamento do “sistema Paulista”, os territórios rurais e litorâneos do município também carregavam relações arraigadas de subordinação à companhia.

#### 2.4 A REGIÃO RURAL E A REGIÃO LITORÂNEA: ESPAÇOS INDISPENSÁVEIS PARA O FUNCIONAMENTO DO “SISTEMA PAULISTA”

Como já discutimos anteriormente, o desenvolvimento do parque industrial da CTP foi baseado em cima do trabalho dos operários da gerência externa da empresa. Uma parcela significativa desse grupo, sobretudo os homens mais velhos, tinha em anexo a suas funções externas, a concessão de roçados pela companhia. Com a contratação de milhares de funcionários, o crescimento da vila operária e dos prédios da companhia foi acompanhado pelo crescimento na demanda por alimentação na cidade.

O fornecimento da alimentação foi uma questão presente desde os primórdios do desenvolvimento da região. Com o crescimento populacional, a demanda por gêneros alimentícios cresceu vertiginosamente, e uma das soluções foi a concessão de roçados em terras particulares dos Lundgren por todo o município.

Com extensos sítios em regiões que iam desde as terras do distrito de Paulista, passando por Abreu e Lima, Igarassu, Araçoiaba e Paudalho, diversas eram as áreas agricultáveis em todas as propriedades da companhia. Com o objetivo de diminuir os custos com o fornecimento de alimentos, a CTP concedia lotes de terras a membros de famílias operárias que chegavam ao distrito, ou a famílias que já residiam nas terras na época da compra por parte da empresa.

A relação era similar se comparado às casas da vila operária do centro. Cedidas as propriedades aos trabalhadores, em nenhuma das duas ocasiões, nem a casa nem a terra eram de propriedade dos trabalhadores. O usufruto tinha como garantia o exercício de atividades tanto no parque industrial, quanto no plantio.

Em contrapartida, para os trabalhadores a prática foi significada como um complemento na renda familiar por dispensar uma parcela de despesa relacionada à alimentação do núcleo. Na memória dos trabalhadores, a facilidade em possuir um roçado era visto de forma positiva, uma alternativa para diminuir custos:

Mamãe veio trabalhar (...) aí mamãe pediu uma casa para a companhia. Todo operário tinha direito a uma casa, mamãe pediu e deram essa de Catolé. Lá a gente acabou de se criar e fomos trabalhar. Mas o terreno era da companhia (a casa era de taipa, já existente, talvez construída pela própria companhia ou por operário que ali morou anteriormente). Agora, quem pagava o aluguel de uma casa, tinha o direito à casa e tinha aquele terrenozinho. Roçava, plantava, tudo. Agora, era pequeno, sabe? Era pequeno o terreno, mas mesmo assim era muito bom para se criar. Criação de bichos, criava porco, essas coisas. Mas era muito difícil. Papai não queria que a gente criasse não, porque a prefeitura proibia por causa de verme, essas coisas. Papai dizia: 'É melhor não criar!' Ele não queria porco. Porco não, só criava galinha. Ele tinha um cavalo, e esse cavalo ele vendeu".<sup>101</sup>

A concessão dos roçados, ou de casas com áreas agricultáveis obedecia a certos critérios estipulados pela CTP. No caso das áreas mais próximas da vila operária, a permissão era aliada ao exercício de membros familiares diretamente na fábrica.

Em geral, os roçados estavam aliados à figura do velho chefe de família. Com a chegada dos grupos vindos do interior, a maioria da mão de obra aproveitada no ambiente fabril era dos membros mais novos, com um vigor físico maior para o trabalho em jornadas longas. Como forma de compensação, os trabalhadores mais velhos e desgastados, visto as antigas atividades desempenhadas – em geral na lavoura, no caso dos vindos do interior do estado, ou a pesca dos vindos do litoral – eram alocados em tarefas mais simples, como o plantio em baixa escala.

Além de uma forma de alocar toda a família, o roçado também criou entre o operariado um clima de “tempo do trabalho para todos” em Paulista.<sup>102</sup> Mesmo a mão de obra de idade mais elevada e menor vigor físico, tinha espaço nas terras da companhia. Todos eram aproveitados, e explorados.

O roçado concedido desempenhava uma importante função para o “sistema Paulista”. Assim como os demais espaços eram controlados pela CTP, o fornecimento de alimentação supria necessidades e criava simbolicamente uma imagem de benevolência para com os trabalhadores.

Nos sítios da companhia, as relações entre Lundgren e agricultores se davam de formas distintas. Além das famílias com membros no parque industrial – que geralmente tinham acesso a pedaços menores de terra, e focaram em artigos para a alimentação da própria família - também era recorrente a presença de trabalhadores sem vínculo diretamente com a indústria

<sup>101</sup> Depoimento de uma ex-tecelã cedido a José Sérgio Leite Lopes. LEITE LOPES. *op. cit.* p. 108

<sup>102</sup> O “tempo do trabalho para todos do Coronel Frederico” foi uma denominação desenvolvida por José Sérgio Leite Lopes com base nos depoimentos de ex-operários que rememoram o período como de pleno emprego para todos que quisessem. Por parte dos trabalhadores com mais idade, os velhos chefes de família, esse tempo era justificado pela possibilidade de desempenharem funções nos roçados concedidos ou em setores auxiliares na produção têxtil. Para mais informações ver Capítulos 2 e 3 de: LEITE LOPES. *op. cit.* 59 - 119

têxtil. Nesses casos, a terra também vinha na forma de comodato, com uma possibilidade de venda direta do que era produzido nesses terrenos pelo plantador por meio da feira.

As propriedades voltadas exclusivamente para a agricultura geralmente estavam geograficamente distantes do centro de Paulista.<sup>103</sup> Para viabilizar a chegada dos artigos no centro comercial, a companhia utilizava-se do transporte férreo e de locomotivas privadas que, cheias de alimentos, descarregavam na feira ao final de semana pontualmente para o abastecimento do operariado. O momento de chegada das locomotivas à feira também ficou marcado na memória de ex-funcionários da companhia:

"Naquele tempo tinha Trepa Desce, tinha Regalado, tinha Seringal, aqueles lugares assim, sítios da companhia. Aí, aqueles operários plantavam aí gerimum, batata, cana, inhame, farinha, tudo. Todo sábado ele mandava a máquina buscar. Ó xente, tanta coisa! Tinha uma máquina, uma locomotiva, a Catita, tinha 3 ou 4 carros, a pessoa botava tudo ali em cima. Era cana, era verdura, era jaca, manga, farinha. Pra vender aqui."<sup>104</sup>

Toda essa estrutura em volta do abastecimento da zona urbana – permissão de áreas para cultivo e transporte dos mantimentos – tinha a contraposição de um controle dos preços e dos ambientes de comercialização dos produtos.

Por meio da feira central do município, o material vindo dos roçados era centralizado e comercializado para todos os demais operários. Proporcionado os artigos a um baixo custo, a companhia mantinha sua mão de obra com energia para a produção no chão das fábricas.<sup>105</sup>

O transporte para o abastecimento utilizava principalmente a linha férrea que já existia antes do processo de vinda dos operários à Paulista. Cruzando o território do município e se estendendo até parte das terras de Paudalho, as locomotivas eram carregadas quando passavam pelas propriedades da companhia que produziam os alimentos e outras peças artesanais de utilidade cotidiana.

Esse sistema de escoamento de produção das propriedades, privilegiava tanto o rápido abastecimento, quanto uma maior vigilância das propriedades da companhia e a intensidade de suas produções. As linhas férreas, além de serem utilizadas para o carregamento de mercadoria, eram também de uso para transporte de vigias e funcionários da companhia que fiscalizam o estado das terras.

<sup>103</sup> Os principais sítios de cultivo de alimentos da CTP ficavam entre 11 e 40 quilômetros de distância do centro de Paulista, eram eles Chã de Estevam Trepa e Desce, Regalado, Seringal e Santa Cruz.

<sup>104</sup> Depoimento de ex-operário das caldeiras cedido a José Sérgio Leite Lopes. LEITE LOPES. *op. cit.* p. 105

<sup>105</sup> Ficou marcado na memória dos operários o controle rígido dos preços por parte do próprio Coronel Frederico enquanto os trabalhadores comercializavam seus artigos na feira. LEITE LOPES. *op. cit.* p. 115

Por meio dos capangas, a CTP conseguia monitorar se os empregados seguiam à risca as regras no que diz respeito ao uso da terra, se estavam plantando os artigos alimentícios que os Lundgren priorizavam e se respeitavam os limites concedidos. Nesse ambiente, a violência desempenhada pela companhia não tinha limites, sendo inclusive assunto de matérias jornalísticas<sup>106</sup> e debates legislativos na ALEPE.<sup>107</sup>

A violência dos vigias era presente em todos os âmbitos do município, mas nas áreas rurais da cidade a ação era ainda mais truculenta. Por se tratar de uma parcela da população quase imobilizada pela localização geográfica e pelas relações de submissão ao patronato (principalmente pelo perigo de perderem sua plantação e moradia), os vigias desempenhavam impunemente seus desmandos sobre os agricultores.

Entre as décadas de 1910 e 1940, os roçados concedidos foram a principal forma de trabalho rural nas terras privadas dos Lundgren.<sup>108</sup> Com o decorrer dos anos 1940, paulatinamente foi introduzido o plantio de eucalipto nos sítios da companhia no lugar da produção de alimentos. Principalmente após a morte de Frederico, o corte e plantio de eucalipto tomou espaço nas propriedades, acarretando inclusive no aumento do foro de terras para agricultura de subsistência e produção de alimentos, e posteriormente, no impedimento de novas concessões.<sup>109</sup>

Aproximadamente até os anos 1960, o eucalipto tomou conta de vários quilômetros das terras dos Lundgren. A companhia, como de costume, utilizou na produção e corte, mão de obra da gerência externa, chegando a empregar cerca de 1.600 trabalhadores nessa atividade. Nos anos 1950, essa parcela de operários da gerência externa entrou com numerosas reclamações

---

<sup>106</sup> Diversas matérias de jornal foram feitas pelo Folha do Povo denunciando a violência sistemática dos capangas da companhia nos anos 1940 e 1950. E até os anos 1960, a presença dos vigias em terras dos Lundgren ocasionava diversos atritos. Como foi o caso de um confronto entre agricultores, vigias e a polícia em terras da CTP em Igarassu. Ver: *Diário de Pernambuco*. **Depoimento reafirma: agressão em Igarassu partiu da polícia**. Recife, 04 de dezembro de 1962.

<sup>107</sup> NEVES levantou diversos trechos de discussões na assembleia denunciando os atos violentos dos vigias nas terras dos Lundgren. LEITE LOPES também levantou uma série de depoimentos que retratavam a violência que os funcionários eram submetidos em terras privadas da companhia.

<sup>108</sup> A antiga Usina Timbó, diminui sua produção, limitando-se ao fabrico de calda para alimentação dos cavalos da família Lundgren a partir de 1907.

<sup>109</sup> Segundo a CTP, o plantio de eucaliptos em larga escala teria sido uma medida de reflorestamento. Esse plantio chegou a ser alvo de críticas por parte de deputados por ocorrerem em extensas terras da Companhia, enquanto a agricultura para produção de alimentos estava sendo deixada de lado pela empresa. Além do problema social, a utilização do eucalipto como planta para reflorestamento tem recebido críticas no ambiente científico por sua incapacidade de retenção de água no solo e características adversas da nossa mata nativa, como bem apontou NEVES, Anna Litwak. *op. cit.* Nota de rodapé 134, p. 70

na Justiça do Trabalho, e nos anos 1960, protagonizam uma greve de 42 dias com 150 empregados paralisados por causa da má remuneração.<sup>110</sup>

As locomotivas tiveram um importante papel na interligação do centro de Paulista com o Porto Arthur. Fundado pela companhia, o Porto Arthur foi utilizado para a chegada de mercadorias pelo mar adentrando o município pela extensão do braço de mar de cerca de 16 km.

Além de servir como forma de entrada de matéria prima para a fábrica, o porto também foi a forma de chegada do maquinário utilizado pela companhia. Em conjunto com a linha férrea, foi possível a companhia diminuir os custos de transportes de diversos artigos que chegavam por mar. Esse meio de transporte também possibilitou uma boa interligação entre a fábrica de Rio Tinto e a de Paulista, compartilhando matéria prima e demais artigos essenciais para a produção.

Outra importante atividade do porto foi o transporte particular desempenhado por trabalhadores da companhia na localidade. Os trabalhadores do ancoradouro eram remunerados por viagem, com uma partilha desigual entre as partes (metade para a CTP,  $\frac{1}{4}$  para o mestre e o outro para os marinheiros) tendo uma situação precária de ordenado.<sup>111</sup> Esses empregados, pertencentes à gerência externa, sofriam com a falta de relações trabalhistas regularizadas, e, por consequência, tinham uma maior dificuldade de provar na Justiça do Trabalho tanto a relação trabalhista quanto às irregularidades dessa relação.

Ainda na região litorânea, outras atividades constantes eram a pesca e o cultivo de coco. A pesca sempre se configurou como uma atividade independente da companhia. Os pescadores se firmaram nas terras da região do litoral de Paulista, em Praia de Conceição, Maria Farinha, Pau Amarelo e Janga, na pouca faixa de terra do município que não pertencia a Companhia.

Esses trabalhadores, assim como os do interior de Pernambuco, paulatinamente foram passando por um processo de proletarização por razões de diminuição de ganhos ou sazonalidade da atividade. Famílias que historicamente eram independentes, foram seduzidas pelo progresso constante no centro do município. Ainda assim, a atividade da pesca no litoral de Pernambuco persistiu, por causa, principalmente, da possibilidade de oferecer os pescados

---

<sup>110</sup> Última Hora. **Machadeiros de Paulista há 32 dias de greve: 800 pessoas resistem à fome**. Recife, 15 de fevereiro de 1964.

<sup>111</sup> Segundo artigo de jornal da Folha do Povo em 1949, que retratava a situação de diversos trabalhadores que por dias não recebiam nenhuma remuneração visto o atraso de uma viagem solicitada pela companhia. LEITE LOPES. *op. cit.* p. 66

na própria feira da cidade, em complemento aqueles pescados por funcionários da companhia nas propriedades dos Lundgren.

O plantio de coco também era presente na região litorânea. Assim como em todo o estado, os coqueiros também constituíram a paisagem típica das praias de Paulista. A companhia tinha na região litorânea uma propriedade voltada para o cultivo do coco, e como em outras localidades, utilizava-se de trabalhadores da gerência externa para desempenhar seus serviços sem os custos legais da relação trabalhistas.<sup>112</sup> O coco dessa propriedade era utilizado para comércio na feira e abastecimento da Casa Grande dos Lundgren.<sup>113</sup>

A praia caracterizava-se como um importante espaço de lazer para o operariado da CTP. As visitas nos anos iniciais eram patrocinadas pela CTP, que utilizava carros para levar e buscar os operários para os banhos em finais de semana como forma de recompensa pelo bom trabalho desempenhado. A região litorânea dispunha de área com moradias, geralmente dos próprios pescadores da região, e de pequenas propriedades de plantio de coco, além de bares para a população que usufruía das praias.

---

<sup>112</sup> Uma dessas situações ficou patente quando dois trabalhadores tiradores de coco colocam na Justiça a companhia de tecidos por serem demitidos sem seus direitos, e a mesma consegue em juízo, invisibilizar a relação trabalhista. Processo 663/66

<sup>113</sup> A utilização do termo Casa Grande durante o texto é uma referência à própria designação utilizada pelos operários, em depoimentos, para se referir a casa dos patrões Lundgren localizada no centro da cidade. Depoimentos constantes em: LEITE LOPES. *op. cit.*

Figura 7 — Passeio na praia de Paulista



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura de Paulista. In: CAVALCANTE, Maria Clara da Silva. **O (re)fazer da cidade: usos e apropriações do espaço urbano de Paulista-PE**. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife – 2017

A região litorânea foi a que menos sofreu com a intervenção da companhia. Com exceção do sítio de coqueiros na região de Praia de Conceição (litoral norte da cidade), a região despertou pouco interesse da companhia, e se desenvolveu principalmente por causa das atividades de pesca, turismo e plantio de coco por produtores de pequeno porte.

Nos anos 1960 e 1970, a praia também passou a ser uma local de importante fluxo turístico do município, principalmente pelo movimento de ciranda criado por Dona Duda na praia do Janga, em colaboração com Antônio Baracho e com Lia de Itamaracá na cidade vizinha. O sucesso do bar O Cobiçado, de Dona Duda, foi tão grande que nos anos 1970 recebeu apoio da Empresa de Turismo de Pernambuco para realização de apresentações.<sup>114</sup>

Nas áreas litorâneas e rurais do município, o que tivemos de regra primária foi a utilização de mão de obra não legalizada. Ambas as regiões são indispensáveis para o funcionamento da companhia. Na área rural, o plantio de alimentos e abastecimento da feira era essencial para o contínuo crescimento da vila operária. Na região litorânea, a instalação do Porto Arthur tornou o ancoradouro um dos principais meios de escoamento da produção e chegada de matéria prima de outras localidades.

<sup>114</sup> FRANÇA, Deborah G. C. **Quem deu a ciranda a Lia? A história das mil e uma Lias da Ciranda (1960-1980)**. Dissertação de Mestrado. PPGH-UFPE, Ano de obtenção - 2011 p. 90

Nas duas regiões, predominou a utilização da mão de obra da gerência externa em suas atividades. Talvez por causa do quase isolamento geográfico, ou da distância do centro de Paulista, onde estava uma massa operária com contradições mais visíveis ao restante do poder público, a ilegalidade da mão de obra era facilitada e utilizada em larga escala nessas regiões, o que dificultou, mesmo após a constituição de um sindicato forte para os trabalhadores da companhia, o acesso desses à Justiça do Trabalho e a comprovação das relações trabalhistas.

Por terem uma relação de trabalho irregular com a companhia, sem registros nos arquivos ou recebendo por meio da *folha amarela* (que posteriormente foi utilizada para caracterizar a relação como de empreitada e esporádica), esses trabalhadores tiveram uma série de dificuldade para efetivarem seus direitos na Justiça, tendo somente a partir de 1950 aumentado o número de reclamações em juízo.<sup>115</sup> foi também nessa época, que o principal sindicato da cidade toma força, e inicia um processo intenso de mobilização dos trabalhadores.

## 2.5 OS SINDICATOS DE PAULISTA E A FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Com o passar dos anos, os operários de Paulista, imersos em uma trama de exploração e dominação, começam a se organizar coletivamente para a luta. Suas experiências e dificuldades em comum despertaram-nos para uma noção coletiva de enfrentamento ao patronato. Thompson, define claramente a importância da vivência dos trabalhadores no processo de construção da classe:

Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao seu redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os que as exploram), identificam os nós dos interesses antagônicos, se batem em torno desses mesmos nós e no curso de tal processo de luta descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real.<sup>116</sup>

---

<sup>115</sup> Em 1950, 1951 e 1952, os trabalhadores da gerência externa protagonizaram mais de 412 processos, de um total de 727 envolvendo a CTP. NEVES. *op. cit.* p. 100

<sup>116</sup> THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros estudos. Campinas, Edunicamp, 2001, p. 274

Os processos de dominação da companhia, que amplamente atingiam os trabalhadores de Paulista, com o passar do tempo clarearam a noção dos trabalhadores sobre o real inimigo. Mesmo que por vezes, em contradição à uma memória nostálgica e saudosista, os operários da CTP perceberam que a própria companhia era a grande motivadora de sua situação deplorável. Compreenderam seu verdadeiro inimigo, e foram à luta. Essa luta torna-se ainda mais intensa a partir da década de 1930.

A associatividade dos operários foi um problema para a CTP. Desafiando o controle da companhia, os trabalhadores organizados protagonizaram lutas que quebraram com a hegemonia dos Lundgren. Essa disputa entre operariado e patronato teve importantes episódios, com greves e manifestações reivindicatórias massivas por toda a história do município.

O começo da década de 1930 foi marcante para o surgimento de um movimento de trabalhadores organizado em Paulista. Com a Revolução de 1930, e a criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, em novembro do mesmo ano, a legislação trabalhista começou a se moldar e ser aplicada ao meio industrial.

Com o Decreto 19.770 de 19 de março de 1931, os operários da CTP iniciam as movimentações para a fundação do primeiro sindicato do município. A lei tinha como objetivo acabar com as associações autônomas das décadas de 1910 e 1920, fazendo com que, a partir do decreto, os sindicatos só pudessem cobrar o imposto sindical após o reconhecimento pelo ministério.

Em 8 de outubro de 1931, após Assembleia Geral foi fundado o Sindicato dos Operários da Fábrica de Tecidos Paulista. A primeira associação da cidade tem como principal símbolo o presidente Roberto da Costa Marques, apelidado como Roberto do Diabo.<sup>117</sup> O dirigente, que era operário apontador, teve importante papel na articulação dos trabalhadores nos movimentos que se seguiram à fundação do órgão.

Logo de início, o sindicato sofreu pressão por parte da companhia. Sem um local fixo para as reuniões, e com uma forte oposição da gestão da fábrica, os encontros tiveram que acontecer na casa paroquial da cidade, graças ao apoio do padre local que permitiu a realização nos espaços internos e nos arredores do local.

---

<sup>117</sup> Segundo depoimento de operários da época, a alcunha ao presidente foi dada por Coronel Frederico, baseado na leitura de um cordel que tinha o nome de Roberto do Diabo, e por causa de sua atividade reivindicatória vista pelo patrão como demoníaca. LEITE LOPES. *op. cit.* p. 216

Já em fevereiro de 1932, um grande movimento eclode para discutir a regularização das férias por parte da companhia. Como de costume, a CTP busca dificultar a organização do operariado, chegando até a jogar colmeias de marimbondos entre trabalhadores durante uma reunião.<sup>118</sup>

A companhia não era adepta ao cumprimento da legislação trabalhista. Após o decreto nº 21.364, de 4 de maio de 1932, que regularizava a jornada de trabalho industrial, a CTP, como resposta, passou a funcionar somente 3 dias durante a semana. Essa estratégia foi adotada com base em uma suposta “crise de superprodução” defendida por industriais têxteis do Sul que temiam a concorrência das empresas do Nordeste. Esse caso, inclusive, foi motivo de diversas intrigas empresariais entre os Lundgren e as fábricas do Sul anos antes.

A solução para desmobilizar os trabalhadores de Paulista foi a adesão aos argumentos dos concorrentes no setor têxtil do país. Mas essa estratégia, que visava diminuir os salários dos trabalhadores que recebiam por hora e produção, acabou aprofundando o conflito e, em junho, uma grande greve foi deflagrada.

Com cerca de 5.000 grevistas, foi iniciado em 08 de junho de 1932 o movimento contra a diminuição salarial de 25% realizada pela empresa, exigindo a aplicação correta da lei de jornada de trabalho de maio do mesmo ano. A greve foi relatada nos jornais como pacífica, e sem grandes turbulências por parte dos manifestantes.<sup>119</sup>

Ainda em 23 de junho, novamente outro movimento paredista foi realizado. Agora, além da suspensão da diminuição salarial, o objetivo era a volta da jornada correta de trabalho. Os diretores do sindicato usaram como argumento o telegrama do Ministro do Trabalho que dizia não poder ser a lei de proteção dos operários utilizada contra os mesmos.<sup>120</sup>

Após 3 dias, um acordo foi realizado e a diminuição salarial foi suspensa. Contudo o regime de funcionamento da companhia permaneceu o mesmo (3 dias semanais), proporcionando uma perda salarial significativa para os “produtivos”,<sup>121</sup> e agravado por ações

---

<sup>118</sup> LEITE LOPES. *op. cit.* p. 217

<sup>119</sup> LEITE LOPES. *ibid.* 223- 225

<sup>120</sup> O telegrama continha as seguintes observações do Ministro do trabalho: “O decreto nº 21.364 fixou apenas o dia de trabalho em oito horas, ou 48 horas em semana, sem determinar com isso diminuição do salário. Quando o serviço é por hora, a solução difere. Seria contrassenso que a lei de amparo aos operários viesse prejudicá-los. Cordiais saudações. Ass.: Salgado Filho, Ministro do Trabalho.” In. LEITE LOPES. *ibid.* 230

<sup>121</sup> A denominação “operários produtivos” era utilizada pela CTP para designar os funcionários que recebiam seus salários de acordo com a produção ou tarefa que desempenhavam. Tecelões, fiandeiros e urdideiras geralmente tinham sua remuneração de acordo com os metros de fio e tecido que produziam.

da companhia contra o operariado, como a irregularidade nos termos de desconto de aluguéis e pressões sobre trabalhadores participantes das manifestações anteriores.

As medidas de desmobilização permaneceram até outubro de 1932, quando outra estratégia passou a ser utilizada pela companhia. Para pressionar ainda mais o sindicato, o novo plano da CTP consistiu na fundação de um outro sindicato. Com menor participação de operários, e intitulado como Núcleo Sindical de Operários e Empregados de Paulista, o novo sindicato tinha o apoio informal da empresa para minar as forças do primeiro sindicato.

A documentação para fundação do Núcleo Sindical com 647 assinaturas foi mandada ao MTIC no dia 03 de outubro, dia em que as notícias sobre a vitória da repressão contra a Revolução Constitucionalista chegaram à Paulista.<sup>122</sup> Após a notícia, uma passeata organizada pelo primeiro sindicato foi realizada e acabou evoluindo para um episódio de violência contra edifícios da companhia.<sup>123</sup>

O episódio foi utilizado como pretexto para a solicitação, por parte da CTP, de intervenção do sindicato dos operários. O número de policiais de patrulha no município foi aumentado, e as duas fábricas da companhia (Aurora e Arthur) foram fechadas temporariamente. Dessa forma, os Lundgren forçaram a ação do estado para uma intervenção na situação entre o primeiro sindicato e a companhia.

Em 11 de outubro, os dois primeiros sindicatos foram encerrados, e um terceiro sindicato foi criado – juntando os elementos mais alinhados com a companhia para compor a direção – datado de 16 de outubro, e reconhecido em dezembro de 1932. A nova associação, fruto da dissolução dos dois anteriores e da intervenção, foi denominada de Sindicato dos operários têxteis de Olinda, desaparecendo do meio operário sem nenhuma movimentação.

Nos anos seguintes, poucas reivindicações ocorreram por parte dos trabalhadores de Paulista. Já por parte da companhia, o aliciamento familiar no interior foi intensificado, com o objetivo do aumento da mão de obra e substituição dos funcionários que participaram das manifestações. Em setembro de 1935, a cidade se emancipou, fortalecendo a imagem da companhia no contexto político estadual.

Com a intervenção na governadoria de Pernambuco, outros confrontos no campo político surgiram. Inicialmente, a grande vila operária e a perseguição aos mocambos pela

---

<sup>122</sup> LEITE LOPES. *op. cit.* p. 247

<sup>123</sup> Segundo depoimento de um delegado de polícia ao *Diario de Pernambuco*, foram depredados objetos nos edifícios e uma bandeira do Brasil foi roubada de um dos estabelecimentos. LEITE LOPES. *op. cit.* p. 244-245

companhia foram elogiadas pelo interventor.<sup>124</sup> Mas o episódio de oposição da companhia à lei de salário mínimo de 1939 para Paulista instituída por Agamenon, gerou divergências entre o interventor e o poder local de fato, a CTP.<sup>125</sup> Esse conflito perdurou por todo a permanência de Agamenon na governadoria, e teve reverberações políticas na relação entre o sindicato de 1941 e a companhia.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Paulista e Igarassu foi fundado em outubro de 1941, e reconhecido pelo Ministério do Trabalho em junho de 1942 com apoio de Agamenon. O segundo sindicato dos operários de Paulista foi o que mais participou de manifestações dos trabalhadores de Paulista. Nas décadas de 1950 e 1960, esteve à frente da organização das maiores greves do movimento operário do município.

Após o seu reconhecimento, o sindicato foi denunciado pela CTP junto ao Ministério do Trabalho por pequenos problemas fiscais da direção. Agamenon mais uma vez interviu realizando apenas a troca da diretoria, colocando Torres Galvão na presidência do órgão em 1943.

Sob a presidência de Torres Galvão, ocorreu um importante momento para o sindicato: a construção de sua sede independente. Foi necessária a organização de doações dos trabalhadores e o aumento das contribuições, além da ajuda de órgãos governamentais e uma “campanha pelo tijolo”, para juntar material para a construção do prédio. Outro importante ganho do sindicato, foi a fiscalização realizada pelo Ministério do Trabalho para averiguar o pagamento do salário mínimo em 1943 pela companhia.

A presidência de Torres Galvão tem um método de ação focado na via administrativa. Até 1945, as principais reivindicações do sindicato eram resolvidas por meio de discussões e acordos entre o órgão e a diretoria da fábrica. Nesse contexto, importantes ganhos para os trabalhadores de Paulista são garantidos como a construção da policlínica Elizabeth e do hospital estadual e pequenos reajustes salariais. O sindicato, nessa época, assume um papel assistencialista, oferecendo serviços médicos e de lazer ao operariado.

Após a redemocratização, e com a eleição de Eurico Gaspar Dutra, os sindicatos em todo o país sofreriam um duro golpe. Em 1946, o presidente decretou a lei número 9.070, que

---

<sup>124</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães; consolidação e crise de uma elite política** - Recife - Editora Massangana. 1984. p. 62

<sup>125</sup> Em 1939, Agamenon publica um artigo no Folha da Manhã intitulado “Não está certo” criticando a atitude do Coronel Frederico contra a lei do salário mínimo, que convocou todos os trabalhadores e fechou suas fábricas numa campanha contra a legislação proposta pelo interventor. LEITE LOPES. *op. cit.* p. 258

criou uma série de empecilhos à organização de greves. Em conjunto, o Ministério do Trabalho publicou a portaria nº 264 de 25 de outubro de 1947, que interveio no sindicato de Paulista.

A intervenção foi realizada por causa de uma denúncia ao MT por suposta fraudes nas eleições do órgão em novembro de 1945. A fraude, inclusive, teria sido inventada pelo advogado da companhia que, de forma autoritária, estaria presente durante a votação e teria afirmado que a mesma não poderia ser realizada em data inoportuna à companhia. Após a denúncia, um interventor foi posto à frente do sindicato, e o órgão só teria novas eleições para diretoria em 1951.

Com o sindicato sob intervenção, o final dos anos 1940 foi marcado por uma série de paralisações pontuais em setores das fábricas. Com uma forte influência de militantes do Partido Comunista na companhia, os trabalhadores focaram em interrupções de operações para reivindicar reajuste salarial de categorias e regularização de horário para as jornadas.

Em 1949, mesmo com o sindicato sob intervenção, os funcionários da CTP organizaram a realização de uma assembleia para criar um memorial de reivindicações que incluíam a normalização do trabalho por produção, melhorias no ambiente de trabalho e o pagamento de horas extras. A assembleia foi organizada à revelia do interventor do sindicato, que por pressão de vários militantes tanto do PCB, quanto da própria organização, foi obrigado a convocar.<sup>126</sup>

Antes da assembleia acontecer, a companhia faz a sua contraofensiva. Na madrugada do dia anterior uma caçada contra os envolvidos foi iniciada.<sup>127</sup> Utilizando seu corpo armado de vigias e um contingente numeroso da polícia (cerca de 50 soldados), os militantes e principais idealizadores foram presos, como foi o caso do vereador comunista Brás de Luna, que foi detido em sua residência em Abreu e Lima.<sup>128</sup>

---

<sup>126</sup> Mesmo na ilegalidade desde 1947, o PCB tinha bastante influência no meio dos operários pernambucanos. Um exemplo pertinente é o da militante do PCB, vereadora e trabalhadora do Cotonificio Othon Bezerra, Júlia Santiago. O partido teve importante influência nos sindicatos têxteis de Recife e Paulista. Para compreender a influência do PCB no sindicato dos têxteis da fábrica da Macaxeira, ver: SANTOS. *op. cit.* p. 195-216. Para uma trajetória da militante Júlia Santiago ver: NUNES, Guilherme Machado. Trabalho, militância e repressão no Recife: Júlia Santiago entre o DOPS e a fábrica (1933-1956). **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 14, 2022, p. 1-19.

<sup>127</sup> O *Folha do Povo* em 13/10/1949 noticiou o ocorrido com riqueza de detalhes, informando as ações desempenhadas por vigias e policiais contra operários e integrantes das Comissões da assembleia, a ocupação do sindicato por capangas da CTP e as fotografias tiradas de trabalhadores para posteriores demissões. LEITE LOPES. *op. cit.* p. 350

<sup>128</sup> Vereador por Paulista, Brás de Luna era um antigo operário de Recife que denunciou o desmate de florestas pela CTP, a expulsão de antigos foreiros de terras da companhia e a violência desempenhada pelo corpo armado de vigias da fábrica.

A influência direta do PCB no sindicato cessou após a caçada da CTP e não realização da assembleia. Somente com a saída do interventor do sindicato o órgão se mostraria mais combativo. Em 1951, após as eleições de Getúlio Vargas para presidente, e Agamenon Magalhães para governador, assume no STIFTPI uma junta governativa com perfil diferente do interventor. Logo em janeiro um episódio de confrontos entre operários da seção branqueamento e o novo gerente da mesma, revela o novo posicionamento do sindicato.

Em contraposição às medidas adotadas pelo interventor, a junta governativa rapidamente assume um posicionamento a favor dos trabalhadores da seção, pressionando a companhia a demitir o gerente problemático. Essa situação deu um novo vigor ao movimento operário na cidade, que a partir de então passaria a ser mais combativo nos anos seguintes.

Em dezembro de 1951, e em paralelo ao movimento que acontecia em outras fábricas em Pernambuco, o sindicato começou a se organizar para deflagrar uma greve para pagamento do abono de Natal. Sabendo disso, a companhia deu férias coletivas a uma parte dos operários. O curioso foi que parte dos funcionários em férias recebeu seu pagamento incorreto, provocando uma ida em massa de trabalhadores aos escritórios da CTP. A mesma chama a polícia, e o conflito só foi resolvido após mediação de Torres Galvão e realização de um acordo para regularização dos pagamentos conforme a lei.

Em junho de 1952, em assembleia geral, o sindicato decidiu participar de uma campanha coletiva para reajuste salarial com todas as associações de têxteis do estado. Essa foi mais uma demonstração de firmeza da nova junta governativa, que além da campanha salarial, determinou que o movimento também reivindicava a criação de um novo refeitório e o pagamento de 23 dias de férias previstas em lei para o operariado.<sup>129</sup>

Por se tratar de uma greve geral, era necessário o atendimento de todas as regras da Lei 9.070 de 1946 ainda em vigor sobre a formulação das greves e grandes manifestações trabalhistas. Portanto, o movimento foi organizado por diversos sindicatos atendendo todas as normas legais, e teve quase 4 meses de preparação.

Em setembro de 1952, a diretoria do sindicato passa por eleições. O primeiro pleito do sindicato, após a intervenção em 1947, elegeu como presidente Severino Afonso de Oliveira, popularmente conhecido como Birino, que também compunham a junta governativa que dirigiu

---

<sup>129</sup> Na época, a companhia só pagava 15 dias de férias ao trabalhador, diferente do que era previsto em lei que era de 23 dias. LEITE LOPES. *op. cit.* p. 393 - 395

o sindicato após a ação de Agamenon contra a antiga direção. Bem votado, e com o amplo apoio dos operários, Birino foi até meados dos anos 1950 um importante líder sindical em Paulista.

A greve geral de outubro foi massiva. Deflagrada em 13 de outubro de 1952, a adesão dos têxteis em todo o estado foi numerosa, paralisando cerca de 37.000 trabalhadores em 21 fábricas em Pernambuco.<sup>130</sup> A greve, que durou três dias, conseguiu um aumento de 30% para a categoria após retificação do TST que incluía todos os trabalhadores têxteis do estado.

Com a gestão de Birino, o sindicato em meados dos anos 1950 organizou diversos movimentos paredistas. As greves de 1954 e 1956 foram as mais importantes dessa época. Em 1954, a motivação seria um aumento salarial não pago pela companhia e os descontos de férias irregulares. O grupo saiu vitorioso após 2 dias de paralisação.<sup>131</sup>

A greve de 1956 teve como objetivo melhores condições de trabalho e novamente a regularização de um acordo salarial, dessa vez vindo por meio de dissídio coletivo de abril de 1956. Novamente vitoriosos, os operários da CTP tiveram um aumento de 40% em seus salários, representando uma grande vitória para o operariado.

Apesar das conquistas no meio da década, com o passar dos anos, o sindicato começa a se aproximar de forma mais amigável da companhia. As greves cessam e os ganhos por meios de acordos entre sindicato e CTP começam a ficar menos expressivos.

Após a ação realizada em 1957 contra a modificação da periodicidade de pagamento (passa a ser quinzenal e deixa de ser semanal), o acordo entre grevistas e CTP envolveu a demissão amigável de 24 trabalhadores e pagamento da indenização dividida entre a companhia e o sindicato. A imagem de Birino saiu enfraquecida desse embate.

Após esse episódio, o sindicato começa a passar por um descrédito entre os operários. A gestão de Birino recebeu diversas críticas, mas ainda assim permaneceu por mais 5 anos na presidência do sindicato, por causa de sua boa relação com militantes mais antigos e com a companhia. Em 1962, visto o contexto político da época, a diretoria do sindicato foi modificada, e Paulista passaria a viver mais um momento de efervescência política entre o operariado.

---

<sup>130</sup> LEITE LOPES. *op. cit.* p. 401

<sup>131</sup> LEITE LOPES. *ibid.* p. 415.

### 3 PERNAMBUCO E A DÉCADA DE 1960

O contexto político pernambucano nos anos anteriores ao golpe empresarial-militar foi marcado por disputas políticas e manifestações massivas de organizações sindicais e sociais. Para os trabalhadores urbanos e do campo, a época marcou um importante passo para a conquista e garantia de direitos, principalmente no âmbito trabalhista.

No cenário nacional, o país viveu uma série de mudanças políticas substanciais que contribuíram para a efervescência dos movimentos de luta. Os governos de Juscelino Kubitschek, no final dos anos 1950, e a presidência de João Goulart no início dos anos 1960, deflagraram diferentes concepções para o complexo sistema industrial e de entrada de capital estrangeiro no Brasil.

Além de deflagrar as contradições do sistema de produção brasileiro, os dois governos serviram para acirrar a disputa inerente do operariado contra o capital no Brasil, em específico, o governo de João Goulart, mais aberto a reformas essenciais para a melhoria de vida da população. Visto como radical, esse programa de melhorias foi utilizado como pretexto para o golpe impetrado em 1964, com ampla participação do empresariado brasileiro, principais prejudicados com os ganhos no campo trabalhista e social para os brasileiros.

Em Pernambuco, dois momentos foram cruciais para a formação do panorama político anterior ao golpe. O primeiro, pode ser observado na criação das chapas eleitorais “Frente do Recife”, para à eleição municipal do Recife em 1955, e a aliança no pleito do executivo estadual em 1958 intitulada, “Oposições Unidas”, com Cid Sampaio (UDN) para governador, e Pelópidas Silveira (PSB), como vice.

Esse alinhamento político ocorreu devido ao descontentamento político de frações da burguesia agroindustrial acerca da persistência de um executivo estadual que privilegiava o setor das oligarquias agrárias de Pernambuco.<sup>132</sup> Visando uma nova configuração de forças econômicas no estado, os pactos tinham como objetivo a entrada de novos atores políticos em Pernambuco, com interesses distintos, mesmo que unidos em aliança.

A elaboração e a dissolução dessas alianças eleitorais acaloraram o clima de embate entre os setores divergentes da política pernambucana, que atingiu seu ápice nas eleições de

---

<sup>132</sup> SOARES, J.A. O Nordeste com Sinais Trocados. In: José Arlindo Soares. (Org.). **Poder e Voto**. 1ed. Recife - PE: FUNDAJ, 1996, v. 1. p. 118

1962, com uma ampla participação de empresários na tentativa de manipular o pleito e garantir a derrota de Miguel Arraes. Sem sucesso, Arraes torna-se governador e se alinha às políticas de reformas de João Goulart no executivo nacional, marcando o segundo momento crucial para a formação do panorama político em 1960.

Com o governo de Miguel Arraes, os trabalhadores de Pernambuco viveriam um momento de ebulição política na luta por melhorias nos âmbitos sociais e trabalhistas. Os sindicatos no campo e na cidade, em conjunto com as Ligas Camponesas, protagonizaram manifestações massivas até meados da década de 1960, chamando atenção de todo o país e também dos Estados Unidos. No contexto de Guerra Fria, e combate intenso a penetração do comunismo na América Latina, o acirramento entre as classes patronais alcançaria patamares nunca antes vistos, desembocando no golpe empresarial-militar em 1964.

De início, nos deteremos a analisar a composição das forças políticas que protagonizaram os confrontos no final de 1950 e início de 1960. Suas reverberações acarretaram no acirramento das contradições entre classe trabalhadora e capital em Pernambuco antes da ditadura. Em seguida, examinaremos os governos de Miguel Arraes e João Goulart, suas propostas de reformas, além da influência desses dois atores nos acontecimentos políticos a nível local e nacional.

Em continuidade, abordaremos a influência do capital empresarial estrangeiro e local na elaboração do golpe empresarial-militar e suas principais medidas de controle da classe operária. Por fim, interligamos os acontecimentos da década com o operariado de Paulista, importante ator nas lutas da época, antes e durante a ditadura, além da participação da CTP na realização do golpe.

### 3.1 PERNAMBUCO DE CID SAMPAIO À MIGUEL ARRAES

Historicamente, Pernambuco sempre foi um reduto de grande força do Partido Social Democrata (PSD) no país. Com a força personalista de políticos como Agamenon Magalhães, o partido teve uma hegemonia política no executivo estadual que foi de 1947 a 1958.<sup>133</sup>

---

<sup>133</sup> Entre 1947 e 1958 quatro governadores do PSD foram eleitos em Pernambuco: Alexandre Barbosa Lima Sobrinho (1948 – 1951); Agamenon Magalhães (1951 – 1952); Etelvino Lins de Albuquerque (1952 – 1955); Osvaldo Cordeiro de Farias (1955 – 1958)

A supremacia do PSD se deu, principalmente, pelo apoio de oligarcas rurais da Zona da Mata e do Sertão, que controlavam um contingente de eleitores numeroso e decisivo nas eleições do estado. Esses proprietários vinham de encontro com a tendência da economia brasileira em deslocar o centro de atenção para o setor de produção industrial. A permanência desses oligarcas acabou por ampliar as disparidades regionais, em troca da utilização clientelista do estado e do comando dos órgãos estatais por esse grupo.<sup>134</sup>

Como novos atores políticos no panorama local – os trabalhadores urbanos, as Ligas e a burguesia industrial em ascensão – as eleições estaduais passaram a ser essenciais para colocar em curso o processo de desenvolvimento em Pernambuco. Uma das expressões mais patentes desse confronto de forças foi o pleito do executivo em 1958, que reuniu forças divergentes com o objetivo em comum de diminuir a força política dos oligarcas.

A partir da metade da década de 1950, os setores políticos ligados aos trabalhadores vinham ganhando bastante força em Pernambuco. No setor urbano, os operários vinham protagonizando manifestações massivas por melhorias e garantias de direitos trabalhistas. No campo, a fundação das Ligas vinha organizando as lutas dos trabalhadores rurais e aperfeiçoando suas ações políticas. Ficou patente a necessidade de uma representação das esquerdas no âmbito eleitoral.

Após a realização do Congresso de Salvação do Nordeste, uma aliança foi criada entre comunistas, trabalhistas, socialistas e setores nacionalistas da esquerda.<sup>135</sup> Intitulada Frente do Recife, a chapa lançou a candidatura de Pelópidas Silveira para prefeitura do Recife. Por conta da visibilidade de uma prefeitura na capital do estado, era essencial a vitória no pleito. Após obter um resultado positivo nas eleições, a Frente transformou-se em uma importante força partidária de aglutinação de votos dos trabalhadores na capital.

Porém, a realidade ainda era bem distante no que dizia respeito ao restante do estado. Com uma força substancial nas áreas rurais, o PSD ainda controlava por meio dos coronéis da zona da mata e do sertão, um quantitativo eleitoral muito numeroso. Para tirar o PSD do poder, era necessária uma aliança que abrisse mão de confrontos ideológicos – ou pelo menos suspendê-los momentaneamente.

No campo conservador, o principal inimigo político da hegemonia pessedista era a União Democrática Nacional (UDN). Representantes de setores da burguesia industrial e de

---

<sup>134</sup> SOARES. *op. cit.* p. 116

<sup>135</sup> SOARES. *ibid.* p. 117

usineiros do estado, a UDN buscava adentrar no executivo estadual, porém era barrado pela força política do PSD no interior do estado. Uma possibilidade concreta de vitória se daria com a aliança com setores mais à esquerda de Pernambuco.

Para superar a supremacia pessedista foi necessária uma aliança que colocou em união a chapa que aglutinava os setores à esquerda com os proprietários do estado. A união, porém, não foi unânime em ambos os lados. Por parte da Frente, alguns militantes não pensaram ser possível o acordo com o patronato mesmo que garantisse uma participação na política formal. Pelo lado da UDN, a aliança com comunistas não era vista com bons olhos pelos setores mais conservadores do partido.

Ainda assim, o pacto foi realizado e a chapa Oposições Unidas foi lançada tendo como candidato ao executivo o usineiro Cid Sampaio, e como vice, o socialista Pelópidas Silveira. Visto as divergências ideológicas dos dois grupos, foi necessário um trabalho de base forte para convencer os trabalhadores a votarem em um candidato representante dos patrões.

A principal solução foi a utilização dos sindicatos com dirigentes associados ao PTB e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Principalmente por parte dos comunistas, o trabalho consistiu em influenciar os militantes a se alinharem ao projeto do PCB de desenvolvimentismo via aperfeiçoamento dos sistemas de produção no estado. Nesse âmbito, os trabalhos de base e o apoio de Luís Carlos Prestes em comício foram essenciais.<sup>136</sup>

Mesmo com as tentativas dos setores conservadores da UDN, da igreja católica e dos pessedistas, a chapa saiu vitoriosa com uma eleição massiva dos candidatos principalmente no Recife. Com 59,68% do eleitorado, o candidato Cid Sampaio foi eleito governador de Pernambuco, colocando pela primeira e única vez um político da UDN no posto. Além da capital, a aliança ganhou também no interior, maior reduto de força do PSD no estado, demonstrando o trabalho do PCB no interior por meio das Ligas, dando frutos eleitoralmente falando.

Inicialmente, o mandato de Cid Sampaio aparentou fazer jus aos acordos realizados na aliança com os setores mais à esquerda. Logo nos primeiros meses, sob muita pressão de trabalhadores rurais organizados por meio das Ligas, o governador assinou a desapropriação do Engenho Galiléia, que à época foi considerada um grande ganho para a causa camponesa no estado. Contudo, esse nível de intervenção acendeu uma luz vermelha para os setores

---

<sup>136</sup> SOARES. *ibid.* p. 120

produtores mais conservadores, que temiam uma intromissão mais agressiva por parte do governo do estado em seus negócios.

Mais do que isso, simbolicamente a desapropriação de Galileia significou uma vitória das Ligas – mesmo que em proporções diferentes das retratadas pela imprensa conservadora do estado – e possibilitou em muito a ampliação e sua visibilidade em todo o estado.<sup>137</sup>

Na elaboração de seu governo, nos primeiros momentos, Sampaio aparentava também respeitar a aliança que o elegeu. Construiu sua assessoria com comunistas e deu a Secretaria da Fazenda a Miguel Arraes. Mas a pressão vinda dos proprietários rurais após a desapropriação da Galiléia seria muito grande. Como contramedida, o governador teve que se alinhar aos interesses dos setores conservadores.

Sua primeira medida de afastamento do setor à esquerda foi o apoio à candidatura de Jânio Quadros da UDN nas eleições de 1960. Com essa demonstração de força, rapidamente as classes patronais de Pernambuco se alinham ao governo, e Cid Sampaio começou definitivamente o projeto de afastamento dos grupos nacionalistas reformistas do estado. Além disso, há uma aproximação que se intensificou nos anos seguintes com a direita, principalmente representada pela ação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) no estado.

A ruptura com a Frente do Recife se daria em definitivo, após o posicionamento dos comunistas, contrários às medidas adotadas pelo governador ao longo de seu mandato.<sup>138</sup> Esse confronto se estenderia às eleições para o governo estadual no final de 1962, com a disputa eleitoral de Miguel Arraes (PST) contra João Cleofas (UDN).

Antes da disputa com Cleofas, Arraes vinha angariando prestígio no cenário político pernambucano. Em 1959, Arraes foi eleito prefeito do Recife, sucedendo Pelópidas Silveira no município. Durante o mandato, o prefeito foi competente em aplicar recursos públicos em melhorias de interesse coletivo, como a ampliação dos transportes públicos, urbanização e alargamento de avenidas.

Como importante força política, o nome de Arraes era um dos mais indicados para o pleito do executivo estadual, e rapidamente tornou-se o candidato a ser batido. Por consequência da publicidade que as Ligas Camponesas tinham ganhado no cenário político

---

<sup>137</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos.** – 2.ed. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 44

<sup>138</sup> SOARES. *op. cit.* p. 122

internacional, as eleições de Pernambuco eram importantíssimas no que diz respeito à tentativa de parar a investida da ideologia anti capital na região.

Como uma contraposição de forças, e também como forma de minar a influência dos agentes de esquerda no estado, o IBAD rapidamente adentrou no estado por meio da influência do então governador, Cid Sampaio. Já em 1961, o instituto marcava presença no interior do estado, numa tentativa de influenciar o pensamento dos eleitores do campo.

Aliado à ação do Instituto, eram veiculadas no *Diario de Pernambuco*, matérias jornalísticas elogiando o IBAD e sua presença no Engenho Galileia, com doações de enxadas, medicamentos e motores de luz para os trabalhadores rurais.<sup>139</sup> Foi uma tentativa clara de minar a influência das Ligas no meio dos moradores de Galileia por meio de doações de produtos básicos aos trabalhadores amplamente explorados.

Com a oficialização do nome de Arraes como candidato, a UDN precisou buscar alianças para combater o candidato da Frente nas eleições. O nome de João Cleofas foi o indicado pelos udenistas, visto sua boa relação com os grandes proprietários de terra no estado.<sup>140</sup> Porém, somente uma boa relação com os industriais de Pernambuco não seria o suficiente. Foi assim que a relação de Cid Sampaio com o IBAD se tornou ainda mais importante.

A ação do IBAD em Pernambuco teve bastante impacto no decorrer da campanha para a disputa.<sup>141</sup> Logo de início, o IBAD criou um escritório no Recife com ligações à setores anti-Arraes por intermédio de um dos cunhados de Sampaio.<sup>142</sup> A ação do instituto baseava-se na utilização de meios de comunicação para influenciar a opinião pública contra Arraes. Com uma campanha difamatória sob a estratégia de identificar Arraes como ateu e comunista, os setores

---

<sup>139</sup> As doações do IBAD com participação de Cid Sampaio no Engenho Galiléia foram tema de dois artigos do *Diario de Pernambuco*. **Cid hoje em Galiléia**. Recife, 26 de fevereiro de 1961 e; *Diario de Pernambuco*. **Motor de luz e implementos agrícolas para “Galiléia”**. Recife, 28 de fevereiro de 1961.

<sup>140</sup> Cleofas era latifundiário e tinha boas relações com os grupos familiares pertencentes à estrutura de poder existente na época. PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972. p. 140

<sup>141</sup> A derrota de Arraes era vista como essencial para a efetivação dos planos americanos para ganho de influência no Nordeste. Ivan Hasslocher, fundador do IBAD, utilizou de fundos provenientes de investidores americanos para a obtenção de votos por meio do instituto. Campanhas de assistência médica, por exemplo, passaram a ser propagandas políticas contra os setores de esquerda em Pernambuco, como se fossem empreendimentos humanitários. SILVA, Vicente Gil da. **Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil: atores e articulações transnacionais (1936-1964)**. Tese de doutoramento em História. Rio de Janeiro, UFRJ, 2020. p. 657

<sup>142</sup> PAGE, Joseph. *op. cit.* p. 142

conservadores com o apoio do IBAD partiram para uma ofensiva pessoal contra o candidato da Frente.<sup>143</sup>

Além disso, a atuação do IBAD, junto com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), em Pernambuco, também financiou Cleofas com dinheiro vindo de empresários nacionais e estrangeiros. Com um amplo apoio da imprensa, e com os dólares americanos, Cleofas se colocou como um forte candidato contra Arraes. Dreifuss designa nominalmente as principais fontes de contribuição para a campanha da UDN no estado:

O apoio a Cleofas foi subvencionado pelos fundos provenientes das companhias de petróleo Texaco e Shell, dos grupos farmacêuticos Pfizer, Ciba, Gross, Shering, Enila e Bayer, dos bancos Nacional do Norte, Irmãos Guimarães e Novo mundo, das instituições e companhias comerciais Herman Stolz e Lojas Americanas, do grupo têxtil Tecidos Lundgren, das companhias alimentícias Coca-Cola e Standard Brands e ainda da General Electric Co., da IBM, dos Perfumes Coty, da Remington Rand, da companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (de suma importância nas operações do golpe no Estado de Minas Gerais), da companhia AEG de Eletricidade e da Federação Comercial do Recife.<sup>144</sup>

O IBAD contou também com o apoio de setores católicos conservadores do estado. O grupo Movimento Adulto de Ação Católica ficou responsável por ampliar por meio da imprensa (rádio e jornal) a estratégia da identificação de Arraes com o comunismo ateu. Por meio de inúmeros materiais e programas, diariamente o candidato da Frente do Recife foi bombardeado pela campanha difamatória do IBAD e seus aliados.<sup>145</sup>

Em paralelo à ação do IBAD, se desenvolveu também as atividades da Aliança para o Progresso no estado. Com realizações desde 1961, a Aliança introduziu por todo o estado de Pernambuco os dólares americanos por intermédio de programas nas áreas de educação, lazer, saúde e moradia.<sup>146</sup> Os investimentos adentraram no estado por intermédio da *United States Agency for International Development* (USAID) com a colaboração da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que por ter sede em Recife, permitiu também a instalação de um escritório da agência americana na cidade.

A Aliança para o Progresso, assim como a ação do IBAD, visava minar a influência política de líderes populistas procurando angariar o apoio da população para os investimentos

<sup>143</sup> Idem.

<sup>144</sup> DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classes**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1981. p. 331-332

<sup>145</sup> PAGE, Joseph. *op. cit.* p. 142

<sup>146</sup> Para mais informações sobre a atuação da USAID e dos norte-americanos em Pernambuco por intermédio da Aliança Para o Progresso ver: BARROS, A. V. **A pobreza como estopim da revolução: análises sobre a atuação da Aliança Para o Progresso em Pernambuco (1959 – 1964)**. Mestrado em História. Ano de obtenção: 2017. Recife – UFPE.

americanos em Pernambuco, principalmente em áreas com forte atuação das Ligas e dos sindicatos mais à esquerda no espectro político. O objetivo era diminuir as tensões políticas e os conflitos de classe, pondo fim a uma possível influência dos comunistas que recentemente tiveram êxito na Revolução Cubana.

Em contraposição, a campanha de Arraes se baseou na identificação do candidato com setores antiamericanos e trabalhistas do estado. Outro fator de extrema importância para angariar apoio político foi a aliança da Frente do Recife com o PSD, antigo inimigo político de poucos anos.

O apoio dos pessedistas foi imprescindível para a campanha de Arraes no interior do estado. Com um quantitativo significativo de eleitores ainda em mãos do PSD, a campanha da Frente do Recife poderia angariar uma numerosa quantidade de votos do interior, região onde os setores à esquerda tinham mais dificuldades de penetrar por causa da influência ainda presente dos coronéis. Porém, o pacto com o PSD não foi unânime, e setores mais conservadores do partido, liderados por José do Rego Maciel, chegaram a alegar oposição à Arraes.

Mas contra os bilhões do IBAD,<sup>147</sup> também foi necessário um alto investimento na campanha frentista. Foi então que entrou o apoio do industrial José Ermírio de Moraes. Um dos mais ricos empresários do estado, Ermírio era proprietário do Grupo Votorantim de cimento e de outras propriedades, incluindo engenhos, no interior do estado. Seu investimento veio em troca do apoio político de Arraes à sua candidatura como senador nas eleições.

Contra a campanha difamatória e polarizadora da UDN, Arraes contra-atacou inserindo as eleições dentro da ótica de enfrentamento Elite x Povo. Sendo assim, tentou alinhar o discurso de sua campanha com o pertencimento do seu eleitorado nas classes mais baixas, convencendo-os de que o inimigo verdadeiro era o patronato bem mais presente do que as histórias falaciosas de comunismo que os opositores lhe atribuíam.

O resultado do embate foi uma derrota ampla da UDN e do IBAD em Pernambuco. Miguel Arraes foi eleito governador com mais de 264.000 votos, sendo deles, cerca de 167.164

---

<sup>147</sup> Em matéria jornalística do *Última Hora*, foi relatado que João Cleofas possivelmente teria gasto 2 milhões de cruzeiros durante sua campanha advindos dos cofres do IBAD. *Última Hora. O preço do pleito*. Recife, 07 de outubro de 1962. Posteriormente, em depoimento à CPI de investigação do IBAD, Miguel Arraes confirmou a informação apresentando provas como números de cheques destinados a João Cleofas e Cid Sampaio. *Última Hora. Arraes: agentes do IBAD são réus de alta traição*. Recife, 24 de agosto de 1963.

de eleitores do interior do estado.<sup>148</sup> A expressiva votação demonstrou a importância da aliança de Arraes com o PSD, e também a permanência da força eleitoral dos pessedistas no panorama político estadual.

Em paralelo, foram eleitos para o senado o apoiador da campanha, José Ermírio de Moraes, e para deputado federal, Francisco Julião, comprovando o crescimento e a força das Ligas, bem como o efetivo trabalho de conscientização política efetuado entre os trabalhadores rurais. Para completar a derrota do IBAD, Cid Sampaio, que foi candidato a deputado federal por Alagoas, foi derrotado mesmo com financiamento dos dólares americanos.<sup>149</sup>

Com a vitória de Arraes, diversas denúncias sobre a tentativa de manipulação das eleições estaduais surgiram em todo o Brasil. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi criada e os principais escritórios pelo estado foram fechados, além da queima de documentos por parte dos ibadianos de Recife.<sup>150</sup> Em depoimentos à CPI, diversos políticos alegaram o investimento milionário do capital estrangeiro na tentativa de controle dos políticos que entrariam em cada estado e na câmara federal.

Com a posse de Arraes, e em paralelo ao governo de Goulart na presidência, os ânimos de luta da classe trabalhadora brasileira se acenderam. O Brasil e Pernambuco viveriam no ano de 1963, manifestações massivas, greves gerais e diversos movimentos reivindicatórios nos campos políticos e sociais. Veremos a seguir a movimentação das classes trabalhadoras durante o governo dos dois políticos com tendências reformistas.

### 3.2 AS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA DE PERNAMBUCO E OS GOVERNOS DE ARRAES E GOULART

O início do governo de Arraes acompanhou um crescimento exponencial das manifestações populares no estado. Somente no primeiro semestre do mandato, 41 greves

---

<sup>148</sup> SOARES. *op. cit.* p.127

<sup>149</sup> Ainda assim, o pleito de 1962 com o financiamento do IBAD para candidatos conservadores foi tido como um “trunfo” para o IBAD, que conseguiu eleger diversos congressistas que posteriormente, apoiaram medidas mais rígidas contra Goulart. O próprio Ivan Hasslocher comentou que a derrota para Arraes em Pernambuco foi “o único revés que tivemos nas eleições de 1962”. SILVA, Vicente Gil da. **Planejamento e organização da contrarrevolução...** *op. cit.* p. 657

<sup>150</sup> *Última Hora*. **IBAD queimou arquivos para escapar à devassa**. Recife, 8 de setembro de 1963

ocorreram no campo e na cidade, com movimentos que, sobretudo, reivindicavam melhorias salariais e o cumprimento da legislação trabalhista.

No campo legislativo, a ação de Arraes influenciou positivamente o aumento das paralisações. O Plano de Ação de Arraes para o primeiro ano, tinha como claro objetivo transformar o estado de Pernambuco em um agente direto do desenvolvimento econômico.<sup>151</sup> Com medidas como o aumento de investimentos, melhoria na distribuição de renda, e estímulo ao processo de democratização do poder público, Arraes enquadraria o governo do estado como ferramenta para transformação social. No que diz respeito à última medida, o processo de democratização foi levado com especial rigor.

Com o aumento das mobilizações sociais, era necessário a mudança de característica da polícia de Pernambuco como agentes defensores dos interesses dos proprietários. Essa era uma prática bastante utilizada por grandes industriais e proprietários de terra em todo o estado. Usando do aparato policial, o patronato tinha a capacidade de desmobilização mais rápida e efetiva de manifestações massivas de trabalhadores. Arraes precisaria modificar essa instrumentalização de um setor do poder público, se realmente quisesse democratizar o estado.

Uma das primeiras medidas dizia respeito ao emprego de forças policiais em conflitos no campo. Arraes transferiu o tratamento das questões ligadas aos conflitos sociais no campo, tirando da alçada da Secretaria de Segurança Pública e alocando para a Secretaria Assistente. O órgão tinha ligação direta com a Assessoria Sindical e a Delegacia Regional do Trabalho, e teve importante impacto na mediação de conflitos e greves no campo e na cidade.<sup>152</sup>

A decisão, é claro, não foi vista com bons olhos por setores da UDN e do PSD, que viram na polícia uma extensão do seu poder patronal, visto o apoio que esse setor do estado dava em intermediação de conflitos contra os trabalhadores. A ausência de possibilidade de intervenção policial foi uma perda significativa para os proprietários – interferência geralmente violenta, como queriam os patrões – nas crescentes manifestações da classe trabalhadora.

Com o deslocamento do tratamento das manifestações e conflitos para a intervenção da Secretaria Assistente e da Delegacia Regional do Trabalho, e não mais sob supervisão direta da polícia militar, as greves que se seguiram no ano de 1963 em Pernambuco retrataram pouca

---

<sup>151</sup> SOARES. *op. cit.* p. 128

<sup>152</sup> BARROS, J. C. P. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)** Dissertação de mestrado. Ano de obtenção: 2013. Recife – UFPE. p. 117

violência policial durante suas execuções. Criou-se um ambiente propício para as lutas trabalhistas no estado.

O cenário de manifestações em Pernambuco, porém, já vinha se desenvolvendo antes da entrada de Arraes no governo. Com panorama político da década de 1960, essas manifestações adquiriram caráter de reivindicações trabalhistas e políticas, com numerosa participação de trabalhadores e diversos setores sociais.

Com a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, os militares brasileiros iniciam uma tentativa de golpe para impedir a posse de João Goulart (Jango), sucessor legal de Jânio como vice-presidente. Jango estava em viagens internacionais, e soube da renúncia após chegar na França, depois de sair da China.

Com a Campanha da Legalidade, que contou com o auxílio de diversos manifestantes, políticas e militares em favor da posse de Goulart, o país entrou em um regime parlamentarista no início de setembro de 1961. Com isso, o ano de 1962 significou um momento de exceção política e dificuldades para formação de um governo com um perfil mais reformista de acordo com a visão de Goulart.

O impacto nas ações do governo foram substanciais. Alguns cargos importantes na administração foram barrados, como foi o caso da escolha do primeiro ministro. A indicação inicial de Goulart foi a de San Tiago Dantas, mas por causa de sua visão acerca da política internacional, não tinha prestígio na câmara dos deputados. Foi rejeitada sua indicação.

Em resposta, Jango indica o nome Auro Moura Andrade do PSD, político notadamente conservador, que rapidamente foi aprovado pela Câmara. Após a posse, Moura Andrade tenta elencar em ministérios importantes do governo, políticos e militares totalmente contrários ao presidente. Em resposta, Goulart, que já tinha uma carta de demissão assinada por Moura Andrade, afastou o mesmo da chefia dos ministérios em 4 de julho de 1962.<sup>153</sup>

Com isso, se inicia em todo o país, movimentos grevistas contra o regime parlamentar e o engessamento do governo de Goulart.

Em 5 de julho de 1962, foi deflagrada a primeira greve geral dos trabalhadores. A paralisação foi massiva em diversos estados do país, com empregados de diversas categorias. Em Pernambuco, a greve incluiu os trabalhadores da orla marítima, rede ferroviária, zona

---

<sup>153</sup> MELO, D. B. A primeira greve nacional da classe trabalhadora brasileira: 5 de julho de 1962. **Revista Mundos do Trabalho**. Vol. 8, n.16. p.136

portuária, moageiros, rodoviários, telegrafistas e estudantes.<sup>154</sup> Diversos serviços foram paralisados, incluído o sistema bancário, os transportes e parte dos voos do aeroporto do Recife. A manifestação em Pernambuco foi realizada por intermediação do Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco (CONSINTRA), importante organização entre os sindicatos no estado.<sup>155</sup>

Nos outros estados,<sup>156</sup> as paralisações variaram entre parcial e total, incluindo aos serviços já descritos acima, os trabalhadores de setores têxteis, siderúrgicos, petroleiros e estivadores. A greve, que durou até o dia 5, em alguns estados, teve como principal resultado a indicação de um Conselho de Ministros provisórios mais afeitos às reformas.

A manifestação de força e organização da classe trabalhadora em todo o país, unidas em um só movimento, trouxe nos dias seguintes frutos positivos. Em 13 de julho foi sancionada por Goulart a lei do 13º salário,<sup>157</sup> uma luta antiga dos trabalhadores, que com a pressão exercida de anos, foi sancionada após o movimento de 5 de julho. O outro produto foi a formação, em agosto, da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), importante órgão de coordenação de diretorias sindicais em todo o país.

Em setembro de 1962, outro movimento foi deflagrado, agora com o objetivo da criação de um Plebiscito para a consulta pública acerca da permanência ou não do regime parlamentarista. A manifestação de setembro foi mais branda que a de julho, com paralisações em diversos estados e repressão intensa em Minas Gerais, São Paulo e Guanabara.<sup>158</sup> Em Pernambuco, a greve de setembro foi parcial, incluindo as diversas categorias que participaram em julho, mas ainda assim, com presença de represálias às lideranças sindicais.

Como resultado da greve de setembro, foi marcado para janeiro de 1963 o plebiscito que decidiria a permanência ou não do regime parlamentarista. Com uma ampla campanha de sindicatos de todo o Brasil, o “não” ao parlamentarismo foi elevado. Mais de 9.400.000 votantes foram contrários ao regime, com altos índices nos estados do Nordeste e em São Paulo.<sup>159</sup>

---

<sup>154</sup> MELO, D. B. *op. cit.* p. 140

<sup>155</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro. Um ano memorável de lutas e conquistas: trabalhadores urbanos de Pernambuco em 1963. *Gênero & História* (UFPE), v. 10. Recife – 2017. p. 18

<sup>156</sup> Paralisaram totalmente os estados do Rio de Janeiro, Guanabara e Rio Grande do Sul. Parcialmente, os estados de Pernambuco, Ceará, Pará, Bahia, Paraíba, São Paulo, Santa Catarina e Paraná. LIMA, Maria do Socorro Abreu e. *ibid.* p. 17

<sup>157</sup> BRASIL. LEI Nº 4.090, de 13 de julho de 1962. Institui a Gratificação de Natal para os Trabalhadores. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*, 1962

<sup>158</sup> ABREU E LIMA, M. S. *op. cit.* p. 17

<sup>159</sup> Tribunal Superior Eleitoral. Resultado Geral do Referendo de 1963. Acesso em 05/02/2024 in: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/referendo-1963/referendo-de-1963>>

Com a volta ao presidencialismo, nos meses seguintes, Goulart criaria o Plano Trienal de seu governo, numa tentativa de conciliação com as forças em disputa no país, mas rechaçado por setores conservadores.<sup>160</sup> Contudo, as manifestações massivas em todo o país, não foram vistas com bons olhos pela classe dominante que viu Goulart como culpado. O não sancionamento da Lei sobre Remessa de Lucros ao Exterior, também não foi visto com bons olhos por parte das associações sindicais no país.

Ainda assim, Goulart foi visto como um político reformista por diversos setores, conservadores e à esquerda. Com o presidencialismo em janeiro, e a posse de Arraes ao final do mesmo mês, Pernambuco viveria um agitado ano com manifestações numerosas no campo e na cidade.

Em Pernambuco, a política de mediação do governo nas reivindicações da classe trabalhadora fez o número de greves no estado subir. Somente neste ano, 77 greves foram realizadas por trabalhadores do campo e da cidade com exigências que iam desde o simples cumprimento dos direitos previstos em lei, melhorias salariais e ganhos de direitos, e o reconhecimento de órgãos de classe.

Com a ação dos sindicatos urbanos, dos partidos políticos, das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais, o governo de Arraes foi marcado pela ação por vias administrativas por parte do governo, e as greves e paralisações por parte do operariado na busca por direitos.

Já no início do ano, duas grandes greves foram deflagradas no estado. No dia 13 de fevereiro, 3.600 trabalhadores da Companhia de Tecidos Paulista paralisam por 7 dias suas atividades reivindicando um aumento salarial de 82% em cima dos salários do ano de 1962. Também em fevereiro, mas no dia 18, cerca de 10.000 trabalhadores rurais das usinas Muribeca, Bulhões e Jaboatão paralisaram suas atividades em busca de pagamento de 13º salário, igualdade salarial para ambos os sexos, e pagamento do salário para menores.<sup>161</sup>

A greve da Companhia de Tecidos Paulista foi considerada a maior e mais bem organizada do município. Assim como outros movimentos de outras categorias, marcava um maior enfrentamento direto ao patronato por parte dos trabalhadores. No entanto, para o operariado de Paulista, a greve também significou simbolicamente o despojamento de poder da

---

<sup>160</sup> MELO, D. B. **Crise orgânica e ação política dos trabalhadores: a primeira greve nacional da classe trabalhadora brasileira (1962)**, doutorado em História. Ano de obtenção: 2013. Rio de Janeiro – UFF. p. 196

<sup>161</sup> Para informações sobre todas as greves ocorridas durante o governo Miguel Arraes, ver. BARROS, J. C. P. *op. cit.* p. 224 – 237.

família Lundgren no município. Durante a greve, Arthur Lundgren, após ter seu fornecimento de água cortado, mudou-se do município e nunca mais voltou.<sup>162</sup>

Em ambos os casos, os trabalhadores eram organizados por meio de sindicatos, e tiveram suas reivindicações atendidas.<sup>163</sup> A mediação tanto da DRT, como da Secretaria Assistente estiveram presentes, e demonstraram um certo padrão de desenvolvimento das manifestações que se seguiram ao longo do ano.

Em março, houve um importante ganho no campo legislativo para os trabalhadores rurais. A promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR),<sup>164</sup> veio a cargo de inserir o trabalhador do campo no arcabouço legislativo trabalhista. Ainda assim, a criação de uma lei específica para a remuneração dos trabalhadores rurais não refletiu em melhora imediata da condição dos mesmos. A aplicação da lei nas zonas rurais estava longe de ser efetiva.

O mandato de Miguel Arraes também foi marcado por um importante fato, a discussão sobre as influências estrangeiras na soberania nacional. Por intermédio do complexo IPES/IBAD, diversas eleições nos estados brasileiros foram influenciadas com o dinheiro advindo de empresários dentro e fora do país.<sup>165</sup>

As denúncias já eram feitas por parte de jornais com ligações a setores mais progressistas do país. A interferência do IPES/IBAD não se deu somente pela contribuição financeira em favor dos candidatos conservadores. A ação também era presente no meio estudantil, com tentativas de barramento do livre pensamento entre os militantes. A ação era de enfrentamento e intimidação. Um dos episódios foi reportado pelo jornal *Última Hora*, ocorrida em São Paulo, durante a greve nacional da UNE em junho de 1962:

O IPES entrou firme entre os estudantes. No congresso havido em Santos, todos que se metiam a falar, eram cercados por policiais que mostravam as metralhadoras, diziam que tinham bombas e silenciavam, na coação, o estudante orador. Acham que

---

<sup>162</sup> LEITE LOPES. *op. cit.* p. 454

<sup>163</sup> No caso de Paulista, o aumento salarial foi de 70% em cima dos salários de 1962, e não 80% como solicitado inicialmente.

<sup>164</sup> Lei nº 4.214 de 02 de março de 1963, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural.

<sup>165</sup> A chegada de recursos dos americanos para Pernambuco e no restante do país, obedeceu a critérios políticos e ideológicos desenvolvidos por Washington, que categorizava governadores de acordo suas preferências políticas numa escala que ia de comunistas (categoria 1) à extremistas de direita (categoria 7). De acordo com a categoria que o político se enquadrasse, a ajuda variava. Durante o governo Cid Sampaio, um total de 2 bilhões de cruzeiros em empréstimos e 1 milhão de dólares em doações foram destinados pelos americanos. Após a eleição de Miguel Arraes, que era categorizado como um político esquerdista radical, a única doação americana foi de 9 mil dólares. LOUREIRO, Felipe Pereira. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1962-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra.** - São Paulo: Editora Unesp, 2020. pp. 102-142

assim eles detêm a ideia de um Brasil melhor, mais justo. Coitados. Cassete contra o espírito. Como morrem sem glória.<sup>166</sup>

O IBAD atuava em diversas frentes. Tinha como principal objetivo em 1962 a manipulação das eleições estaduais, e utilizaria principalmente os meios de comunicação para esse objetivo. Em Pernambuco, o instituto esteve largamente presente nas folhas do *Diario de Pernambuco*, já a partir de 1961.<sup>167</sup> As ações do instituto eram retratadas como ajuda aos mais necessitados, ou suporte aos trabalhadores do campo, sempre tentando criar uma imagem do IBAD como órgão assistencialista dos mais necessitados.<sup>168</sup>

Visto os acontecimentos já mencionados acima, e a excessiva intervenção do IBAD em diversos estados, em abril de 1963 foi aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguação das atividades no instituto em todo o país.

Com a continuidade do ano, outras duas manifestações numerosas aconteceram no estado. Em 06 de maio, 6.000 metalúrgicos paralisaram suas atividades solicitando aumento salarial de 80% para a categoria. Os trabalhadores, ao final de 2 dias de greve, conseguiram alcançar seus objetivos sem a necessidade de intervenção policial no movimento.

Também em maio, os trabalhadores rurais do sindicato de Jaboatão sob orientação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), pleiteavam o reconhecimento de sua associação e a revogação do sindicato de padre Crespo pelo Ministério do Trabalho.<sup>169</sup> O órgão sob orientação comunista conseguiu a paralisação de 20 mil trabalhadores para o pedido. Com a interferência da Secretaria Assistente e do Delegado Regional do Trabalho, Enoch Saraiva, uma junta governativa no sindicato foi convocada e novas eleições foram realizadas.

Em paralelo, uma passeata defendendo o sindicato de Padre Crespo foi realizada em Recife, tendo a intervenção da polícia que impediu o prosseguimento do ato. Essa ação do governo, contra um setor católico dos sindicatos rurais, foi capitalizada pela imprensa e por opositores, associando novamente a imagem de Arraes com o comunismo ateu.<sup>170</sup>

<sup>166</sup> Última Hora. **Como deter uma ideia.** 19 de julho de 1962.

<sup>167</sup> Cerca de 28 matérias foram redigidas pelo *Diario de Pernambuco* entre fevereiro de 1961 e dezembro de 1963 sobre o IBAD e suas façanhas, com tom apologético, e em matérias de opinião notadamente anticomunistas.

<sup>168</sup> A utilização dos veículos de grande imprensa por parte do IBAD foi inclusive motivo para uma denúncia do deputado federal Eloy Dutra (PTB-GB), ainda em setembro de 1962. Eloy Dutra foi inclusive um dos políticos mais fervorosos contra a atuação do IBAD, lançando um livro em 1963 sobre os métodos de Ação e a CPI de investigação do órgão DUTRA, Eloy. **IBAD sigla da corrupção.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1963

<sup>169</sup> BARROS, J.C.P. *op. cit.* p. 194

<sup>170</sup> BARROS, J. C. P. *op. cit.* 197

Diversas categorias fizeram suas paralisações no decorrer do ano. Em quantidades distintas, e requerendo direitos diversos, Pernambuco viu paralisar trabalhadores rurais, telégrafos, estivadores, professores, radialistas, comerciários, arrumadores, pescadores e funcionários públicos. As principais reivindicações giravam em torno de aumentos salariais, melhorias nas condições de trabalho e questões políticas das organizações.<sup>171</sup>

Nos quatro últimos meses do ano, os trabalhadores urbanos protagonizaram diversas greves com um número substancial de participantes. Tecelões dos sindicatos do Recife, Escada e Moreno, operários da construção civil do Cabo, arrumadores e pescadores de Recife. Todas essas categorias reivindicavam aumento salarial. Com movimentos que contaram com cerca de 1.500 a 15.000 trabalhadores, todos os objetivos foram alcançados após as manifestações.

Entre as greves de 1963, chama atenção a dos têxteis de Recife que aglutinaram 15.000 trabalhadores paralisados a partir de 9 de setembro. A greve tinha por objetivo o aumento salarial dos tecelões em 80%, e ocorreu pelo não comparecimento do patronato em reunião com a DRT marcada uma semana antes. O movimento, mesmo pacífico, foi visto com alarde pelos industriais. Após intervenção do TRT, o aumento foi ajustado em 40%, menor que o pleiteado inicialmente, mas ainda assim, um ganho para a classe trabalhadora pernambucana.<sup>172</sup>

Mas o movimento que mais uniu trabalhadores sobre uma mesma causa, foi a greve de novembro de 1963 pelos trabalhadores rurais de Pernambuco. Com as baixas remunerações e o descumprimento do ETR, a situação dos trabalhadores rurais ainda era difícil desde sua entrada no arcabouço legislativo.<sup>173</sup> Visando resolver a situação, e solicitar um aumento salarial para a categoria, foi criado um Comando Unificado, que englobava sindicatos autônomos, Ligas e a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FTRP).

<sup>171</sup> Os trabalhadores rurais protagonizaram diversas greves contra o assassinato de liderança políticas, prisões e a favor do reconhecimento de sindicatos pelo governo.

<sup>172</sup> VAREJÃO, Luciana Rodrigues Ferreira. *Nos fios da resistência feminina: o labor e o enfrentamento ao patronato no setor têxtil recifense (1960 – 1964)*. 2011. 139f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. p.106

<sup>173</sup> Efetivamente, as medidas contempladas no governo de Miguel Arraes como o ETR, a Tabela de Tarefas e o Acordo do Campo foram um ganho significativo para os trabalhadores rurais de Pernambuco. Na memória coletiva, o “Tempo de Arraes” ficou marcado como um período de mudanças importantes no que diz respeito à conquista de direitos pelos trabalhadores rurais. Porém, alguns obstáculos dificultavam a efetivação desses direitos, entre eles o excessivo descumprimento por parte dos grandes proprietários e as dificuldades inerentes para o acesso à Justiça do Trabalho, como a violência patronal, questões geográficas e a morosidade do judiciário. Para uma análise sobre a memória dos trabalhadores rurais e o “Tempo de Arraes”, Ver: DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. 2ª Ed. Recife: EdUFPE, 2012. p. 589-609. Para uma análise sobre as dificuldades no acesso à Justiça pelos trabalhadores rurais, Ver: FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. – 2.ed. ampl. - Recife: Ed; UFPE, 2022. p. 212-237

O Comando Unificado, após pressionar os proprietários e receberem a negativa de um aumento salarial sem um reajuste no preço do açúcar, decidiu paralisar suas atividades. Em 18 de novembro de 1963, 200 mil trabalhadores do campo entraram em greve pela melhoria salarial e pela correta aplicação da Tabela de Tarefas de agosto, que estabelecia regras claras para remuneração dos trabalhadores rurais.

A greve não seguiu sem problemas. Em dois engenhos, em Moreno e em Jaboatão, Erasmo Marinho de Freitas e João Alves da Silva, delegados sindicais, foram mortos por proprietários.<sup>174</sup> O patronato continuou com a tônica de solução por meio da violência, a diferença, dessa vez, foi que a polícia não foi utilizada como ferramenta de repressão pelos proprietários.

O conflito só foi resolvido dois dias após diversas negociações envolvendo o Comando Unificado, a delegacia regional, o governo do estado e os proprietários rurais. Foi então firmado o Acordo do Campo, em 20 de novembro, que estabelecia um aumento de 80% no salário mínimo dos trabalhadores rurais, estabelecendo regras para o pagamento das Tabelas de Tarefa para os trabalhadores rurais. Além disso, em paralelo, foi convencionado o aumento do preço do açúcar, contramedida defendida pelos proprietários para a realização do aumento dos salários sem os devidos custos.

O Acordo do Campo significou a tentativa de conciliação entre a classe trabalhadora rural e o patronato. O conflito significou, no entanto, um ganho temporário de poder aquisitivo, e muitas vezes, esporádicos. Na realidade, a aplicação tanto da Tabela de Tarefas, como do Acordo do campo foi burlada pelo simples descumprimento, ou pela utilização de estratégias de manipulação da *braça*<sup>175</sup> do corte de cana pelo *pulo da vara*.<sup>176</sup>

De janeiro de 1964 até março do mesmo ano, as greves em Pernambuco foram realizadas com menos trabalhadores. Ainda assim, o número de paralisações foi relativamente

---

<sup>174</sup> BARROS, J. C. P. *op. cit.* p. 183

<sup>175</sup> A *braça* é uma medida de comprimento que se caracteriza pela distância entre um punho ao outro com os braços abertos e mede geralmente 2,2 m. No âmbito rural, essa medida variava de acordo com a forma de medição para o corte da cana, e mudava de engenho em engenho. É só a partir do Acordo do Campo que a *braça* passou a ser padronizada em 2,2m. Para uma análise do impacto da padronização da medida da *braça*, ver: DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho...** *op. cit.*

<sup>176</sup> O pulo da vara era a forma como os funcionários do engenho ampliaram o corte da braça de cana que era medido por meio da vara de medição. No momento da medição, o funcionário desprendia a vara do solo aumentando o espaço para o corte. FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da plantation...** *op. cit.* p. 223

alto, visto que recentemente um acordo salarial para à área rural havia sido assinado, e, no contexto urbano, importantes direitos foram conquistados com as reivindicações de 1963.

Um total de 14 greves foram realizadas no curto espaço de tempo entre o início do ano e o golpe militar.<sup>177</sup> Uma delas, em janeiro de 1964, foi a dos lenhadores da CTP, que conseguiu garantir um aumento salarial para a categoria que por anos foi invisibilizada pela companhia por meio da informalidade característica das relações dos trabalhadores da gerência externa.<sup>178</sup>

No contexto nacional, o início de 1964 foi marcado pelo acirramento dos confrontos entre setores conservadores do país, e os setores reformistas do país. O avanço das forças conservadoras foi possibilitado principalmente por uma falta de solução, por parte de Goulart, para resolver a crise política e econômica do país.<sup>179</sup>

Em março, a intranquilidade dominava a política a nível nacional. As oposições a Goulart começaram a ficar mais ferrenhas por parte dos militares, de setores empresariais e da classe média. As forças de direita, representadas por grupos católicos, pelo IBAD e pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) intervém agressivamente nas reuniões da CGT e de comícios da UNE.

O Comício das Reformas de Base, em 13 de março, organizado pela CGT além de publicar o teor das reformas – com especial atenção ao decreto de desapropriação das terras próximas a ferrovias e rodovias federais e de açudes da união -, serviu para colocar em alerta os sindicais a nível nacional sobre a iminência de um golpe, e a necessidade de uma greve geral em reação.<sup>180</sup>

A resposta foi dada rapidamente pelos conservadores. No dia 14 foi solicitado o *impeachment* de Goulart. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, do dia 19, com a participação de setores civis da sociedade e financiados pelo IBAD, seria retratada pela imprensa como uma conclamação popular à intervenção dos militares.<sup>181</sup> Em 31 de março, o

---

<sup>177</sup> BARROS, J. C. P. *op. cit.* 236-237

<sup>178</sup> Nas plantações de eucaliptos, os trabalhadores eram contratados por meio de empreiteiros para que a CTP não tivesse uma relação de vínculo trabalhista aos moldes previstos em lei pela CLT. Última Hora. **Machadeiros: 18º dia de greve em Paulista**. 31 de janeiro de 1964

<sup>179</sup> DELGADO. Lucília de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)**. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 198

<sup>180</sup> DELGADO. *ibid.* p. 201

<sup>181</sup> O Globo. **Fugiu Goulart e a democracia está sendo restabelecida**. Edição. 02 de abril de 1964.

golpe seria concretizado e Goulart seria deposto do governo, em rápida sessão do congresso, sem a menor legalidade.<sup>182</sup>

A greve geral da CGT não se concretizou completamente, e perdeu força. A repressão nos estados foi realizada rapidamente, prendendo políticos, sindicalistas e militantes. O terror recaiu imediatamente sobre as esquerdas do país que, organizadas em torno do projeto nacional-reformista, não avaliaram o caráter de classe do Estado, e os perigos de um golpe iminente dos conservadores com ampla influência e poder na sociedade e nas forças armadas, independente do avanço de direitos na área trabalhista.

Veremos a seguir, como se planejou o golpe empresarial-militar pelos setores conservadores no Brasil, quais as suas primeiras ferramentas de desmobilização e o impacto dessas na classe trabalhadora brasileira.

### 3.3 O GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR E A DITADURA

Com a criação do Ministério do Trabalho e o arcabouço legislativo de sindicalização, a associatividade dos trabalhadores passou a ser controlada pelo Estado. A ampliação dos direitos trabalhistas foi uma forma de amenizar os anseios de uma classe operária numerosa que, caso viesse a se rebelar contra a classe dominante, poderia colocar em xeque o projeto de modernização capitalista no Brasil.

A primeira manifestação do esforço em controlar a massa de trabalhadores em ascensão foi a regularização das associações sindicais no Brasil. A lei de sindicalização dos operários, formalizada em março de 1931, foi um dos primeiros passos para o projeto de estado de cooptação da classe trabalhadora, que sendo uma força em ascensão, não deveria ser menosprezada, e sim controlada.

A isso se seguiram diversas outras medidas de capitalização pelos governos de quem deveriam ser os representantes dos trabalhadores. O Partido Comunista, que historicamente foi influente nos meios operários e posteriormente no campo, teve por todo o período democrático pouco tempo de atividade legal.<sup>183</sup> Os trabalhadores no Brasil não podiam escolher seus

---

<sup>182</sup> BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961 – 1964)**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – 1978. p. 183

<sup>183</sup> Entre 1922, ano de sua fundação e 1964, o PCB só teve 2 anos de legalidade entre 1945 e 1947.

representantes legais, ainda que o PCB tenha continuado forte entre os operários, mesmo na ilegalidade.

Em conjunto com a cooptação do sindicato veio a CLT que, prezando pela formalização das relações trabalhistas, também alargou o aparato de controle do governo sob os sindicatos, além de não estender seu conjunto de normas aos camponeses. O trabalhador para se sindicalizar, precisava também ter a carteira assinada. E amplo foi o desrespeito por parte de industriais e latifundiários à Consolidação, como se o documento fosse uma mera formalidade, um acalento às reivindicações dos trabalhadores, que ano após ano cresciam em número.

Essa relação de um Estado que controlava a livre manifestação por meio do seu aparelho legal, e por conseguinte lhes trazia benesses, sem verdadeiramente atacar os problemas que ocasionaram a desigualdade no Brasil – concentração de terra e capital nas mãos de poucos e relações de trabalho em má remuneração – criou através do tempo o Populismo, ou a tendência política de conciliação dos conflitos de classe sem uma real mudança das estruturas de poder.

O populismo, como expressão política, foi uma forma direcionada de conciliação de diversos setores participantes da partilha do poder. De um lado, e a partir de 1930, uma burguesia industrial com anseios de participação mais ativa politicamente, do outro, os oligarcas rurais e grandes proprietários que, pela posse da terra, influenciavam diretamente a política como forma de conservação do poder. E no meio, os trabalhadores, com movimentos de reivindicação de melhorias de suas condições de vida, demonstrando-se perigosos aos dois primeiros por serem uma força com potencial desconhecido, devido a multidão que abarcava.

Como forma de pacificação, foram criados mecanismos para atender parte dos anseios da classe trabalhadora em ascensão no Brasil, e aberto um espaço de participação singela na política formal. Por parte desses novos atores populistas, continuaram intactas as relações de posse da terra pelas oligarquias rurais, ainda bastante influentes na política nacional.

O termo populismo vem recentemente recebendo diversas críticas. Os revisionistas da denominação se baseiam sobretudo na generalidade que a expressão adquiriu após sua ampla utilização, ou pelo significado que introduz à questão da participação da classe trabalhadora no processo político até 1964.<sup>184</sup>

---

<sup>184</sup> Demian Melo argumenta que o cerne da discussão sobre o conceito está inserido na crítica acerca da noção de “passividade da classe trabalhadora no pacto populista” presente em trabalhos de Francisco Weffort. MELO, Demian Bezerra de. **O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta**. Dissertação de Mestrado em História. UFF, Niterói, 2009. A crítica foi iniciada em trabalhos de Ângela de Castro Gomes e contribuiu para diferentes interpretações sobre a relação entre classe trabalhadora e estado até 1964. Ver: GOMES,

Alguns autores, ávidos em destronar a utilização do termo, defendem uma ressignificação da terminologia recalculando a participação dos trabalhadores em momentos-chaves da história brasileira. Seja pelo impacto adquirido dos operários no advento dos direitos trabalhistas, ou por uma inicial organização trabalhista autônoma que teria tido impacto na futura fundação das associações sindicais, os críticos do populismo tentam levantar o debate que os governos e o Estado brasileiro entre 1930 e 1964 não teria exercido tamanho controle sobre as classes trabalhadoras quanto os formuladores atribuíam.<sup>185</sup>

De certo, algumas críticas ao populismo desenvolveram outros aspectos que contribuíram para a historiografia do mundo do trabalho. Por diferentes grupos, a noção da participação da classe trabalhadora na conquista de direitos foi o ponto-chave para a realização de interpretações diversas dos acontecimentos do período compreendido entre 1930 e 1964.<sup>186</sup>

Alguns grupos, renunciando totalmente à utilização do populismo, trariam uma interpretação de que o aparelho legislativo trabalhista, que foi consolidado e em grande parte formulado no período de Getúlio Vargas, teria sido fruto de embates ativos por parte de grupos de trabalhadores organizados em períodos, inclusive, anteriores à Revolução de 1930. Outros grupos, menos ferrenhos contra os teóricos do populismo, centralizaram suas críticas na participação ativa e apropriação dos trabalhadores da legislação trabalhista, diferente de uma interpretação dessa vertente que priorizava o controle restritivo das organizações operárias por parte do Estado.<sup>187</sup>

---

Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª ed. Editora FGV, Rio de Janeiro 2005 e GOMES, Ângela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

<sup>185</sup> Jorge Ferreira, por exemplo, argumenta que em algum momento da história do Brasil, os trabalhadores chegaram a identificar “interesses em comum” com o estado: “No caso brasileiro, como em outros, tratou-se de uma relação, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses comuns. No trabalhismo, estavam presentes ideias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930. Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica.” FERREIRA, Jorge. FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história... op. cit.** p. 103

<sup>186</sup> Como retratado nos escritos de Paulo Fontes sobre as conquistas de operários imigrantes do Nordeste no sindicato da Companhia Nitro Química Brasileira em São Paulo entre 1930 e 1964. O autor busca correlacionar as experiências de imigrantes com o polo industrial e as atividades sindicais, trazendo um novo aspecto para a luta por direitos na época. FONTES, Paulo. Migração nordestina e experiências operárias. São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (Orgs.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.

<sup>187</sup> Felipe Demier analisa as correntes revisionistas sobre o populismo dividindo os autores em grupos como: a corrente revisionista fluminense e a corrente revisionista da UNICAMP. O primeiro grupo, englobaria autores como Ângela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho, o segundo teriam seus principais representantes nos nomes de Alexandre Fortes, Antônio Luigi Negro, Fernando Teixeira da Silva, Hélio da Costa e Paulo Fontes. DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 4, n.8. 2012 p. 204 -229.

Para nós, a utilização do termo populismo não nos parece um problema. Remontando ao sentido de retratar uma forma de governo baseada em conciliação entre classes, distintas e em conflitos, essa forma de governo significou também concessões para os trabalhadores dentro dos limites da conservação das estruturas de poder. Ao passo que essas estruturas foram desafiadas – no caso de uma proposta de reforma agrária, por exemplo – rapidamente a classe dominante interviu, pondo fim à democracia.

O crescimento da participação dos trabalhadores na reivindicação dos direitos também não parece contradizer em total o termo populismo. Inclusive, a atuação política das massas era um dos pontos de legitimação dos governos populistas. Sem o apoio das classes dominadas, a burguesia industrial em ascensão não teria validade frente às oligarquias outrora dominantes.

Para a presente pesquisa, seguimos a linha interpretativa de que, mesmo imersos ao aparelho de dominação do Estado – que se manifestava de diversas formas, sendo duas delas a legislação trabalhista e o controle sindical -, a classe trabalhadora organizada conseguiu benefícios significativos, ainda que de forma limitada.

Esses ganhos não subverteram as relações de dominação, mas significaram avanços para os trabalhadores no âmbito de melhorias de condição de trabalho e remuneração. Imersos na estrutura de dominação, e com ação dentro das ferramentas desenvolvidas pela classe dominante – ação sindical e na Justiça do Trabalho -, as reivindicações ficaram restritas aos limites impostos pela classe dominante, seja a do Estado, ou no âmbito privado de controle.

A política populista brasileira teve a sua forma desenvolvimentista mais aguerrida no governo Juscelino Kubistchek. Com a iniciativa de industrialização do Brasil, abertura econômica para o capital estrangeiro e integração nacional, um dos impactos do mandato de JK foi o acirramento das desigualdades e a concentração econômica.

Com o intenso processo de industrialização da economia brasileira, a entrada de capital internacional foi intensificada. Em conjunto com o empresariado nacional, os investidores estrangeiros desenvolveram ferramentas para a defesa de seus interesses frente às reivindicações de melhorias por parte do operariado brasileiro.

Frente a uma classe trabalhadora urgente por reformas, e uma gama de políticos ineptos a oferecerem alternativas que atendessem seus interesses, o empresariado teve que procurar

alternativas para conseguir pôr em curso o plano de controle econômico do país. Por meio da atuação do IPES, IBAD e ESG, os interesses empresariais e de associados seriam priorizados.<sup>188</sup>

Por intermédio desses agentes, a classe dominante buscou desestabilizar política e socialmente o Brasil, com o objetivo de instaurar um regime que visasse atender às suas demandas e interesses financeiros. Com a crescente participação da classe trabalhadora no jogo político, tornou-se necessário neutralizar essa força que, caso ganhasse espaço, prejudicaria os planos de pôr em prática um projeto político e social de interesses ao capital privado.

Para criar um aparato efetivo, era necessário a junção de diversos fatores para dar curso ao processo de enfraquecimento das classes trabalhadoras. Por intermédio do IPES e do IBAD, a ação se dava em forma de convencimento da sociedade e das massas de um eminente perigo comunista sobre o país. Essa linha de interpretação dos acontecimentos sociais e políticos, em curso nos anos 1960, tomou eco em partidos e representantes dos conservadores.

A desestabilização do contexto político por parte do empresariado se deu, sobretudo, na ação do IPES e do IBAD. Como órgãos, ambos tinham como objetivo manipular a opinião pública e angariar adeptos a suas instituições, aglutinando participantes com viés político conservador contra as medidas defendidas pelos setores reformistas e de esquerda em todo o país.

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais foi oficialmente fundado em 29 de novembro de 1961, e foi recebido positivamente pela imprensa. Publicamente, sua função era de organização que contava com a participação de “empresários e intelectuais” que buscavam “participar de acontecimentos políticos e sociais” que apoiavam “as reformas moderadas das instituições políticas e econômicas existentes”.<sup>189</sup>

Essa era a visão que o IPES buscava passar aos apoiadores e defensores da instituição. Mas a sua verdadeira ação estava em desenvolver uma “sofisticada e multifacetada campanha política, ideológica e militar”,<sup>190</sup> buscando promover um clima de inquietude no cenário político por meio de ataques aos agentes reformistas e de esquerda do país.

Em complemento, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, fundado no fim da década de 1950, tinha como objetivo “defender a democracia”, e foi a face da ação da classe

---

<sup>188</sup> DREIFUSS. *op. cit.* p. 163

<sup>189</sup> DREIFUSS. *ibid. Idem*

<sup>190</sup> DREIFUSS. *ibid.* p. 164

dominante mais pública. Como definiria Dreifuss “O IBAD agia como uma unidade tática e o IPES operava como centro estratégico”.<sup>191</sup>

Concluindo a tríade, estava a Escola Superior de Guerra, fundada ainda durante o governo Eurico Gaspar Dutra, a instituição tinha como objetivo a formação de futuros militares para cargos de chefia, e em paralelo, influenciar política e ideologicamente esses oficiais. Foi da ESG que surgiram os militares de alta patente diretamente ligados ao golpe de 1964 e, como esperado, ligados ao complexo IPES/IBAD.

A ESG era o braço armado do complexo, e teve importante papel na formulação das políticas anticomunistas e dos grupos de ação mais violentos durante o processo de deposição de Goulart e instalação da ditadura. A ação da ESG, além de formar militares e civis para encher as trincheiras do IPES/IBAD, se desenvolveu para angariar novos simpatizantes como empresários, intelectuais e para contribuir com o esquema de desestabilização no panorama.

Em Pernambuco, o IBAD foi destacadamente presente na tentativa de desestabilização das eleições. Mas a presença do complexo se deu um pouco antes. Por intermédio da ESG, visitas estratégicas foram executadas em Recife, principalmente em redutos indústrias do estado, provavelmente para obter mais adeptos à causa empresária de uma modernização conservadora.

Já em 1960 se fazia sentir a presença da ESG no meio empresarial e político pernambucano. Em maio, uma comitiva com estagiários, 60 militares e 20 civis, desembarcou em Recife. Tendo toda a sua estadia noticiada pelo *Diario de Pernambuco*, os estagiários e diretores foram recebidos por autoridades já no aeroporto dos Guararapes. O *Diario de Pernambuco* em matéria, narra os objetivos da missão.

Em contato com a imprensa, afirmaram os dirigentes que o objetivo dessa viagem é proporcionar aos estagiários conhecimentos da conjuntura brasileira que servirão de base aos estudos do segundo ciclo do curso. Entrarão em entendimentos com governos e outras autoridades dos Estados visitados e manterão contatos com o povo e as instituições a fim de avaliar melhor as condições de formulação dos diversos problemas.<sup>192</sup>

A comitiva logo no dia de sua chegada, realizou visita à fábricas dos Grupo Portella, SANBRA (Sociedade algodoeira do Nordeste Brasileiro, S.A), e a Destilaria Presidente Vargas. Além disso, assistiram a palestra de Cid Sampaio sobre o desequilíbrio econômico no estado.

---

<sup>191</sup> DREIFUSS. idem

<sup>192</sup> *Diario de Pernambuco*. **Comitiva da E.S.G. visitará hoje, as jazidas de fosfato**. Recife, 18 de maio de 1960

No dia 19, os estagiários e professores visitaram outras indústrias do estado, sendo elas a Companhia de Tecidos Paulista, a Fosforita Olinda S.A., a INBRAPE, a Cerâmica São João e a Prefeitura do Recife. As visitas a CTP e a Fosforita foram cobertas em reportagens pelo *Diario de Pernambuco*.

Em visita a Fosforita, segundo o *Diario de Pernambuco*, discutiu-se o rápido crescimento da empresa e a importância da mesma na economia do estado de Pernambuco. Em palestra aos estagiários da ESG, o diretor da fábrica também destacou a construção do empreendimento com capital exclusivamente em Pernambuco. Durante sua fala, Marcos Rodrigues de Lima, diretor da Fosforita falou o seguinte:

“Pernambuco começa assim a minerar e a industrializar o seu fosfato sem pagar ao estrangeiro “royalties” e patentes, tributos estes que oneram tantos empreendimentos nacionais que constituem cabeça de ponte do domínio imperialista dos grupos internacionais.

Na realidade, nos encontramos como que numa corda bamba, estendida por sobre um abismo de subversões a interesses contrários à segurança nacional: de um lado o vendilhão da pátria, o entreguista; do outro lado, o falso patriota, subvertido a ideologia estranhas aos nossos princípios democráticos, muitas vezes disfarçado de nacionalista, tipo já muito bem definido como sendo o “melancia” – verde por fora e vermelho por dentro. Felizmente, os verdadeiros patriotas ainda são a maioria do nosso povo. E esta grande maioria, de verdadeiros Nacionalistas, com N maiúsculo, estará sempre atenta na defesa dos interesses vitais da nossa pátria”.<sup>193</sup>

Sem citar nomes, mas dando um contexto de suas atitudes, muito provavelmente o diretor da fábrica estaria se referindo à Juscelino, com sua política de abertura ao capital estrangeiro, e a Cid Sampaio, que à época, ainda tinha acordos com a Frente do Recife, mesmo que feridos com a aproximação do governador com setores conservadores.

O que fica evidente, na fala de Rodrigues de Lima, foi um descontentamento do empresariado brasileiro com as políticas postas em andamento pelo setor político no poder. Essa insatisfação com a classe política, viria a ser um dos denominadores comuns que uniam os setores conservadores que arquitetaram o golpe de 1964.

Na visita à CTP, também coberta pelo *Diario*, os estagiários foram recebidos pelo comendador Arthur Lundgren e por dirigentes da companhia. Passaram pelas instalações e observaram o funcionamento de setores das Fábricas Velha e Aurora. Durante a excursão, e debatendo sobre a renovação da maquinaria da fábrica, outra demonstração dos interesses empresariais foi dada na fala de Manuel Pinto, dirigente da CTP:

---

<sup>193</sup> *Diario de Pernambuco*. **Luta da fosforita foi contra poderosos grupos econômicos**. Recife, 19 de maio de 1960

“Com os ágios licitados nos limites atuais, torna-se quase uma veleidade estabelecer-se um plano mais ambicioso de expansão. É indispensável que sejam concedidos à tradicional industrial têxtil alguns favores substanciais, pois, sem uma renovação de base, terá a mesma de estagnar-se e ficar à margem do aperfeiçoamento técnico dos centros manufatureiros dos outros países, restringindo-se, conseqüentemente, a uma produção antieconômica e deficiente”.<sup>194</sup>

Além de demonstrar o prestígio da ESG – a presença de Arthur Lundgren era rara em qualquer ocasião -, a visita também demonstrou um aspecto do pensamento industrial da época: eram necessários incentivos aos industriais para o aperfeiçoamento de suas instalações e maquinário. No Nordeste, isso pouco tinha avançado. O centro-sul ainda era o foco da política econômica do governo federal.

A vinda da ESG à Pernambuco pode não ter sido por acaso. A comitiva passou por Natal e João Pessoa, antes de desembarcar em Recife, e depois, passaria em Salvador. O desembarque no Nordeste, pode ter sido influenciado pelas séries de reportagens de Antônio Callado, publicadas no *Correio do Amanhã*, do Rio de Janeiro, em setembro de 1959, onde eram relatadas as situações dos trabalhadores do Engenho Galiléia e a ação de Francisco Julião na resistência camponesa.<sup>195</sup>

A visita da ESG em Pernambuco pode ter servido como uma espécie de pesquisa de campo, para colher informações e tentar criar aliança com industriais proeminentes do Nordeste. É válido salientar que, no caso de Pernambuco, a missão foi frutífera tendo, inclusive, a CTP participado como financiadora de João Cleofas nas eleições de 1962.<sup>196</sup>

Ainda no processo de articulação do golpe, outro órgão de intensa atividade em Pernambuco foi o IBAD. O estado passou a ser uma das áreas mais insistentes de atuação do IBAD, visto o significado que passou a ter após a repercussão da ação das Ligas nos Estados Unidos.

O IBAD, nos meses anteriores às eleições para o executivo do estado, implementou uma ofensiva para mudança da opinião pública por intermédio da imprensa, e por meio da criação de postos assistenciais em áreas importantes de agitação política. A primeira ação se deu no Engenho Galiléia, mas se estendeu ao Recife, Escada, Barreiros, Jaboatão e Garanhuns.<sup>197</sup>

<sup>194</sup> *Diário de Pernambuco. Estagiários da ESG foram à Cia. de Tecidos Paulista*. Recife, 22 de maio de 1960

<sup>195</sup> As séries de reportagens de Callado em 1959 lhe atribuíram um processo aberto pelo advogado dos proprietários do Engenho Galiléia. Posteriormente, foram publicadas em forma de livro. CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969,

<sup>196</sup> DREIFUSS. *op. cit.* p. 331

<sup>197</sup> Informações retiradas de matérias jornalísticas do *Diário de Pernambuco* em 1962

Nessas cidades, eram realizados atos de distribuição de itens básicos e fixação de pontos de assistência médica e dentária. Além disso, discursavam os políticos e apoiadores presentes na inauguração e os dirigentes do IBAD, ressaltando o anticomunismo e o assistencialismo aos pobres pelo instituto.

Aliado à ação direta, estava o trabalho da mídia de grande porte em criar matérias de apoio e de opinião – por vezes não assinadas no editorial – sobre as ações do IBAD e ressaltando o caráter assistencialista, democrático e anticomunista da instituição. Era uma propaganda anticomunista e antirreformista disfarçada de propaganda da ação democrática. Em artigo de João Domingos da Fonseca,<sup>198</sup> o mesmo teceu a seguinte opinião sobre os “vermelhos”:

“Vamos e venhamos: “eles” têm razão de dedicar ódio ao IBAD. Então não é um desaforo que homens de empresa, comerciantes, industriais, médicos, advogados, professores, trabalhadores intelectuais e braçais se congreguem, acumulem recursos financeiros para prestar assistência social aos necessitados e para alertar o povo contra as mentiras dos comunistas?”<sup>199</sup>

O que o artigo de Fonseca não informa – além de tentar passar a ideia de que os comunistas odiavam os coitados democráticos do IBAD -, foi a presença de diversos setores da sociedade no instituto. Para além disso, também revela o intuito político das ações: “alertar o povo contra as mentiras dos comunistas”.

Ao longo do ano eleitoral ocorrem diversas inaugurações de postos pelo IBAD, em conjunto com as matérias apologéticas do *Diario*, com objetivo de intervir nas eleições e dividir as Ligas Camponesas.<sup>200</sup> Como vimos anteriormente, não surtiu totalmente o efeito desejado: Arraes foi eleito contra o financiado João Cleofas. Mas a semente do descontentamento para com os comunistas – que a esse ponto englobava trabalhistas, socialistas e reformistas – estava plantada, e reverberou na pressão social e política durante o governo de Arraes e Goulart em 1963 e 1964.

Em contraposição ao *Diario de Pernambuco*, o *Última Hora Edição Nordeste*, trazia em suas páginas denúncias sobre as intervenções do IBAD justamente em instituições democráticas como a UNE e a imprensa a nível nacional. Em 1963, o *Última Hora* dedicou grande parte de suas páginas a retratar os acontecimentos da CPI que investigou o IBAD e as

---

<sup>198</sup> João Domingos da Fonseca era redator do *Diario do Pernambuco* e responsável pela coluna Zeno Cova, que desde a década de 1940 com opiniões políticas sobre a conjuntura política brasileira.

<sup>199</sup> *Diario de Pernambuco. O ódio dos comunistas ao IBAD...* Recife, 22 de setembro de 1962

<sup>200</sup> BANDEIRA. *op. cit.* p.70

denúncias que surgiam sobre os financiamentos milionários a candidatos conservadores nas eleições estaduais.

Nos meses seguintes, até 1964, as frequentes greves em Pernambuco,<sup>201</sup> e o contexto político de descontentamento a nível local e nacional, proporcionaram um cenário de instabilidade política no Brasil. A pressão em cima de políticos reformistas em todo o país só foi possível pela eleição de uma ampla gama de deputados conservadores, alinhados com o complexo IPES/IBAD, que financiaria o mesmo.

O exército também se movimentou. Em paralelo à campanha de desestabilização promovida pelos políticos, generais e militares atuavam em conjunto com os Estados Unidos para dar início aos preparativos do golpe. A exemplo disso, está a apreensão de armas no Rio de Janeiro e em Pernambuco. No Rio, as armas foram apreendidas em Jacarepaguá, em sítio de um amigo de Carlos Lacerda, e seriam utilizadas num possível atentado a João Goulart. Em Pernambuco, 4 fuzis e 2.000 munições foram apreendidas.<sup>202</sup>

Em julho, um submarino americano desembarcou, ao largo da costa de Pernambuco, munições, revólveres, bazucas e espingardas, que depois foram distribuídas por Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte e outros estados do Nordeste.<sup>203</sup> O golpe estava em curso.

No começo de 1964, o clima de instabilidade política em todo o país se agravou. Em março, o comício das reformas organizado pela CGT despertou o ódio dos conservadores que, em resposta, fizeram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, reunindo setores da classe média, empresários e militares defendendo uma intervenção militar no Brasil.

Em 31 de março de 1964, o golpe empresarial-militar foi efetivado. Com a ação militar e apoio dos Estado Unidos, governadores, militantes, políticos, sindicalistas e intelectuais foram presos, em todos os estados do Brasil. A greve geral arquitetada pela CGT no comício de 13 de março para uma resposta ao golpe não se efetivou, e rapidamente os dirigentes do Comando foram presos.<sup>204</sup>

Em Pernambuco, além dos 5.000 boinas verdes de prontidão,<sup>205</sup> milícias organizadas anticomunistas e anti Arraes foram às ruas para baixar a repressão contra apoiadores do

---

<sup>201</sup> Ao todo, no campo e na cidade foram feitas 91 greves entre a Antônio posse de Arraes e o golpe militar. BARROS. J. C. P. *op. cit.* p.224 - 237

<sup>202</sup> BANDEIRA. *op. cit.* p. 135

<sup>203</sup> *idem*

<sup>204</sup> 20 líderes sindicais da CGT foram presos no dia 1 de abril de 1964. DELGADO. *op. cit.* p. 201

<sup>205</sup> BANDEIRA. *op. cit.* 181

governador.<sup>206</sup> Jornais, associações e sindicatos foram depredados por anticomunistas. O terror havia se instalado, e mais 21 anos viriam à frente.

Com a deposição de Goulart e a prisão de opositores do regime, os preceitos desenvolvidos pela ESG na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND) são postos em prática. Um estado de guerra total foi instalado, e os ideais de desenvolvimento econômico foram privilegiados pelo estado. Os primeiros momentos foram reservados para caçar a oposição que poderia entravar esse desenvolvimento econômico.

A imprensa também contribuiu para o clima de repressão sobre os políticos e militantes. Os veículos de comunicação de Pernambuco teceram narrativas atribuindo a culpa do clima subversivo das manifestações antes do golpe, à Arraes e Goulart. Paulo Coelho (2004) aponta a dimensão do posicionamento:

Orientada com extraordinária competência – da mesma forma que havia contribuído para criar condições favoráveis à preparação do golpe e para desestimular qualquer reação contrária eficaz – a mídia passara a fomentar após o 1º de abril, o clima propício à repressão e ao anestesiamiento da consciência popular. Aproveitando a impossibilidade de defesa, João Goulart e Miguel Arraes eram apresentados como responsáveis diretos pela subversão da ordem e pela corrupção – dita sem paralelo na história da República. Numa confusão propositada entre os dois governos e numa absoluta deturpação dos fatos. Denúncias sem quaisquer provas, totalmente inverídicas, eram divulgadas de forma sensacionalista, como se versassem sobre acontecimentos reais.<sup>207</sup>

No campo legislativo, algumas leis tiveram bastante impacto sobre os trabalhadores entre 1964 e 1967. O principal arcabouço legislativo de amplo impacto foram as modificações das leis sindicais que, em geral até 1967, foram as leis nº 4.330<sup>208</sup> e 4.725,<sup>209</sup> sobre greves e dissídios coletivos, respectivamente, e o decreto-lei nº 27,<sup>210</sup> sobre as contribuições sociais para sindicatos, aposentadoria e FGTS.

Além dessas normativas, que vieram com o objetivo de controlar os sindicatos e esvaziar a força dos dissídios coletivos, podemos elencar também como bastante impactantes as leis de arrocho salarial nº 4.923, a lei nº 5.017 que institui o FGTS e modificou a lei de estabilidade e

---

<sup>206</sup> RICARDO, Arleandra de Lima. **As cassações dos direitos trabalhistas em Pernambuco em 1964: estudo de caso de pessoas comuns atingidas pelo 1º Ato Institucional na região de Jaboatão dos Guararapes**. in SILVA, Marcília Gama da (Org.); SOARES, Thiago Nunes (Org.). Pernambuco na mira do golpe, volume 3: mundos do trabalho e dos trabalhadores. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. v. 3. p. 77

<sup>207</sup> COELHO, Fernando. **Direita, Volver: O Golpe de 1964 em Pernambuco**. Recife: Bagaço, 2004. p. 195

<sup>208</sup> LEI Nº 4.330, DE 1º DE JUNHO DE 1964. Regula o direito de greve, na forma do art. 158, da constituição federal

<sup>209</sup> LEI Nº 4.725, DE 13 DE JULHO DE 1965 Estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos, e dá outras providências.

<sup>210</sup> DECRETO-LEI Nº 27, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1966. Acrescenta à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, artigo referente às contribuições para fins sociais

a lei nº 4.824 de 1965 sobre afastamento médico, que alterou a não demissão de trabalhadores afastados.

Com um arcabouço legislativo contra os trabalhadores e o sindicato, e com o aparato repressivo vigente à época, preparado para prender o trabalhador que ousasse reivindicar direitos, a ação da classe trabalhadora teve que se voltar ao campo da Justiça do Trabalho. Mesmo com essa área de atuação, os salários foram diminuídos ou congelados, as condições de trabalho precarizadas e os trabalhadores mais e mais explorados.

### 3.4 OS TRABALHADORES DE PAULISTA ENTRE 1962 E 1967

Em Paulista, o começo dos anos 1960 foi também de efervescência. Campanhas para aumento salarial e melhoria de condições de trabalho estavam em pauta. Além disso, os trabalhadores da companhia, descontentes com a administração de Birino,<sup>211</sup> no sindicato, organizaram movimentos sem uma ativa participação da diretoria do sindicato no começo da década.

A partir do descontentamento com a gestão do presidente, um grupo de operários, mestres e contramestres, pertencentes a vertentes católicas como a Juventude Operária Católica (JOC) e Liga Operária Católica (LOC), iniciaram campanhas mais ferrenhas contra a direção do sindicato, encabeçando, inclusive, uma greve em 1962 com participação diminuta da associação.

---

<sup>211</sup> O movimento de descontentamento dos operários com o sindicato de Birino se iniciou a partir de 1957 com os resultados desfavoráveis dos movimentos de 1957. LEITE LOPES. *op. cit.* p. 432

Figura 8 — JOC feminina em frente à Igreja Matriz de Santa Isabel Rainha de Portugal



Fonte: Acervo José Sérgio Leite Lopes, *In*: CAVALCANTE, Maria Clara da Silva. **O (re)fazer da cidade: usos e apropriações do espaço urbano de Paulista-PE**. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife – 2017

A presença da JOC em Paulista era notada desde o início da década de 1940. Como uma entidade católica – e bem aceita pela diretoria da fábrica e pelos donos -, assumiu um papel educativo, e também de lazer por meio dos retiros executados em épocas de festividades como o carnaval.<sup>212</sup> A influência da JOC se deu, principalmente, por meio das operárias da tecelagem, e por alguns setores de contramestres. Os círculos católicos tiveram um importante papel na retomada do sindicato, tanto contra Birino, quanto na volta das atividades sindicais em 1966.

A greve de julho de 1962 teve participação de 111 mestres, contramestres e auxiliares, mas impactando 1.500 trabalhadores de outros setores.<sup>213</sup> Com reivindicações de aumento salarial, a greve foi realizada por um grupo rival da direção sindical, e se baseava na diferença entre salários de produtivos e classificados dentro da empresa.<sup>214</sup> O jornal Última Hora cobriu grande parte dos acontecimentos referentes:

Os contramestres e ajudantes de fiação e tecelagem da Fábrica de Tecidos Paulista continuam em greve, paralisando parcialmente as atividades da empresa, exigindo o

<sup>212</sup> LEITE LOPES. *op. cit.* 180

<sup>213</sup> LEITE LOPES. *op. cit.* p. 441

<sup>214</sup> “Produtivos” e “classificados” era a forma de denominação que a CTP utilizava para diferenciar os trabalhadores que eram remunerados por produção ou tarefa, os produtivos, e os trabalhadores que passavam por uma preparação técnica maior para operação de máquinas, os classificados.

restabelecimento da hierarquia salarial, quebrada desde o instante em que parte dos tecelões passou a perceber maiores salários. De nada adiantaram as entrevistas mantidas pelo delegado do Trabalho, sr. Enoch Saraiva, com os operários e dirigentes da Fábrica, para pôr fim ao movimento, desde que os primeiros mantiveram-se firmes nas suas reivindicações. Os representantes da empresa, durante o contato travado com o sr. Enoch Saraiva, mostraram-se temerosos de que o reajustamento dos ajudantes e contramestres despertasse os tecelões e fiandeiros e estes, de imediato, reclamem maiores salários. Prometeram, entretanto, oferecer uma contraproposta dentro de dois dias.<sup>215</sup>

A greve revelava duas situações interessantes: as diferenças salariais entre setores de uma mesma fábrica sem levar em consideração a formação técnica, visando produtividade; e o temor da Companhia em que o restabelecimento da hierarquia salarial despertasse novos movimentos de aumentos salariais. Em ambos os casos, podemos perceber que a CTP, visando aumentar seus lucros, focou numa melhor remuneração ao setor produtivo, deixando de lado a expertise técnica dos mestres e contramestres.

A greve durou entre 12 de julho à 15 do mesmo mês. O resultado foi um reajuste salarial de 2.000C\$ para os contramestres e ajudantes e também para o restante dos trabalhadores em 13%. Em reportagem à *Última Hora*, um dos dirigentes sindicais apontou “a atitude das autoridades da polícia civil do Estado, que tentaram coagir os trabalhadores durante os dias de greve”.<sup>216</sup> Essa era uma prática comum da CTP em utilizar-se do aparelho repressivo do estado para desestabilizar manifestação no município, como vimos nas páginas anteriores em relação à década de 1950.

A greve de julho teve importantes reverberações, tanto no sentido de uma melhoria salarial geral para os operários da companhia, quanto para uma renovação na direção sindical. Com uma participação diminuída da associação, e ainda assim um resultado positivo, Birino perdeu parte de sua força, e em agosto de 1962 foi vencido pela chapa composta por Antônio Pereira e Benício Fernandes Neves como presidente e vice, respectivamente.<sup>217</sup>

O descontentamento com a gestão de Birino e a influência da JOC – que perdurariam por anos, inclusive durante a ditadura – entre os operários pode ser percebido no depoimento de uma ex-fiandeira da época:

“No começo, o pessoal gostava muito de Birino, e ele era pro lado da classe mesmo, né. Ele se interessava mesmo pro lado do trabalhador. Mas depois, já ficou muito tempo lá dentro do sindicato, então o pessoal achou que ele estava enrolando, né, trabalhando mais pro lado do patrão, né. No começo, ele se interessava, e fazia muita coisa pelo operário, né. Tinha muito movimento, mas um presidente do sindicato

<sup>215</sup> *Última Hora. Acontecimentos de última hora.* Recife, 13 de julho de 1962.

<sup>216</sup> *Última Hora. A greve em Paulista.* Recife, 15 de julho de 1962

<sup>217</sup> A última ação de Birino no sindicato foi a ameaça de uma greve em 22 de agosto de 1962 contra os horários irregulares que a CTP vinha promovendo contra seus trabalhadores. A greve não chegou a ser deflagrada. *Última Hora. Tecelões de Paulista: greve de protesto contra novos horários.* Recife, 23 de agosto de 1962

interessado ajuda muito, né. Porque tinha os banqueiros que justamente eram os homens mais ligados ao sindicato e mais entendidos da classe, né. Havia muito movimento e muita gente entendeu? Mas ele também vinha, e ajudava, e fez um bocado de coisa, né, mas depois, teve uma greve que ele entregou uns banqueiros que tinha aí, que a companhia chama de subversivos (categoria talvez já pós-64), e eles fizeram todo jeito de indenizar e Birino aceitou e ajudou, né. Aí ele teve a reação dos operários (refere-se provavelmente ao desfecho da greve de 57). “[...]Então, começou uma luta medonha para tirar ele do sindicato. Porque muitos queriam que ele continuasse, porque ele tinha um jeito muito bonito de falar, ele fala com Governador, sabe como é? Porque tinha operário que via Deus no céu e Birino na terra, entendeu? Mas a maioria tava vendo que não dava mais. Aí foi aquela luta medonha, a gente fazia reunião, conversava com o povo de casa em casa, a gente dizia que tinha que mudar, que ele não tava mais servindo o povo. Na JOC, a gente fazia revisão de vida, e aí entrava o sindicato também né. E as meninas da JOC começaram a participar mais do sindicato, embora a maioria tinha medo de falar, ficava acanhada, tinha vergonha no meio daqueles homens, né, mas algumas falavam e reclamava. OS banqueiros, eles reagiam muito assim na fábrica, e aí falavam no sindicato, o pessoal da estamperia também. E mulher, as que usavam assim sempre da palavra no sindicato era as da fição, né, a gente fala. E a campanha contra Birino foi crescendo, na 1º eleição, nos perdemos (em 1960) mas na 2º, a gente ganhou (em 1962). Só sei que, quando conseguimos tirar Birino, aí entrou Antoni Pereira, que era um senhor da LOC (Liga Operária Católica), um contramestre e o vice-presidente dele, seu Benício, também era um contramestre que antes, foi da diretoria de Birino, brigou com ele, e entrou na chapa de oposição”.<sup>218</sup>

Após a “luta medonha”, o sindicato passou por uma direção que em 1963 seria mais presente no movimento de luta dos trabalhadores de Paulista. A direção de Antônio Pereira e Benicio Fernandes foi uma das responsáveis pela maior greve organizada pelo STIFTPI na história dos operários de Paulista.

Em fevereiro de 1962, foi deflagrada a greve dos trabalhadores da CTP. Em assembleia de 10 de fevereiro, os têxteis de Paulista teriam acordado na criação de um dissídio coletivo, mas após reunião em 14 de fevereiro, o recurso à Justiça foi colocado em segundo lugar em detrimento da greve deflagrada no mesmo dia.

Com cerca de 3.500 trabalhadores paralisados, a greve buscava um aumento salarial de 82% em cima dos salários de dezembro de 1962, e acompanhou o movimento de aumento salarial deflagrado por João Goulart após o fim do presidencialismo. Em contraposição, a DRT fez uma contraproposta de 70% de aumento, que foi aceita pelos operários, mas não pelos patrões. O Última Hora noticiou da seguinte forma a greve:

“As duas fábricas de tecido de Paulista estão totalmente paralisadas, desde quarta-feira, em face da greve geral deflagrada por 3.500 operários. Os tecelões aceitaram contraproposta de conciliação, encaminhada pelo Delegado do Trabalho, na base de 70%, mas os patrões insistem em que somente com aumento de 40% será firmado qualquer acordo. Durante todo o dia de hoje, o sr. Enoch Saraiva desenvolverá novos

<sup>218</sup> Depoimento de uma ex-fiandeira cedida à José Sérgio Leite Lopes. In: LEITE LOPES. *op. cit.* 439-440

contatos junto aos operários e patrões, no sentido de que os dois estabelecimentos fabris voltem à normalidade.”<sup>219</sup>

Em diferença com outros movimentos anteriores, dessa vez, os trabalhadores de Paulista entram em um conflito mais agressivo contra os patrões da CTP. Algumas medidas foram tomadas pelo operariado. O fornecimento de luz foi suspenso pelos operários. Os dois geradores que forneciam energia para toda a cidade – inclusive para a Casa Grande do coronel Arthur – foram paralisados, e o fornecimento de água também foi suspenso pelos manifestantes.

Essas medidas, demonstram uma parcial perda de autoridade dos Lundgren em relação ao operariado de Paulista. Esse corte de fornecimento de água e luz, provavelmente só aconteceu por causa do panorama político de não intervenção dos aparelhos repressivos do Estado nas manifestações trabalhistas durante o governo Arraes. Em outros momentos, medidas como essa seriam energicamente reprimidas pela própria polícia em apoio ao patronato de Paulista. Dessa vez era diferente.

No dia 16, uma proposta foi encaminhada pela CTP. Procurando tornar a público a “intransigência” dos manifestantes, a CTP publica nota no *Diario de Pernambuco* com os termos de sua contraproposta:

“A COMPANHIA DE TECIDOS PAULISTA, através sua Diretoria legalmente constituída, fazendo referência à greve deflagrada pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES NA FIAÇÃO E TECELAGEM DE PAULISTA E IGARASSU, onde pleiteia, além de outras vantagens, um aumento de 70% (setenta por cento) sobre os salários efetivos em 31 de dezembro p.p. vem tornar público que em reunião com os líderes da classe, seu Presidente e o Dr. Delegado do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, propôs um reajuste de 65% (sessenta e cinco por cento) para os operários que percebem acima do mínimo legal e de 5% (cinco por cento) para os que auferem quantia correspondente ao mínimo regional e que foram beneficiados pelas disposições do Decreto nº 51.613 de 3 de dezembro de 1962.

Com a decisão acima revela esta COMPANHIA elevado espírito de compreensão, perfeitamente compatível com as reivindicações feitas pelo citado órgão de classe.”<sup>220</sup>

O que a nota da CTP não revela, foi a recusa da companhia em pagar os salários dos dias de paralisação. Os trabalhadores solicitam o pagamento dos dois dias de greve, a empresa só concorda em pagar uma diária. O acordo não foi aceito, sendo inclusive recusado à luz de velas.<sup>221</sup>

<sup>219</sup> *Última Hora*. **Greve parou duas fábricas em Paulista: tecelões não abrem mão de 70% por cento**. Recife, 15 de fevereiro de 1962.

<sup>220</sup> *Diario de Pernambuco*. **COMPANHIA DE TECIDOS PAULISTA – Nota Oficial**. Recife, 16 de fevereiro de 1963

<sup>221</sup> *Última Hora*. **Paulista: têxteis recusaram acordo à luz das velas**. Recife, 16 de fevereiro de 1963

A greve só foi finalizada após 7 dias de paralisação. Como resultado, os trabalhadores conseguiram os 70% sobre os salários de dezembro para os classificados – 20% sobre os salários de fevereiro de 1963 – e 10% para os trabalhadores de salário mínimo e menores.<sup>222</sup> Ainda em complemento, os dias de greve não foram descontados e segundo a cláusula quinta do acordo “não haverá punição para os empregados”, o que de fato não aconteceu por completo.

As consequências da greve foram muitas. Além de uma vitória significativa dos trabalhadores – após intermediação do Delegado do Trabalho -, tendo todos os termos pleiteados conquistados, o encaminhar da paralisação foi um desvelamento da perda do poder de controle que a CTP exercia sobre seus trabalhadores. Nos depoimentos dos trabalhadores, a greve ficou marcada como um momento decisivo para o operariado paulistense:

“Nessa greve de 63, parou tudo, tudo tudo. Faltou energia na casa do Comendador, faltou tudo mesmo, não trabalho nada. Porque o coração da fábrica, vamos dizer assim, são as caldeiras, né. As caldeiras geravam energia pra fábrica, mas dessa vez dessa greve grande parou as caldeiras, parou foi tudo, né. E faltou energia. A gente não tinha recebido Paulo Afonso, ainda naquela época (referência à energia da CHESF). Em 1960, por aí assim, o prefeito comprou umas ações de Paulo Afonso (CHESF), mas não pode pagar, então a companhia pagou as ações da prefeitura, e ficou com toda a energia. Então com a greve, parou tudo naquele tempo. E não entrava nada na fábrica, os piquetes não deixavam. Nem o Comendador Arthur, nessa greve, eles deixaram entrar. O Comendador, ele tinha na (Fábrica) Aurora um lugar que ele costumava tomar banho, ele ia todo dia lá tomar banho. Então o pessoal da greve não deixou ele entrar pra tomar banho. Não deixaram. Ele voltou e foi se embora. Deixou de morar aqui, e nunca mais quis voltar pra Paulista, nem pra visitar, até ele morrer (em 1967). Nessa greve, a gente venceu, ganhou muita coisa, mas nem deu tempo de aproveitar. Porque, devido à política e ao governo, que é quem manda, veio a revolução (1964) e acabou tudo”<sup>223</sup>

Os ganhos provenientes da greve de 1963, foram também motivações para reclamações trabalhistas em 1963 e 1964 (como veremos na Seção 4). A CTP, como de costume, não cumpriu os termos do acordo. Ainda assim, a greve foi um grande passo para a classe trabalhadora de Paulista, e uma “teatralização final do enfraquecimento da dominação”, mesmo que momentânea.<sup>224</sup>

<sup>222</sup> *Diário de Pernambuco*. **Operários de Paulista voltam ao trabalho: assinado acordo**. Recife, 21 de fevereiro de 1963

<sup>223</sup> Depoimento de um ex-banqueiro. In: LEITE LOPES. *op. cit.* p. 454

<sup>224</sup> O termo “teatralização final do enfraquecimento da dominação” foi utilizado por Leite Lopes para designar o momento – datado a partir de 1960 pelo antropólogo – em que as vitórias em greves pelos operários da CTP se tornam mais efetivas e expressos significativamente marcantes na memória do operariado paulistense. Foi o caso, por exemplo, do impedimento da entrada de Arthur Lundgren em seu banho matinal nas dependências da fábrica, como supracitado. A teatralização, antes utilizada pelos patrões nos momentos de chegada dos operários à Paulista, ou nos discursos proferidos da Casa Grande, naquele momento foi utilizada pelos operários – quando publicamente impedem o dono de entrar em seu empreendimento – para demonstrar a efetiva força do operariado e o enfraquecimento da dominação. LEITE LOPES. *op. cit.* p. 439-458

No restante do ano, não houve nenhuma outra greve nem paralisações massivas pelos operários da CTP, mas o trabalho do sindicato, com assembleias sindicais de trabalhadores que discutiram aspectos econômicos e do dia a dia do operariado persistiram.<sup>225</sup>

Entre setembro de 1963 e maio de 1964, um total de 14 reuniões foram realizadas no sindicato dos tecelões de Paulista. No geral, as reuniões discutiam aspectos do cotidiano dos trabalhadores dentro das fábricas, possíveis aumentos salariais, demissões injustas e as dificuldades do sindicato e dos operários no geral.

Quadro 1 — Assembleias do STIFTPI entre 1963 e 1964

<b>Data da reunião</b>	<b>Tipo de assembleia</b>	<b>Temas discutidos</b>	<b>Falantes da Diretoria na reunião</b>	<b>Falantes de fora da Diretoria na reunião</b>
11/09/1963	Geral extraordinária	- Acordo salarial de 40% e contribuição sindical	2	4
28/09/1963	Geral extraordinária	- Pouca presença de associados - Receitas e despesas do sindicato - Apoio do governador aos trabalhadores - Importância da participação dos associados no sindicato	4	0
12/10/1963	Geral extraordinária	- Demissão de 5 banqueiros pela CTP - Abono família - Aprimoramento da comunicação dentro das fábricas - Movimento assim que as demissões fossem feitas	2	7
12/11/1963	Geral extraordinária	- Criação de um ambulatório do IAPI no mesmo prédio do sindicato - Idade limite do salário família - Demissão de operária após volta de licença médica - Rifa para pagamento das despesas e 13º salário do sindicato	2	4
12/01/1964	Geral extraordinária	- Passagem de Paulista para primeira zona de salário mínimo - Influência da C.G.T para conseguir o aumento salarial de 100% - Não confirmação do aumento salarial de 100% - Importância do aumento salarial - Necessidade de união com a CGT -	2	4
17/01/1964	Geral extraordinária	- Votação para não haver horário de trabalho aos domingos por causa do carnaval	2	3

<sup>225</sup> As atas sindicais presentes no sindicato relacionadas a assembleias gerais datam entre setembro de 1963 e maio de 1964. Na ocasião de nossa chegada no sindicato, os atuais dirigentes não souberam informar sobre a ausência das atas anteriores a setembro de 1963, e nem posteriores a maio de 1964, só constando novamente atas em 1966, data em que o sindicato retoma a direção da junta governativa implementada pelo Ministério do Trabalho após o golpe.

		- Não assinar papéis de demissão na diretoria		
26/01/1964	Geral extraordinária	- salário mínimo em igualdade à São Paulo e Guanabara - Ainda falta de concretude sobre o aumento do salário mínimo por Goulart	2	3
23/02/1964	Geral extraordinária	- Ofício de Rio Tinto sobre o Pacto de Unidade e Ação - Convênio entre IAPI e governo - Estabilidade dos médicos do sindicato - Necessidade de contribuição extra - 1927 votantes de acordo com a contribuição para pagamento - Gilvan Pio Hamsi Delegado do IAPI exonerado	2	4
25/02/1964	Geral extraordinária	- Importância dos salários para os classificados - Aumento salarial para cada categoria acima de 100% - Presidente do sindicato dos têxteis de Recife sobre Gilvan Pio Hamsi e viagem ao sul do país	2	5
01/03/1964	Geral extraordinária	- Presidentes dos sindicatos de Escada, Moreno, Recife pelo pacto dos sindicatos de Pernambuco - Falta representação dos têxteis de Goiana - Prefeito Cunha Primo: Apoio à Miguel Arraes; exemplo da união dos trabalhadores do Chile - 150.000 de ajuda aos machadeiros - Parceria aprovada com os outros sindicatos - Aprovada proposta de 118% do salário atual	2	6
15/03/1964	Geral extraordinária	- Atestado de vida das crianças gratuito pelo sindicato - Visita a domicílio pelo sindicato para atestado de vida com contribuição de 2.000 cruzeiros	1	2
22/03/1964	Geral extraordinária	- Resposta da CTP à proposta de aumento (esperar a decisão do delegado com os sindicatos do Recife) - Demora da resolução do salário dos classificados - problema no desconto do imposto sindical - Fiscalização na feira (falta de alimentos e qualidade do pão) - Desconto do salário de menores por quebra de peças (4.000 a 8.000Cr\$) - Transformador desaparecido reaparece na casa do ex-presidente - Oposição à Nicanor Leite na federação	2	4
29/03/1964	Geral ordinária	- Aprovação das operações financeiras do sindicato segundo art. 551 da CLT (761 votantes)	1	0

17/05/1964	Geral extraordinária	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento de 50% do mínimo pelo TRT (necessidade do não posicionamento contra o TRT sob pena de "prejudicar a todos da classe")</li> <li>- Situação financeira ruim do sindicato</li> <li>- aumento do preço da gasolina (incide sobre o preço das viagens de socorro à Recife)</li> <li>- Intermediação de Sebastião Barreto para não intervenção do sindicato pela ditadura ("aqui não tem agitadores nem comunistas")</li> <li>- Necessidade da continuação do "movimento de direito" - Fala de Sebastião Barreto em defesa da ditadura</li> </ul>	2	1
------------	-------------------------	--	---	---

Fonte: elaborado pelo autor com base nas atas encontradas no STIFTPI.

De um total de quatorze reuniões, sete serviram para tratar diretamente sobre o salário dos operários. A baixa remuneração sempre foi um problema ao operariado de Paulista, visto que as modificações de remuneração à nível estadual e federal demoravam a ser implementadas em Paulista, às vezes, sendo necessário movimentos de greve, paralisações ou a abertura de dissídios coletivos para apreciação da Justiça.

Entre as discussões em assembleia, nos chamou atenção a persistência sobre o tema do aumento salarial de João Goulart. Em duas reuniões, em 12 de janeiro e 26 do mesmo mês, foram levantados apoio ao reajuste que Goulart estava encaminhando, que só se efetivaria em 21 de fevereiro.<sup>226</sup> Em ambas as reuniões, companheiros presentes na assembleia apontaram uma falta de concretude sobre a medida presidencial, preferindo aguardar para formular sua requisição de aumento somente após o decreto.

Durante as reuniões, também esteve presente em discussão a necessidade de articulação com outros sindicatos e movimentos mais amplos, como a C.G.T – que inclusive foi elogiada na reunião de 12 de janeiro de 1964<sup>227</sup> - e o movimento dos sindicatos têxteis e o CONSINTRA em todo o estado de Pernambuco contra a demissão de Gilvan Pio Hamsi e posse de Nicanor Leite. A demissão de Gilvan Pio Hamsi, em fevereiro de 1964, sob a alegação do mesmo estar com tendências de esquerda no órgão.

O afastamento de Pio Hamsi em fevereiro de 1964 provocou o descontentamento de trabalhadores urbanos e rurais, tendo sido a manifestação mais marcante a da ocupação do

<sup>226</sup> DECRETO Nº 55.803, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1965

<sup>227</sup> Ata de assembleia geral extraordinária. 12 de janeiro de 1964

Edifício JK, sede do IAPI, em resposta à demissão de Hamsi.<sup>228</sup> O fator foi capitalizado pela mídia pernambucana atribuindo à administração de Miguel Arraes o caso de subversão dos trabalhadores rurais.<sup>229</sup> Em 21 de abril de 1964, Hamsi foi preso sob a acusação de subversão, sofrendo diversos processos e denúncias de pretensas atividades subversivas no IAPI.<sup>230</sup>

Nas assembleias, também eram discutidas questões assistenciais do sindicato aos trabalhadores. No sindicato de Paulista, os associados tinham direito a consultas médicas na própria sede, disponibilização de atestado de vida dos filhos para recebimento do salário família, e socorro médico para o Recife em casos mais extremos. Todos esses serviços eram essenciais para o operariado de Paulista, e o sindicato os mantinha mesmo em situação financeira difícil.

Figura 9 — Carro utilizado como ambulância pelos membros do Sindicato do Paulista



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura de Paulista. In: CAVALCANTE, Maria Clara da Silva. **O (re)fazer da cidade: usos e apropriações do espaço urbano de Paulista-PE**. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife – 2017

<sup>228</sup> BARROS, J. C. P. *op. cit.* p. 206

<sup>229</sup> SILVA, José Rodrigo de Araújo. **"Colônia de Férias de Olinda": presos políticos e aparelhos de repressão em Pernambuco (1964)**. Mestrado em História. Ano de obtenção: 2013. Paraíba – UFPB. p. 105

<sup>230</sup> Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Processos da Comissão Especial de Ex-presos políticos. Gilvan Pio Hamsi. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano disponível em: <[https://www.comissaoдавerdade.pe.gov.br/index.php/gilvan-pio-hamsi-pdf?sf\\_culture=pt\\_BR](https://www.comissaoдавerdade.pe.gov.br/index.php/gilvan-pio-hamsi-pdf?sf_culture=pt_BR)>

Também foram tema de falas dos associados a questão da necessária reação do sindicato aos atos de demissões e penalizações cometidas pela CTP. Inclusive foi o tema principal da reunião de 12 de outubro de 1963, quando na ocasião, 5 banqueiros foram demitidos sem justa causa, e o sindicato não ficou sabendo imediatamente para responder com uma mobilização de trabalhadores.<sup>231</sup> Como solução, o sindicato e os associados buscaram melhorar a comunicação dentro das fábricas, e que, ao menor passo que acontecesse alguma injustiça, rapidamente algum operário fosse comunicar ao sindicato.

Figura 10 — Operário da CTP na seção Bancos.



Fonte: Acervo do Sindicato dos Tecelões de Paulista, Abreu e Lima e Igarassu, s/d.

Ainda sobre a movimentação dos trabalhadores contra a CTP, em janeiro de 1964 eclodiu uma greve de machadeiros da companhia. Em 13 de janeiro os machadeiros das

---

<sup>231</sup> “Banqueiro” era a denominação do funcionário que trabalhava na seção de Bancos. O Banco era uma máquina que era responsável por receber uma fita de algodão da seção cardas, e transformá-la num fio cada vez mais fino, passando por diversos fusos até ficar da espessura requerida. LEITE LOPES. *op. cit.* 427

plantações de eucalipto da CTP paralisaram seus trabalhos, em número de 200 funcionários, solicitando aumento salarial e regularização da carteira de trabalho e demais direitos adjacentes. Nessa greve, a utilização do corpo armado dos vigias ficou presente, diferente das greves na região urbana de Paulista.<sup>232</sup> O *Última Hora* descreveu assim as ameaças:

“Os empreiteiros, desde o primeiro dia de greve, ameaçaram os trabalhadores com repressão armada, pondo-se em ação capangas e vigias. Apesar disso não se registrou nenhum incidente embora os paredistas, que empiquetaram os acessos à mata, já agora tenham derrubado eucalipto para fazer carvão”

A organização da greve dos machadeiros se deu pelo Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Paulista, e teve apoio do sindicato dos tecelões e do prefeito de Paulista Cunha Primo, que informou aos operários do sindicato em assembleia a ajuda de 150.000C\$r para o movimento dos machadeiros.<sup>233</sup> A greve durou 40 dias e os machadeiros conseguiram o aumento salarial e regularização de direitos trabalhistas, com intermediação da Secretaria Assistente do governo do estado.<sup>234</sup>

A penúltima reunião do sindicato antes do golpe, em 22 de março, discutiu novamente sobre aumento salarial, tendo uma resposta da CTP referente à um aumento somente após da decisão do dissídio coletivo realizado pelo sindicato de Recife. Por estarem na mesma zona salarial, desde fevereiro de 1964, o aumento salarial para os trabalhadores de Recife, influencia no salário dos operários de Paulista. A última reunião antes do golpe de 29 de março foi uma formalidade, referente ao artigo 551 da CLT sobre as movimentações financeiras do sindicato.

A assembleia que sucedeu o golpe só aconteceu 1 mês e meio depois. Nesse encontro, foram discutidos novamente o aumento salarial, a vida financeira precária do sindicato e a questão do aumento do custo com despesas básicas como gasolina, que influenciava diretamente na atuação da organização, visto que o órgão financiava viagens particulares de socorro à operários para Recife ou Olinda.

Na reunião, o golpe foi citado diretamente pelo vice-presidente do sindicato, Benício Fernandes Neves, com uma fala em apoio ao movimento, e alegando a inexistência de comunistas no sindicato. Também agradeceu a intermediação do deputado Sebastião Barreto. Em seguida, José Rodrigues – que viria a ser presidente do sindicato após a retomada do mesmo em 1966 – explanou sobre a necessidade da continuação do trabalho do sindicato, e que o golpe

<sup>232</sup> *Última Hora. Machadeiros de Paulista há 32 dias de greve: 800 pessoas resistem à fome*. Recife, 15 de fevereiro de 1964

<sup>233</sup> Assembleia geral extraordinária. 01 de março de 1964

<sup>234</sup> *Última Hora. Acordo cessou greve de 40 dias dos machadeiros de Paulista e Abreu e Lima*. Recife, 23 de fevereiro de 1964

só influenciou nos políticos profissionais, não na vida social. Por fim, Sebastião Barreto, explanou sobre o caráter positivo do golpe como uma nova vitória para o Brasil

“Em seguida, uso a palavra Benício Fernandes Neves fez a sua explanação referente ao movimento sadio para o bem da sociedade, porque nos faz lutamos sempre para adquirir aquele que é de necessidade para a classe. Também digo que aqui não tem agitadores nem comunista. O mesmo revelou aos associados que se acha presente na assembleia dizendo que aqui no nosso sindicato não botaram intervenção por graça primeiro de Deus, em seguida a este jovem que se acha presente aqui nesta assembleia Dr. Sebastião Barreto foi quem defendeu de uma intervenção no sindicato. Em seguida, usou a palavra companheiro José Rodrigues fez a sua explanação referente a vida sindical. O mesmo fez um apelo a assembleia para que nós devemos continuar com o nosso movimento de direito, porque continua de pé, este movimento de mudança foi com políticos profissionais não para a vida social. Principalmente para os sindicatos porque aqui nós não temos comunista tempos homem de deus que nos conhecemos a vida destes diretores de perto. É por isto companheiro é que eu digo que continua com nosso sindicato sempre de frente a frente os nossos direitos. Em seguida usou a palavra Dr. Sebastião Barreto, fazendo uma brilhante explanação dizendo ele que por termos uma atitude de modo que eu vou dizer a vocês, desde o dia primeiro do movimento revolucionário que eu estive de frente a todo movimento mais uma vez digo que a revolução era mais do que necessária, digo por que a situação ia ser a mais complicada do nosso Brasil. Em pra vocês mais um esclarecimento primeiro que todos candidato que passaram, tanto Sr. Cleofas como Sr. Miguel Arraes gastaram dinheiro da nação. Por este motivo mais uma volta pela legalidade e que vem assegurar os nossos direitos em toda parte do país do nosso Brasil, porque companheiro, agora com este novo movimento o nosso Brasil canto mais uma vitória para todos brasileiros.”<sup>235</sup>

No entanto, os posicionamentos da matriz católica em defesa da diretoria não surtiram efeito. Em junho de 1964, o sindicato sofreu intervenção. Em fevereiro de 1965 uma junta governativa assumiu o sindicato, mas foi substituída por um inspetor do trabalho em outubro do mesmo ano. A retomada do sindicato só se daria com a eleição de José Rodrigues Costa Filho e sua posse em 12 de fevereiro de 1966.

Durante as intervenções do sindicato entre junho de 1964 e fevereiro de 1966, a associação pouco se movimentou; não realizando greves nem impetrando dissídios coletivos, o que seria motivo de lamento da diretoria que assumiu em 1966. A presença dos presidentes também não se faz nos processos trabalhistas – como veremos na Seção 4 – sendo a defesa dos trabalhadores feita pelos advogados sindicais que permanecem na associação mesmo em períodos de intervenção.

A retomada da associação pelos operários se deu de forma problemática. Após três convocações de eleições para uma nova diretoria,<sup>236</sup> os trabalhadores finalmente conseguiram eleger José Rodrigues da Costa Filho como presidente. Rodrigues era ligado à JOC e à LOC,

<sup>235</sup> Ata da assembleia geral extraordinária. 17 de maio de 1964

<sup>236</sup> LEITE LOPES. *op. cit.* p. 548

tendo assim um apoio dos militantes de matrizes católicas e de autoridades da Igreja local, como veremos mais à frente pela comunicação que a diretoria manteve com essas autoridades.

A intervenção no sindicato deixou consequências para a gestão de Rodrigues. Como veremos nos Quadros 2 e 3, o período de intervenção deixou o sindicato com diversas dívidas e foi relatada também a ausência de atas de assembleia gerais e de reuniões do conselho fiscal, além do desaparecimento de livros de registros de associados.<sup>237</sup> Após a posse da diretoria, as reuniões do Conselho Fiscal e Diretoria e as assembleias gerais foram todas registradas.

Quadro 2 — Atas de assembleias gerais entre 1966 e 1967

Data	Tipo da assembleia	Temas discutidos	Falantes da Diretoria na reunião	Falantes de fora da Diretoria na reunião
12/02/1966	Geral extraordinária	- Posse da diretoria do sindicato - Presença de Washington Luiz Delegado do Trabalho - Palestra do Vigário local sobre sindicalismo cristão - Presença do administrador do sindicato Josino Dantas - Prefeito de Paulista sobre a construção de 595 casas em Chã de Mineiros - Presidente falou em não permitir política dentro do sindicato - Washington Luiz sobre os desafios do sindicato e que a diretoria não se envolvesse com corruptos e subversivos	1	0
29/03/1966	Geral ordinária	- Artigo 551 CLT escrituração da ordem contábil - Reprovação das contas referentes ao período de intervenção (115 votos contrários, 13 brancos e nulos e nenhum a favor)	1	0
14/05/1966	Geral extraordinária	- Aumento salarial negado pela diretoria em conversa com o diretor Fisher - Esclarecimentos pelo advogado do dissídio coletivo para o TRT para aumento salarial de mesmo caráter do sindicato de Recife - Posto em votação, dissídio coletivo aprovado	2	0
02/06/1966	Geral extraordinária	- Novamente nada de concreto para aumento salarial pela diretoria da CTP - Fala de apoio ao presidente por associado	1	2

<sup>237</sup> “Em seguida o Sr. Presidente fez um longo esclarecimento sobre a situação que nós encontramos ao receber a direção deste sindicato. Para que os presentes tivessem uma ideia de como se encontra o nosso órgão de classe, o sr. Presidente apresentou um levantamento dos débitos encontrados num montante de 6.500.00 Cr\$. Em seguida foi esclarecido aos presentes a desorganização burocrática do sindicato como seja: falta de livros de registros de associados e também falta de livros de atas e outras desorganizações.”. Ata de reunião da Diretoria e conselho fiscal. 24 de fevereiro de 1966

		- Solicitação do Presidente do sindicato por mais um prazo para conseguir aumento junto a diretoria da CTP		
26/06/1966	Geral ordinária	- Aprovação da previsão orçamentária para 1967 (aprovada por 52 votos unanimemente) - Previsão de aumento das despesas sindicais pelas demissões em massa pela CTP e diminuição na contribuição	1	0
12/07/1966	Geral extraordinária	- Advogado da companhia negou proposta de aumento salarial - Propostas de dissídios coletivos por 3 associados - Aprovado proposta de 80% para classificados e produtivos por 175 votos	1	3
25/11/1966	Geral extraordinária	- Proposta salarial da companhia em 20% - 3 associados usaram a palavra para rejeitar a proposta da CTP - Associado propõe um novo desconto sindical para pagamento do 13º salário dos funcionários do sindicato - Advogados explanam sobre o custo de vida (30 a 40% mais caro que Recife)	2	4
31/03/1967	Geral ordinária	- Aprovação do Balanço financeiro (aprovada por unanimidade) - 4 propostas de associados para reajuste do desconto sindical (1.000cR\$ e 1.200 por pessoa extra)	3	4
29/03/1967	Geral ordinária	- Artigo 551 CLT escrituração da ordem contábil (aprovado 129 votos, 13 em branco e nulos) - Situação financeira ruim do sindicato visto as demissões - Proposta de aumento para 1.000Cr de contribuição aprovada -	2	2
30/06/1967	Geral ordinária	- Previsão orçamentária para 1968 (aprovada unanimemente por 42 votos)	1	0
12/11/1967	Geral extraordinária	- Situação financeira difícil e alienação de um aparelho de raio x - Aprovado pelos associados em votação (49 a favor, 1 contra, 2 nulos)	1	3

Fonte: elaborado pelo autor com base nas atas encontradas no STIFTPI

Diferente da gestão de Antônio Pereira, as atas das reuniões da diretoria e do conselho fiscal ainda estão arquivadas no atual Sindicato de Paulista. Em contraposição ao baixo número de assembleias gerais no período – apenas 11 reuniões foram realizadas entre fevereiro de 1966 e dezembro de 1967 –, as reuniões de diretoria são mais recorrentes, sendo um total de 28 encontros.

Quadro 3 — Atas das reuniões da Diretoria e Conselho Fiscal entre 1966 e 1967

Data	Temas discutidos na reunião
24/02/1966	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Posse da diretoria</li> <li>- Dívida deixada pelo sindicato na intervenção (6.500.000 Cr\$)</li> <li>- Desorganização deixada pela interventoria (falta de livros de registros de associados e atas)</li> </ul>
30/03/1966	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Afastamento de funcionário por causa de dificuldades financeiras (aprovado pelo Conselho)</li> <li>- Solicitação do presidente para os diretores não levarem pessoas que não sejam membros da diretoria por questão de sigilo</li> </ul>
24/03/1966	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Irregularidades dos tecelões das Fábricas Aurora e Velha (demissões em massa)</li> <li>- Reunião com o Delegado Washington Luiz e os diretores da companhia e do sindicato</li> <li>- Apelo para acompanhar as festividades do 2º aniversário da "Revolução de 1964" no SESC Recife</li> </ul>
05/04/1966	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório para o Delegado do Trabalho sobre as irregularidades do sindicato</li> <li>- Gratificação de 10.000cR\$ para os Secretários, Fiscais e Delegados a partir de 1º de abril</li> </ul>
28/04/1966	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Solicitação de reunião com os trabalhadores para a comemoração do 1º de maio</li> <li>- Convite ao Padre Romano para explicar aos trabalhadores o significado do 1º de MAIOR</li> </ul>
05/05/1966	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Afastamento do motorista do sindicato por situação financeira difícil do sindicato</li> </ul>
02/06/1966	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acordos salariais com a CTP</li> <li>- Presidente ia entrar em entendimento para um aumento de 30% sobre os salários atuais</li> <li>- Falou a diretoria o presidente que não achava bom entrar com dissídio coletivo visto a possibilidade de prolongar por muitos meses o acordo</li> <li>- Fala do presidente colocando a culpa da situação atual nos interventores</li> </ul>
08/06/1966	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Situação da ambulância retida em Recife</li> <li>- Ordem para dar viagem aos associados que precisarem</li> <li>- Sujeira nos banheiros e refeitórios da Fábrica Arthur</li> </ul>
17/06/1966	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Afastamento espontâneo de funcionário a 24 anos no sindicato (abriu mão da estabilidade)</li> <li>- Admissão de um motorista para o sindicato (aprovado pela diretoria) -</li> </ul>
15/07/1966	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aluguel de sala na sede do sindicato para professora de datilografia (10.000cR mensais aprovado pela diretoria)</li> <li>- Plantão noturno do sindicato</li> <li>- Socorro de membros do sindicato somente com apresentação da carteira</li> </ul>
22/07/1966	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Discussão sobre o aluguel da professora de datilografia</li> <li>- Aulas de graça para 5 associados</li> <li>- Permanência do aluguel para a professora</li> </ul>
29/07/1966	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Demissão de 2 funcionários do sindicato por causa da situação financeira</li> <li>- Organização da cooperativa de consumo dos operários da CTP</li> <li>- Utilização do carro do sindicato para transporte de mercadorias para a cooperativa</li> </ul>
05/08/1966	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Convite do Círculo Operário para participação de festividades</li> <li>- Inauguração de Biblioteca</li> <li>- Conferência sobre assuntos sociais</li> </ul>
18/08/1966	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sem resultado o dissídio coletivo na DRT</li> <li>- Afastamento do vice presidente e suplente por terem feito acordo com a CTP de tempo de serviço</li> <li>- Convite do 2 sargento a diretoria para as festividades da semana do exército</li> </ul>
26/08/1966	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Afastamento de 1º delegado do sindicato por motivo superior</li> <li>- Acordo com funcionário do sindicato por tempo de serviço (seria estudado)</li> <li>- Ofício da CTP para o sindicato homologar acordos de operários estabilizados</li> <li>- Advogados esclareceram que as homologações podiam gerar aborrecimentos futuros</li> <li>- Reclamação dos diretores ao motorista que conduzia passageiros não associados</li> </ul>
02/09/1966	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Confirmação do acordo com funcionário para demissão</li> <li>- Compra de livros para o sindicato (22 volumes)</li> <li>- Solicitação de retomada da carreta emprestada à funerária do centro</li> </ul>
09/09/1966	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Solicitação para o Delegado do Trabalho repassar o dissídio coletivo para o TRT</li> </ul>
23/09/1966	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Espera de um resultado positivo do dissídio coletivo no TRT</li> <li>- Angústia e fome na situação atual com o salário de 54.000cR\$</li> <li>- Situação financeira difícil do sindicato (arrecadação menor que despesas no mês de agosto)</li> </ul>
31/10/1966	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Esclarecimento sobre a CLT e a Lei Orgânica de Previdência Social</li> </ul>

30/11/1966	- Leitura do Decreto nº 75 de 21 de novembro de 1966, sobre correção monetária de débitos de natureza trabalhista e liberação de valores de depósito compulsório dos recursos perante os Tribunais do Trabalho - Bolsa de estudos para os filhos de associados (inscrições em janeiro de 1967)
13/01/1967	- Esclarecimentos sobre demissões de estabilizados pela CTP - A medida necessária é o encaminhamento para a Justiça do Trabalho para reintegração dos mesmos
03/02/1967	- Férias do advogado do sindicato (Adv. Claudio Leite interinamente) - Visita do presidente e associados ao IV Exército para informar os acontecimentos na cidade de Paulista com os trabalhadores estabilizados
17/03/1967	- Esclarecimento sobre o decreto 60.231 de 16 de fevereiro de 1967 - Salário para Paulista de 67.500, Recife 82.500
30/06/1967	- Criação de uma sala de enfermagem no sindicato - Entendimento com médicos e clínicos gerais da Casa de Saúde e maternidade para cessão de profissionais
31/07/1967	- Viagem ao Rio do presidente do sindicato - Assuntos tratados: registro da cooperativa dos tecelões de Paulista; visita ao TST sobre o dissídio coletivo; visita a C.N.T.I. para comunicação da resolução do dissídio
31/08/1967	- Afastamento do tesoureiro do sindicato por afastamento da CTP do quadro de funcionários - Afastamento e indenização do advogado Odir Coelho por não cumprir com suas obrigações
30/09/1967	- Telegrama do CNTI sobre resolução do dissídio no TST: aumento de 46% em cima dos salários vigentes - Apelo para transmissão aos trabalhadores do resultado pelos diretores
31/10/1967	- Escolha no domingo seguinte da chapa para eleição sindical - Esclarecimentos novamente sobre a situação precária do sindicato

Fonte: elaborado pelo autor com base nas atas encontradas no STIFTPI

Algumas considerações podem ser auferidas se considerarmos as assembleias entre setembro de 1963 e maio de 1964, em comparação às realizadas entre fevereiro de 1966 e dezembro de 1967. O primeiro ponto foi uma diminuição das realizações de assembleias gerais. Antes do golpe, um total de 14 assembleias foram realizadas num espaço tempo de 8 meses, enquanto que após 1966, apenas 11 reuniões foram realizadas no período de 1 ano e 9 meses.

A diminuição das assembleias gerais justificadas pelo panorama político repressivo da época. Após as intervenções do sindicato, o espaço pode ter sido significado pelos trabalhadores como um ambiente de pouca abertura para o diálogo, e de ínfima mobilização que não fosse pela via judicial. Outro fator que pode ter contribuído para a diminuição da quantidade de reuniões foram as dificuldades financeiras passadas pelo sindicato, exigindo um corte de custos com as assembleias.<sup>238</sup>

Em paralelo, também conseguimos perceber uma redução na participação de associados fora da diretoria nas assembleias gerais. Enquanto que no período anterior ao golpe, 47 associados participaram com falas sobre as demissões pela CTP, custo de vida, situação política e aumento salariais, após o golpe somente 18 associados contribuíram com falas nas

<sup>238</sup> Segundo debatido na assembleia da Diretoria e Conselho Fiscal de 24/02/1966, após a posse da nova gerência, as dívidas deixadas pela interventoria totalizavam Cr\$6.500.000.

assembleias. Os discursos dos associados também são mais superficiais, se limitando a propostas para os dissídios ou mensagens de apoio ao presidente do sindicato.<sup>239</sup>

Novamente, o argumento sobre o panorama político repressivo a associatividade sindical pode ser utilizado. Mas a baixa adesão dos operários ao novo sindicato também pode ser percebida nas participações das votações para dissídios coletivos e aprovação de contas do sindicato. Nas assembleias gerais durante a ditadura, as votações com participação de associados tiveram um baixo quantitativo de votantes, se compararmos com as votações realizadas na gestão de Antônio Pereira.<sup>240</sup>

Também foi relevante para essa falta de assiduidade dos associados, o grau de vigilância que passa o sindicato após as intervenções. Inclusive, na posse da diretoria de José Rodrigues, a fala do Delegado do Trabalho Washington Luiz revela o novo perfil que deveria ser seguido pela associação a partir de então:

“Como último orador, falou o sr. Washington Luiz Campos, Delegado do Trabalho fazendo uma explanação dos propósitos da sua função que era prestigiar os trabalhadores e fazer valer as leis trabalhistas. Falou em seguida das dificuldades com que vai se defrontar a nova diretoria em face das demissões de operários, no entanto diz: todos os obstáculos são transpostos, quando as intenções são boas; dizendo em seguida que os patrões que não cumprirem com as leis, serão multados, sem que se procure saber quem sejam os empregados; acrescentando em seguida, que os eleitos tenham muita cautela e não queiram nada com corruptos e subversivos, encerrando assim a reunião.”<sup>241</sup>

Nessa mesma ocasião, o prefeito nomeado de Paulista, Manoel Acácio Leite (ARENA), incluiu na sua fala o pedido de que “o presidente não permitisse política dentro do sindicato”.<sup>242</sup> Sendo assim, o perfil da associação era de um órgão que “não permitisse política” e que não quisessem “nada com corruptos e subversivos”. Uma clara restrição da liberdade de diálogo na associação. Isso também pode ter contribuído para uma significativa evasão dos operários.

Com as atas das reuniões fiscais, podemos observar o impacto da interventoria no sindicato e da campanha de demissões que a CTP realizou contra os operários. Com as

---

<sup>239</sup> Por falta de dados das atas de presença, não conseguimos avaliar a participação total de associados nas reuniões, nos limitando a analisar somente a participação de sindicalizados de fora da diretoria com falas nas reuniões como parâmetro para compreender o grau de abertura para participação operária na associação.

<sup>240</sup> 5 votações foram realizadas na gestão de José Rodrigues sendo elas: 29/03/1966 (128 votantes); 26/06/1966 (52 votantes); 12/07/1966 (175 votantes); 30/06/1967 (30/06/1967); 12/11/1967 (52 votantes). Na diretoria de Antônio Pereira, duas votações foram realizadas com participação de associados: 23/02/1964 (1927 votantes); 29/03/1964 (761 votantes).

<sup>241</sup> Termo de posse da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados. 12 de fevereiro de 1966

<sup>242</sup> *Idem.*

demissões, a diminuição das contribuições foi sentida, e a receita da associação diminuída drasticamente, sendo assunto de diversas reuniões da diretoria.

O impacto financeiro ocasionado pela baixa contribuição, incidiu no próprio quadro operacional do sindicato. Por consequência da situação financeira, um total de 5 funcionários foram demitidos. Essas demissões, além de influenciarem no funcionamento da associação, acarretaram prejuízos aos associados.

Uma das formas de assistência que o sindicato prestava, era o socorro de associados aos hospitais de Recife, em situações mais graves. Na leva de demissões do órgão, o motorista foi um dos afastados, ocasionando um prejuízo dos operários nos momentos de emergência. O STIFTPI passou cerca de um mês e 12 dias sem motorista.<sup>243</sup>

Ainda no campo do assistencialismo, algumas medidas foram tomadas para angariar recursos para o órgão. Como foi o caso da cobrança de aluguel de uma professora de datilografia que prestava serviço gratuito para filhos de alguns associados.<sup>244</sup> Apesar do momento de dificuldade, o sindicato seguiu prestando assistência aos trabalhadores, como a criação de um ambulatório na sede, e a concessão de bolsas de estudos para filhos de operários.<sup>245</sup>

No panorama político, a capacidade de negociação do sindicato com a CTP foi diminuída drasticamente. Tema de diversas reuniões, a luta por melhorias salariais encontrou diversas barreiras. A não negociação da companhia foi a primeira. O presidente José Rodrigues tentou contato com o advogado da companhia visando um aumento salarial para a categoria, sem sucesso. Somente após a entrada com um dissídio coletivo em julho de 1966, que houve uma contraproposta da CTP, mas com um percentual muito baixo de aumento. Esse dissídio ficou sob apreciação da Delegacia Regional do Trabalho por quase 2 meses, até ser encaminhado para o TRT.<sup>246</sup> A resolução do acórdão só foi publicada no *Diário da União* em 1968, após apreciação do TST, sendo ganhado o percentual de 46%.

---

<sup>243</sup> Entre 05/05/1966 e 17/06/1966. Ainda que o espaço de tempo sem motorista seja relativamente curto, é importante salientarmos que o motorista do sindicato também realiza os socorros dos trabalhadores em situação com necessário atendimento médico, e realizava viagens para a compra de suprimentos para o próprio sindicato. Ata da Reunião da Diretoria e conselho fiscal. 05 de maio de 1966 e; Ata da Reunião da Diretoria e conselho fiscal. 17 de junho de 1966

<sup>244</sup> Ata de reunião da Diretoria e Conselho fiscal. 22 de julho de 1966

<sup>245</sup> Ata de reunião da Diretoria e Conselho fiscal. 30 de novembro de 1966

<sup>246</sup> Proposta do dissídio foi aprovada em assembleia em 12/07/1966. O repasse do dissídio para o TRT só foi realizado após solicitação ao Delegado do Trabalho em 09/09/1966. Ata de assembleia geral extraordinária. 12 de junho de 1966 e; Ata de reunião da Diretoria e Conselho fiscal. 09 de setembro de 1966.

A influência do catolicismo do presidente Rodrigues foi presente por meio da ligação direta do sindicato com as autoridades religiosas e associações católicas do município. Durante a gestão, convites a párocos foram realizados, para esclarecer a situação que passavam os trabalhadores do ponto de vista do sindicalismo de matriz cristã, e a participação da diretoria em eventos, como a comemoração de 10 anos de criação do Círculo Operário.<sup>247</sup>

O Exército também teve ligações com o sindicato, mesmo que superficiais, por meio da convocação para festividades como a Semana do Exército, em agosto de 1966 e a ida espontânea do presidente e associados ao IV Exército para comunicar as demissões massivas e a situação dos trabalhadores da CTP em fevereiro de 1967.<sup>248</sup> Não foram relatadas as idas à festividade, nem o impacto da comunicação com o IV Exército em atas de reuniões posteriores.

De fato, o que se pode constatar foi que as consequências da ditadura militar no sindicato vieram sob diversos aspectos. No campo organizacional, a associação passou a funcionar com altos débitos deixados pela interventoria, e com uma baixa contribuição dos trabalhadores. As numerosas demissões executadas pela Companhia também contribuíram para a diminuição no quadro de associados. Com um sindicato em deterioração, há um impacto na efetividade da busca por melhorias por parte dos trabalhadores.

No campo de reivindicações, e com uma área de atuação restrita à via judicial – não foram encontrados relatos de greves em Paulista após a instauração do regime militar durante o período objeto de nossa pesquisa -, a rapidez e efetividade dessas melhorias era comprometida pela demora do julgamento dos dissídios coletivos.<sup>249</sup>

Ainda assim, os operários de Paulista continuaram na luta por direitos. Sua principal plataforma de atuação passou a ser a Justiça do Trabalho por meio de ações individuais. Veremos a seguir, como se deu a atuação desses trabalhadores por meio da análise dos processos da Junta de Conciliação e Julgamento de Paulista.

---

<sup>247</sup> Ata da Reunião da Diretoria e Conselho fiscal. 05 de agosto de 1966

<sup>248</sup> Ata de Reunião da Diretoria e Conselho fiscal. 18 de agosto de 1966 e; Ata de Reunião da Diretoria e Conselho fiscal. 18 de agosto de 1966, respectivamente.

<sup>249</sup> No caso de Paulista, o dissídio aprovado e impetrado em julho de 1966 só foi julgado em setembro de 1967, e publicada a decisão no *Diário da União* apenas em fevereiro de 1968.

#### 4 OS OPERÁRIOS DA CTP E A JUSTIÇA DO TRABALHO

Os trabalhadores da Companhia estavam cotidianamente envolvidos em processos da J.C.J. de Paulista. Entre reclamações trabalhistas, rescisões contratuais, inquéritos judiciais e execuções provisórias, esses operários se relacionavam com a Justiça do Trabalho reclamando seus direitos, ou realizando acordos com a companhia por diversas razões.

Ao longo dos anos, centenas de reclamações envolvendo milhares de trabalhadores foram abertas na Junta de Paulista. A partir de uma análise detalhada desses processos, conseguimos levantar aspectos importantes da relação de trabalho entre indivíduos e Companhia.

Nosso corpo documental contou com 1.325 processos envolvendo trabalhadores da CTP entre 1962 e 1967. Aplicando a metodologia da história serial foi possível a “identificação de recorrências ou mudanças de padrão no decorrer da série”.<sup>250</sup> Essas oscilações nos permitiram compreender além das informações contidas em outras fontes - como os livros de atas sindicais e as bibliografias sobre a temática -, tornando mais amplo e complexo o estudo das condições dos operários da Companhia.

Alinhando a análise quantitativa dos processos com o quadro político da época, conseguimos perceber mudanças específicas nas relações que os trabalhadores desenvolveram com a Justiça do Trabalho, o sindicato e a própria Companhia. Fatores externos à relação entre os trabalhadores e a empresa influenciaram na forma de reivindicação e na exploração exercida pela Companhia.

Em complemento a análise quantitativa, foi de grande valia para a seguinte pesquisa o exame específico e individual de determinados processos. Em ações que carregavam uma vasta quantidade de informações como depoimentos de testemunhas, razões de defesa e reclamação e decisões proferidas por juízes de diversas instâncias, conseguimos compreender as situações de exploração que os trabalhadores eram submetidos, às estratégias dos advogados nas reclamações e a forma como era aplicada a legislação em diferentes instâncias e por diferentes juízes.

---

<sup>250</sup> BARROS, José D'Assunção. A história serial e história quantitativa no movimento dos Annales. **HISTÓRIA REVISTA** (ONLINE), v. 17, p. 203-222, 2012.

No decorrer das análises, foi possível identificar a homogeneidade de causas recorrentes por anos das reclamações, e um aumento significativo da utilização das rescisões de contrato de trabalho homologadas na J.C.J. ao longo dos anos. Com base nos dados, argumentamos que as mudanças nas reivindicações e no quantitativo de demissões estavam diretamente relacionadas ao contexto político pernambucano e ao estado de liberdade do sindicato do Paulista.

O período em foco de nossa pesquisa foi marcado por uma variedade de mudanças nos aspectos políticos, sociais e econômicos do país. Essas modificações, em intensidades diferentes, influenciaram na forma como os trabalhadores agiram em diversas situações que circundavam a relação com a empresa no que diz respeito a efetivação e conquista de direitos e melhorias para a classe.

O acesso à Justiça do Trabalho não significava a garantia de efetivação plena dos direitos dos operários. Por diversos problemas no funcionamento dos tribunais, os operários eram forçados a realizar conciliações onde ganhavam bem menos do que era de direito, instituindo, no âmbito judicial, aquilo que John French chamou “justiça com desconto”.<sup>251</sup>

Dessa forma, o objetivo central da seguinte seção é compreender a atuação dos empregados da CTP nas suas lutas por direitos, suas principais reivindicações e a modificação nas formas de luta por direito de acordo com a situação geral política, econômica e social no país. Também almejamos discutir sobre a estrutura da Justiça do Trabalho como um órgão que privilegiava as conciliações, e como essas tinham um caráter prejudicial ao operário.

#### 4.1 DISCUSSÃO SOBRE A JUSTIÇA DO TRABALHO

O início da estruturação de uma Justiça do Trabalho no Brasil pode ser considerado a partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em novembro de 1930.<sup>252</sup> O novo ministério aglutinou competências diversas de outros órgãos, como as Secretarias da Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria da Fazenda e Secretaria das Relações Exteriores,

---

<sup>251</sup> FRENCH, John D. **Afogados em Leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 19

<sup>252</sup> Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

em funções que visavam desde serviços econômicos e comerciais, até estatísticas, previdência e proteção aos indígenas.

A centralização de atividades relacionadas ao trabalho em um Ministério específico ocorreu em paralelo ao desenvolvimento de uma instância solucionadora de conflitos entre proletariado e empresariado no país. Nesse contexto, foram criadas as Comissões Mistas de Conciliação<sup>253</sup> e as Juntas de Conciliação e Julgamento.<sup>254</sup> Ambos os órgãos tinham como objetivo a resolução de conflitos em âmbito nacional. No caso das Comissões Mistas, porventura não houvesse a resolução por meio de conciliação, a proposta era encaminhada ao Ministério do Trabalho para a resolução por autoridade competente. Já nas Juntas de Conciliação, o julgamento poderia ser realizado pela repartição, com possibilidade de recurso às instâncias superiores.

Esses “embriões” da Justiça do Trabalho tiveram como principal objetivo a resposta rápida aos conflitos por meio da conciliação. Esse acordo entre as partes firmado com o intermédio do setor público também tinha como objetivo pacificar as relações de conflito entre classe trabalhadora e patronato no país, mesmo não atacando o cerne do problema que eram os repetidos desrespeitos à legislação trabalhista.

Ao nosso ver, o desenvolvimento de um ministério específico para os assuntos do trabalho, atendeu a lógica do capital da necessidade apaziguamento dos conflitos advindos das relações de trabalho. A extensão dos campos de resoluções desse atrito para o Estado inicia o projeto de determinação desse ator como mediador e garantidor de uma paz social, preceito para o desenvolvimento pleno do capitalismo industrial no país.

Ou seja, com as novas demandas das classes industriais em crescimento à época, o Estado criou uma estrutura que centralizou a resolução dos conflitos e a regulamentação de direitos sob sua responsabilidade. Esse mesmo Estado, não sendo uma instituição homogênea, e atendendo a demandas da classe trabalhadora em desenvolvimento, e das classes proprietárias com objetivos diversos, procurou ceder direitos a ambas as partes, mesmo que para os operários do país, esses benefícios viessem em paralelo a obrigatoriedade de uma vinculação ao próprio Estado, por intermédio da sindicalização e seu reconhecimento via Ministério do Trabalho.

---

<sup>253</sup> DECRETO Nº 21.396, DE 12 DE MAIO DE 1932. Institui Comissões Mistas de Conciliação e dá outras providências.

<sup>254</sup> DECRETO Nº 22.132, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1932. Institui as Juntas de Conciliação e Julgamento e regulamenta as suas funções.

Dessa forma, compreendemos que a centralização da normatização das relações de trabalho, e o desenvolvimento de uma estrutura de resolução de conflitos, atendeu as necessidades de um capitalismo industrial em desenvolvimento. A criação de um arcabouço jurídico de direitos para os trabalhadores decorreu da necessidade do abrandamento dos conflitos inerentes nas relações de superexploração nos ambientes fabris na primeira metade do século, e não por uma simples correlação de forças entre o operariado em ascensão com os proprietários capitalistas, tanto foi que nessa época, a classe trabalhadora teve sua participação restrita na política formal. Sobre isso, Tiago Bernardon de Oliveira aponta:

“Afim, como já reafirmado tantas vezes, assim como só existe uma classe porque existe no mínimo outra, em permanente relação fundada na exploração, só existe resistência porque existe dominação, ou práticas que buscam exercê-la por recursos de coerção (física ou simbólica). No caso das instituições jurídicas, integrantes do corpus do Estado, ao ampliarmos a concepção do direito como arena de conflitos, não se pode jamais esquecer que elas também foram criadas como “instrumentos a serviço da dominação”. Afim, as relações de poder que constituem uma sociedade de classes, especialmente aos moldes das sociedades contemporâneas liberais-burguesas, convergem historicamente para o âmbito político e para as formas de regulamentação pelo Estado de normas que pretendem impor-se como resoluções justas dos conflitos.”<sup>255</sup>

Além da criação do aparelho da Justiça do Trabalho, ocorreu o movimento de vinculação dessa estrutura da J.T., com a sindicalização dos trabalhadores. O acesso às Juntas de Conciliação e as Comissões Mistas só podia ser realizado por empregado sindicalizado. Ou seja, a utilização do principal recurso legal de reivindicação de direitos estava estritamente ligada à sindicalização dos operários.

A criação das normas para associação no Brasil, datadas do governo Getúlio Vargas, regulavam as diretrizes para a criação dos sindicatos e continham em si aparelhos de controle desses órgãos, além de proibir a presença de aspectos ideológicos e políticos no seio da organização, segundo primeira lei sobre o assunto no país.<sup>256</sup>

Todo o aparato de construção da Justiça do Trabalho esteve atrelado à noção de sindicalização, desde o acesso aos tribunais, até o direito de benefícios como as férias.<sup>257</sup> Ou

---

<sup>255</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. Classe trabalhadora, lutas por direitos e os imperativos do capital: Diálogos e inflexões a partir de E. P. Thompson. In. MONTENEGRO, Antonio Torres; ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira. (Org.). **Historiografia: rastros e vestígios documentais de trabalhadoras e trabalhadores**. 1 ed. Recife: Editora UFPE, 2023, v. 1, p. 129-164.

<sup>256</sup> Artigo 1, inciso F: “abstenção, no seio das organizações sindicais, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso, bem como de candidaturas a cargos eletivos, estranhos à natureza e finalidade das associações.” DECRETO Nº 19.770, DE 19 DE MARÇO DE 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências.

<sup>257</sup> FERREIRA, R. L. **O "novo sindicalismo" urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências**. 1. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 67

seja, o arcabouço legal estava condicionado a essa nova esfera da vida do trabalho no Brasil, instituindo direitos, e “exigindo em troca, a sua adesão ao sindicalismo oficial controlado pelo MTIC”.<sup>258</sup>

Até a formalização da Justiça do Trabalho, como instância independente do judiciário, uma série de leis foram criadas para intervir com maior ou menor grau nos sindicatos.<sup>259</sup> Para os propósitos deste texto, o fator mais relevante é que a utilização de um importante mecanismo de reivindicação de direitos esteve inicialmente condicionada à participação em associações estritamente controladas pelo Estado, e com o objetivo de pacificação entre as partes conflitantes, pondo em segundo plano o desenvolvimento de ferramentas que garantissem a efetivação plena de direitos para os trabalhadores, o que só mudaria posteriormente, a partir de 1943.

Ao nosso ver, a estratégia de controle de massas, por meio da sindicalização e acesso à benefícios e ao judiciário restrito aos sindicalizados, criou o necessário vínculo da classe trabalhadora ao Estado, que daí por diante poderia vigiar de forma mais efetiva a massa operária, e dar bases para o desenvolvimento industrial do país. Dessa forma, a classe empresarial, serviu-se de mão de obra mais abrandada e a classe trabalhadora teve uma parcela de suas reivindicações por melhores condições acatadas. Rafael Leite contribui com um válido ponto de vista sobre o governo Vargas e suas legislações:

A promulgação das leis sindicais, no pós-1930, só pode ser compreendida, de fato, sob um ponto de vista histórico, dialético e concreto, tendo-se em mente que o Estado varguista é um Estado capitalista, e como é o caso de todo Estado capitalista, não se constitui numa entidade autônoma, neutra, exterior e superior aos embates da sociedade civil. O Estado capitalista não realiza a política dos capitalistas individualmente tomados, não representa, portanto, um instrumento, uma ferramenta nas mãos das classes dominantes, para realizar seus interesses. O Estado capitalista realiza os “interesses gerais do capital”. Isso o coloca numa situação contraditória, obrigando a conciliar as alianças com as parcelas mais ricas da sociedade, as pressões dos trabalhadores e de outras forças sociais, com as exigências do capital como um todo. Partindo desse pressuposto, percebe-se que o Estado, em si, não é um bloco monolítico, mas sim uma “relação social”, no dizer de Nicos Poulantzas, um organismo permeado pelas contradições que estão disseminadas por toda a sociedade.<sup>260</sup>

---

<sup>258</sup> FERREIRA, R. L. *idem*.

<sup>259</sup> Somente entre 1930 e 1945, 10 leis diferentes regularam os sindicatos durante o governo Vargas, em aspectos que iam desde a regularização dos órgãos até o reconhecimento dos mesmo e sobre o recolhimento do imposto sindical. Ver: FERREIRA, R. L. *ibid.* p. 52-53

<sup>260</sup> FERREIRA, R. L. *ibid.* p. 51

Construída toda a estrutura de sindicalização atrelada ao Estado, e organizada a Justiça do Trabalho como setor independente do judiciário, a partir de 1941,<sup>261</sup> a grande próxima atualização na gama de direitos e deveres dos trabalhadores foi a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943.<sup>262</sup> A Consolidação foi – e até os dias atuais segue sendo – um dos principais documentos norteadores na jurisprudência trabalhista brasileira, “um verdadeiro corpo caleidoscópico de leis que fornece orientação em quase todos os aspectos importantes do mundo do trabalho, num sentido amplo”.<sup>263</sup>

A partir das diretrizes da CLT, todo o funcionamento e regulação das relações entre empregado e empregador e da Justiça do Trabalho foram estabelecidas de forma geral para os trabalhadores urbanos. Desde a normatização das condições de trabalho e remuneração, até as diretivas sobre o funcionamento da J. T., tudo estava incluído na CLT. Porém, mesmo com um documento amplo de regularização da vida do trabalho no Brasil, em geral, a grande dificuldade foi garantir a aplicação do previsto na CLT.

O impedimento para efetivação do corpo legislativo da CLT se deu por uma variedade de fatores: desrespeito às leis por parte dos empregadores; dificuldade na fiscalização das condições de trabalho pelos órgãos competentes; e morosidade dos tribunais no julgamento de causas trabalhistas individuais e dissídios coletivos. Em resumo, a amplitude da CLT, em todos os aspectos do mundo do trabalho brasileiro, não foi acompanhada por uma efetiva estrutura de fiscalização e aplicação das leis nos tribunais pela quantidade de operários em condições precárias de trabalho por todo o país.

Em nossa visão, o mais importante aspecto que influenciou na precariedade da efetivação de direitos para os trabalhadores na Justiça do Trabalho foi o privilégio dado à conciliação nos processos. A preferência pelo acordo interferiria em todo o decorrer das ações na JCJ. A opção era preferida pelos juízes e estava constantemente presente, independentemente da fase que se encontrava o julgamento, mesmo após uma decisão favorável ao operário, como afirma Ester Sousa:

Este princípio conciliatório da Justiça do Trabalho se estende por toda a duração do processo, pois “é lícito às partes celebrar acordo que ponha termo ao processo, ainda mesmo depois de encerrado o juízo conciliatório”, é o que diz o parágrafo 3º do artigo

---

<sup>261</sup>A Justiça do Trabalho foi citada como órgão responsável por dirimir os conflitos entre empregados e empregadores nas constituições de 1934 e 1937, mas só foi organizada a partir do decreto-lei nº 1.237 de 2 de maio de 1939, e aprovada em decreto nº 6.596 de 12 de dezembro de 1940. Publicamente foi instalada em 1º de maio de 1941, com realização de grandes eventos por todo o país.

<sup>262</sup> DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

<sup>263</sup> FRENCH. *op. cit.* p. 13

764 da CLT, ou seja, o juízo conciliatório não se esgota pela simples proposta inicial de conciliação, cabendo ao juiz empregar sua força de convencimento e persuasão no sentido de tentar obter uma solução conciliatória do conflito. Se o acordo não é conseguido, o juízo transforma-se em arbitral, cabendo ser proferida uma decisão final. Dessa decisão, pode ainda haver a conciliação das partes, pelo acordo, anulando o estabelecido pelo arbítrio do juiz. O estabelecido em acordo pela conciliação, depois de lavrado o termo no cartório da junta, vale como decisão irrecorrível, ou seja, não mais poderá ser alterado valendo como matéria de direito.<sup>264</sup>

O primeiro problema inerente na conciliação no processo trabalhista é que, em geral, o teor da reclamação do operário vem acompanhado da necessidade de garantia de sua subsistência. O trabalhador ao reclamar visa ter o ganho do que é seu de direito e que foi espoliado – salário atrasado, férias não pagas, indenização ou aviso prévio, 13º, etc. -, que é parte constitutiva da sua sobrevivência. Na relação de trabalho – ou na relação de compra e venda de força de trabalho – uma das partes sempre é desfavorecida. Quanto a isso, Marx nos esclarece o teor dessa desigualdade:

O limite último ou mínimo do valor da força de trabalho é constituído pelo valor de uma quantidade de mercadorias cujo fornecimento diário é imprescindível para que o portador da força de trabalho, o homem, possa renovar seu processo de vida; tal limite é constituído, portanto, pelo valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis. Se o preço da força de trabalho é reduzido a esse mínimo, ele cai abaixo de seu valor, pois, em tais circunstâncias, a força de trabalho só pode se manter e se desenvolver de forma precária.<sup>265</sup>

Dessa forma, além das dificuldades inerentes de toda relação capitalista de compra e venda de força de trabalho, o operário ainda se confronta com a subtração de parte dos seus vencimentos previstos em lei, pela atitude do empregador, que insiste em despojar o trabalhador pela burla da legislação. Nessa ótica, a reclamação trabalhista é a reivindicação do que lhe pertence, e “conciliar significa, à primeira vista, ceder sempre direito adquirido”.<sup>266</sup>

Algumas considerações devem ser feitas em relação à conciliação e os motivos que levam as partes a entrarem em acordo. Além de em grande medida o conflito está ambientando no campo da Justiça do Trabalho, que privilegia essa forma de resolução da disputa, fatores como a condição econômica do reclamante e a morosidade da resolução podem ser colocados na equação.

Como discutimos mais acima, a reclamação trabalhista, de forma geral, busca a efetivação de direitos no que diz respeito à remuneração e condições de trabalho. Analisando o

<sup>264</sup> SOUSA, Ester Maria Aguiar de. **Juntas de Conciliação em julgamento: um estudo da eficácia da Justiça do Trabalho, em estudos de caso nas JCJ de Recife**. Dissertação de Mestrado. UFPE, 1984. pg. 31

<sup>265</sup> MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política\ Livro 1 - O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 183

<sup>266</sup> SOUSA, Ester Maria Aguiar de. *ibid.* p. 128

operariado brasileiro e sua baixa remuneração, além da possibilidade de a contenda ser realizada após uma demissão sem causa justificada, o reclamante, por vezes, não dispõe de tempo e recursos para prosseguir com o processo até a decisão judicial, ou a volta de recursos para instâncias superiores. Ou seja, o operário, após ter seu direito subtraído, e vendo-se diante da ausência da principal forma de garantir sua subsistência – seu trabalho remunerado – não tem condições de levar a frente uma disputa judicial que possivelmente se prolongará por anos, sem resolução, e terá de conciliar com o empregador para conseguir recursos para busca de um novo trabalho e para manutenção imediata da sua vida e da sua família.

A morosidade da Justiça do Trabalho, que tanto influencia na tendência para a conciliação, se dá em parte por causa da quantidade de trabalhadores que requerem a Justiça seus direitos, e em outra parte pela estrutura de resolução dos processos e a possibilidade de recursos para diferentes instâncias pelas duas partes.

Na legislação vigente na década de 1960, período foco de nossa pesquisa, caso não ocorresse a conciliação na Junta, o processo era julgado pelo presidente e pelos vogais representantes dos empregados e empregadores. Cada um realiza seu voto, e o processo é julgado, tendo sua decisão proferida para ambas as partes ficarem cientes. A partir da decisão, inicia-se o prazo para recurso.

Para decisões da Junta de Conciliação, eram admitidos dois tipos de recursos: o embargo e o recurso ordinário. Os casos de embargos valiam para as sentenças que incluíssem valores iguais ou inferiores a três salários mínimos, em Pernambuco, sendo analisada e julgada pela própria Junta.<sup>267</sup> Já o recurso ordinário era a forma de recorrer para a instância superior acerca da decisão proferida pela JCJ.<sup>268</sup>

Antes de chegar definitivamente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), o recurso passava por uma apreciação prévia da Procuradoria Regional do Trabalho. Composto por 3 desembargadores alheios às categorias profissionais, o TRT realizava os acórdãos, onde se dava a procedência ou não do recurso. A depender da decisão, ambas as partes poderiam utilizar de recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), caso a interpretação legal seja

---

<sup>267</sup> LEI Nº 2.244, DE 23 DE JUNHO DE 1954. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho na parte relativa à Justiça do Trabalho, e dá outras providências.

<sup>268</sup> DECRETO-LEI Nº 8.737, DE 19 DE JANEIRO DE 1946. Altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho referentes à Justiça do Trabalho, e dá outras providências.

diversa de outras proferidas pelo TRT ou TST, ou quando a decisão seja “proferida com violação de literal disposição de lei, ou sentença normativa”.<sup>269</sup>

Na fase de recurso de revista, o mesmo era previamente apreciado pela Procuradoria Superior do Trabalho, e posteriormente repassado ao TST. O julgamento do recurso de revista era realizado por uma das turmas compostas entre os onze ministros, sendo sete alheios às categorias profissionais, e quatro classistas, dois dos empregadores e dois dos empregados.<sup>270</sup> Após a apreciação do recurso pelo TST, a decisão era definitiva, sendo baixados os autos para a instância de origem – no nosso caso a JCJ – para o cumprimento.<sup>271</sup>

Todo esse trâmite poderia prolongar o processo até mais de 4 anos de duração para conclusão total da reclamação.<sup>272</sup> Enquanto isso, a conciliação poderia trazer uma solução para a reclamação na primeira audiência, caso as partes concordassem. Essa disparidade no tempo de resolução, e a incerteza no ganho da causa por possíveis reformas em instâncias superiores, tornava o acordo a alternativa mais segura para o trabalhador que necessitava rapidamente dos valores de indenização, mesmo que isso significasse abrir mão de uma boa parcela do montante.

Considerando todos os fatores acima mencionados, a Justiça do Trabalho carrega um teor conciliador que dificulta a efetivação de uma plena justiça para os trabalhadores. Corroborando com isso, soma-se os problemas na fiscalização da aplicação das leis trabalhistas e o desdém dos industriais ao previsto em lei. Considerando a CLT como um documento com ampla legislação sobre diversos aspectos do mundo do trabalho no país, sua aplicação não foi uniforme nos pontos supramencionados.

Ainda assim, a legislação trabalhista foi uma importante ferramenta para reivindicação de direitos e melhorias nas condições dos operários do Brasil. Em período de supressão de direitos sociais de luta por melhorias – como foi o caso da ditadura militar -, a judicialização

---

<sup>269</sup> LEI Nº 2.244, DE 23 DE JUNHO DE 1954. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho na parte relativa à Justiça do Trabalho, e dá outras providências.

<sup>270</sup> DECRETO-LEI Nº 9.797, DE 9 DE SETEMBRO DE 1946. Altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho referentes à Justiça do Trabalho, e dá outras providências.

<sup>271</sup> As decisões do TST eram passíveis de recurso ao Supremo Tribunal Federal até 1965, quando a Emenda Constitucional Nº 16 de 1965, em seu art. 17 tornou as decisões do TST irrecorríveis. Nos processos envolvendo trabalhadores da CTP, somente uma reclamação teve recurso ao STF (processo 112/62), sendo solicitado pela CTP em 1964, e apreciado somente em fevereiro de 1966, quando a Emenda Constitucional já versava sobre a impossibilidade de recurso ao STF a menos que a decisão contrariasse a Constituição. O processo 112/62 perdurou por 4 anos e 9 meses para ser concluído.

<sup>272</sup> Em média, um processo com recursos para instâncias superiores demorava 1 ano e 4 meses para ser completamente resolvido.

foi instrumentalizada pela classe trabalhadora (mas não somente por ela), como importante âmbito de busca por direitos em panoramas desfavoráveis.

A seguir, analisaremos como a classe operária da CTP desenvolveu sua luta por direitos entre os anos de 1962 e 1967. Sendo um período marcado por mudanças substanciais nos âmbitos social, econômico e político, a forma de ação também foi modificada, de acordo com a supressão de direitos trabalhistas e de liberdade sindical, e da utilização da legislação e do panorama político pela Companhia.

#### 4.2 OS OPERÁRIOS DA CTP NOS PROCESSOS DA JCJ

A Junta de Conciliação e Julgamento de Paulista, criada em agosto de 1954 com sede no mesmo município,<sup>273</sup> tramitou milhares de processos entre 1962 e 1967. Com jurisdição ampliada para a cidade de Igarassu a partir de junho de 1962,<sup>274</sup> a JCJ contou como maior industrial ativo em sua jurisprudência a Companhia de Tecidos Paulista, empresa que esteve envolvida em centenas de ações trabalhistas no recorte temporal supracitado.<sup>275</sup>

A CTP possuía um grande quadro de funcionários, isso fez com que, na JCJ de Paulista, ela fosse campeã de reclamações. Como podemos observar na Tabela 1, a CTP participou em média, de mais de 60% dos processos em Paulista, atingindo o pico de 79,86% no ano de 1965, durante a intervenção sindical, e no ano posterior ao golpe empresarial militar.

---

<sup>273</sup> LEI Nº 2.279, DE 3 DE AGOSTO DE 1954. Cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco, e dá outras providências.

<sup>274</sup> LEI Nº 4.088, DE 12 DE JULHO DE 1962. Cria Juntas de Conciliação e Julgamento nas 2ª, 4ª, 6ª e 8ª Regiões da Justiça do Trabalho; eleva à 1ª Categoria os Tribunais Regionais do Trabalho das 7ª e 8ª Regiões; extingue as atuais funções de Suplente de Juiz do Trabalho; Presidente das Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Recife; e dá outras providências.

<sup>275</sup> Em números totais, a CTP movimentou mais processos trabalhistas que todos os outros empregadores juntos na J.C.J. de Paulista entre 1962 e 1967. Além da CTP, outras empresas que se envolveram em inúmeros processos na Junta foram: Usina São José S/A, Empresa de Produtos de Coqueiros de Pernambuco, Companhia Agropecuária Santa Helena e Companhia de Cimentos Portland Poty, as três primeiras com atividades em Igarassu e a última em Paulista.

Tabela 1 — Relação do percentual de processos envolvendo trabalhadores da CTP e de outros empregadores.

ANO	PROC. DA CTP	PROC. DE OUTROS EMPREGADORES	TOTAL DE PROCESSOS ANUAIS DA J.C.J.	PORCENTAGEM TOTAL DA CTP
1962	217	95	312	69,55%
1963	188	204	392	47,96%
1964	170	89	259	65,64%
1965	234	59	293	79,86%
1966	127	71	198	64,14%
1967	389	227	616	63,15%
<b>TOTAL</b>	<b>1325</b>	<b>745</b>	<b>2070</b>	<b>64,01%</b>

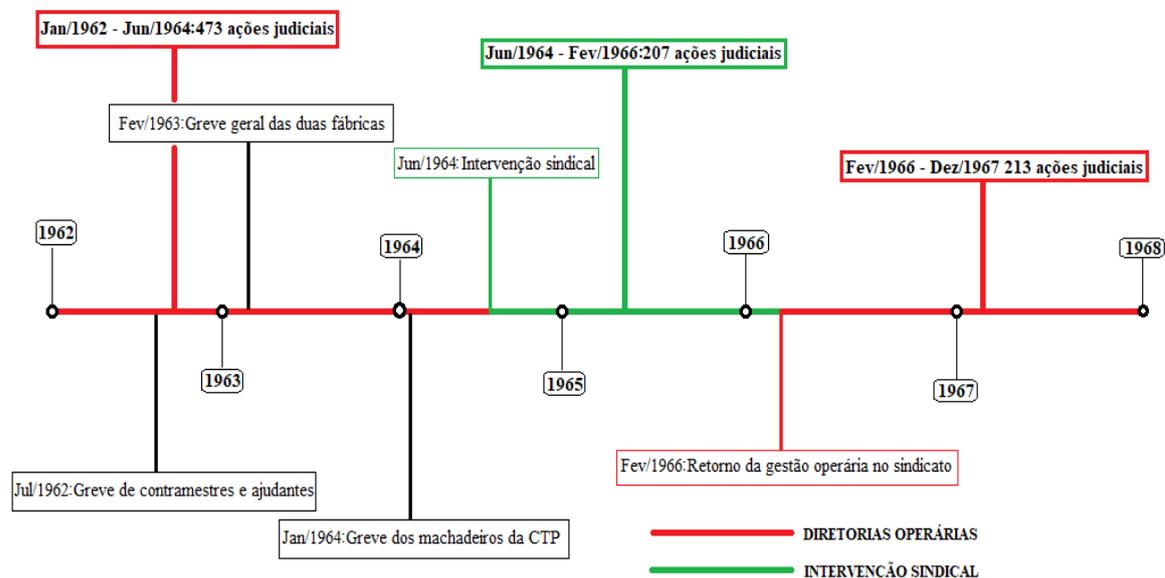
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos processos da J.C.J. de Paulista arquivados no LAHM.

Outro fator decisivo para o alto número de processos trabalhistas da CTP foi a articulação realizada pelo sindicato, em paralelo a ação judicial, implementada por movimentos de reivindicação como greves e paralisações. Dessa forma, a classe operária de Paulista, nos anos iniciais da década de 1960, manteve um alto número de reclamações e desempenhava lutas por melhorias também no chão das fábricas.

Com a intervenção sindical e a ditadura militar, as greves e paralisações foram interrompidas, e a luta por melhorias ficou circunscrita à ação judicial. A falta de uma assistência jurídica mais presente para os trabalhadores acabou diminuindo a quantidade de reclamações, se considerarmos os períodos entre 1962 e junho de 1964, momento de maior liberdade e atividade da associação.

Como podemos observar na Figura 11, durante a intervenção sindical 207 processos envolveram operários da CTP. Desse total, 107 (51,6%) reclamações não tiveram assistência judicial do sindicato e destas, 65 (31,4%) reivindicações não tiveram assessoria nenhuma para os trabalhadores, o que demonstra um descaso dos interventores em relação à luta por melhorias da classe em Paulista.

Figura 11 — Linha do tempo de greves e paralisações, processos envolvendo a CTP e intervenções sindicais (1962 - 1967)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas atas de assembleias do STIFTPI e nos processos da J.C.J. de Paulista arquivados no LAHM.

Se somarmos os dois períodos quando o sindicato não esteve sob intervenção, totalizam cerca de 686 processos envolvendo a CTP. Esse alto número de ações se deve a um maior esclarecimento sobre direitos junto ao sindicato, e uma maior liberdade de reivindicação visto que, entre 1962 e abril de 1964, o Brasil não estava sob uma ditadura, pelo contrário, o movimento de luta dos trabalhadores no país estava a todo vapor.

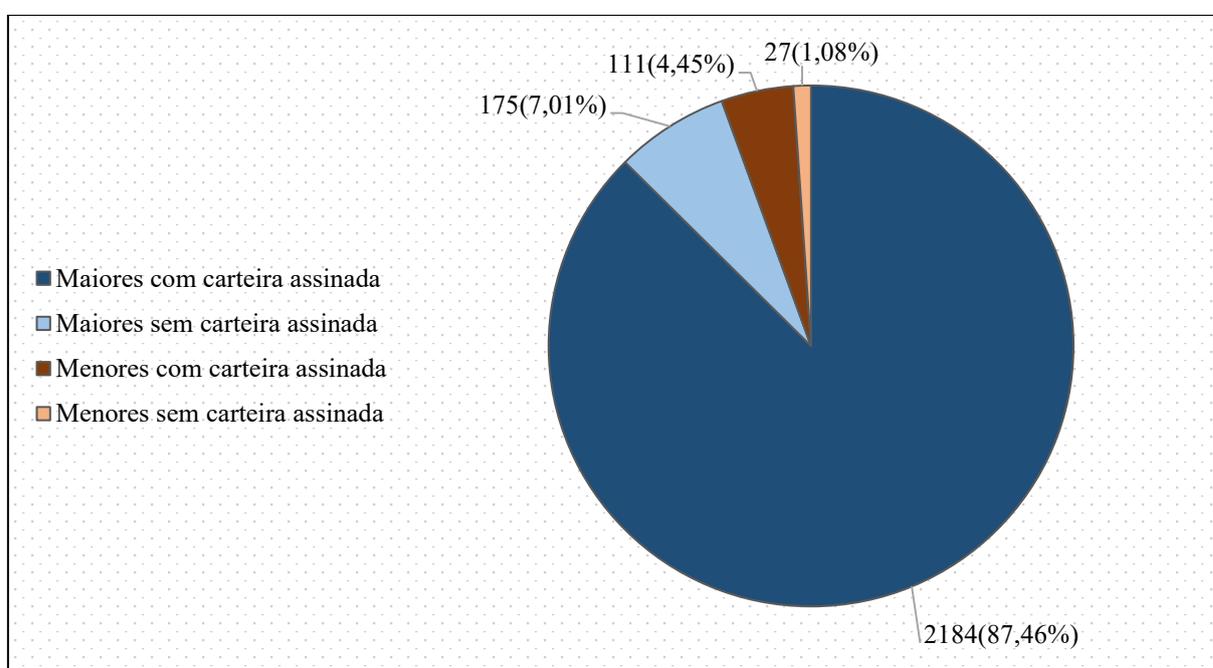
Levando em consideração o intervalo de fevereiro de 1966 até o final do ano de 1967 (1 ano e 10 meses), temos uma diminuição na quantidade de reclamações, que pode ser explicada pelo predomínio das rescisões de contrato, e por um aumento nas demissões por causa do projeto de modernização da SUDENE implementado pela CTP, como veremos na Seção 5.

Em números totais, 2.497 trabalhadores da CTP se envolveram nos 1.325 processos na JCJ, com uma média de 1,8 operário por ação. Do quantitativo total, 1.425 homens (57,07%) e 1.072 mulheres (42,93%) estiveram presentes, contando os 6 anos analisados. Durante a

pesquisa, só encontramos 6 trabalhadores estrangeiros na década, geralmente desempenhando funções técnicas ou de chefia.<sup>276</sup>

A CTP também não seguiu à risca a formalização da relação de trabalho. Dos 2.497 trabalhadores envolvidos nos processos analisados, 202 operários (8,09%) não tinham carteira assinada. O número foi relativamente baixo, mas é necessário lembrar que, além da assinatura da carteira ser obrigatoriamente prevista em lei,<sup>277</sup> uma grande parcela dos trabalhadores informais sequer conseguiria provar em juízo a relação trabalhista, e acabavam desistindo das reclamações ou nem mesmo impetrando ações.<sup>278</sup>

Gráfico 1 — Relação de trabalhadores com e sem carteira assinada por maioria



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos processos da J.C.J. de Paulista arquivados no LAHM.

Quando observamos o panorama dos trabalhadores menores de idade, a situação muda. Dentre os operários em processos da CTP, 138 funcionários estavam nessa faixa etária, e desse

<sup>276</sup> Dos estrangeiros, 3 eram alemães, 1 húngaro, 1 italiano e 1 português. Dois eram diretores, os outros eram 1 técnico de fiação, 1 mecânico, 1 chefe geral de oficinas e 1 auxiliar de escrita. Ver processos: 20/62, 29/66, 232/67, 380/67, 411/67, 668/67, 747/67 e 1165/67

<sup>277</sup> Como vide no art. 13 da CLT: “É adotada no território nacional, a carteira profissional, para as pessoas maiores de dezoito anos, sem distinção de sexo, e que será obrigatória para o exercício de qualquer emprego ou prestação de serviços remunerados.”

<sup>278</sup> 13 reclamações de trabalhadores sem carteira assinada tiveram desistências ou arquivamentos entre todos os anos.

total, 27 crianças não estavam regularizadas (19,57%).<sup>279</sup> De forma geral, esses empregados desempenhavam funções de adulto, recebendo somente metade do salário, sem o devido treinamento em escola de formação de trabalhadores como previa a CLT,<sup>280</sup> e tendo direitos como férias e indenização subtraídos.

A construção de um perfil completo dos trabalhadores por meio dos processos trabalhistas é sempre um desafio. A irregularidade de informações nos autos por vezes dificultou a construção completa do quadro efetivo de reclamantes. Ainda assim, utilizando as informações contidas nos litígios, conseguimos elaborar um quadro que relacionasse os principais estabelecimentos de propriedade da Companhia, com as seções alocadas e os cargos e funções desempenhados nestes.

Como podemos observar no Quadro 4, os principais estabelecimentos da CTP eram a Fábrica Aurora e a Fábrica Velha/Arthur. Aglomerando 16 distintas seções, as duas fábricas tinham, pelo menos, 37 diferentes funções que englobam desde trabalhadores diretamente ligados à produção de tecidos e também funcionários em atividades de conserto de equipamentos e veículos da empresa. Dentre as categorias alocadas nas duas fábricas, as que mais estiveram presentes nos processos foram: tecelões e contramestres (de tecelagem e fiação), fiandeiras, enroladeiras, banqueiros e auxiliares de escrita.

---

<sup>279</sup> O art. 415 da CLT versa sobre a obrigatoriedade da carteira: “Haverá a Carteira de Trabalho do menor para todos os menores de 18 anos, sem distinção de sexo, empregados em empresas ou estabelecimentos de fins econômicos e daqueles que lhes forem equiparados.”

<sup>280</sup> Segundo art. 80 da CLT “Tratando-se de menores aprendizes, poderão as Comissões fixar o seu salário até em metade do salário mínimo normal da região, zona ou subzona. Parágrafo único. Considera-se aprendiz o trabalhador menor de 18 e maior de 14 anos, sujeito à formação profissional metódica do ofício em que exerça o seu trabalho.”

Quadro 4 — Estabelecimentos, seções, cargos e funções de operários da CTP

ESTABELECIMENTO	SEÇÕES	CARGOS E FUNÇÕES
FÁBRICA AURORA	Seção Tecelagem Seção Elétrica Seção Gravação Seção Acabamento Seção Preparação de Algodão Seção Oficina Mecânica Seção Stenters Seção Estamparia Seção Secadeiras Seção Ensaboadeiras Seção Armazém de Pano Seção Calandras	Foguista Serventes Gravador Vigia Tecelão Ajudante de Montagem Encarregado de Calandra Depósito de Óleo Engomador Telefonista Liçadeira Contramestre de Tecelagem Ferreiro Metragem no Acabamento Navalheiro Confinação de Pano
FÁBRICA VELHA/ARTHUR	Seção Fiação Seção Preparação de Algodão Seção Engomadeira Seção Tecelagem Seção Carpintaria Seção Elétrica Seção Oficina Mecânica Seção Bancos	Banqueiro Tecelão Mecânico Lubrificador Engomador Fiandeiros Técnico de Fiação Chefe Geral de Oficinas Cardistas Batedor Enroladeira Emendadeira Ajudante de Serralheiro Urdideira Preparação de Algodão Serralheiro Carpinteiro Tirageiro Soldador Empilhador Fiador Fundidor Auxiliar de Escrita Tramista Ferreiro
GERÊNCIA EXTERNA	Gerência Externa Seção Pintor	Pedreiro e Ajudantes Servente Vigia Trabalhador Rural Industriário Sementeira de Eucaliptos
PLANTAÇÃO DE EUCALIPTOS	Gerência Externa	Servente Plantadores de Eucaliptos Pedreiro Trabalhador Rural
ENGENHO/PROPRIEDADE SANTA CRUZ	Gerência Externa	Agricultor Trabalhador Rural
DEPÓSITO/GALPÃO DE ALGODÃO	Seção Armazém de Algodão	Vigia Servente

HARAS MARANGUAPE	<i>Gerência Externa</i>	Escovador de Cavalos Servente
PROPRIEDADE RAMALHO	<i>Gerência Externa</i>	Servente Vigia
SÍTIO DE COQUEIROS CONCEIÇÃO	<i>Gerência Externa</i>	Vigia Trabalhador Rural
SÍTIO ARRIADO	<i>Gerência Externa</i>	Guarda Floresta
MATA DA MIRUEIRA	<i>Gerência Externa</i>	Vigia
FOSFATO PERNAMBUCO S/A	<i>Gerência Externa</i>	Servente
SENAI	<i>Gerência Externa</i>	Auxiliar de Escrita (Professor Primário)
SÍTIO CHÃ DE CRUZ	<i>Gerência Externa</i>	Cobrador de Aluguéis
CASA DO JUIZ PEDRO MALTA	<i>Gerência Externa</i>	Vigia

Fonte: elaborado pelo autor com base nos processos da JCJ arquivados no LAHM

Enquanto os trabalhadores nas fábricas tinham seus cargos ou funções bem delimitados e esclarecidos, o mesmo não acontecia para os trabalhadores da *gerência externa*. Eram utilizados termos como: “servente”, “trabalhador rural” ou “vigia”, para delimitar o tipo de serviço, e raramente era detalhado a função do empregado nos diversos estabelecimentos.

Mesmo sem a especificação do serviço, podemos especular, de acordo com os estabelecimentos onde trabalhavam, que a *gerência externa* abarcava as seguintes categorias: serventes de pedreiro, pedreiros, pintores, agricultores, plantadores de eucalipto, carregadores, porteiros, vigilantes, seguranças, empreiteiros, machadeiros e tiradores de coco.

A falta de detalhamento das funções é perfeitamente explicada quando consideramos que esses trabalhadores, em sua imensa maioria, não tinham carteira assinada e eram remunerados por meio da *folha amarela*. Sem uma delimitação precisa, ou em serviço que variassem de natureza, a relação de trabalho ficava ainda mais difícil de ser provada em juízo.<sup>281</sup>

Contornando as dificuldades impostas pela situação econômica e pela repressão política, ainda assim os trabalhadores da CTP foram à Justiça. Mesmo quando se encontravam nas condições mais precárias de trabalho ou de ilegalidade, esses funcionários foram em busca de seus direitos. A seguir, discutiremos quais foram os principais motivos que levaram os operários à Justiça, e como essas motivações foram modificadas com o passar do tempo, de acordo com a forma de exploração que a CTP empreendia.

<sup>281</sup> Como observamos mais à frente na seção, grande parte dos trabalhadores da *gerência externa* não tinha a CTPS assinada e tiveram dificuldade em comprovar a relação trabalhista com a CTP nos processos, ocasionando em reclamações improcedentes, ou, quando dessem sorte, acordos com indenizações mínimas.

#### 4.2.1 As principais motivações para reclamações por ano entre 1962 e 1967

Ao longo dos anos, diferentes problemas nas relações trabalhistas surgiram entre o operariado e a CTP. De acordo com o panorama político, com os movimentos de reivindicação dos trabalhadores, e de estratégias desenvolvidas pela Companhia, seus empregados tiveram cotidianamente direitos espoliados das mais diversas formas. Algumas motivações para reclamações persistiram com o tempo, e outras cresceram a depender do momento e das situações dentro ou fora das fábricas.

O ato de impetrar uma reclamação judicial em si carrega uma série de peculiaridades. A opção pela judicialização da relação, após um determinado conflito ou subtração de direito, geralmente era muito restrita a trabalhadores estabilizados. Levando em consideração as reclamações impetradas em nosso período de estudo, 395 reclamações (44,5%) tiveram estabilizados envolvidos.<sup>282</sup> Mesmo não sendo a maioria em número de reclamações, em contrapartida, a quantidade de trabalhadores era de 1064, graças aos processos coletivos, que aglutinavam diversos operários em uma só ação.

Quando a reclamação era realizada por um trabalhador não estabilizado, o mesmo podia sofrer represálias das mais diversas por diretores e chefes na fábrica. A retaliação poderia vir como a troca de turno, modificação de função ou rebaixamento de cargo, prejuízo nas condições de trabalho e até mesmo demissão.<sup>283</sup> A possibilidade de sofrer uma vingança por parte da CTP, desestimulava de forma geral os trabalhadores não estabilizados a reclamarem.

Ainda assim, após a instauração da ditadura militar, os não-estabilizados continuaram presentes na Justiça do Trabalho por ser o único âmbito de luta possível. Também foi nesse período que modificações na estrutura produtiva da CTP foram realizadas - inserção de maquinários que necessitavam maior esforço físico, supressão de atividades em alguns setores e alteração de cargos -, o que ocasionou no aumento de reclamações que versavam sobre assuntos menos recorrentes anteriormente.

Como podemos observar na Tabela 2, os assuntos com mais recorrência eram férias (528), aviso prévio (401), indenização (356) e 13º salário (334). Os quatro motivos têm uma recorrência relativamente similar por se tratarem de aspectos reclamados geralmente em

---

<sup>282</sup> Entre 1962 e 1964, um total de 886 reclamações foram impetradas por trabalhadores contra a CTP na JCJ de Paulista.

<sup>283</sup> LEITE LOPES. *op. cit.* 554

conjunto, após uma demissão sem justa causa em que a CTP não pagava os direitos do empregado.

Tabela 2 — Motivos das reclamações dos trabalhadores da CTP por ano

ASSUNTO	ANO						TOTAL
	1962	1963	1964	1965	1966	1967	
13º Salário	45	75	41	93	16	64	334
Aviso prévio	140	88	41	94	13	25	401
Indenização	118	81	38	94	11	14	356
Diferença salarial	48	86	39	52	17	38	280
Férias	132	90	104	107	16	79	528
Feriados	6	0	0	3	1	0	10
Dias santos	6	0	0	3	1	0	10
Repouso remunerado	20	24	9	5	6	19	83
Suspensão	36	6	1	7	8	20	78
Horas extras	9	7	1	0	1	0	18
Taxa de insalubridade	0	1	0	4	13	16	33
Licença gestante	4	30	1	1	1	1	38
Reintegração	10	3	3	22	10	37	85
Taxa de periculosidade	1	0	0	0	0	0	1
Horas noturnas	4	0	1	13	1	1	20
Reversão a função	2	0	3	2	4	3	14
Alteração de contrato	0	0	0	4	0	0	4
Abono família	0	0	0	3	7	41	51
Anotação da CTPS	0	0	0	0	1	5	6

Fonte: elaborado pelo autor com base nos processos da JCJ arquivados no LAHM

As demissões ocorreram, de forma geral, sobre os trabalhadores não estabilizados ou próximos de atingirem-na. Com isso, o quadro de funcionários era revitalizado, sempre exigindo novos empregados, que não carregassem os vícios do tempo do trabalho, ou menos conhecedores de leis. A demissão também compunha uma lógica de controle do operariado, como forma de punição para os trabalhadores que reclamaram contra a CTP em juízo.

A Companhia também utilizava outras formas de controle sobre os operários, como foi o caso das suspensões. Com motivos variados, a suspensão era frequentemente utilizada como forma de demonstração de poder de comando, por chefes e superiores da Companhia, visando penalizar o operário por alguma ação sua. A CLT não delimitava especificamente os casos em que são permitidas suspensões, mas corriqueiramente, o ato era relacionado com falta grave do funcionário que viesse a ocasionar possível demissão por justa causa.<sup>284</sup>

<sup>284</sup> Os motivos para justa causa são listados pela CLT no art. 482: "Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador: a) ato de improbidade; b) incontinência de conduta ou mau procedimento; c)

Sem uma lei que regulamentasse a utilização da suspensão por parte dos empregadores, uma lacuna foi aberta para o uso indiscriminado e injusto dessa ferramenta. Por outra ótica, também podemos observar a suspensão como uma forma de diminuição de remuneração do operariado, visando retaliar uma ação anterior do empregado – entrada com reclamação trabalhista e participação de greves, por exemplo –, ou apenas um espólio de seus vencimentos.

No caso da CTP, essa prática foi utilizada em todos os anos do período de nossa pesquisa. Mas o ano de 1962, em específico, chama atenção pela quantidade de reclamações relacionadas a esse assunto. Uniformemente, as reclamações solicitavam a anulação da punição e a devolução das diárias descontadas nos salários dos dias sem atividade.

Recorrentemente, as suspensões eram realizadas para penalizar os operários pela suposta quebra de peças das máquinas ou por não assinarem avisos e documentos que lhes imputavam a culpa sobre algum ocorrido na fábrica.<sup>285</sup> Como observamos na Tabela 2, o ano de 1963 foi o que teve mais reclamações nesse quesito por parte dos trabalhadores, totalizando 36 ações. Dessas, 17 processos atribuíam a suspensão pela quebra de peças e/ou máquinas por parte dos operários.

Em causas como as citadas acima, os trabalhadores recorreram às provas testemunhais para comprovar a inocência na situação e demonstrar a injustiça da suspensão. A Companhia também utilizava de testemunhas – chefes de seção, diretores ou trabalhadores de escritório – para invalidar a defesa dos operários, alegando que os funcionários eram desatentos ou preguiçosos com suas obrigações.

Um dos processos de suspensão foi simbólico quanto a falta de critérios para a aplicação das penalidades. Na reclamação 38/62, um fiandeiro foi suspenso por seu superior por 10 dias

---

negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço; d) condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena; e) desídia no desempenho das respectivas funções; f) embriaguez habitual ou em serviço; g) violação de segredo da empresa; h) ato de indisciplina ou de insubordinação; i) abandono de emprego; j) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem; k) ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem; l) prática constante de jogos de azar.”

<sup>285</sup> A suspensão por causa da quebra de peças e máquinas era a mais recorrente na Companhia, e foi uma ferramenta amplamente utilizada para prejudicar os operários. José Sérgio Leite Lopes escreve que essa estratégia já era comum nos anos 1940, e era de conhecimento dos operários que as suspensões eram ferramentas de perseguição e diminuição de salário. Ver: LEITE LOPES. *op. cit.* p. 345

sob a alegação de que o mesmo havia quebrado uma peça da máquina que operava. Em testemunho para o processo, o reclamante afirmou:

“[...] que encontrou e deixou a máquina com que trabalha em perfeitas condições de funcionamento, assim a entregando à fiandeira que o substituiu; que somente cerca das 7hs da manhã é que esta descobriu que havia uma peça quebrada na máquina e comunicou ao contramestre; que em consequência disso, a referida operária sofreu um desconto de cem cruzeiros em seus salários, e o reclamante foi suspenso por 10 dias; que durante o seu horário de trabalho, naquela noite, o reclamante não ouviu qualquer ruído, nem percebeu qualquer alteração na máquina, que indicasse haver uma peça quebrada; que não quebrou, anteriormente, nenhuma peça da sua máquina de fiação, nem tendo sofrido descontos em seus salário por este motivo; que, entretanto, a reclamada, quando se quebra uma peça de máquina, procede aos descontos nos salários dos operários sem lhes dar qualquer aviso.”<sup>286</sup>

Ou seja, o reclamante foi suspenso por 10 dias, por supostamente ter quebrado a peça de uma máquina, que também foi descontada nos salários de uma segunda funcionária. A Companhia então, atribuiu a danificação da máquina a dois operários distintos, sem ter ao menos a prova da autoria da quebra de nenhum dos dois. Para provar a ausência de culpa no processo, o reclamante recorreu a prova testemunhal da própria fiandeira que sofreu o desconto. A mesma em juízo afirmou:

“[...] que tem conhecimento de que o mesmo reclamante foi suspenso por dez dias; que o reclamante foi suspenso porque apareceu uma peça de máquina quebrada; que a referida foi mostrada ao mestre da seção e ela depoente pagou pela mesma peça a importância de Cr\$100,00; que o mesmo reclamante foi suspenso e acusado como responsável pela quebra da peça; que a depoente não compreende por que houve culpa contra o reclamante, uma vez que ela depoente foi quem pagou a peça; que o mestre da seção não fez nenhum comentário, explicando a suspensão do reclamante; que a depoente não sabe quem foi o culpado da quebra da peça.”<sup>287</sup>

Como forma de defesa, a CTP tentou alegar que outra peça havia quebrado, utilizando inclusive o depoimento do próprio chefe que suspendeu e descontou dos operários, porém, sem comprovar a autoria de nenhum dos dois operários na quebra da peça. Por consequência, a reclamação foi julgada procedente, e a CTP condenada a pagar os dias de afastamento do fiandeiro.

O processo 38/62 demonstra que, além da falta de critérios para a suspensão de funcionários, a CTP indiscriminadamente punia seus trabalhadores sem ao menos ter prova da

---

<sup>286</sup> Processo 38/62 da JCJ de Paulista. fls. 7

<sup>287</sup> Processo 38/62 da JCJ de Paulista. fls. 11

autoria do dano às máquinas, demonstrando que as punições tinham o objetivo não somente de “disciplinar” os empregados, mas de subtrair valores de seus salários sem causa justa.

As suspensões perduraram por todos os anos durante nossa pesquisa. Na maioria dos casos, as reclamações sempre versavam sobre a injustiça da punição. Ainda que fosse relativamente fácil comprovar a irregularidade, as reclamações eram conciliadas, e raramente julgadas improcedentes. O receio em prolongar um processo que não envolvesse valores muito altos nas condenações, levava a uma recorrência nas conciliações em casos desse tipo.

Outra estratégia muito utilizada pela CTP para prejudicar os trabalhadores – em específico as operárias -, foi o pagamento incorreto da licença gestante. Durante o período de seis semanas antes e seis semanas após o parto, era proibido o trabalho de mulher grávida, segundo consta na CLT.<sup>288</sup> Nesse intervalo, a trabalhadora entra em licença gestante, previsto em lei com remuneração integral de seus salários.<sup>289</sup>

De forma geral, o pagamento das licenças não era realizado de acordo com a média salarial das reclamantes, incorrendo em descontos irregulares na remuneração durante o afastamento. As reclamações desse tipo geralmente eram conciliadas por valores abaixo dos que lhe eram devidos. Também encontramos processos onde a operária, no sexto ou oitavo mês era demitida, sem justa causa e sem receber seus direitos. Essa prática demonstra uma visão compartilhada por industriais de forma geral. Luciana Varejão sobre isso escreveu:

O que importava para o patronato, dentro de sua lógica de exploração, não era pensar que a mulher poderia estar gerando possivelmente um futuro serviçal para seu empreendimento, mas sim a implicação presente do decréscimo de seus lucros à medida que a trabalhadora precisava se ausentar de seu posto por questões de saúde, ou mesmo em virtude do parto e de sua recuperação durante algumas semanas.<sup>290</sup>

Nos processos da CTP, uma reclamação nos chamou bastante atenção sobre a licença gestante. Na ação 279/63, uma tecelã com 8 anos e 2 meses de serviço reclama indenização, aviso prévio e licença gestante, após ser demitida no 8º mês de gravidez, sem justa causa e sem receber os devidos direitos. Como acontecia comumente, a defesa da CTP argumentou abandono de trabalho, e solicitou a improcedência da reclamação.

---

<sup>288</sup> Art. 392 É proibido o trabalho da mulher grávida no período de seis (6) semanas antes e seis semanas depois do parto.

<sup>289</sup> Art. 393 Durante o período a que se refere o artigo anterior, a mulher terá direito aos salários integrais, calculados de acordo com a média dos seis últimos meses de trabalho, sendo-lhe ainda facultado reverter à função que anteriormente ocupava.

<sup>290</sup> VAREJÃO, Luciana Rodrigues Ferreira. *Nos fios da resistência feminina: o labor e o enfrentamento ao patronato no setor têxtil recifense (1960 – 1964)*. 2011. 139f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. p. 86

Por meio de testemunhas, ficou provado a demissão da trabalhadora, e após apresentação de atestado médico, ficou comprovado o período de gravidez que abrangia a licença gestante. Na segunda audiência, a CTP ainda chegou a alegar cerceamento de defesa, por não ter deferido o seu pedido de adiamento para apresentação de testemunhas, ainda que a mesma tivesse confirmado que as apresentaria na audiência anterior. Esse adiamento era de caráter unicamente protelatório e de conhecimento dos advogados e juízes, como fica claro em decisão da ação 279/63:

“não merece acolhida o cerceamento de sua defesa alegado pela reclamada em suas razões finais. E não pode merecer acolhida porque a empresa reclamada tem por hábito requerer adiamento das audiências para apresentação de provas, vindo afinal a desistir das provas, o que equivale a dizer que os adiamentos tem fim meramente protelatórios.”<sup>291</sup>

O adiamento poderia ser requerido por qualquer uma das partes ou por ambas, sob a justificativa de apresentação de provas, estudo de conciliação ou impossibilidade de comparecimento. No entanto, a Companhia utilizava os adiamentos para conseguir protelar o encerramento do litígio. Na maioria dos casos, sob o pretexto de apresentação de provas a empresa desistia na audiência seguinte, demonstrando que utilizava esse artifício apenas para prolongar o processo e, conseqüentemente, vencer o trabalhador pelo cansaço, forçando acordos.<sup>292</sup>

A demissão de trabalhadores prestes a atingir estabilidade era um artifício muito utilizado pela Companhia. Funcionários com tempo de serviço entre 7 e 8 anos, pouco antes dos 10 anos da estabilidade prevista em lei, eram demitidos, sem justa causa, e sem receber seus direitos, sob a alegação de abandono de trabalho. Em depoimento, a testemunha do processo supracitado afirmou: “que é do seu conhecimento que a reclamada tem por hábito demitir os operários com 7 ou 8 anos de serviços a fim de que o mesmo (sic) não atinjam a estabilidade; que essas demissões são sem justa causa”.<sup>293</sup> O depoimento evidencia a prática comumente utilizada pela empresa, que já se tornara de conhecimento público, até mesmo dos seus próprios empregados.

O processo 279/63 foi julgado como procedente e a CTP condenada a indenizar a funcionária em Cr\$204.283,60 por indenização, aviso prévio, licença gestante e 13º salário.

---

<sup>291</sup> Processo 279/63 da JCJ de Pauista. fls. 14-15

<sup>292</sup> Em 886 reclamações, 933 adiamentos foram requeridos com média de 1,05 adiamento por ação. Cada adiamento prolongava em média um processo por mais 7 a 15 dias. Das 512 reclamações conciliadas, 133 tiveram algum adiamento durante o decorrer do litígio. Somente foram considerados os adiamentos realizados na JCJ.

<sup>293</sup> Processo 279/63 da JCJ de Paulista. fls. 10

Após a decisão da JCJ, a CTP entrou com recurso para o TRT, e uma semana após impetrado o recurso, a trabalhadora rescinde amigavelmente com a empresa em Cr\$180.000,00. A opção pela rescisão, se dava muito provavelmente por receio do prolongamento da ação por mais tempo, ou de uma possível reforma ou improcedência da decisão em instâncias superiores.

A maior incidência das reclamações sobre férias se deu por uma prática corriqueira da CTP entre os anos de 1962 e 1966. Ao entrarem de gozo de férias, os trabalhadores recebiam sua remuneração com descontos entre Cr\$1.000 a Cr\$15.000, a depender do caso.<sup>294</sup> Os operários então entravam com uma reclamação referente a essa diferença, na maioria das vezes descrevendo o valor exato devido pela empresa.

A defesa da Companhia nesses processos utilizava a justificativa de que o cálculo realizado para o pagamento dos dias de férias levava em consideração a média da produção realizada pelo empregado nos meses anteriores ao período de aquisição das férias, conforme art. 140 da CLT.<sup>295</sup> Para ilustrarmos, convém observarmos a defesa da CTP no processo 121/63:

“Relatou o sr. Presidente o processo e em seguida concedeu a palavra ao patrono da Reclamada, o qual em sua defesa disse: que improcede a presente reclamação considerando ser o Reclamante operário e perceber seus salários na base de produção, razão por que as férias percebidas na importância declarada correspondem ao período aquisitivo de 28-11-61 à mesma data de 1962. Todavia, o salário percebido pelo reclamante não é aquele declarado na inicial pelo mesmo. Nestas condições, tratando-se de um operário que trabalha a base de produção, o cálculo deve ser feito considerando-se seu salário produtivo no período aquisitivo das férias”.<sup>296</sup>

De maneira quase mecânica, essa argumentação foi utilizada pelo advogado da CTP nos diversos processos que reclamavam sobre diferença de férias. Porém, a complexidade da situação se dava quando, na fase de apuração das provas, se constatava que o operário reclamante, na maioria das vezes, recebia remuneração inferior ao salário mínimo. Ou seja, sendo o operário remunerado por produção, e não atingindo o mínimo regional, a Companhia não equiparava o pagamento como era previsto em lei.<sup>297</sup>

---

<sup>294</sup> Para fins de padronização, todos os valores citados durante a pesquisa serão em Cruzeiros (Cr\$), moeda corrente entre 1942 e fevereiro de 1967, abarcando a maior parte de nosso período objeto. Para valores de indenizações realizados após fevereiro de 1967, realizaremos a conversão do Cruzeiro Novo (NCr\$) para Cruzeiro, respeitando a proporção de Ncr\$1,00 = Cr\$1000,00.

<sup>295</sup> Art. 140. O empregado, em gozo de férias, terá direito à remuneração que perceber quando em serviço. § 1º Quando o salário for pago por diárias, hora, tarefa, viagem, comissão, percentagem ou gratificação, tomar-se-á por base a média percebida no período correspondente às férias a que tem direito.

<sup>296</sup> Processo 121/63 da JCJ de Paulista. fls. 7

<sup>297</sup> Art. 78 - Quando o salário for ajustado por empreitada, ou convencionado por tarefa ou peça, será garantida ao trabalhador uma remuneração diária nunca inferior à do salário mínimo por dia normal da região, zona ou subzona.

Essas reclamações – que por si só provavam flagrantes violações da lei por parte da Companhia -, em sua grande maioria, resultaram em conciliações, e os trabalhadores recebiam menos do que o devido pela CTP. No caso supracitado do processo 121/63, e sendo apurado que a média salarial de produção do requerente - segundo cálculo realizado com base nos 12 meses posteriores - era de Cr\$394,99 diário, e considerando que o salário mínimo fixado era de Cr\$503,33 por dia, foi proferida a seguinte decisão:

“O entendimento da reclamada baseia-se no disposto no § 1º do art. 140 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Mas, a média mensal das remunerações percebidas pelo reclamante no período de dezembro de 1961 à novembro de 1962, foi de Cr\$11.849,85, inferior ao salário mínimo vigente no mês de abril deste ano, mês em que foram concedidas as férias do reclamante, que era de Cr\$ 15.100,00.

Muito embora o preceito contido no citado § 1º do art. 140, entendemos que as férias não podiam ser pagas tomando-se por base um salário inferior ao mínimo vigente na época da concessão das mesmas férias.

Desse modo, e, sendo a diário no mês de abril de Cr\$503,33, deveria o reclamante ter percebido pelos 24 dias que ia passar em gozo de férias a importância de Cr\$ 12.079,90, e, como recebeu Cr\$ 9.479,80, tem a receber a diferença de Cr\$2.600,10.

À vista do exposto, resolve a Junta de Conciliação e Julgamento do Paulista-PE, por unanimidade, julgar procedente a reclamação condenada a reclamada a pagar ao reclamante a quantia de Cr\$2.600,10 de diferença de férias.”<sup>298</sup>

Em números totais, 111 reclamações foram realizadas sobre diferença de férias, entre 1962 e 1966, o ano de 1967 não contou com nenhuma ação incluindo esse assunto. Também é pertinente pontuarmos, que todas as ações tiveram assistência jurídica do sindicato enquanto o mesmo não estava sob intervenção, demonstrando uma ativa presença da associação junto aos trabalhadores.<sup>299</sup>

Outra forma de espoliação dos operários da CTP se deu por meio de uma prática particular da empresa. Sob o contrato de trabalho com a Companhia, diversos trabalhadores tinham o usufruto de casas para moradia durante o tempo de serviço com a mesma. Essa relação de concessão das casas estava diretamente ligada ao pertencimento aos quadros de funcionários da Companhia. Dessa forma, a moradia na parte urbana da cidade de Paulista, em sua grande maioria, estava condicionada ao trabalho para a empresa.

Na folha de pagamento dos trabalhadores residentes em casas da Companhia, uma sigla era utilizada para cobrar dos moradores a taxa de aluguel. O valor era baixo, e de forma geral

<sup>298</sup> Processo 121/63 da JCJ de Paulista. fls. 12

<sup>299</sup> Nos processos de diferença de férias em 1965 (10 ações), não foi constatada a presença do sindicato, só retornando após fevereiro de 1966 em duas reclamações. Entre janeiro de 1962 e junho de 1964, 99 reclamações foram impetradas com assistência jurídica sindical.

não era reajustado, visto que a manutenção da residência e seus custos eram realizados pelos trabalhadores.<sup>300</sup>

No ano de 1965, seis reclamações foram abertas solicitando o pagamento de salários retidos sob a sigla de aluguel com valores desordenados. Com o passar dos meses, a Companhia passou a aumentar o valor dos aluguéis, sem justificativa plausível, em números que comprometiam substancialmente a remuneração dos operários, retendo parte dos salários.

Os processos foram abertos por 61 trabalhadores, em cinco reclamações coletivas e 1 individual,<sup>301</sup> relatando que a empresa de forma “indevida e abusivamente” aumentou o valor dos aluguéis, desordenadamente e sem o consentimento dos trabalhadores em relação ao reajuste a partir de janeiro de 1965. Anteriormente, os valores variavam de Cr\$35 a Cr\$305, a depender das casas e da remuneração do operário.

Uniformemente, as reclamações versavam que a Companhia utilizou como justificativa a sigla de “aluguel” para reter os salários dos operários indevidamente. Como forma de defesa, a empresa buscou enquadrar a relação como *ex-locato*, e não como concessão subordinada ao trabalho na CTP. Os reclamantes argumentavam que a concessão da residência fazia parte do contrato de trabalho, e que a alteração dos termos e valores dos aluguéis, sem a prévia autorização do trabalhador, feria o preceito do art. 468 da CLT, pois prejudicava substancialmente a remuneração dos trabalhadores.<sup>302</sup>

Em 5 processos, ficou provada a variação desordenada dos valores, e a constância anterior dos descontos de baixo valor, por meio de apresentação dos contracheques dos operários.<sup>303</sup> Todos os processos foram julgados igualmente procedentes pela JCJ, inclusive com a mesma argumentação na decisão pelo juiz Clóvis Valença Alves. Destacamos partes importantes da sentença:

“[...] Na espécie dos autos não há porque se falar em relação “ex-locato”. Não se pode falar em contratos distintos, isto é, o de trabalho e o de locação, como pretende a demanda, vez que a moradia é uma decorrência do contrato de trabalho. E a reclamada assim sempre entendeu como se observa dos processos já citados e continua entendendo, ao condicionar o tempo de ocupação do imóvel ao de duração do contrato

---

<sup>300</sup> A sigla “aluguel de casa” na realidade, significava o aluguel da casa, mais imposto e taxa de conservação, a qual não era realizada pela CTP segundo reclamantes nos processos, sendo executada pelos próprios operários.

<sup>301</sup> Processos 303/65; 381 e 382/65; 383/65; 474/65; 527/65; 647/65 abertos na JCJ de Paulista.

<sup>302</sup> Art. 468 da CLT: Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições, por mútuo consentimento, e, ainda, assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.

<sup>303</sup> O processo 527/66 encontra-se incompleto, impossibilitando o descobrimento do resultado.

de trabalho como se verifica do documento de fls., o que faz com que a moradia seja considerada como utilidade habitação.”

“[...] Quanto ao aumento no desconto habitação procedido pela reclamada no salário do postulante, entendo não ser o mesmo permitido, por se constituir em alteração unilateral de contrato de trabalho, o que é vedado pelo artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho”

“[...] Se a jurisprudência não permite o desconto no salário do empregado de qualquer importância por conta de utilidade habitação quando esta, era, inicialmente, cedida gratuitamente, mesmo que haja aumento do salário mínimo, do mesmo modo, pelas mesmas razões e fundamentos, o desconto da utilidade habitação não pode ser aumentado, desde que, como no caso sub-judice, era descontado uma importância certa desde o início da ocupação do imóvel pelo empregado”

“[...] Além do mais, está evidente o abuso da reclamada, constituindo-se a sua atitude, em enriquecimento ilícito.”<sup>304</sup>

A decisão igual para os cinco processos distintos, demonstra que as reclamações tinham exatamente o mesmo teor de irregularidade em todos os casos para todos os reclamantes. A CTP como resposta recorreu em quatro processos, com resultados distintos após a apreciação dos recursos por instâncias superiores.<sup>305</sup>

Em apreciação do recurso ordinário no TRT-PE, os desembargadores em Acórdão julgaram improcedente a reclamação. Em argumentação, os juízes afirmaram que existia a relação *ex-locato*, já que os trabalhadores concordaram com o desconto em folha de pagamento dos alugueis das casas e taxa de conservação. O parecer da Procuradoria Regional do Trabalho também foi a favor da improcedência do processo.<sup>306</sup>

Após a decisão desfavorável pelo TRT, os trabalhadores impetraram recurso de revista ao TST. Os julgamentos dos processos pelo TST tiveram divergências, mesmo visando o mesmo assunto, com a mesma apresentação de provas, e tendo decisão em primeira instância e segunda instância iguais. Enquanto os processos 381/65, 382/65 e 647/65 foram apreciados pela 3ª turma do TST, o processo 383/65 foi julgado pela 2ª turma do mesmo tribunal.

Nas causas julgadas pela 3ª turma, o tribunal, assim como o TRT, admitiu a existência da relação *ex-locato* entre os operários e a CTP. Em parecer da Procuradoria Geral antes do acórdão do TRT, o procurador descreve sobre a necessidade da mudança dos termos de cobrança de alugueis:

<sup>304</sup> Processo 303/65 da JCJ de Paulista, fls. 26-27, 27, 28 e 30 respectivamente.

<sup>305</sup> Recursos para o TRT e TST nos processos 381/65, 382/65, 383/65, 474/65 e 527/65. Não foi possível constatar o resultado final do processo 527/66 que também foi para a fase de recurso no TRT e TST, pelo mesmo estar incompleto.

<sup>306</sup> Os processos 381/65, 382/65, 383/65 e 647/65 tiveram o mesmo entendimento pelo TRT-PE sendo julgada improcedente a reclamação nos três processos pelo TRT.

“O pensamento de que tais pactos devem ser respeitados porque, inicialmente, por liberalidade, não se efetuava o desconto, ou se o fazia em bases ínfimas, já hoje precisa, data vênua, render-se à ideia da mutabilidade, em face de tantos aumentos, não dizemos salariais que são irrisórios, mas dos relativos aos impostos, taxas, etc., enfim, dessa desastrosa inflação do preço de todas as coisas, conforme salienta a decisão de fls. 208/210.”

“[...] Por entendermos que a paz social e engrandecimento de um povo repousa e se cria, antes de tudo, no equilíbrio das classes, somos pela abolição dos privilégios que lhes possam acarretar o desnível...”

Assim, achamos que é lícito aos empregadores valer-se da faculdade que lhe dá a lei de descontar a utilidade habitação, antes não exercida, para que não lhe venham a recair, somente sobre os seus ombros todos os ônus relativos ao problema, tendo-se em vista, ainda o aspecto social já aborda”<sup>307</sup>

Com solidariedade ímpar aos empregadores – e em falta aos operários com remunerações salariais irrisórias -, o parecer da Procuradoria Geral foi pelo não provimento do recurso dos reclamantes, a fim de permitir o aumento desordenado dos descontos em folha dos alugueis mesmo em tempos de “inflação desastrosa do preço de todas as coisas”.

Em contraposição, o processo 383/65 julgado pela 2ª turma do TST divergiu quanto à admissibilidade da relação *ex-locato* aludida pela CTP. O entendimento tanto da Procuradoria, quanto dos Ministros, foi de que a concessão do imóvel ao trabalhador estava diretamente ligada ao contrato de trabalho. Destacamos um trecho esclarecedor do parecer:

“Iniludivelmente, as locações em questão estão visceralmente vinculadas aos contratos de trabalho dos recorrentes e tanto isso é verdade que nela se confundem, entre si, locador e locatário, empregador e empregado, além de cessarem as mesmas pelas resoluções dos liames empregatícios.

Ora, qual tipo de locação que se subordina a tais exigências do locador?

No caso, ao nosso ver, não cabe a aplicação da Lei do Inquilinato.

Nos moldes da pactuação dos litigantes, afigurou-se-nos (sic) impossível a coexistência, independente, dos dois tipos de contrato: trabalho e locação.

Entendemos que o principal, isto é, o contrato de trabalho, absorveu o acessório, a locação, tornando-se o último condição do primeiro.

Assim, a pactuação originária, executada no curso do contrato, fez condição contratual e por consequência passou a integrar a avença, não podendo, portanto, sofrer alteração sem o consenso das partes.”<sup>308</sup>

Concordando com a procuradoria, a 2ª turma deu provimento ao recurso dos trabalhadores, e julgou procedente a reclamação. Em acórdão proferiram os ministros:

“Como bem observa a Douta Procuradoria Geral confundem-se contrato de trabalho e contrato de locação dos imóveis ocupados pelos reclamantes ambos coexistindo dependentes, vinculados à relação de emprego existente entre as partes, emergindo indiscutível a competência da Justiça do Trabalho para dirimir a controvérsia, inaplicável à hipótese a Lei do Inquilinato. Entendimento contrário, jamais seria

<sup>307</sup> Processo 381/65 e 382/65. fls. 218 a 219

<sup>308</sup> Processo 383/65 da JCT de Paulista. fls.122 e 123

possível a empregadora, cessada a relação de emprego, por essa só razão, pretender a retomada do imóvel, transformando os empregados em meros inquilinos, comparados aos locatários comuns.

Quando ao mérito, pactuaram os interessados o preço de aluguéis dos imóveis alugados (os reclamantes residem em casa da propriedade da reclamada), acrescidos dos impostos (em duodécimos) e mais uma taxa de conservação, descontados dos salários em prestações de 14 em 14 dias, nenhuma outra autorização sendo dada para maior ou menos além daqueles mencionados. Certo e determinado o desconto àquele título (aluguel) em folha de pagamento, não podia unilateralmente ser alterado ou modificado o seu valor, as condições inicialmente estabelecidas, à semelhança do que ocorre com a utilidade-habitação, gratuitamente fornecida. Caso contrário, se chegaria ao absurdo de permitir o reajustamento do aluguel, face a Lei do Inquilinato, além do salário percebido pelo empregado que passaria a trabalhar de graça, na representando a moradia como meio necessário à prestação dos serviços. Relação percentual alguma, pois, guardando o aluguel, convencionalmente ajustado, com as majorações decorrentes da Lei do Inquilinato, sequer com o salário mínimo, indevidos os descontos a mais procedidos pela reclamada, desautorizados pelos arts. 9º e 468 da Consolidação das Leis do Trabalho”<sup>309</sup>

Em complemento, o processo 385/66 impetrado 11 meses após as reclamações supracitadas, teve andamento quase idêntico aos demais, sendo julgado procedente em primeira instância e reformado como improcedente pelo TRT-PE. Nas razões do recurso de revista ao TST, o advogado dos trabalhadores alegou divergência jurisprudencial, demonstrando casos idênticos com resultados diferentes quando analisados os recursos no TRT-PE e TST.

Em apreciação ao recurso, a 3ª turma, vivamente atestando a divergência jurisprudencial, entrou em acórdão para dessa vez julgar o processo procedente em parte, determinando que os aumentos só atingissem um limite máximo de 27% dos respectivos salários. Na decisão, afirmaram:

“A empresa não juntou os contratos de locação que sustenta ter ajustado com as reclamantes. Demais disto, como esclarece a MM. Junta, as parcelas concernentes aos alugueres (valor da habitação) eram deduzidas dos salários, conforme se verifica dos envelopes de pagamento. E aduz: em outros dois casos a mesma empresa não contestou tratar-se de salário-utilidade. Aliás, a E. 2ª Turma já decidiu caso igual, em que era parte a ora recorrida, concluindo pela configuração do salário utilidade.”<sup>310</sup>

O curioso foi que a 3ª turma reconheceu que no processo supracitado a CTP não juntou os contratos de locação, repetindo os acontecidos nos processos de 1965, e ainda assim, com decisões diferentes pela 3ª turma do TST. Ou seja, além da divergência jurisprudencial entre turmas do mesmo tribunal, agora uma mesma turma modificou o julgamento em uma ação idêntica a outras posteriores com diferentes decisões.

Ao nosso ver, os resultados dos processos acerca dos descontos indevidos de aluguéis pelos trabalhadores desnudam dois importantes aspectos: 1º) a utilização por parte da CTP dos

<sup>309</sup> Processo 383/65 da JCJ de Paulista. fls. 127 e 128

<sup>310</sup> Processo 385/66 da JCJ de Paulista. fls. 87 e 88

descontos de aluguéis desordenados se configurou como uma prática de espoliação do operariado através da necessidade intrínseca de moradia na cidade. 2º) a falta de uniformidade na apreciação de recursos por instâncias superiores poderia acarretar em prejuízos à classe trabalhadora, e, posteriormente, atribuir descrédito à Justiça do Trabalho, criando a sensação de aleatoriedade na justa aplicação do arcabouço legislativo, e como consequência, as conciliações desfavoráveis em primeira instância seriam preferidas.

Outro conjunto de ações nos revelam as condições de trabalho em que eram submetidos os operários da CTP. As reclamações de taxa de insalubridade começaram a crescer a partir de 1965, triplicando em 1966 e continuando até 1967.<sup>311</sup> Os processos eram abertos individual ou coletivamente por trabalhadores de uma mesma seção insalubre, geralmente por contato com produtos químicos ou calor excessivo.<sup>312</sup>

As crescentes reclamações sobre taxa de insalubridade a partir da ditadura militar não foram por acaso. Para que o projeto de rápido crescimento industrial e econômico dos militares fosse possível, alguém deveria pagar a conta, e ela foi paga a custas de piores condições de trabalho. Sem as associações de classe organizadas em defesa dos operários, o novo governo teve ambiente propício para a exploração dos trabalhadores a qualquer custo, como bem aponta Ana Beatriz Silva:

Como vimos até aqui, a imposição de certa “paz social” possibilitou o “milagroso” crescimento da economia brasileira em fins da década de 1960 através da combinação entre liberalismo econômico e forte repressão e controle político, muito bem-vinda pelas empresas ao possibilitar o aumento da produtividade do trabalho e a exponencial acumulação de capital. Mas esta acumulação tinha um limite claro: a saúde física e mental dos trabalhadores. Até que ponto eles poderiam aguentar a fadiga das longas horas trabalhadas sem descanso, as exigências de intensidade de modo a cumprir os índices de produtividade, a exposição a riscos e ambientes insalubres, a parca alimentação, a falta de manutenção da maquinaria, o descumprimento das normas mais básicas de segurança, ao autoritarismo dentro e fora do ambiente de trabalho...?<sup>313</sup>

Em geral, as reclamações eram impetradas informando na inicial a seção do trabalhador e sua função, relatando a situação insalubre a qual era submetido. O decorrer do processo se dava com a perícia técnica nos setores e a comprovação ou não de nocividade nas atividades desempenhadas. As perícias eram realizadas por médicos da Delegacia Regional do Trabalho em Pernambuco, e detalhavam minuciosamente as seções periciadas, o possível contato com

<sup>311</sup> Como consta na Tabela 2, 4 reclamações em 1965, 13 em 1966 e 16 em 1967.

<sup>312</sup> Das 33 reclamações sobre taxa de insalubridade, ações foram 14 coletivas e 19 individuais, englobando 144 operários.

<sup>313</sup> SILVA, Ana Beatriz R. B. **O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital: acidentes de trabalho, precionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)**. Tese de doutoramento. UFPE - Recife, 2016. p. 102

toxicidade e as atividades desempenhadas pelo trabalhador.<sup>314</sup> Após a vistoria, o processo era julgado de acordo com os resultados e os graus de risco percebidos pelo exame.

As seções caldeiras, estamparias e tinturaria foram as que mais apresentaram reclamações. Realizavam atividades nesses setores os gravadores, enroladores de panos, estampadores, fundidores, foguistas, soldadores, ferreiros e funileiros entre outros. A situação mais comum entre esses profissionais era o manuseio de ácidos acéticos, fórmicos e sulfúricos, inalação de vapores tóxicos e o contato com irradiação de calor excessivo.

Um total de 12 vistorias foram realizadas para atestar a insalubridade nas seções e atividades dos funcionários. Quando uma reclamação versava sobre um mesmo assunto, e uma vistoria tinha sido realizada em data próxima, a mesma poderia ser utilizada como prova processual se englobasse testes realizados para a mesma profissão ou área de serviço. Caso solicitado por qualquer uma das partes, uma nova perícia era produzida visando observar novos casos nos ambientes e atividades.

Nas reclamações sobre insalubridade, a CTP de forma geral negava a existência da mesma, e, peculiarmente, solicitava que o pagamento da taxa só fosse realizado a partir da data de constatação pelo médico do trabalho. Sendo assim, os períodos anteriores ao laudo pericial ficariam sem pagamento.

No entanto, uniformemente, os processos onde por meio de perícia eram constatados a insalubridade, eram julgados procedentes e a indenização era calculada abarcando também o período anterior, respeitando o biênio prescricional. Não se conformando com a decisão em primeira instância, a CTP tentou recorrer às instâncias superiores, mas sem sucesso nesses casos.<sup>315</sup>

Por causa da situação habitual de perigo que estavam subordinados os trabalhadores, os processos coletivos chegavam a englobar mais de 40 pessoas, porém somente algumas reclamações eram julgadas procedentes. Isso acontecia porque operários de uma mesma seção

---

<sup>314</sup> A Portaria Nº 262 do MTPS, de 06 de agosto de 1962 detalhou exatamente os casos de insalubridade e qual o grau para cada uma das situações, além de determinar o aumento salário de acordo com o grau de insalubridade a que cada operário estivesse submetido.

<sup>315</sup> A CTP tentou recorrer em 9 processos ao TRT e desses, duas vezes ao TST, tendo seus recursos negados em todos os casos.

impetravam juntos a ação e, normalmente, nem todos os funcionários estavam diretamente ligados às atividades atestadamente insalubres.<sup>316</sup>

Nas perícias realizadas na CTP entre 1965 e 1967 ficaram constatadas que as seguintes seções e atividades insalubres: Seção de Gravação (manuseio de ácido e vapores tóxicos); Estufa de panos (manuseio de ácido); branqueamento (manuseio de ácido sulfúrico); Caldeiras (alimentação da caldeira à lenha), oficina mecânica (solda elétrica e a oxigênio); Preparação de Tintas (manuseio de pigmentos a base de minerais); Acabamento (contato com liga de chumbo dos caracteres das chapas), e Fundição (irradiação de calor e contato com poeira de areia da moldagem e desmoldagem).<sup>317</sup>

A realização de perícias por parte dos médicos do trabalho não foi uma tarefa completamente sem empecilhos. Segundo consta em ofício nº 1.848/66, anexado nos processos 60/66 e 61/66, o perito teve sua entrada impedida pelos vigias da CTP. Segue o relato constante no documento:

“Sr. Juiz: com o presente comunico a V. Excia., que as perícias solicitadas por essa Junta em Ofícios nºs 30/66, 34/66 e 33/66, protocolados nesta Delegacia Regional sob os nºs 3704/66, 3717/66 e 3806/66, não puderam ser efetuadas pelo Médico desta Seção, Dr. Pedro Nicolau da Mota Pinheiro, quando em visita à Fábrica Paulista-Cia. De Tecidos Paulista-, no dia 04/04/1966, tendo em vista os funcionários da referida Fábrica que ficam na portaria, apesar da sua identificação, através de Carteira Profissional, apresentada no momento aos referidos funcionários que o levaram até o recinto, não deram acesso ao médico, alegando que em vista da ausência do Gerente naquele instante a fim de lhe dar a devida autorização, não lhe seria permitido sua entrada no recinto. Outrossim, comunico a V. Excia. Que, em vista do acontecimento, foi lavrado um auto de infração àquela Companhia de Tecidos”<sup>318</sup>

O livre acesso para realização da perícia, e a obrigatoriedade de um empregado ou preposto da empresa estava previsto em lei, e não ocorrendo, significava uma violação e tentativa de obstrução da ação da Delegacia Regional e do Ministério do Trabalho.<sup>319</sup> Mesmo assim, problemas como a falta de funcionários suficientes das DRTs, e a postura admitida pelo

<sup>316</sup> Das 14 ações coletivas, 3 foram julgadas procedentes em parte, excluindo trabalhadores que impetraram a ação, mas não executaram serviços constatados com insalubridade pela perícia.

<sup>317</sup> Com base nos ofícios anexados nos processos 337 a 343/65; 384/65; 405 e 407/65; 60/66; 61/66; 491/66; 623/66; 575/66; 834/67; 748/67; 767/67

<sup>318</sup> Ofício da Delegacia Regional do Trabalho anexo nos processos 60/66 e 61/66 da JCJ de Paulista.

<sup>319</sup> No parágrafo único do art. 630 da CLT consta: “Aqueles a quem for incumbido o exercício da fiscalização de que trata este capítulo terão livre acesso a todas as dependências dos estabelecimentos sujeitos ao regime do presente capítulo, sendo os empregadores, ou seus prepostos, obrigados a prestar-lhes os esclarecimentos necessários, a fim de assegurar a sua fiel observância, e as empresas de transporte a conceder-lhes passe livre no território de exercício de sua função.

governo e por industriais durante a ditadura, dificultou as fiscalizações e a detecção dos problemas.<sup>320</sup>

Posteriormente uma outra visita foi realizada pela DRT, atendendo às solicitações dos dois processos supracitados, e foi constatado insalubridade em alguns setores das seções Gravação, Caldeiras, Oficina mecânica, Estufa de Panos e branqueamento.<sup>321</sup>

Mesmo após a comprovação por meio de perícia, a CTP tentou subverter a jurisprudência a seu favor, afirmando que o pagamento da insalubridade só deveria ser realizado a partir do exame da DRT, quando na realidade, o laudo só constata a existência da situação, e o direito deveria ser aplicado respeitando o biênio prescricional. Os pareceres das Procuradorias Regional e Geral, são elucidativos:

“Sobre a jurisprudência assim define a questão: - o acórdão embargado afirmou que ‘o periciamento (sic) do local de trabalho, a fim de ser averiguada a insalubridade e avaliado o seu grau, não pode ser tido como termo inicial para conhecimento de uma situação de fato, preexistente ao laudo’ -. Embargos rejeitados. Reconhecida a existência da insalubridade, não há porque limitar o pagamento da taxa correspondente à data da perícia. A. TST- Pleno – (proc. 4.886/61), Rel. (designado) Min Tostes Malta, D.O., 21.11.63.”<sup>322</sup>

“No mérito, todavia, copiosa já é a jurisprudência dos pretórios trabalhistas sobre a espécie, reconhecendo que a autoridade administrativa ou a prova pericial apenas declaram a existência do fato, remontando, todavia, o direito à época em que o empregado já vinha trabalhando na atividade insalubre, respeitada a prescrição bienal.”<sup>323</sup>

Ambos os tribunais seguiram as premissas arguidas pelas procuradorias, não dando provimento aos recursos da CTP. Pelo grande número de processos e apelos desse tipo, por vezes a estafa dos juízes incorreu em erros. O TRT-PE conhecendo a prática recorrente da empresa detectou uma dessas falhas e se solidarizou com o juiz da primeira instância. Em acórdão de apreciação da reclamação 337 a 343/67 afirmaram:

“Acolhemos o parecer da douta Procuradoria Regional, no qual aceitou os reparos feitos nas razões de recurso da reclamada, quanto à conclusão da sentença atacada, quando diz: ‘e as três operárias da Estufa de Pano dentre os descritos às fls. 20. Entretanto, o culto, cuidadoso e atento, Juiz prolator da sentença talvez pela estafa ou já saturado com as constantes chicanas da recorrente que teima a todo instante em querer modificar a lei que protege o trabalhador, modificando-o o conceito jurídico, e

<sup>320</sup> Ana Beatriz Silva aponta algumas dificuldades passadas por órgãos fiscalizadores durante o período: “Até mesmo a intervenção do Estado nos locais de trabalho com o objetivo de verificar as condições de trabalho e autuar as empresas que descumprissem a legislação, tinha muito mais um caráter simbólico, para não dizer fictício, devido à sua evidente inoperância durante a ditadura. A política de inspeção e fiscalização do trabalho, por exemplo, tinha uma eficiência muito longe do ideal. Em São Paulo, onde estava concentrada a grande maioria das indústrias do país, havia apenas 6 médicos e 6 engenheiros na Delegacia Regional do Trabalho”. SILVA, Ana Beatriz R. B. *op. cit.* p. 111

<sup>321</sup> Processos 60/66 e 61/66 da JCJ de Paulista, fls. 28 e 15, respectivamente.

<sup>322</sup> Parecer da Procuradoria Regional do Trabalho em Pernambuco. Processo 546/66 da JCJ de Paulista. fls. 61

<sup>323</sup> Parecer da Procuradoria Geral. Processo 546/66 da JCJ de Paulista. fls. 61

a jurisprudência dominante dos nossos tribunais, por um lapso, esqueceu-se de individualizar quais os operários contemplados da Estufa de Pano que tem direito ao adicional de insalubridade, o que torna nula a sentença por não se saber quais os operários daquela seção que foram beneficiados.”<sup>324</sup>

Ou seja, a CTP além de relegar a uma parcela de seus operários um ambiente insalubre, insistia em subverter a Justiça ao seu favor, e utilizava de todas as formas possíveis de prolongamento do processo. Dessa forma, tentava ganhar pelo cansaço ou forçar conciliações e desistência. Os recursos também serviam para conseguir uma possível reforma em instâncias superiores com apreciações aleatórias e divergentes como nos casos dos aluguéis de casas.

Chama atenção no acórdão o trecho sobre “as constantes chicanas” praticadas pela CTP. Ao nosso ver, o presente relato reafirma o amplo conhecimento do sistema jurídico Pernambucano acerca das repetitivas transgressões da Companhia e de sua insistente tentativa de, por todos os meios possíveis, de utilizar o aparelho legislativo trabalhista contra os operários. Fica evidente no referido acórdão pela utilização do termo chicana, que era de amplo conhecimento do TRT a utilização de recursos meramente protelatórios ou de interpretações demasiadamente particulares da lei por parte da empresa, visando única e exclusivamente o prolongamento do processo para forçar desistências ou conciliações prejudiciais.

Os processos de reintegração constituem outro conjunto de reclamações que revelam a conduta da CTP. As ações, quase que totalmente, envolviam trabalhadores estabilizados que solicitaram a volta ao trabalho após serem demitidos ou afastados dos seus cargos injustamente.<sup>325</sup> Em geral, os anos que mais tiveram solicitações de reintegração foram, 1962, 1965 e 1967. As reclamações podem ser resumidas em: i) pedidos para reintegração após demissão sem justa causa por si só, ou ii) por trabalhadores estabilizados que haviam “rescindido amigavelmente”, ou iii) demissões de estabilizados após volta de licença médica.<sup>326</sup>

As três situações chamam atenção por demonstrarem as estratégias utilizadas pela CTP para demissão dos estabilizados. A primeira parte do plano consistia em forjar a demissão do trabalhador. Utilizando um acordo realizado na fábrica, o funcionário era afastado por 1 ou 2 meses e readmitido na mesma função, tentando criar um novo contrato para anular o tempo de

---

<sup>324</sup> Processo 337 a 343/65 da JCJ de Paulista, fls. 191. A reclamação referida teve 45 reclamantes, durou 5 anos e 2 meses para ser completamente concluída. Passou por 4 juízes diferentes da JCJ e teve recurso impetrado duas vezes ao TRT pela CTP. Somente 7 trabalhadores tiveram a insalubridade constatada e reclamação procedente.

<sup>325</sup> Dentre os 85 processos solicitando reintegração, apenas 1 processo foi impetrado por um operário não estabilizado no ano de 1966.

<sup>326</sup> Apesar do baixo número de reclamações de reintegração após volta da licença médica em 1963, a demissão desses trabalhadores foi assunto na assembleia sindical de 12 de novembro de 1963, como consta em Quadro na Seção 3.

serviço anterior. Em inicial de reclamação na JCJ, uma tecelã detalhou como se constituía a prática:

“Que foi admitida nos serviços da reclamada no dia 21 de outubro de 1953, onde trabalhou continuamente até o dia 12 de outubro de 1961, quando já contava com oito anos e seis meses de trabalho efetivo, foi convidada pelo Sr. José Borges da Silva, que na ocasião exercia as funções de mestre geral da tecelagem Fábrica Aurora onde trabalhava a reclamante, para fazer um acordo com a reclamada, cujas bases foram as seguintes: 1º) receber Cr\$ 20.000 (vinte mil cruzeiros) como indenização pelos seus direitos trabalhistas adquiridos durante a vigência do seu contrato de trabalho; 2º) voltar ao trabalho 60 dias após;

Que em face da necessidade que tinha de trabalhar, aceitou as condições que lhe foi imposta, sendo em seguida encaminhada à seção competente da reclamada, a fim de assinar o referido acordo;

Que no ato de assinar os documentos rescisórios o fez com espaços em branco, sob a alegação de que os referidos espaços em branco, seriam preenchidos quando de sua volta ao trabalho, o que jamais se verificou em sua presença;

Que no dia 30 de dezembro de 1961, voltou ao trabalho, inclusive nas mesmas funções que ocupava anteriormente, permanecendo trabalhando até o dia 5 de agosto de 1965, quando foi definitivamente demitida;

Que quando se encontrava despachando os documentos para ser readmitida, o Sr. Rieger mandou que a reclamante procurasse uma firma qualquer a fim de intercalar um novo contrato de trabalho, pelo contrário não seria a reclamante readmitida; em vista a esta imposição, a reclamante recorreu a uma pessoa amiga, no caso o Sr. Valder Correia de Assunção, que atendendo ao seu apelo, deu entrada e saída ao mesmo tempo em sua carteira profissional no dia 10 de dezembro de 1961 (domingo).”<sup>327</sup>

Em defesa, a CTP apresentava na Junta os recibos assinados pelos trabalhadores com valores diferentes dos recebidos pelos reclamantes. Isso só era possível por causa da assinatura em documentos em branco por parte dos trabalhadores. Para provar a fraude, eram realizadas perícias nos livros caixa da Companhia, para atestar os valores repassados aos operários no momento da suposta rescisão.<sup>328</sup> Os advogados da empresa se baseavam no art. 453 da CLT, que afirmava não serem computados os dois períodos se o trabalhador fosse legalmente indenizado, o que não ocorria no caso da CTP, como ficou atestado as fraudes por meio das perícias.

Mesmo comprovada a burla, a CTP recorria para o TRT com o objetivo de protelar a resolução, e assim forçar uma conciliação ou acordo com o trabalhador para a rescisão do

---

<sup>327</sup> Processo 650/65 da JCJ de Paulista. fls. 2

<sup>328</sup> O exame era realizado por dois peritos indicados pelas partes e, comumente, eram atestadas as fraudes dos livros caixa sem saídas especificadas para o motivo ou valor, e a ausência de recibos apresentados em juízo nos livros da empresa.

contrato.<sup>329</sup> Todos os processos desse tipo foram julgados procedentes pela JCJ e os recursos interpostos ao TRT foram recusados.

Ainda em meio aos pedidos de reintegração, outra prática comum da CTP era a demissão de trabalhadores estabilizados ao voltar de licença médica. A dispensa se fundamentava na modificação do art. 475 de novembro de 1965, que permitia o afastamento de operário após o retorno da licença.<sup>330</sup>

Nesse caso, não se tratava de uma transgressão da Companhia, mas do uso da atualização do art. 475 proporcionada pela Lei 4.824 de 1965, sancionada pela ditadura militar com o intuito de legalizar a rotatividade da mão de obra e permitir a demissão de estabilizados ao retorno do afastamento por doença.<sup>331</sup> A violação da lei se dava pelo não pagamento correto da indenização como previa a própria legislação.<sup>332</sup> Mesmo que as normas fossem claras, e os processos julgados para indenização em dobro, a CTP recorria das decisões com o caráter única e exclusivamente protelatório e por vezes não apresentava razões para o recurso.<sup>333</sup>

Em complemento, alguns processos de reintegração versavam sobre as demissões de trabalhadores estabilizados sem justa causa a partir de 1967. Nos processos desse ano, a CTP começou a utilizar uma nova estratégia para demissão dos estabilizados, argumentando que a aprovação do projeto de realocização e reequipamento da SUDENE,<sup>334</sup> a lei do FGTS e o

---

<sup>329</sup> Como discutiremos mais a frente, em processos julgados onde a CTP recorria para tribunais superiores, o tempo para conclusão do mesmo se prolongava significativamente. A interposição de recurso só necessitava de razões que demonstrassem a divergência na aplicação das leis, ou a contraposição da reclamada de termos e direitos incluídos na decisão de primeira instância. Dessa forma, a apreciação do apelo podia levar bastante tempo, a depender das demandas dos tribunais, e transformar a conciliação em medida mais atrativa para os operários.

<sup>330</sup> Segundo Lei nº 4.824, de 5 de novembro de 1965, que dava ao §1 do art. 475 a seguinte redação: “Recuperando o empregado a capacidade de trabalho e sendo a aposentadoria cancelada, ser-lhe-á assegurado o direito à função que ocupava ao tempo da aposentadoria, facultado, porém, ao empregador, o direito de indenizá-lo por rescisão do contrato de trabalho, nos termos dos artigos 477 e 478, salvo na hipótese de ser ele portador de estabilidade, quando a indenização deverá ser paga na forma do artigo 497.”

<sup>331</sup> A única modificação trazida pela Lei nº 4.824 foi a inserção da possibilidade de indenização do trabalhador estabilizado após a recuperação da capacidade de trabalho. Dessa forma, é válido afirmarmos que a mudança no art. 475 teve como único objetivo a possibilidade de demissão dos operários estabilizados.

<sup>332</sup> No caso da Lei 4.824, a aplicação do art. 475 admitia o preceito da indenização em dobro nos termos do art. 497 “Art. 497. Extinguindo-se a empresa, sem a ocorrência de motivos de força maior, ao empregado estável despedido é garantida a indenização por rescisão do contrato por prazo indeterminado, paga em dobro.”

<sup>333</sup> O processo 097/66 teve recurso impetrado pela CTP ao TRT sem razões, sem a delimitação do que a Companhia recorria da decisão, prolongando o processo por mais 4 meses para o acórdão do TRT e 1 ano e 3 meses para o pagamento da indenização da decisão.

<sup>334</sup> O projeto de localização e reequipamento aprovado pela SUDENE para a CTP em 1967, visava a mudança da empresa de localidade, a isenção de taxas aduaneiras e o financiamento via Banco do Nordeste do Brasil (BNB) na cifra de Cr\$10.000.000 em dois anos de execução. Discutiremos mais profundamente o projeto no Capítulo 4.

decreto lei nº 20 de setembro de 1966, justificariam a demissão de estáveis por parte da empresa.<sup>335</sup>

Na fase de apresentação de provas, a Companhia ressaltava a volatilidade do preceito da estabilidade introduzido pelas leis supracitadas, e as situações econômica e financeira ruins que perpassavam a indústria têxtil do Nordeste, além do projeto de modernização da SUDENE previamente aprovado. A defesa da empresa anexou aos autos recortes de jornais e o texto das leis, além de utilizar um ofício enviado pela SUDENE informando que o próprio projeto aprovado pela Superintendência já previa a demissão de 1.600 operários até o fim do processo de modernização da empresa. O ofício informava:

“Em atenção ao Of. JCI-94/67, de 04.05.67, dessa Junta de Conciliação e Julgamento, informamos para os devidos fins que o Projeto de realocização e reequipamento da Companhia de Tecidos Paulista foi aprovado na Reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, através da Resolução nº 2.983, de 13 de março de 1967.

Outrossim, informamos que as duas fábricas existentes – paralelamente ao reequipamento – serão realocizadas em terreno da própria empresa situado no município de Paulista e agrupadas em única unidade fabril

Finalmente, temos a esclarecer que até o término do reequipamento – projetado – 2 anos e 4 meses, contados a partir de abril de 1967 – deverá se verificar a dispensa de aproximadamente 1.600 operários para o que foram previstos recursos da ordem de NrR\$ 3.910.000,00 destinados a indenizações trabalhistas.”<sup>336</sup>

Por meio de testemunhos, os reclamantes demonstravam que, na realidade, a Companhia não vinha realocizando as fábricas, e estava utilizando o projeto da SUDENE como pretexto para demitir os estabilizados, já que mantinha em seus quadros funcionários mais novos nos mesmos setores. A argumentação dos trabalhadores, no entanto, não convenceu os juízes, e de forma geral, os processos eram convertidos para indenização em dobro, como

---

<sup>335</sup> O art. 16 da lei do FGTS (LEI Nº 5.107, DE 13 DE SETEMBRO DE 1966), convencionou que: “Os empregados que, na forma do art. 1º optarem pelo regime desta Lei terão, na ocorrência de rescisão do contrato de trabalho, regulados os direitos relativos ao tempo de serviço anterior à opção, de acordo com o sistema estabelecido no Capítulo V do Título IV da CLT, calculada, porém, a indenização, para os que contém 10 (dez) ou mais anos de serviço, na base prevista no artigo 497 da mesma CLT. Pelo tempo de serviço posterior à opção, terão assegurados os direitos decorrentes desta Lei.” Com o Decreto-lei nº 20 de setembro de 1966, foi introduzida o art. 17, na lei do FGTS, que trazia o seguinte texto: “Os contratos de trabalho que contarem mais de 10 (dez) anos, na data de publicação desta Lei, poderão ser rescindidos a qualquer tempo, por livre acordo entre as partes. E na ocorrência desta hipótese, o empregado receberá diretamente do empregador, a importância que convencionar como indenização. § 1º Se o empregado for optante poderá movimentar livremente a conta vinculada depositada a partir da data da opção. § 2º Para a validade do pedido de demissão é essencial o cumprimento das formalidades prescritas no artigo 500 da Consolidação das Leis do Trabalho. § 3º A importância a ser convencionada na forma deste artigo, nunca poderá ser inferior a 60% (sessenta por cento) do que resultar da multiplicação dos anos de serviço contados em dobro, pelo maior salário mensal percebido pelo empregado na empresa”. Dessa forma, ficaria subscrito a possibilidade de negociação da estabilidade para optante ou não.

<sup>336</sup> Ofício da SUDENE a JCI de 23 de maio de 1967. Processo 300/67 da JCI de Paulista. fls. 53

solicitava a CTP, atendendo aos preceitos do art. 498 da CLT.<sup>337</sup> Algumas peculiaridades, contudo, se aplicavam a esses casos. Na realidade, a Companhia desistiu do projeto de modernização da SUDENE em maio de 1968, apresentando o mesmo programa em agências como a USAID, Fundo de Desenvolvimento Alemão e Banco do Brasil. Ou seja, sob o pretexto da realocização e modernização, a empresa conseguiu demitir diversos operários estáveis, por meio de acordos ou pela dispensa sem o pagamento de direitos, e pouco tempo depois, abandonou o projeto. A desistência só foi reconhecida em ofício de agosto de 1968, em resposta a solicitação do advogado de um reclamante em junho de 1967. A correspondência tinha as mesmas informações que outros anteriores, mas complementava:

“Vale, entretanto, esclarecer que a referida Companhia desistiu através de requerimento dirigido a esta superintendência em 13 de maio do corrente ano, de levar a frente o Projeto acima citado, nos moldes aprovados. Diante disto, ficou sem efeito a destinação de recursos administrados pela SUDENE para indenização da mão-de-obra a ser dispensada”.<sup>338</sup>

Dos 37 processos de reintegração em 1967, 25 reclamações tiveram desistência por parte dos trabalhadores por causa dos constantes recursos e por ocasião de conciliações firmadas entre os reclamantes e a CTP. A jurisprudência da JCJ para causas desse tipo também pode ter influenciado os trabalhadores, já que todas as ações – com exceção do 300/67 e com a nova prova via ofício da SUDENE – eram julgadas uniformemente para conversão da reintegração em indenização em dobro.

Em instâncias superiores, a CTP raramente tinha sucesso em recursos, tendo os tribunais superiores condenando a empresa a pagar ou a indenização em dobro e todos os demais direitos – como salários vencidos até a decisão, o que a CTP recorria por se prolongarem substancialmente – ou reintegrar o trabalhador, a depender do recurso que ele também impetrou.<sup>339</sup>

Em um panorama geral, as reclamações coletivas de reintegração tiveram um alto índice de desistência, por causa do seu prolongamento ou por acordos e rescisões no decorrer do processo. Em grande parte, as ações foram julgadas procedentes em parte ou convertidas em

---

<sup>337</sup> Art. 498: Em caso de fechamento do estabelecimento, filial ou agência, ou supressão necessária de atividade, sem ocorrência de motivo de força maior, é assegurado aos empregados estáveis, que ali exerçam suas funções, direito à indenização, na forma do artigo anterior.

<sup>338</sup> Ofício da SUDENE a JCJ de 19 de agosto de 1968. Processo 300/67 da JCJ de Paulista. fls. 59

<sup>339</sup> 17 processos tiveram recurso para o TRT e/ou TST, tendo em 15 processos recursos por parte dos trabalhadores e tendo sucesso em 13 ações para reintegração e não indenização em dobro como julgava a JCJ.

indenização em dobro. Somente uma parcela dos litígios tiveram a reintegração obrigatória nas decisões.<sup>340</sup>

Em complemento, um grupo específico de MNCR reclamantes merece ser especialmente mencionado: os trabalhadores da *gerência externa*. Como já discutimos anteriormente, esses funcionários eram designados para diversas atividades, em geral, fora das fábricas, nas plantações ou trabalhos de construção civil de casas e prédios da Companhia.

As designações das funções eram generalistas, sobre as siglas de “trabalhador rural”, “vigia” ou “servente”. Como já discutimos mais acima, podemos constatar que os serviços prestados por esse grupo eram de caráter auxiliar a produção têxtil e a infraestrutura da cidade, além da construção dos empreendimentos da CTP em outras áreas.

Num panorama geral, as reclamações visavam o pagamento de direitos após as demissões, quase sempre sem justa causa, e sem a devida formalização de vínculo – leia-se carteira de trabalho assinada – o que dificultava a prova de vínculo entre CTP e trabalhador em juízo.

A argumentação da CTP nesses processos era a de que os trabalhadores, na realidade, eram contratados por meio do serviço de empreiteiros. Os plantadores de eucalipto foram aqueles que tiveram maior dificuldade para provar seu vínculo. Eles impetraram 36 reclamações entre 1962 e 1965, alegando principalmente a demissão sem justa causa e requerendo todos os direitos provenientes da relação trabalhista, como diferença salarial, aviso prévio, indenização, repouso remunerado, férias e anotação da CTPS. Desse total, 27 ações foram conciliadas, o que nos permite inferir que a dificuldade na prova de relação trabalhista acabou influenciando os trabalhadores a realizarem acordos.<sup>341</sup>

Dentre os processos de plantadores de eucalipto, um nos chamou bastante atenção. A reclamação 181/63 envolveu 5 trabalhadores que solicitaram indenização, aviso prévio, férias,

---

<sup>340</sup> Dos 37 processos de reintegração em 1967, apenas 6 processos tiveram pelo menos 1 reclamante reintegrado efetivamente.

<sup>341</sup> A dificuldade da prova do vínculo efetivo com a CTP era um problema antigo dos trabalhadores do plantio e corte do eucalipto. Anna Neves analisou em sua dissertação que na década de 1950, a empresa utilizava da argumentação de que os operários eram “avulsos ou rurais”, sem uma ligação permanente com a empresa, e de que o eucalipto, na realidade, era utilizado para reflorestamento, e não para as caldeiras das fábricas. Ver: NEVES, Anna Maria Litwak. **“O DIREITO QUE TEMOS É O DE MORRER DE FOME”**: os operários da Companhia de Tecidos Paulista e a busca por direitos na Justiça do Trabalho (1950-1952). Dissertação (Mestrado em História) – UFPE. Recife, 2019 p.98-109

13º e diferença salarial. Na inicial, informaram terem sido demitidos sem justa causa, e sem o pagamento de seus direitos.

Na defesa da CTP, a mesma argumentou:

“Que preliminarmente, alega a reclamada que os reclamantes trabalhavam para a reclamada, no entanto rescindiram os contratos de trabalho na conformidade dos recibos que ora junta ao processo. Posteriormente, passaram a trabalhar com o empreiteiro sr. Olímpio Rodrigues. Nestas condições a Reclamada é parte ilegítima no presente feito, pelo que deve ser julgada improcedente a reclamação”<sup>342</sup>

Nas audiências de julgamento, a Companhia anexou recibos de pagamentos e documentos que os trabalhadores – analfabetos no caso do processo 181/63 – assinaram dando quitação da prestação de serviços para a empresa. Os reclamantes, em contraposição, utilizaram-se do depoimento de testemunhas que afirmaram serem os mesmos empregados da CTP.

A reclamada, abriu mão da utilização de demais provas, e na antepenúltima audiência, os reclamantes solicitaram o depoimento do próprio Olímpio Rodrigues, que era indicado pela CTP como empreiteiro. Em testemunho, o mesmo afirmou:

“Às perguntas do sr. Presidente respondeu que trabalha para a Reclamada desde 1933 e que ao ser demitido em 15 de junho do corrente ano exercia as funções de cabo de turma, no plantio de eucaliptos; que trabalhava percebendo uma diária de Cr\$ 150,00 e mais uma porcentagem de 6% sobre a produção dos trabalhadores sob suas ordens; que confirma ser sua assinatura aposta no recibo de fls. 19; que porém, em face de ser analfabeto assinou o referido documento desconhecendo seu conteúdo e depois que assinou o referido documento foi demitido; que ninguém leu o referido documento quando o mesmo lhe foi apresentado para assinar; que todos os Reclamantes ora presentes eram empregados da companhia reclamada; que todos eles trabalhavam por produção e não tinham salário fixo.”<sup>343</sup>

Com o referido depoimento, o processo foi julgado procedente para os trabalhadores. Ainda assim, a CTP impetrou recursos para o TRT e para o TST, sem sucesso em ambos os tribunais, tendo inclusive, em recurso de revista para o TST, tentado enquadrar os empregados como trabalhadores rurais, e afirmando que por serem desse tipo, não tinham direito a estabilidade ou indenização.<sup>344</sup> A Companhia foi condenada a pagar todos os direitos dos trabalhadores, com exceção do 13º que não foi incluído pela decisão da JCJ, em lapso apontado na decisão do TRT.

---

<sup>342</sup> Processo 181/63 da JCJ de Paulista. fls. 5. É importante pontuarmos, que o sr. Olímpio Rodrigues foi citado pela CTP em outros processos como empreiteiro que prestava serviços esporádicos à empresa, sem vínculo direto continuadamente.

<sup>343</sup> Processo 181/63 da JCJ de Paulista. fls.22

<sup>344</sup> A argumentação no recurso de revista para o TST pela CTP se baseava no art. 505: “São aplicáveis aos trabalhadores rurais os dispositivos constantes dos Capítulos I, II e VI do presente título.” Excluindo assim o capítulo V, que regulava as regras de rescisão e indenização e o capítulo VII que regulava a estabilidade.

O processo 181/63 demonstra que a relação da CTP com os trabalhadores da *gerência externa* era de total desprezo e exploração. Baixa remuneração, irregularidade da relação trabalhista, e dispensa sem o pagamento de direitos. Além disso, a Companhia se aproveitava da baixa escolaridade e da informalidade da relação para forjar recibos de quitação, ou indicar como empregadores outros funcionários de sua própria empresa. Em raros casos, processos incluindo os trabalhadores da *gerência externa* tinham provas claras das farsas da Companhia.<sup>345</sup>

A seguir, analisaremos a crescente utilização pela CTP das homologações de rescisão de contrato, e a correlação dessas com a intervenção sindical, as atualizações legislativas do governo da ditadura militar, e a diminuição das reclamações trabalhistas quando comparadas com anos anteriores ao golpe empresarial-militar.

#### 4.2.2 Reclamações trabalhistas x Rescisões de contrato

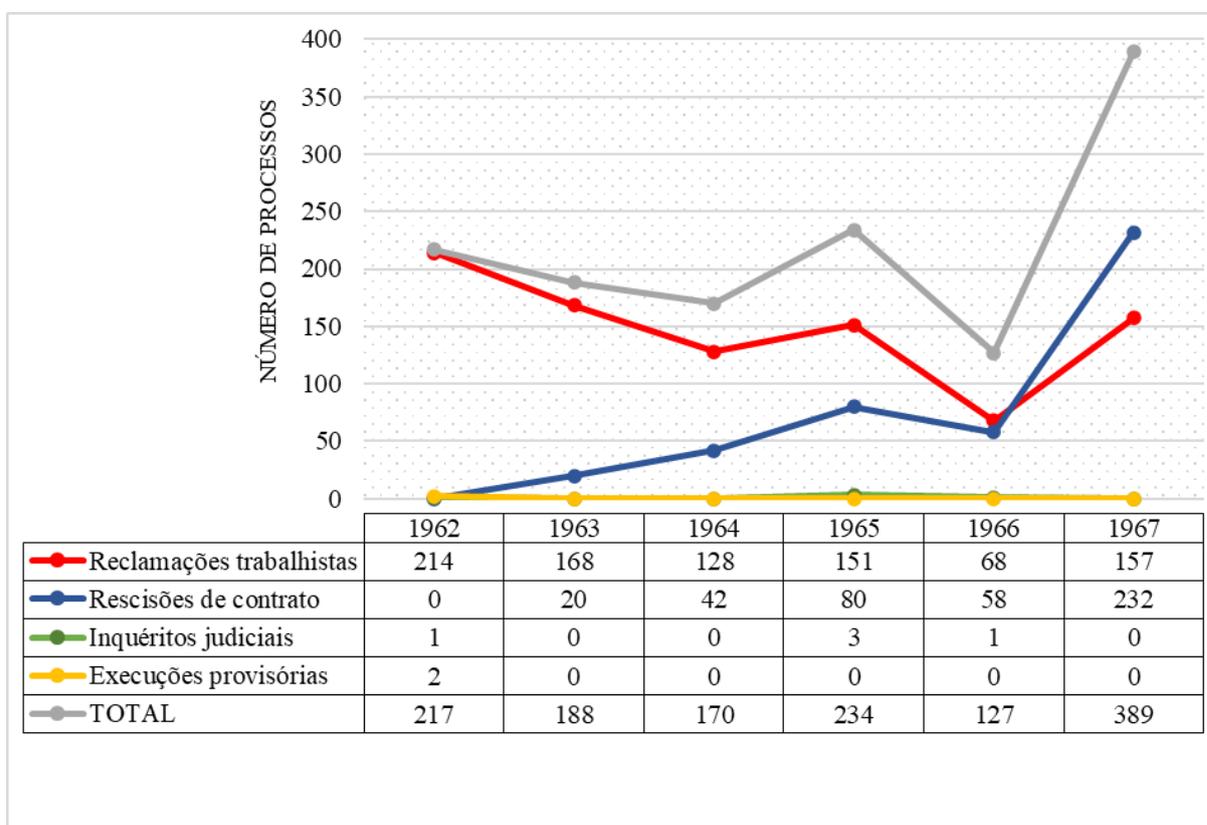
Durante o recorte temporal que se situa a nossa pesquisa, mudanças econômicas, políticas e sociais substanciais ocorreram, o que acabou influenciando na forma de reivindicação e luta por melhorias de trabalho por parte do operariado de Paulista. O acesso à Justiça do Trabalho se modificou em termos de assistência jurídica e de incidência de reclamações, a depender de fatores como a liberdade sindical, as novas normas instituídas pelo governo militar e a onda de demissões, inclusive de trabalhadores estabilizados, realizada pela Companhia.

Analisando os dados anuais das reclamações e rescisões, conseguimos detectar momentos distintos para o aumento e diminuição de ambos os processos. Observando o Gráfico 2, enquanto as rescisões crescem constantemente até 1965, as reclamações assumem caminho reverso até 1964. A partir de 1965, ambos os tipos de ações variam igualmente em números totais, com ampla vantagem das rescisões por sua utilização sistemática a partir de 1967. Os inquéritos judiciais e as execuções provisórias foram pouco recorrentes em todos os anos analisados.

---

<sup>345</sup> Entre 1962 e 1967, 77 reclamações foram impetradas por trabalhadores da *gerência externa* com os seguintes resultados: 45 conciliados; 12 improcedentes; 8 procedentes; 7 arquivados; 4 desistências; 1 incompleto.

Gráfico 2 — Reclamações trabalhistas, Rescisões de contrato, Inquéritos judiciais e Execuções provisórias de operários da CTP - J.C.J. de Paulista (1962 - 1967)



Fonte: elaborado pelo autor com base nos processos da JCJ arquivados no LAHM

Ao nosso ver, a diminuição das reclamações trabalhistas, ao menos até 1964, pode ser explicada pelo movimento ativo do sindicato em organizar reivindicações diretas como greves e piquetes, e impetrar dissídios coletivos na Justiça do Trabalho. É importante pontuarmos que a gestão sindical de Severino Afonso, em 1962, passou por críticas ocasionadas por uma aproximação da diretoria com a CTP, o que motivou a mudança de diretoria em agosto daquele ano.

Esse descontentamento com uma diretoria menos atuante, paralela a uma série de suspensões e demissões irregulares – como podemos observar na Tabela 3 – pode ter ocasionado o alto quantitativo de reclamações em 1962, ano com maior número de ações desse tipo no período por nós analisado.

Se compararmos 1962 com 1963, houve uma diminuição de cerca de 21,5% no quantitativo de reclamações impetradas na JCJ. Para nós, essa diminuição aparenta ser um reflexo do impacto da diretoria sindical mais ativa em termos de manifestações e dissídios coletivos. Em fevereiro de 1963, a grande greve obteve como resultado a assinatura de um

acordo para aumento salarial em todas as categorias.<sup>346</sup> A nova conjuntura política pernambucana também influenciou nos números. Com o mandato de Miguel Arraes como governador, os trabalhadores preferiram medidas de larga escala como dissídios coletivos ou greves, o que ficou evidenciado nas reuniões da assembleia geral do sindicato em setembro daquele ano.<sup>347</sup>

Também é importante levar em consideração que uma certa falta de experiência da nova gestão em 1963 pode ter influenciado no quantitativo de processos. Isso inclusive foi motivo de discussão em assembleia geral, quando alguns participantes da mesma afirmaram a necessidade de uma maior ligação entre o sindicato e os acontecimentos dentro das fábricas, se referindo ao episódio de demissões de banqueiros na CTP:

“[...] usou a palavra o companheiro José Inácio dizendo ele (sic) que devia ter dado uma assembleia logo assim que os 5 banqueiros foram demitidos para procurar uma união para que a Companhia tomar uma solução mais satisfatória. O mesmo companheiro falou dizendo (sic) que devemos apresentar uma réplica sobre as demissões. Em seguida, o sr. Benício Fernandes Neves usou a palavra referente aos banqueiros dizendo ele que devemos mandar um ofício para os diretores da fábrica com muitas exigências porque lá a Companhia não resolve nada. Então os banqueiros devem unir total (sic). Também pedimos ao presidente Antônio Pereira que devemos criar uma comunicação nas fábricas para quando haver (sic) irregularidades contra operário trazer logo ao sindicato[...].”<sup>348</sup>

Além de uma leve tendência a resolução de conflitos por meio de ofícios à CTP, a fala em assembleia também demonstra uma falta de organização na comunicação dos ocorridos na fábrica, e sua demora para a tomada de providências frente aos problemas com os operários.

A diminuição das reclamações a partir de 1964 pode ser explicada pelas consequências do golpe empresarial-militar de abril e pela futura intervenção do sindicato do Paulista. A termos de comparação, nesse mesmo ano, até a interferência no órgão em junho de 1964, 88 reclamações haviam sido impetradas, enquanto no restante do ano, já com o sindicato em outra diretoria, apenas 40 ações foram abertas. Outro detalhe foi que o teor das reclamações também muda, enquanto no primeiro semestre ações sobre diferença de férias são numerosas, a partir de julho de 64 os processos acerca de demissão – indispensáveis independentemente do período de intervenção, já que era o último recurso do despedido para receber seus direitos – são quase totalidade.

---

<sup>346</sup> É necessário lembrarmos que o número alto de processos referentes a Diferença salarial é ocasionado por processos que visavam licença gestante, incluídos pela JCJ como Diferença Salarial em assuntos da reclamação.

<sup>347</sup> Assembleia Geral extraordinária de 28 de setembro de 1963.

<sup>348</sup> Assembleia Geral extraordinária de 12 de outubro de 1963

Em 1965 os números de reclamações voltam a subir. Esse aumento pode ser explicado pelo início das massivas demissões efetuadas pela CTP, e por uma gestão sindical ausente nas organizações diretas como as greves realizadas anteriormente. O alinhamento da nova diretoria - o interventor foi designado diretamente dos quadros da nova DRT - com a ditadura militar parece ter contribuído para a vulnerabilidade da classe, e conseqüentemente abriu espaço para as numerosas dispensas e irregularidades.

A ofensiva da CTP contra os operários se refletiu na alta quantidade de ações referentes a reintegração e direitos após demissões (indenização, aviso prévio, 13º e férias). Em números, das 151 reclamações em 1965, 117 (77%) eram relacionadas aos assuntos supracitados. Dessa forma, mesmo com um sindicato sob intervenção, as reclamações aumentaram por causa da necessidade intrínseca de reclamarem seus direitos após a dispensa.<sup>349</sup>

No ano de 1966 constatamos uma queda brusca nas reclamações. Os dados vão na contramão dos aumentos de homologações e reclamações trabalhistas dos períodos anteriores, com números bem menores que os outros anos nos dois tipos de ações.

Algumas suposições podem ser levantadas acerca dessa baixa utilização da Justiça do Trabalho por parte do operariado neste ano. A primeira pode ser a ainda tímida atuação sindical junto aos trabalhadores visto o temor por uma nova intervenção. Em contrapartida, se observarmos a média de trabalhadores por processo em 1966, podemos constatar que o número foi relativamente alto se comparado a outros anos com maior número de reclamações, o que demonstra uma tendência maior a reclamações coletivas na JCJ.<sup>350</sup> Na Tabela 3 podemos observar a média anual de trabalhadores por reclamação.

Tabela 3 — Média anual de trabalhadores por reclamação

ANO	TRABALHADORES EM RECLAMAÇÕES	QUANTIDADE DE RECLAMAÇÕES	MÉDIA DE TRABALHADORES POR RECLAMAÇÃO
1962	255	214	1,19
1963	436	168	2,59
1964	138	128	1,07
1965	502	151	3,32

<sup>349</sup> Das 151 reclamações impetradas em 1965, apenas 68 tiveram participação do sindicato durante a formulação da ação ou nas demais partes do julgamento.

<sup>350</sup> Das 68 reclamações em 1966, 27 eram coletivas aglutinando 189 trabalhadores.

1966	231	68	3,39
1967	503	157	3,20

---

Fonte: elaborado pelo autor com base nos processos da JCJ arquivados no LAHM

Dessa forma, ainda que em 1966 o número de reclamações fosse baixo, a média de trabalhadores por ação foi o maior entre os períodos analisados, demonstrando uma boa incidência dos operários nos tribunais. Mesmo assim, a retração é clara visto o baixo número de processos, o que nos leva a levantar a hipótese de que mesmo com o alto número de demissões ilegais, a Justiça do Trabalho era vista nesse ano como uma alternativa duvidosa, se levada em consideração a experiência com o sindicato sob intervenção durante quase 2 anos, o período repressivo da ditadura militar, e possivelmente, um número considerável de acordos extrajudiciais entre operários e CTP.<sup>351</sup>

O último ano de nosso recorte temporal foi marcado por um alto número de trabalhadores e reclamações. Além da já referida onda de demissão por parte da CTP – o que também foi comprovado visto o número de homologações do mesmo ano -, reclamações sobre férias, diferença salarial, reintegração e 13º salários foram massivas em 1967.

Essa alta recorrência a Justiça do Trabalho também pode ser explicada por uma atuação mais presente do sindicato junto aos trabalhadores, que a partir de 1967 assume uma postura mais decisiva no que diz respeito às demissões em massa, como fica evidenciado em reunião da diretoria e conselho fiscal em janeiro de 1967:

“Em seguida o sr. Presidente fez sentir e esclarecer aos senhores diretores deste órgão de classe as injustiças praticadas pela Cia. de Tecidos Paulista, demitindo em massa trabalhadores estabilizados sem justa causa. Pois, a medida necessária que devemos tomar em relação às demissões absurdas é o sindicato com seus poderes encaminhar a Justiça do Trabalho, para que a mesma faça justiça a reintegração de todos aqueles que foram demitidos voltar às suas funções normais de trabalho sem perda de suas remunerações (sic)”<sup>352</sup>

A fala do presidente José Rodrigues demonstra que além de uma posição mais atuante na Justiça do Trabalho contra as demissões da CTP, o sindicato em 1967 definiu claramente a sua opção pela via judiciária na solução dos conflitos, totalmente compreensível visto o período

<sup>351</sup> No processo 180/66 houve referência a acordos extrajudiciais homologados pelo sindicato, mas esse foi um caso específico, e em depoimento, o ex-presidente do sindicato Antônio Pereira afirmou que a prática era recorrente na época (1963, quando foi gestor da associação), mas que após algumas reclamações dos próprios operários a mesma foi interrompida.

<sup>352</sup> Reunião da Diretoria e Conselho Fiscal. 13 de janeiro de 1967. fls. 21

repressivo que se encontrava e a recente intervenção do sindicato. Essa postura fica refletida no alto número de reclamações e processos neste ano.

Diferente das reclamações, as rescisões contratuais tiveram um quantitativo diferente no que diz respeito a sua incidência. A partir de 1963, a utilização desse artifício cresceu exponencialmente até 1965, quando decresce timidamente em 1966, e em 1967 aumenta significativamente. Os números de rescisões podem ser explicados principalmente pelas atualizações na legislação nos anos analisados.

A homologação de rescisão de contrato atendia a Lei 4066 de maio de 1962,<sup>353</sup> aos trabalhadores com mais de 1 ano de contrato, e ao art. 500 da CLT para os estabilizados.<sup>354</sup> Mesmo com a vigência da Lei 4.066 desde junho de 1962, e do art. 500 a partir de 1943, não encontramos nenhum processo de homologação de rescisão, o que nos leva a inferir que as rescisões eram preferencialmente feitas extrajudicialmente. Esse argumento é válido se levarmos em conta a grande recorrência de recibos ilegais apresentados como prova pela CTP em processos de indenização trabalhistas na JCJ.

A partir de 1963, as rescisões em juízo crescem anualmente na ordem do dobro em relação ao ano anterior, até 1965. Esse movimento pode ser justificado pela perda nos processos de indenização, onde na condenação todos os direitos eram calculados, em contraposição a rescisão homologada que não tinha discriminado os seus termos, sendo informado somente o valor do acordo, e homologada pela JCJ sem questionamentos. Dessa forma, os valores eram “amigavelmente” estabelecidos, e a rescisão era somente assinada pelo juiz, o que abria espaço para valores menores do que o que realmente era devido.

Em 1963 e 1964, as homologações eram majoritariamente utilizadas para regularização de rescisões de trabalhadores não estabilizados.<sup>355</sup> A partir de 1965, as rescisões em juízo envolviam principalmente operários estabilizados, visto a “guerra aos estabilizados” empreendida pela Companhia deste ano em diante. Com receio de serem demitidos sem direitos, com o sindicato sob intervenção, e com o panorama político desfavorável, os acordos

---

<sup>353</sup> Art. 1 da Lei 4066, de 28 de maio de 1966: Art. 1º O pedido de demissão ou recibo e quitação de rescisão do contrato de trabalho, firmado do empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e da Previdência Social ou da Justiça do Trabalho. Parágrafo único. Quando não existir na localidade nenhum dos órgãos previstos neste artigo, a assistência será prestada pelo Juiz de Paz e, na sua falta ou impedimento, pela autoridade policial.

<sup>354</sup> Art. 500. O pedido de demissão do empregado estável só será válido quando feito com a assistência do respectivo sindicato e, se não o houver, perante autoridade local competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ou da Justiça do Trabalho.

<sup>355</sup> Apenas 5 homologações envolveram trabalhadores estabilizados nesses dois anos.

envolvendo estabilizados cresceram, atingindo seu ápice em 1967.<sup>356</sup> Ainda sobre esse ano, o advento do FGTS também influenciou no quantitativo, visto que a permissão para movimentação dos montantes, em conta do fundo, só poderia ser feita após constatação da rescisão em juízo.

Dessa forma, compreendemos que as rescisões de contrato em juízo atenderam principalmente a necessidade da CTP em dispensar funcionários com menos custos, legalizar a saída de funcionários estabilizados após a ofensiva contra os mesmos – as homologações, ao nosso ver eram uma saída mais rápida para o ganho da indenização por parte dos trabalhadores -, e a formalização da saída de optante do FGTS.

Durante nossa análise, dois tipos de processos apareceram com menor recorrência: os inquéritos judiciais e as execuções provisórias. O Inquérito era determinado para a possibilidade de demissão de trabalhador estabilizado por justa causa se provada falta grave, atendendo ao art. 853 da CLT.<sup>357</sup> Já a Execução Provisória, servia para tornar líquida uma sentença ilíquida (sem valores objetivamente estabelecidos), atendendo aos arts. 876 e 879 da CLT.<sup>358</sup>

No caso das execuções, a falta de ocorrência foi ocasionada por uma certa clareza nos julgados por parte da JCJ de Paulista, quem em geral discriminava de forma objetiva os valores das condenações em decisão protelada.

Já sobre os inquéritos, sua falta de incidência, ao nosso ver, se deu na incapacidade da CTP em provar em juízo as supostas faltas graves que os seus operários estabilizados tinham cometido. Dos cinco inquéritos impetrados pela CTP, 4 foram julgados improcedentes e 1 foi conciliado.<sup>359</sup> Assim como nos processos de reintegração, suspensão e indenizações, a CTP não conseguia provar as faltas graves dos seus trabalhadores, sendo o inquérito uma ferramenta inútil para a empresa.

---

<sup>356</sup> Neste ano, 186 trabalhadores estabilizados entraram em acordo, contra apenas 48 não estabilizados. Em 1966, todas as homologações envolveram operários com mais de 10 anos.

<sup>357</sup> Art. 853 - Para a instauração do inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito à Junta ou Juízo de Direito, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da suspensão do empregado.

<sup>358</sup> “Art. 876. As decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo, e os acordos, quando não cumpridos, serão executados pela forma estabelecida neste capítulo.” E “Art. 879 - Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos.”

<sup>359</sup> O inquérito judicial de número 127 e 106/66 prolongou-se até 1975, por ocasião do trabalhador requerido estar envolvido em processo policial próximo à data de julgamento em julho de 1966. Após retomada do julgamento, as partes conciliaram para a rescisão do contrato sem pagamento de nenhuma quantia por ambas as partes.

#### 4.2.3 Resoluções dos processos

A análise das resoluções dos processos foi uma parte importante de nossa pesquisa, com o objetivo de detectar a efetividade das ações dos operários na Justiça do Trabalho e identificarmos o perfil do judiciário trabalhista em relação às demandas dos empregados da CTP. Ao observar o resultado dos processos em série, conseguimos constatar as tendências de crescimento e diminuição de cada tipo de resultado, demonstrando a taxa de sucesso, ou não, das demandas em juízo.

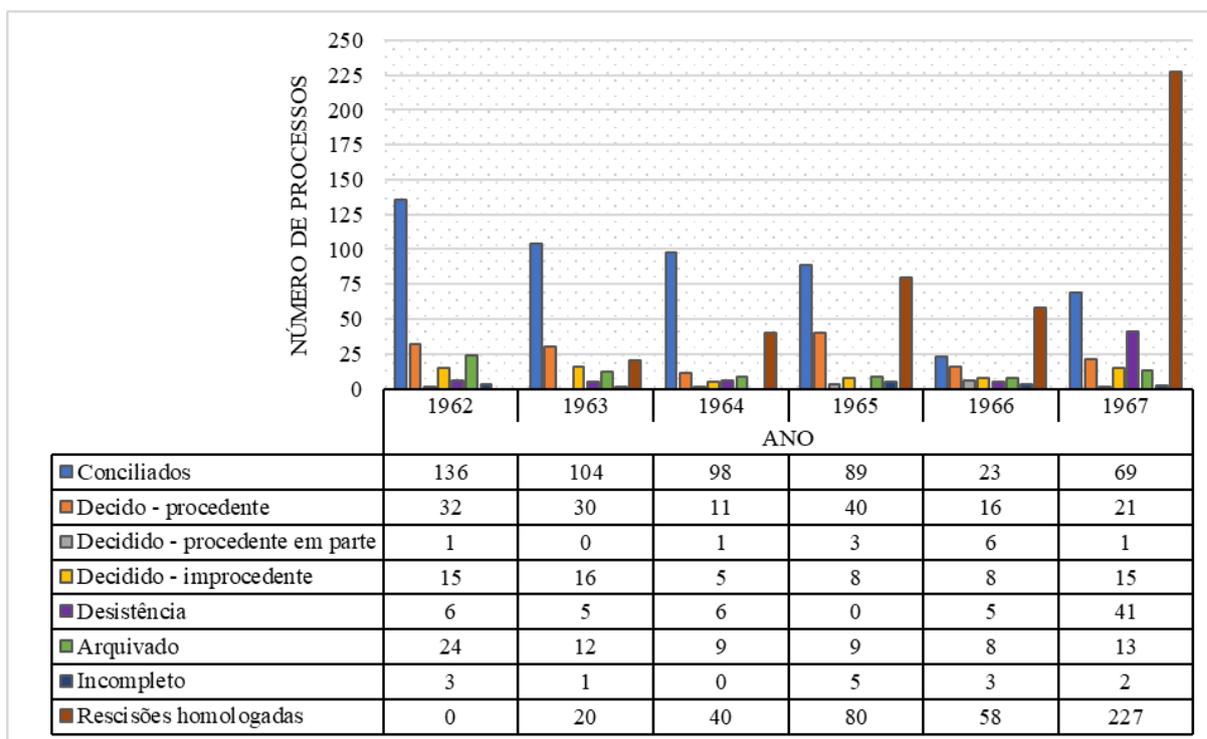
Como podemos observar no Gráfico 3, em todos os anos a conciliação foi a opção de resolução mais recorrente entre trabalhadores e a Companhia. Isso endossa nossa tese de que, para o rápido término do conflito, a conciliação se apresentou como solução mais atrativa, em contraposição ao possível prolongamento da ação pela possibilidade de recursos para tribunais superiores (como veremos mais à frente).

As decisões procedentes para a reclamação também figuram com números significativos, sendo 16,93% solucionadas dessa forma, contra os 50,76% das conciliações. Essa porcentagem demonstra que mesmo baixo se comparado às conciliações, as decisões procedentes eram recorrentes para os reclamantes da CTP. Se aprimorarmos o cálculo e considerarmos apenas os processos decididos (229 ações) – incluímos aqui os sentenciados pela JCJ e por tribunais superiores -, a taxa de procedência total foi de 65,5%, enquanto as ações julgadas improcedentes têm 29,26% e os procedentes em parte 5,24%.<sup>360</sup>

---

<sup>360</sup> Os processos decididos procedentes eram os que em sua decisão incluíam todos os termos solicitados pelo reclamante, e englobava todos os reclamantes se o processo fosse coletivo. No caso dos processos improcedentes, era quando a perda da causa era total, tanto dos assuntos reclamados quanto dos trabalhadores envolvidos. Os processos procedentes em parte, poderiam ser os que deixassem de fora algum assunto da reclamação (operário solicitava diversos direitos, mas só ganhou a causa para alguns com exclusão de outros), ou que excluísse da decisão trabalhadores que não tivessem direito ao objetivo da causa.

Gráfico 3 — Relação das resoluções dos processos anualmente



Fonte: elaborado pelo autor com base nos processos da JCJ arquivados no LAHM

Ainda que a taxa de procedência seja alta, temos que levar em consideração os impactos que as improcedências causavam nos trabalhadores. O receio do operário em seguir com o processo adiante, e ter a sentença de primeira instância reformada, pode ter influenciado nas incidências das numerosas conciliações, que se mostravam um caminho mais rápido e seguro de conseguir algum dinheiro após o conflito, seja ele por demissão ou visando algum direito espoliado.<sup>361</sup>

As reclamações julgadas procedentes em parte figuram com baixa recorrência. Esse tipo de resolução foi mais comum em processos coletivos onde somente uma parcela dos trabalhadores tinham direito ao assunto requerido, o que, de forma geral, acontecia esporadicamente. Uma grande parcela das reclamações coletivas, por serem processos que via de regra se estendia por bastante tempo, acabavam conciliados ou com desistências no decorrer da ação.

<sup>361</sup> Para referência, dos processos julgados improcedentes (67 ações), 8 reclamações (11,94%) foram reformadas pelo TRT ou TST sendo procedentes na primeira instância.

A taxa de desistência inclusive foi relativamente alta nas reclamações dos operários da CTP.<sup>362</sup> Aparecendo em maior número no ano de 1967, a desistência ocorria por meio de solicitação do trabalhador durante o curso do julgamento, e podia ou não conter uma justificativa anexada aos autos. Em 1967, diversos reclamantes abriram mão das ações sem explicarem o motivo, mas podemos inferir que essas desistências ocorreram para a celebração de acordos entre as partes.<sup>363</sup>

O arquivamento das reclamações acontecia após o não comparecimento do reclamante ou de representante legal do mesmo nas audiências.<sup>364</sup> O arquivamento atende aos arts. 731 e 732 da CLT, e acontecendo duas vezes pelo reclamante, ficava o mesmo impedido de reclamar à Justiça do Trabalho por um período de 6 meses, independentemente do assunto tratado.<sup>365</sup> Em contraposição, a desistência não ocasionava a suspensão do direito de reclamar como o arquivamento.

As rescisões de contrato eram apreciadas por meio de homologação da JCJ. Eram apresentados em juízo o recibo de quitação, devidamente assinado pelo trabalhador discriminando somente a quantia convencionada na rescisão, sem o detalhamento dos direitos incluídos no valor nem a forma que foram calculados para a rescisão. A maioria absoluta das rescisões eram homologadas, e em nenhum caso os valores foram questionados pela JCJ.<sup>366</sup>

---

<sup>362</sup> 63 reclamações tiveram desistência pelos trabalhadores, significando 7,11% do total das reclamações impetradas.

<sup>363</sup> A partir de 1967, os processos de reintegração tiveram uma taxa de desistência relativamente alta (mais de 59%). Em grande parte desses casos, a renúncia vinha por meio de solicitação do trabalhador sem a explicação do motivo. Porém, por meio da análise dos processos em conjunto com a literatura, podemos perceber que, por vezes, a desistência era ocasionada para celebração de acordos extrajudiciais ou rescisões homologadas futuramente. Um processo simbólico que angaria nossa linha de raciocínio foi o 105/67, onde 72 tecelãs solicitaram reintegração, e ao final da ação somente 33 trabalhadoras retornaram ao serviço. O relato de uma antiga fiandeira relembra o caso: “Foram 70 e tantas tecelãs, que botaram questão de uma vez só (dentre as 115 tecelãs demitidas). Tinha audiência e eles recorreram, e de vez em quando, eles mandavam chamar (a CTP), e diziam que a pessoa podia retirar (a questão), que receberia tudinho (a indenização). Muitos tiraram (o nome da questão coletiva). Sei que, no processo da tecelagem, venceram 40 e tantas tecelãs. Chamavam o processo gigante.” É válido presumirmos que desistências realizadas da mesma forma, poderiam significar também a celebração de acordos extrajudiciais ou futuras rescisões contratuais.

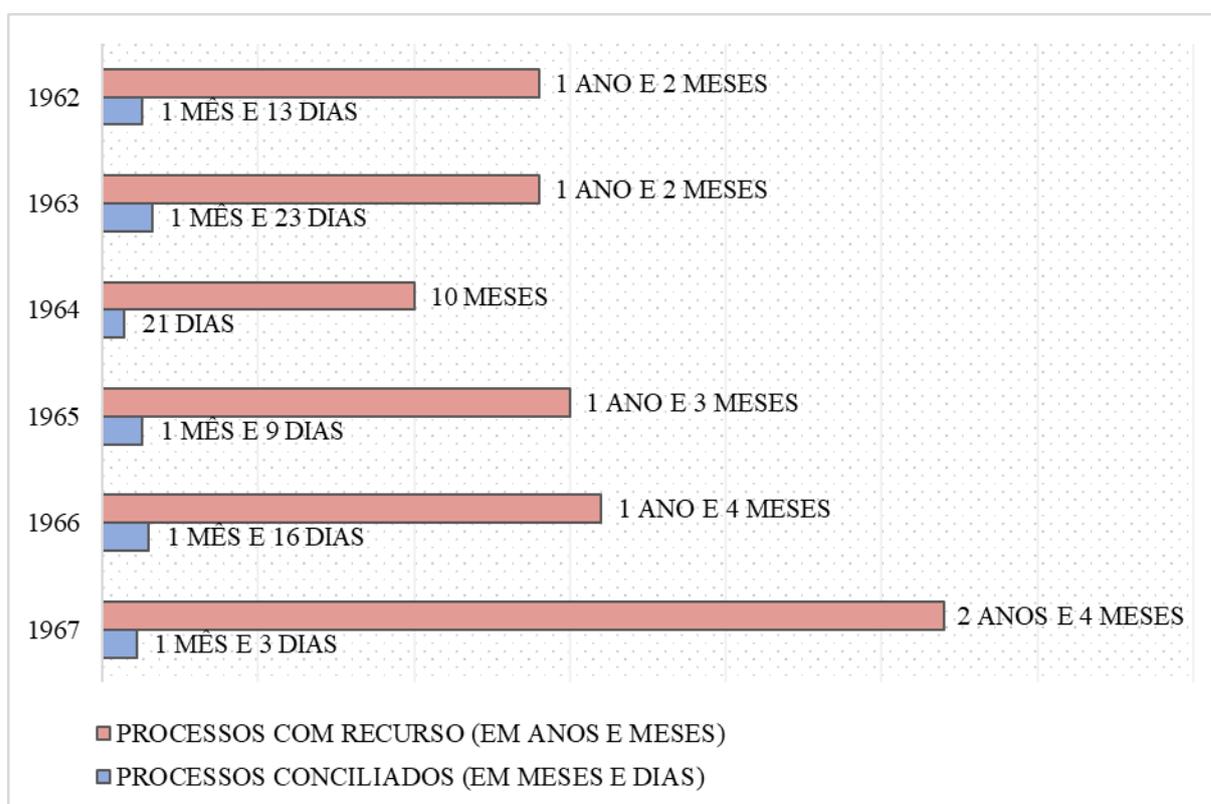
<sup>364</sup> Em caso de ausência da reclamada, em nosso caso a CTP, o processo era julgado à revelia de acordo com a solicitação feita pelo trabalhador como constava em Art. 844 da CLT: “O não-comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não-comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.”

<sup>365</sup> Versa o art. 731 da CLT: “Aquele que, tendo apresentado ao distribuidor reclamação verbal, não se apresentar, no prazo estabelecido no parágrafo único do artigo 786, à Junta ou Juízo para fazê-lo tomar por termo, incorrerá na pena de perda, pelo prazo de seis meses, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.” E o art. 732: “Na mesma pena do artigo anterior incorrerá o reclamante que, por duas vezes seguidas, der causa ao arquivamento de que trata o art. 844.”

<sup>366</sup> Apenas 5 rescisões impetradas pela CTP não foram homologadas pela JCJ por desistência dos trabalhadores.

Como já discutimos anteriormente, um dos fatores que influenciavam na escolha do trabalhador em conciliar o processo era a morosidade da Justiça do Trabalho. Comparando o tempo de duração de processos que entraram em fase de recurso com as ações conciliadas, temos uma diferença discrepante de tempo. Como podemos observar no Gráfico 4, o tempo médio de um processo em apreciação de recursos podia ser até 25 vezes maior que um conciliado.

Gráfico 4 — Média do tempo de resolução de processos com recursos e conciliados<sup>367</sup>



Fonte: elaborado pelo autor com base nos processos da JCJ arquivados no LAHM

A diferença de tempo fica ainda mais significativa se considerarmos que entre a data de abertura da reclamação, e a primeira audiência percorria um período de 15 dias a 1 mês, dependendo da demanda da JCJ. Sendo assim, a maioria das conciliações, em média, eram realizadas na primeira sessão, com pagamento cerca de 3 dias após o acordo. Em contraposição a duração extremamente longa das apreciações de recursos, a conciliação podia ser vista como

<sup>367</sup> O seguinte Gráfico foi confeccionado com base em 158 processos recorridos (embargos, recurso ordinário ou recurso de revista), e 497 processos conciliados em primeira instância. Para os fins de nossa análise, consideramos o período de duração de cada processo desde a abertura até a resolução completa da conciliação ou da sentença, seja o pagamento ou demais providências. Para fins de cálculo, utilizamos 1 mês = 30 dias.

uma garantia a curto prazo de ganho de dinheiro, suprindo as necessidades diárias dos trabalhadores e os recursos para a busca de um novo emprego. A seguir observamos os impactos da conciliação.

#### *4.2.4 Os impactos da conciliação*

Como já discutimos nas páginas anteriores, ao nosso ver, a conciliação das reclamações se configurou como uma forma legalizada de perda de direitos por parte dos operários. A partir do momento em que a Justiça do Trabalho, disponibiliza a possibilidade de o trabalhador entrar em acordo para abrir mão de seus direitos, com a finalidade de findar um conflito, a mesma Justiça, ao nosso ver, legaliza um instrumento que pode ser utilizado como forma de pressão para que o trabalhador confirme e concorde com a espoliação que sofreu.

A necessidade de uma resolução rápida dos conflitos entre trabalhadores e empregadores atende à demanda de pacificação das classes inerentes ao capitalismo. Nesse ponto, a Justiça do Trabalho assume o papel de garantidor da “tranquilidade” que, em contrapartida, foi um dos preceitos para o aperfeiçoamento e estruturação da indústria no Brasil. Nesse aspecto, Moema Miranda nos informa:

“O objetivo do Direito do Trabalho de proteção ao trabalhador, considerado “hipossuficiente”, atende antes de mais nada à necessidade da harmonização das classes sociais ligadas através da relação de trabalho. Esta tarefa tem valor inestimável para a manutenção da ordem social vigente. A Justiça do Trabalho tem na conciliação um importante instrumento para atingir este objetivo utópico. Harmonizar classes cujos interesses as colocam em posições antagônicas, em situação de conflito permanente, ora latente, ora declarado não é tarefa fácil. Mas tanto a Justiça quanto o Direito Trabalhista criaram, intencionalmente ou não, mecanismos através dos quais um número extremamente significativo de processos pode ser resolvido por meio da conciliação das partes em disputa.”<sup>368</sup>

Complementando a disponibilidade da conciliação, a morosidade judicial e as diversas divergências jurisprudenciais em julgados, criou um ambiente onde, mesmo que a Justiça seja, em princípio, uma ferramenta de defesa do trabalhador, a dúvida de a efetivação dos seus direitos, paira sobre o reclamante, que tem a certeza de algum ganho na conciliação.

Além de ceder direitos, a conciliação significava também uma perda concreta de dinheiro. Para constatarmos efetivamente essa perda, utilizamos processos onde o trabalhador

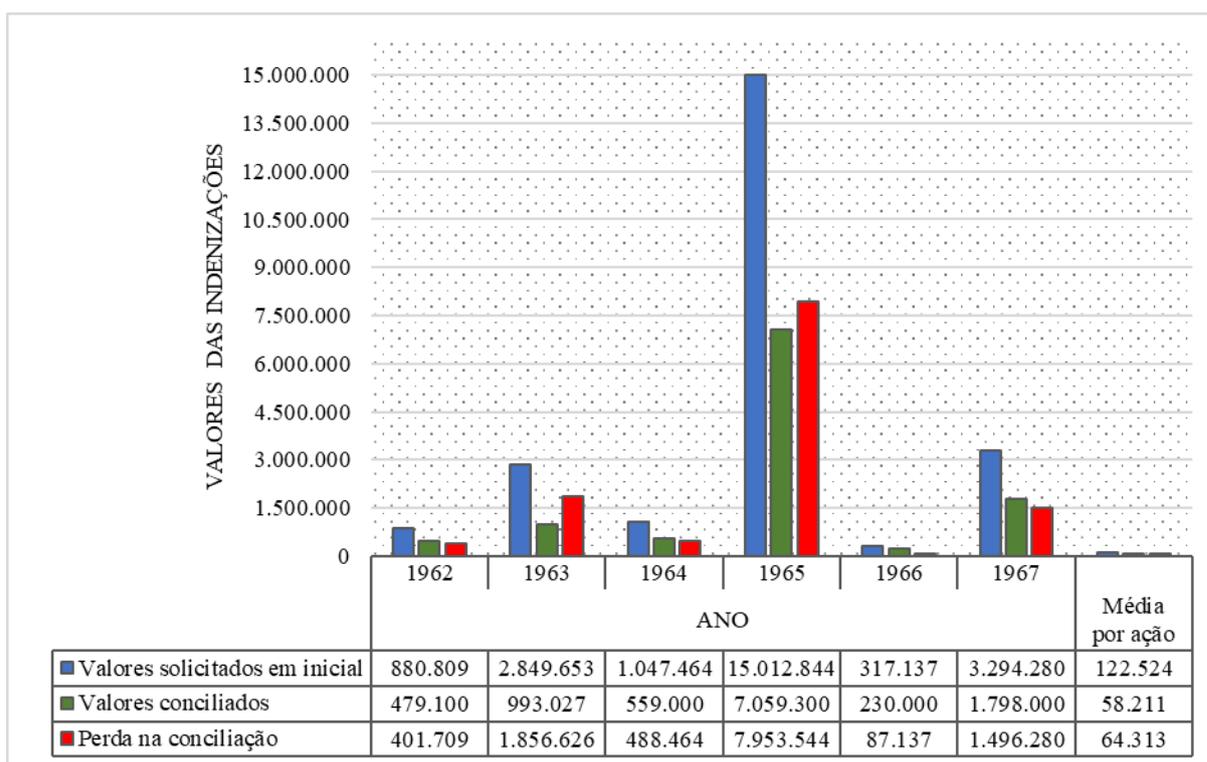
---

<sup>368</sup> MIRANDA, Moema Maria Marques de. **Espaço de honra e de guerra: etnografia de uma Junta Trabalhista**. Dissertação de Mestrado. RJ: UERJ, 1991. p. 223

discrimina em sua reclamação inicial os valores que previa para sua sentença. Esses cálculos detalharam cada item por assunto reclamado e de acordo com o grau de infração que a CTP cometesse (por exemplo: 2 férias atrasadas, indenização de 5 anos de serviço, 1 período de 13º, etc.). Também incluímos no cálculo processos que foram decididos e tinham a sentença com valores determinados, e, posteriormente, foram conciliados.

A partir do cálculo constante na inicial, comparamos com os valores conciliados da causa e conseguimos detectar o quanto o trabalhador perdeu ao realizar o acordo. Dessa forma, demonstramos concretamente que os acordos realizados eram desfavoráveis aos operários, em graus diferentes. Observemos a relação dos valores no Gráfico 5.

Gráfico 5 — Relação dos montantes solicitados x perdidos em conciliações entre 1962 e 1967  
(em Cruzeiros Cr\$)



Fonte: elaborado pelo autor com base nos processos da JCJ arquivados no LAHM

A perda monetária pela conciliação foi uma constante independentemente do período. Com as solicitações que variam por diversos motivos – aumento do salário mínimo, maior recorrência dos operários à Justiça do Trabalho, ou amplo descumprimento da legislação pela

CTP -, os valores em inicial eram sempre discrepantes se comparados aos acordados na conciliação.

Os montantes perdidos demonstrados no Gráfico 5 são consideravelmente altos, circulando entre 27% a 65% dos valores pedidos nas iniciais, com uma média geral de 52,49%.<sup>369</sup> Dessa forma, ao conciliar, o trabalhador geralmente abria mão de cerca de metade do que era seu de direito, em termos monetários. Essa perda significativa criou, ao nosso ver, um relaxamento da aplicação das leis, e uma vantagem clara no descumprimento das normas por parte da CTP.

O sentimento de impunidade na aplicação das leis trabalhistas acabou por moldar as relações entre CTP e operariado. A empresa, como pudemos perceber nas páginas anteriores, recorrentemente descumpriu as normas estabelecidas na CLT, sob a certeza de que somente uma parcela dos trabalhadores lesados – os que não reivindicavam era por necessidade de continuarem com seus empregos, desconhecimento do arcabouço legislativo ou falta de condições – reclamaria na Justiça, e esses que entrassem em litígio, se veriam quase forçados a conciliar visto os problemas já citados. A vantagem da impunidade parece ser algo que pairava por todo o ambiente de trabalho, independente se urbano ou no campo, como revela a fala do Juiz da JCJ de Alegrete, Dr. Rui Lopes:

“Os proprietários acham que tem vantagem em não cumprir a legislação trabalhista, quer ver? Vamos fazer uma matemática simples: você tem mil trabalhadores, não paga o repouso aos mil trabalhadores. Aí cem vão para a Junta e reclamam. Mesmo você pagando todas as multas, juros e etc., você não ganhou, pagando a cem e deixando de pagar a novecentos?”<sup>370</sup>

Além da certeza da vantagem no descumprimento das normas por parte dos proprietários, também era compartilhado o sentimento de que o acordo, invariavelmente, incorreu em prejuízos aos trabalhadores, como demonstram as falas de Dra. Solange, advogada de alguns sindicatos da região e Arnaldo Gomes, do STR de Alegrete:

“Não entendo como é que eles [trabalhadores], por uma porcaria qualquer, deixam de ganhar muito mais esperando um pouco (...). Outro dia, uma mulher: o processo dela já tinha sido julgado procedente, estava na fase de execução, ia dar um quatrocentos mil, ela vai e faz acordo por menos da metade. Depois me disse que tinha encontrado uma casa na rua por trinta mil, que tinha saído do engenho e precisava de um teto pros filhos. Eu falei que com mais um mês ela podia comprar até duas casas e ainda tinha dinheiro pra viver o resto da vida sem trabalhar. É demais, né?”<sup>371</sup>

<sup>369</sup> Para sermos mais exatos, anualmente as porcentagens são: 1962 (45,61%), 1963 (65,16%), 1964 (46,63%), 1965 (52,98%), 1966 (27,48%) e 1967 (45,42%).

<sup>370</sup> MIRANDA, Moema Maria Marques de. *op. cit.* p. 235

<sup>371</sup> MIRANDA, Moema Maria Marques. *ibid.* p. 226

“[O trabalhador faz acordo] por cansaço. Porque às vezes ele sabe que vai ganhar cem mil cruzeiros, mas passa-se os anos... então ele, pra receber com dois meses, três, faz o acordo de receber quarenta, pelo menos não vai passar tanta fome”<sup>372</sup>

Em nossa visão, a situação foi ainda mais prejudicial quando a reclamação envolve direitos após uma demissão. No momento em que o trabalhador se encontra ausente da única forma de remuneração possível - seu trabalho -, a necessidade de conseguir algum dinheiro responde ao suprimento das necessidades imediatas do operário, e da possibilidade de procurar um novo emprego. Nem todos os trabalhadores conseguem aguardar a resolução do processo que pode se prolongar por anos.

Outro aspecto que podemos analisar acerca da conciliação é que o ato do acordo entre empresa e empregado significa, em termos simbólicos, a confissão de culpa por parte do empregador. Caso o mesmo não estivesse violando a lei – como argumenta a CTP na maioria das defesas que proclamava na Junta -, não faria sentido o firmamento de um acordo, visto que é oneroso economicamente para a empresa. Como afirmou Moema Miranda, “é o reconhecimento público da dívida contraída para com o trabalhador”,<sup>373</sup> mesmo que somente uma parcela dessa dívida fosse efetivamente paga.

A simples apresentação de provas e utilização de testemunhas comprovaria a ausência de culpa para os termos das reclamações. Como o empregador não o faz – até porque não o poderia, visto que na esmagadora maioria das vezes realmente infringe a legislação trabalhista -, entra em acordo com o funcionário.

Há também um sentido simbólico de vitória por parte do trabalhador. Ao impetrar a reclamação, o operário vai em busca do que é seu de direito, e mesmo ao receber um valor que não condiz concretamente ao que lhe era devido, a realização da conciliação significa o reconhecimento de culpa por parte da empresa. Também é de se levar em consideração que, a partir de meados dos anos 1960, com as demissões em massa, o acordo significava uma segurança para os operários, frente a possibilidade real de perda das ações em juízo. Era uma conquista, mesmo que mínima e abrindo mão de direitos, em meio a um panorama de insegurança e instabilidade no parque fabril.<sup>374</sup>

---

<sup>372</sup> MIRANDA, Moema Maria Marques. *ibid.* p. 228

<sup>373</sup> MIRANDA, Moema Maria Marques. *ibid.* p. 230

<sup>374</sup> Com a “guerra contra os estabilizados” realizada pela CTP, as conciliações e acordos começaram a ser consideradas pelos trabalhadores como a forma mais rápida e segura de conseguir parte de sua indenização. O medo de participar de uma contenda judicial que poderia se estender por anos, acabou incentivando uma parcela dos operários a buscarem conciliações mais vantajosas. Como veremos na Seção seguinte, alguns desses acordos envolveram as casas dos operários, o que foi positivo para a classe, e almejado por boa parcela dos mesmos. Para

Na realidade dos operários da CTP, o sucesso nas reclamações e nos acordos significava, no aspecto simbólico, que a grande empresa, dona de quase toda a cidade, e outrora dominante no município, perdia o poder de controle total sobre o operariado e confessava sua culpa e os erros cometidos com os trabalhadores perante o tribunal. Não significava acreditar que a grande indústria têxtil estava em ruínas, mas que seu império começava a dar sinais de degradação.

Além da ação individual nos tribunais que, como discutimos, tem suas limitações e resultados nem sempre totalmente favoráveis, a organização coletiva dos trabalhadores foi um importante aspecto na vida operária em Paulista. A seguir, observaremos como o sindicato dos têxteis de Paulista se fez presente junto aos operários na Justiça do Trabalho.

#### 4.3 ATUAÇÃO DO SINDICATO NOS PROCESSOS TRABALHISTAS

Por todo o nosso recorte temporal, o sindicato esteve presente junto aos operários de Paulista. Com um grau maior ou menor de liberdade, e com uma atuação mais ou menos presente, o STIFTPI deu principalmente assistência jurídica aos operários da CTP. A participação do sindicato nas reclamações ia desde a ajuda na construção da inicial da reclamação, até o acompanhamento nas audiências de julgamento e impetração de recurso para instâncias superiores.

Nesse sentido, a presença dos advogados sindicais foi de suma importância junto aos trabalhadores, e ajudou a validar a Justiça do trabalho como importante âmbito na luta por melhorias. Em grande parte, a possibilidade de vitória nas reclamações dependeu de uma efetiva atuação do sindicato. Porém, como já discutimos mais acima, a assistência sindical foi diretamente prejudicada por fatores externos como a intervenção a partir de 1964 e o perfil mais ou menos combativo das diretorias.

Para conseguirmos detectar o grau de acompanhamento que o sindicato efetuava junto aos trabalhadores, analisamos minuciosamente todas as partes dos processos em busca de pistas que evidenciam a participação sindical na reclamação. As principais provas dessa atuação foram: a presença dos advogados ou presidentes nas audiências de julgamento; o selo do

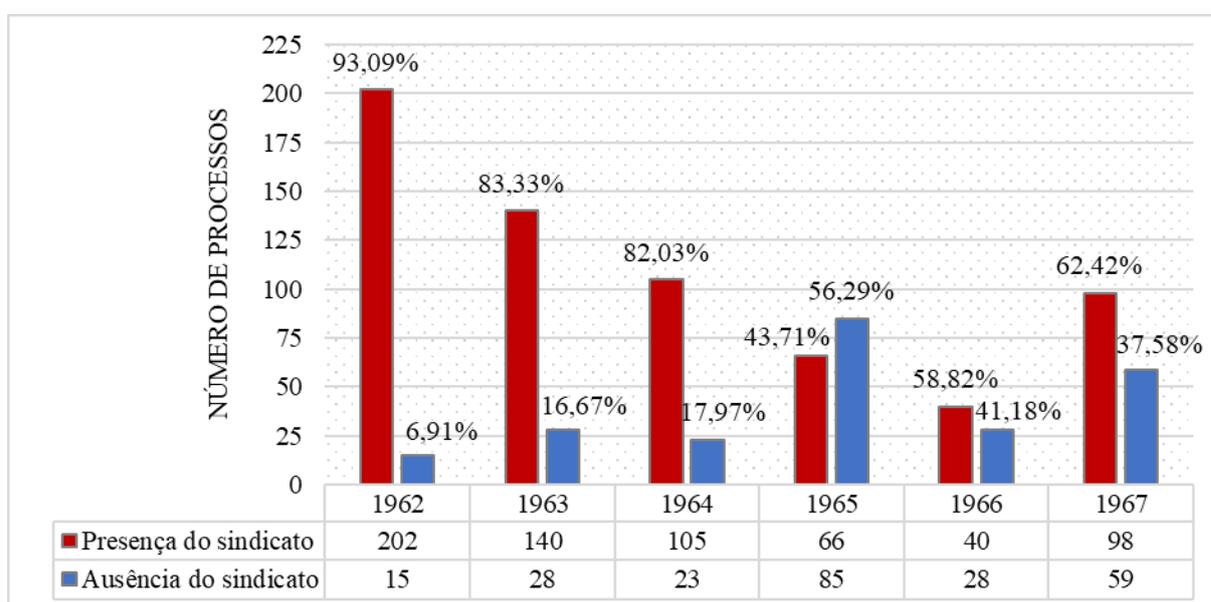
---

uma análise dessa visão relativa dos acordos na memória dos trabalhadores, veja: LEITE LOPES. *op. cit.* p. 541-584.

sindicato na folha inicial da ação, que indicava que a reclamação foi feita no sindicato e posteriormente levada a JCJ (ver Anexos); a assinatura de membros do sindicato na inicial ou a rogo em casos de trabalhadores analfabetos.

Utilizando dessa metodologia, conseguimos mensurar a participação sindical em processos de curta duração, como as conciliações, que em suas folhas, por vezes, não carregam nem o relatório da primeira audiência, anexadas somente os termos de conciliação e pagamento da ação. O Gráfico 6 demonstra a presença do sindicato de classe anualmente nas reclamações trabalhistas.<sup>375</sup>

Gráfico 6 — Presença do sindicato nas reclamações trabalhistas entre 1962 e 1967



Fonte: elaborado pelo autor com base nos processos da JCJ arquivados no LAHM

Em números absolutos, percebemos uma constante diminuição na participação do sindicato junto aos trabalhadores até 1966, quando em 1967 a participação sindical volta a subir. Já percentualmente, constatamos que essa queda só dura até 1965, momento em que o sindicato está sob intervenção, e começa a subir percentualmente a partir de 1966, período em que a diretoria sindical retorna aos operários. Também é importante nos atentarmos que entre 1962 e 1964, a parcela de participação do sindicato foi bastante alta, ficando entre 93% e 82% do total de reclamações.

Se fizermos um exercício de interligação dos fatos, a presença sindical nos processos esteve diretamente ligada aos momentos de instabilidade política que a associação e o país

<sup>375</sup> Em nossa análise, nas 432 rescisões de contrato não encontramos nenhuma evidência de presença do sindicato, nem na formulação do requerimento de homologação, nem nas demais partes desse tipo de processo.

passavam, demonstrando que a ditadura militar influenciou diretamente nesse aspecto da vida dos trabalhadores em Paulista. Mesmo a retomada da diretoria pelos operários não significou uma participação do órgão nos mesmos patamares anteriores ao golpe empresarial-militar.

Além da presença nos processos, tentamos identificar o teor dessa assistência jurídica, como ela se desenvolvia, e se de alguma forma ela influenciou nos resultados obtidos pelos operários nas reclamações. É importante pontuarmos que a presença do sindicato não se deu nas homologações de rescisões de contrato. Segundo o art. 500 da CLT, a homologação de rescisão poderia ser realizada pelo sindicato, e encontramos apenas uma ação dando alusão a essa prática nos processos trabalhistas, e nenhuma vez nas atas das assembleias sindicais, indicando que a CTP preferia realizar o acordo diretamente com o trabalhador e homologá-lo na Justiça, por não ter nenhuma interferência na formulação dos valores e direitos abordados na rescisão.<sup>376</sup>

Para melhor compreender o impacto da assistência sindical, optamos por dividir em três temporalidades diferentes de análise, sendo elas: 1) o período das duas diretorias operárias entre 1962 e junho de 1964; 2) a intervenção sindical entre junho de 1964 e fevereiro de 1966; 3) a retomada da diretoria sindical a partir de fevereiro de 1966 até o fim de nosso recorte temporal, dezembro de 1967.<sup>377</sup>

Acreditamos que o principal impacto da intervenção sindical foi a assistência jurídica direta nos processos. Observamos que após a interventoria, a quantidade de processos com presença de advogados do sindicato diminuiu consideravelmente. A ausência do assessoramento nas causas pode ter influenciado na celebração de conciliações menos proveitosas aos trabalhadores, como observamos no Gráfico 5, onde a média de perda monetária nas conciliações passou dos 52%.

Curiosamente, o período de intervenção foi o que teve maior porcentagem de processos julgados procedentes dentre as ações assistidas pelo sindicato (22%). Esse número se deu pela permanência dos advogados no órgão, que continuaram a prestar serviços mesmo com a mudança de diretoria. Em períodos de diretoria operária, era recorrente a presença do presidente nas audiências junto aos trabalhadores, o que não ocorreu em nenhum processo entre junho de

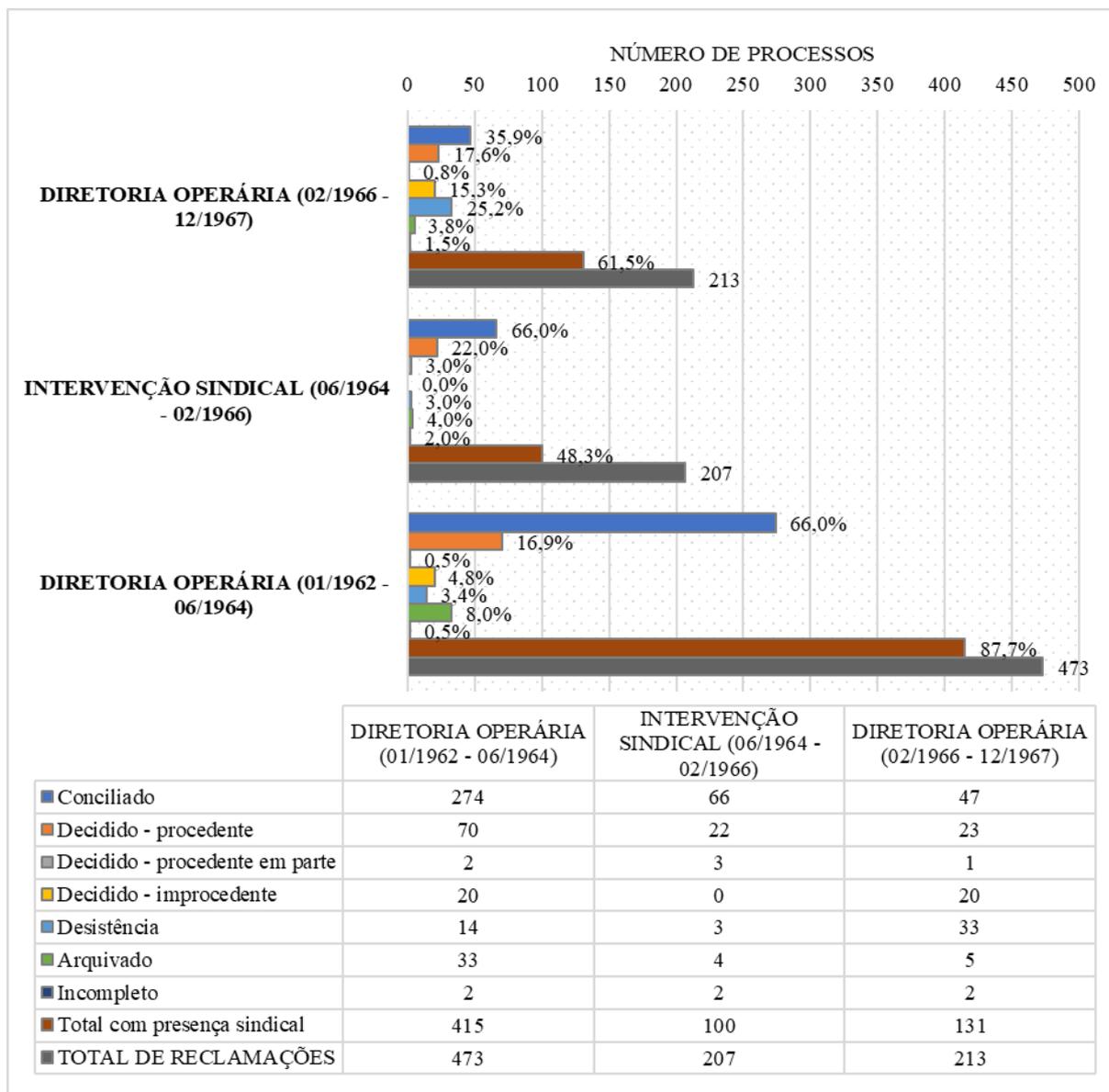
---

<sup>376</sup> Como mencionamos mais acima, somente no processo 180/66 vimos menção a essa prática por parte da diretoria sindical em 1963, e ainda assim, a mesma prática foi interrompida pela diretoria após reclamações dos próprios operários.

<sup>377</sup> Para maior exatidão os períodos são: 1 janeiro de 1962 à 15 de junho de 1964; 22 de junho de 1964 à 12 de fevereiro de 1966; 13 de fevereiro de 1966 à 31 de dezembro de 1967. Tomamos por base as informações contidas nas atas de assembleias e nos processos trabalhistas.

1964 e fevereiro de 1966. O Gráfico 7 demonstra os resultados obtidos durante cada período do STIFTPI no nosso recorte temporal:

Gráfico 7 — Relação de resultados nos processos nas diretorias do STIFTPI (1962-1967)



Fonte: elaborado pelo autor com base nos processos da JCJ arquivados no LAHM

Com o Gráfico 7, podemos notar que o total de processos continuou relativamente alto durante a intervenção sindical, demonstrando que a superexploração e a onda de demissões empreendida pela CTP permaneceu como principal motivação para a reclamação em juízo pelos operários no período.

Uma hipótese que podemos levantar é a de que a falta de assistência sindical pode ter influenciado na própria opção pelo recurso da reclamação trabalhista. Se voltarmos à Tabela 2,

constatamos que os principais assuntos reclamados em juízo versavam sobre direitos solicitados após demissão, como indenização, aviso prévio, 13º, férias e reintegração. Compreendemos então que o âmbito da Justiça do trabalho passou a ser usado de forma restrita aos operários que não tinham outra escolha a não ser reclamar em juízo.

Outro importante aspecto que podemos discutir é a alta taxa de arquivamento e desistência durante as diretorias operárias. Ao nosso ver, os números podem ser reflexo da ação do sindicato que poderia optar por movimentos em conjunto com outros trabalhadores, como greves ou causas coletivas. A depender dos rumos que o processo tomasse, de acordo com a apresentação de provas pelos funcionários ou da empresa, e de possíveis incongruências, o advogado poderia requerer a desistência para reformular o litígio com maior precisão. Também era recorrente que os trabalhadores desistissem da causa para celebrar acordos ou rescisões contratuais, principalmente após 1967, geralmente sem esclarecer os termos da rescisão nos autos.

Os processos improcedentes, em nossa análise, tinham em sua grande maioria a marca da falta de uma jurisprudência uniforme para julgados de mesmo teor. Foi recorrente a improcedência nos acórdãos de instâncias superiores – como vimos nas seções anteriores – em processos que visavam uma mesma causa, mas que eram apreciados de forma diferente pelo TRT ou por turmas diferentes do TST. Como a maioria dos processos que iam para os tribunais superiores precisava de uma assistência jurídica, a improcedência acabou sendo um traço negativo na atuação sindical.<sup>378</sup>

Outro importante aspecto que devemos levantar sobre o período de intervenção do sindicato foi a ação de antigos advogados da associação junto aos trabalhadores. Para analisarmos essa assistência extra sindical de antigos funcionários, tivemos que recorrer ao cruzamento de dados entre atas sindicais e processos trabalhistas. Dessa forma, foi possível perceber a presença de antigos advogados e membros da associação nos processos.

Com isso, buscamos identificar os advogados do STIFTPI nos processos e nas atas de assembleia, onde estiveram presentes os seguintes profissionais e seus anos de atividade: Ernani Toscano (1962-1967), José Alves de Melo (1962-1964), Walter José Dantas (1963), Odir Coelho (1965 – 1967) e Claudio Leite de Oliveira (1967). A relação dos advogados foi particularmente importante para compreendermos que a ação do sindicato junto aos

---

<sup>378</sup> Somente 33 processos sem assistência sindical foram para instâncias superiores, e em 31 ações tinham como advogado dos reclamantes o ex-funcionário do STIFTPI José Antônio Alves de Melo.

trabalhadores no momento de interventoria ficou restrita a atuação desses profissionais, sem a presença do interventor nos processos, diferente do que acontecia nos períodos de diretoria operária.

Foi possível identificar que José Antônio Alves de Melo, antigo prestador de serviço a associação, não constava mais como advogado sindical desde junho de 1964. Com escritório na cidade de Paulista, em prédio próximo ao sindicato, a partir da data supracitada o mesmo não foi mais identificado em ações como advogado sindical, e começou a anexar procuração *ad judicium* nos autos, confirmando que o mesmo não mais atuava na organização.<sup>379</sup>

José Alves de Melo aparecia recorrentemente em assembleias do sindicato como assessor jurídico, explicando o teor dos dissídios coletivos impetrados no TRT, o impacto de alguma lei para os trabalhadores e as medidas que deveriam ser tomadas após algum caso de irregularidade nas fábricas da CTP. Sua atuação começou a se tornar mais recorrente a partir de 1963, ainda como advogado do sindicato, e cresceu a partir de 1964 com a intervenção do sindicato, continuando como advogado particular desde então.

A atuação de José Alves de Melo foi de elevada importância pois acreditamos que o mesmo desempenhou um serviço de amparo e auxílio aos advogados que permaneceram no sindicato durante a intervenção, visto a grande demanda exigida nesse período. Para termos uma compreensão de seu impacto, somente em 1965, 37 processos tiveram sua presença, sendo 24,3% do total de reclamações e inquéritos neste ano.<sup>380</sup>

Em sua ação, o antigo advogado sindical seguiu o perfil de alto número de conciliações para seus reclamantes (44 conciliados), mas obteve também uma boa taxa de sucesso junto aos trabalhadores com 43 reclamações procedentes. Somente 16 processos com sua atuação foram julgados improcedentes, o que denota uma certa efetividade em suas ações. Um número relevante de ações sob seus serviços passou por instâncias superiores (47 processos), o que demonstra que os trabalhadores reclamantes tinham uma indicação de levar o processo até a resolução completa da causa.

A atuação do advogado junto aos trabalhadores foi persistente mesmo após a sua saída da associação. Consequentemente, o mesmo não era visto com bons olhos por parte da CTP –

---

<sup>379</sup> A CLT não menciona a necessidade de procuração *ad judicium* para advogados sindicais, e em nenhum dos nossos processos analisados identificamos procurações para os advogados do órgão.

<sup>380</sup> No recorte temporal de nossa análise, 128 processos tiveram a presença deste advogado dentre as reclamações enquanto ele esteve no sindicato e fora da associação de 1962 a 1967.

como era comum a quem se envolvesse na defesa dos operários – o que rendeu alguns atritos com a CTP, como ficou claro na fala do advogado da Companhia no processo 318/64, enquanto o mesmo relatava suas razões finais:

“[...] que a reclamação deve ser julgada improcedente. As provas de que se valeu o reclamante foram insuficientes para comprovar o seu pedido da inicial de fls. Nenhuma das três testemunhas apresentadas, sabiam quanto percebia por hora quando indagadas pelo Sr. Presidente da Junta, se recordando, no entanto, do que percebia por hora no ano passado, o que leva a crer que as mesmas foram tão somente instruídas pelo adv. do reclamante, que as fez responder as perguntas como uma gravação só, sem no entanto orientá-las devidamente, e isto é mais importante, de saber quanto percebia o reclamante ou eles atualmente ou na data da reclamação. O patrono do reclamante, que pisou nesta cidade com uma única pretensão de criar colégio eleitoral a ele falta totalmente ou melhor nele nota-se a ausência completa de ética profissional e sendo um adv. militante no foro da cidade do Recife, no desta cidade e em outros tantos isso há mais de 25 anos, deveria ser dotado de uma capacidade revestida de conhecimentos jurídicos o que não é na realidade. E em lhe faltando os conhecimentos jurídicos necessários para o desempenho da profissão e sendo altamente complexado, como única escapatória para dar vazão à sua demagogia vem perante esta junta utilizar-se de termos que só desta maneira poderiam ter sido contestados. É digno de piedade, não só pela falta do conhecimento jurídico alegado como pela idade que já lhe é bastante avançada.”<sup>381</sup>

No processo em tela – solicitação de reversão de função, julgado procedente -, fica evidente uma certa rixa entre o José Alves de Melo e o advogado da CTP, sem sabermos se o atrito foi proveniente de algum problema pessoal, ou de um descontentamento da Companhia com os resultados obtidos pelo antigo advogado do sindicato. Sobre as alegações relatadas pelo advogado da CTP, não obtivemos nenhuma prova do indicado, e só conseguimos detectar, por meio das atas e dos processos, a ação do advogado junto aos trabalhadores mesmo em tempos de saída do sindicato por causa da intervenção, e um número relativamente alto de processos ganhos em juízo com a assistência do mesmo.

Além da atuação direta dos advogados nos processos trabalhistas, o sindicato teve um importante papel no esclarecimento das leis para os trabalhadores, organização de dissídios coletivos e estruturação de estratégias de defesa junto aos advogados. Como já mencionamos mais acima, por exemplo, a partir de 1967 o sindicato toma uma postura de opção pela ação judicial como consequência das ondas de demissão pela CTP. E também como aconteceu em outubro de 1963, o órgão junto aos trabalhadores criava estratégias para responder às ações da Companhia contra os operários.

Essa ação sindical de diálogo junto aos trabalhadores sobre o teor das leis e o desenvolvimento de formas de defesa contra a CTP, ao nosso ver, deve ter influenciado na quantidade de processos movidos na JCJ de Paulista. O simples fato da celebração de acordos

---

<sup>381</sup> Processo 318/64 da JCJ de Paulista

salariais ou de dissídios coletivos, por si gerou processos que visavam aumento salarial após os acordos e dissídios.<sup>382</sup>

Como já citamos no Capítulo 2, sucessivas foram as discussões sobre os aumentos salariais para os trabalhadores em assembleias antes do golpe e após a retomada sindical em 1966. Esses esclarecimentos, em conjunto com os acordos, ao nosso ver, podem ter influenciado num ganho de consciência jurídica de seus direitos por parte dos operários, e pode ter sido um fator decisivo na opção das reclamações trabalhistas por parte dessa classe. Além disso, a discussão sobre o Decreto nº 75 de 21 de novembro de 1966, pode ter aperfeiçoado a ação dos advogados no que diz respeito aos valores referentes à correção monetária nos processos trabalhistas.<sup>383</sup>

Se compararmos a atuação das diretorias operárias antes e após o golpe, podemos perceber que a mesma se deu em níveis diferentes, e com presença também distinta nos campos políticos e assistenciais. Após a retomada sindical em 1966, conseguimos identificar que o órgão perdeu a faceta de campo de esclarecimento e articulação política, visto o período repressivo e a então recente intervenção. Ao nosso ver, isso pode ter desestimulado uma maior participação dos operários na associação, e, conseqüentemente, diminuído a quantidade de reclamações visto o perfil menos combativo do órgão.

Ainda assim, acreditamos que o sindicato e seus advogados tiveram um papel importante mesmo em tempos desfavoráveis aos trabalhadores em todo o país. Essa persistência - tanto dos trabalhadores em reivindicar melhorias e direitos, quanto do sindicato em prestar assistência - pode ter remediado as danosas conseqüências da ação da CTP contra seus operários. A seguir, analisaremos como a Companhia utilizou o panorama político, suas ligações com o capital internacional e as atualizações legislativas para prejudicar o operariado de Paulista e como, mesmo assim, essa classe obteve ganhos substanciais, reconfigurando a posse das casas no município.

---

<sup>382</sup> Entre 1962 e 1967, cerca de 18 processos solicitaram aumento salarial referente a acordos e dissídios coletivos realizados por intermédio do STIFTPI, inclusive o realizado após a greve de fevereiro de 1963.

<sup>383</sup> Decreto-Lei nº 75, de 21 de novembro de 1966. Dispõe sobre a aplicação da correção monetária aos débitos de natureza trabalhista, bem como a elevação do valor do depósito compulsório nos casos de recursos perante os Tribunais do Trabalho, e dá outras providências.

## **5 O CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DA DITADURA MILITAR E O INÍCIO DO ENFRAQUECIMENTO DO CONTROLE TERRITORIAL DA COMPANHIA**

O golpe empresarial-militar trouxe mudanças substanciais nos cenários político e econômico do Brasil. A ruptura institucional do governo acabou paralisando os movimentos de melhorias nos âmbitos sociais e políticos ocasionados pelos governos da primeira metade da década de 1960. Os projetos de aumentos salariais e as reformas de base foram brecadas pelo golpe, e o país interrompeu essas mudanças.

Em Pernambuco, as principais lideranças políticas apoiadas por Miguel Arraes e por movimentos como as Ligas Camponesas e os sindicatos foram cassadas e presas. Os executivos estaduais e municipais foram substituídos por políticos alinhados com a ditadura e, além disso, órgãos governamentais tiveram suas lideranças modificadas de acordo com os novos interesses das classes hegemônicas no poder do país.

Além das mudanças nos âmbitos reivindicativos, áreas administrativas governamentais e legislativas foram reconfiguradas pelos militares na ditadura. Atualizações nas leis sobre o trabalho foram implementadas, e o Executivo Federal buscou centralizar as decisões sobre o país em diversas instâncias.

A concentração de poder na presidência atendeu às demandas de realinhamento das tendências administrativas dos militares no comando. O objetivo era controlar as três esferas do Executivo (federal, estadual e municipal) para seguirem o novo projeto do regime e minar as forças políticas locais geradoras dos supostos problemas que agitavam as massas nos anos pré-golpe.

A nova configuração de controle federativo pela ditadura se estendeu por diversos âmbitos da vida pública brasileira, influenciando e modificando órgãos federais. Em nível regional o mais substancial foi a SUDENE. Para a nossa pesquisa, e de acordo com as análises documentais dos processos trabalhistas, a nova forma de funcionamento da SUDENE influenciou diretamente a vida dos operários da CTP.

Após o golpe empresarial-militar, o principal órgão de planejamento do desenvolvimento do Nordeste passou por alterações nos quadros administrativos e de gerência. A partir da deposição de Celso Furtado da SUDENE em abril de 1964, até o final de nosso

recorte temporal em 1967, um total de quatro superintendentes passaram pelo cargo, sendo eles oficiais do exército ou estudiosos provenientes de cursos de universidades americanas.<sup>384</sup>

A troca de gestão da SUDENE foi acompanhada por uma mudança de foco do órgão que, a partir do governo militar, privilegiou os grandes empreendimentos no Nordeste.<sup>385</sup> A superintendência também sofreu com cortes orçamentários e a desvinculação da Presidência da República, passando a integrar o então recém-criado Ministério Extraordinário para a Cooperação dos Organismos Regionais (MECOR).<sup>386</sup> Na prática, o executivo federal centralizou o planejamento na presidência, e a SUDENE passou a privilegiar apenas os estados mais desenvolvidos do Nordeste como Pernambuco, Ceará e Bahia.

Com as trocas de gestões, a mudança de foco e a nova realidade orçamentária, a superintendência destacou os projetos de melhorias da infraestrutura do Nordeste e das obras de combate à desigualdade. Para o objetivo de nossa pesquisa, analisaremos a Resolução 2.983 de 13 de março de 1967 da SUDENE, que aprovou o parecer da Companhia de Tecidos Paulista para isenção de impostos e colaboração financeira do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) para o projeto de modernização do parque industrial.

A Companhia utilizou o projeto de modernização aprovado como justificativa para dispensa de diversos operários com a finalidade de realocização do parque industrial, e sob o pretexto de supressão de atividades da empresa como previa o art. 498 da CLT. Posteriormente, a CTP desistiu do projeto e buscou financiamento em outros órgãos.

Além do novo objetivo da SUDENE, o governo dos militares também empreendeu modificações substanciais na legislação trabalhista. As leis foram aprovadas visando o controle de greves, a demissão de trabalhadores que voltavam de licença médica, congelamento salarial e a criação do FGTS para garantir a rotatividade da mão de obra.

---

<sup>384</sup> General Manuel Expedito Sampaio (04/04/1964 – 04/08/1964); João Gonçalves de Souza (05/08/1964 – 17/06/1966); Rubens Vaz da Costa (16/08/1966 – 17/03/1967); General Euler Bentes Monteiro (31/03/1967 – 27/01/1969). João Gonçalves de Souza e Rubens Vaz da Costa realizaram seus cursos de pós-graduação em instituições dos Estados Unidos, na Universidade de Wisconsin e na Universidade George Washington respectivamente. João Gonçalves de Souza foi representante do Brasil no conselho da *Food and Agriculture Organization* (FAO), e Rubens Costa foi assessor-adjunto de programas da presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Verbetes de João Gonçalves de Souza e Rubens Vaz da Costa. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. CPDOC/FGV. Disponível em: <<https://www.fgv.br/CPDOC/acervo/arquivo>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

<sup>385</sup> COLOMBO, Luciléia A. **A ascensão e queda de uma instituição: A SUDENE no sistema federativo brasileiro**. Tese de doutoramento. UFSCar, São Carlos, 2012. p. 103

<sup>386</sup>COLOMBO, Luciléia. *ibid.* p. 104

O conjunto das leis e a atualização de artigos da CLT influenciou diretamente a realidade operária em Paulista. Na judicialização da relação, a empresa utilizou-se desse arcabouço legislativo para vencer as reclamações e piorar a situação dos trabalhadores.

Durante nossas análises dos processos trabalhistas, foi possível identificar relações da CTP com o capital internacional de variadas formas. O primeiro ponto foi a utilização do First Nacional City Bank of New York como instituição depositária das contas de FGTS a partir de 1966.<sup>387</sup> Levando em consideração que a empresa empregava cerca de 8.000 operários em seus quadros, o montante escoado para o banco foi significativo, e no mínimo curioso, visto que havia já naquela época a possibilidade de utilização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal para essa finalidade.

A outra ligação foi a submissão de um outro projeto de modernização a duas agências estrangeiras de financiamento, a *United States Agency for International Development* (USAID) e o Fundo Alemão de Desenvolvimento, que recebeu recursos do *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (KfW). Buscaremos compreender o motivo da desistência do projeto de modernização via SUDENE, e a opção de escolha dessas duas agências.

A partir da crise econômica que a Companhia passou desde o começo dos anos 1950, a empresa passou a paulatinamente perder controle territorial em suas terras no município. Ainda nessa época, um movimento político de “libertação da cidade” realizou desapropriações para a criação de conjuntos habitacionais e vilas fora de terras privadas.<sup>388</sup> A partir da década de 1960, esse cenário se intensifica, afetando também as vilas operárias que gradualmente passam a pertencer aos operários, por meio de indenizações após demissões ou acordos de rescisão de contrato de trabalho.

Mesmo com um panorama totalmente desfavorável aos operários, a classe trabalhadora de Paulista alcançou algumas conquistas. Por intermédio das reclamações trabalhistas, alguns empregados da CTP conseguiram garantir sua moradia em definitivo na cidade. Realizando acordos ou por meio de indenizações, os operários conseguiram a posse das casas onde

---

<sup>387</sup> Conseguimos identificar a instituição bancária por meio dos contracheques de depósitos de FGTS apensados em processos trabalhistas no ano de 1967, utilizados para fins de cálculos de indenização e levantamento de valores em conta. Um exemplo de documento desse tipo pode ser encontrado em Anexos deste trabalho.

<sup>388</sup> Este “movimento de libertação da cidade” foi estudado por Leite Lopes a partir das movimentações políticas de desapropriação de terras para a criação de espaços fora do controle da CTP, e apoiados por parcela significativa dos operários que há anos lutavam pelo direito à moradia no município que não fosse conveniada diretamente ao exercício na fábrica. Tal movimento só foi possível graças à junção de forças políticas contrárias à CTP e à atividade dos operários na busca por direitos. Para mais detalhes ver: LEITE LOPES. *op. cit.* p. 465-539

residiam, e que anteriormente eram cedidas por meio de uma taxa simbólica de aluguel para a empresa.<sup>389</sup>

A cidade do Paulista foi construída como uma região onde os limites da propriedade privada da Companhia e os demais espaços públicos se confundiam. Quase todo o território do município pertenceu à empresa. A partir do movimento de passagem da posse de casas para os trabalhadores, os ambientes dominados exclusivamente pela CTP foram sendo modificados, e a cidade, reconfigurada.

A luta por moradia foi marcante por toda a história dos operários de Paulista. Diversos processos trabalhistas visavam a regularização das taxas de aluguel, e alguns outros envolveram a dação em pagamento de imóveis para os reclamantes de suas residências.<sup>390</sup> Em paralelo a esse movimento de passagem de posse, a alienação de imóveis por parte da empresa para construção de outros empreendimentos, e a futura falência da CTP, apagou a simbologia de cidade industrial que acompanhou a Paulista por muitos anos.

Dessa forma, objetivamos discutir a seguir a utilização do contexto político e econômico da ditadura militar pela CTP que desempenhou uma ofensiva contra os operários e foi privilegiada pelo governo. Também buscamos compreender as ligações da CTP com o capital internacional bancário e de investimento, e as conquistas alcançadas pelos operários da CTP mesmo em panorama totalmente desfavorável aos ganhos trabalhistas.

## 5.1 UTILIZAÇÃO DO CONTEXTO POLÍTICO PELA CTP

Como já mencionamos anteriormente, a ditadura militar trouxe importantes modificações nos âmbitos políticos e econômicos do país. Além da supressão de direitos

---

<sup>389</sup> No Capítulo anterior discutimos processos que abordaram o aumento desordenado dessas taxas que eram descontadas diretamente do salário dos funcionários. As casas somente eram cedidas para trabalhadores da CTP. Em alguns processos trabalhistas, ficou provado que a relação de residência nos imóveis se dava estritamente ligada ao exercício na Companhia, e não por meio de relação ex-locato.

<sup>390</sup> Em nosso corpo documental, 7 processos com 61 trabalhadores solicitaram a regularização das taxas de aluguel pela CTP. 85 ações individuais envolveram a passagem de posse de casas para os operários. Nas indenizações com casas, a transferência era realizada por meio de dação em pagamento, prevista pelo art. 995 do Código Civil, LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916, onde: “O credor pode consentir em receber coisa que não seja dinheiro, em substituição da prestação que lhe era devida.” Em nosso caso, o credor era o trabalhador, pois tinha direito ao recebimento de algo, e o devedor a CTP, na relação de pagamento da dívida trabalhista. Outros artigos sobre dação em pagamento podem ser encontrados na Lei supracitada no Capítulo “DA DAÇÃO EM PAGAMENTO” (IV) do Título II “DOS EFEITOS DAS OBRIGAÇÕES”.

políticos de diversos sujeitos, modificações na legislação tiveram impacto direto na vida dos trabalhadores.

A mudança brusca do panorama político, efervescente da primeira metade da década de 1960, deu lugar a uma administração centralizada no Executivo Federal pelos militares, e que suspendeu as manifestações massivas dos movimentos sociais. Essa nova gestão do país, buscou centralizar seus esforços nas industrializações de larga escala, e elaborou diversas leis para privilegiar a classe industrial brasileira.

Nos anos iniciais de 1960, o Brasil passou por dificuldades econômicas como elevada inflação e desequilíbrio no balanço de pagamentos, reflexos da política expansionista de Juscelino Kubitschek.<sup>391</sup> Essas complicações macroeconômicas brasileiras ocasionaram disputas políticas por todo o resto da década, e certamente influenciaram para o golpe empresarial-militar.

As desigualdades sociais, provenientes da má distribuição de renda e da constante perda de poder de compra do salário mínimo, acirraram as disputas de classe entre o empresariado carente de um público consumidor substancial e os trabalhadores com salários sem a devida correção de acordo com a inflação e com baixos reajustes, visto a alta inflacionária e os preços de itens de subsistência crescentes.

Nesse contexto, as agências estadunidenses de financiamento e doações injetaram milhões de dólares principalmente a partir dos anos de 1961 e 1962. Essa elevada entrada de recursos se deu por critérios políticos e distribuídos diretamente para os governadores sem necessariamente ser intermediada por órgãos de planejamento federais.<sup>392</sup> As maiores quantias foram observadas durante as eleições dos executivos estaduais, com o claro objetivo de minar a força de políticos alinhados com as reformas sociais necessárias e ligados com a política de João Goulart.

Os americanos, não só por meio das agências investidoras, mas com uma presente fiscalização das condutas político-ideológicas de agentes brasileiros, determinaram o grau de

---

<sup>391</sup> LOUREIRO, Felipe P. O plano trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962-1963). **Revista de Economia Política**, vol. 33, nº 4 (133), pp. 671-691, outubro-dezembro/2013. p. 671

<sup>392</sup> LOUREIRO, Felipe P. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1962-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra.** - São Paulo: Editora Unesp, 2020. p. 102-116

entrada de dinheiro no país por meio de avaliações das condutas do presidente junto a figuras ditas comunistas ou esquerdistas.

Além das doações e investimentos em estados chaves durante as eleições de 1962, outra prova contundente da influência ideológica no investimento americano no país foi o insucesso do Plano Trienal desenhado por Celso Furtado no governo Jango. Visando melhorar os índices inflacionários, reajustar o poder de compra do salário mínimo e equilibrar a balança de pagamentos, o Plano foi elaborado com a clara dependência de uma entrada de capital estrangeiro por meio de empréstimos que, à época, tinham como maior parceiro comercial os Estados Unidos.

Com a atuação da embaixada dos Estados Unidos, personalizado na figura de Lincoln Gordon, os americanos condicionaram a aprovação da ajuda em troca de posicionamentos ideológicos da presidência que se afastasse das lideranças políticos esquerdistas ou comunistas, e da aprovação de compra de multinacionais anteriormente expropriadas principalmente dos setores de energia e telecomunicações.<sup>393</sup>

Por mais que o governo brasileiro tenha despendido esforços para provar a importância da aprovação do Plano Trienal para a economia brasileira, e tenha até acenado fazer algumas concessões de acordo com as exigências americanas, nada convencia os estadunidenses a seguir em frente com o projeto sem o devido corte de laços com setores ditos ideologicamente comunistas do país. As viagens do ministro San Tiago Dantas aos EUA, e a vinda do filho de J. Kennedy ao Brasil também não ajudaram na execução do acordo comercial.

A aprovação do Plano falhou, visto as diversas exigências americanas. Como reflexo disso, Goulart iniciou uma aproximação com as pautas reformistas sociais e com setores e lideranças trabalhistas do país, o que trouxe descontentamento por parte dos estadunidenses que, a essa altura, já estudavam uma forma de intervenção sobre o pretexto de defesa da democracia. A ação de instituições como o IPES e o IBAD certamente tiveram influência na execução do golpe de 1964.

Em paralelo, o Nordeste sofria economicamente com a disparidade de condições de crescimento da indústria em relação ao centro-sul. A indústria têxtil, antes um expoente da

---

<sup>393</sup> As empresas presentes nas condições eram a *International Telephone and Telegraph* (ITT) e a *American Foreign and Power* (AMFORP), que entre 1959 e 1962 tiveram subsidiárias expropriadas pelo governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, com indenizações simbólicas. O caso da AMFORP foi um dos pontos importantes para o não auxílio do governo americano ao Plano Trienal. LOUREIRO, Felipe P. **O plano trienal no contexto...** *op. cit.* p. 676

região com crescimento considerável, passou a sofrer com a concorrência das empresas do sul que gozavam de incentivos mais contundentes por parte do governo federal. Foi nesse contexto que a SUDENE foi criada, como órgão responsável por viabilizar um crescimento real da economia do Nordeste e conseqüentemente arrefecer as desigualdades sociais provenientes de um mercado debilitado.

A superintendência foi criada com o claro objetivo de planejar o desenvolvimento para a região Nordeste ainda no governo Kubitschek.<sup>394</sup> Para isto, o órgão estava ligado diretamente à Presidência da República e ficava responsável por desenvolver estudos de viabilidade, supervisão e execução de projetos e coordenação de programas de assistência técnica para o Nordeste. Em teoria, a SUDENE era o principal órgão de incentivo e ação para melhorias da economia nordestina.

Com clara influência da teoria econômica defendida por Celso Furtado, a SUDENE passou também a se preocupar com a questão da desigualdade socioeconômica da região, e desenvolveu projetos para a melhoria da infraestrutura econômica por toda a região, como foi, por exemplo, o caso das obras no semiárido nordestinos para o combate à seca.<sup>395</sup> Furtado enxergava as desigualdades sociais do Nordeste como um reflexo do subdesenvolvimento econômico proveniente de uma falta de planejamento político na região:

O Nordeste não é um simples problema regional e tampouco um problema nacional entre outros, cuja abordagem pudesse ser deixada para amanhã, como se a solução dos demais pudesse avançar enquanto a desse espera. O Nordeste é, na verdade, a face do Brasil em que transparece com brutal nitidez o sofrimento de seu povo. Aí se mostram sem disfarces as malformações maiores de nosso desenvolvimento. Se não existe política adequada para o Nordeste, pode-se dar por certo que os problemas maiores do país estão se agravando, que nos iludimos com miragens quando pensamos legar aos nossos filhos uma sociedade mais justa e um país menos dependente.<sup>396</sup>

Dessa forma, Furtado enxergava que a questão do subdesenvolvimento econômico nordestino passava pela questão política, e o Estado deveria intervir buscando melhorias. Essa visão se refletiu na ação da SUDENE até 1964, que buscou alinhar incentivos à industrialização

---

<sup>394</sup> A SUDENE foi criada a partir da lei nº 3.692, de 16 de dezembro de 1959 com abrangência de atuação nos nove estados do Nordeste e com sede em Recife. Ver: LEI Nº 3.692, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1959. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências.

<sup>395</sup> Algumas dessas obras e a atuação da SUDENE foram elogiadas por Antônio Callado em reportagens constantes em seu livro. VER: CALLADO, Antônio. **Tempos de Arraes: a revolução sem violência**. 3º Ed. RJ: Paz e Terra. 1980. p. 137-146

<sup>396</sup> FURTADO (1981). Apud. COLOMBO, Luciléia. A SUDENE e a mudança institucional no regime militar. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 13. p.154

e obras que viabilizassem a ascensão econômica de regiões periféricas do próprio complexo nordestino.<sup>397</sup>

A partir do II Plano Diretor da SUDENE, implementado em 1963, o órgão passou a conceder incentivos fiscais para empresas que se fixassem na região sob sua jurisdição. Em paralelo a isso, a superintendência já abria a possibilidade de isenção de taxas aduaneiras para empreendimentos que precisassem necessariamente de artigos importados como maquinários e matéria prima.<sup>398</sup>

Nos dois primeiros Planos da Sudene, que tiveram vigência até 1964, a instituição alinhava preocupações com o desenvolvimento industrial da região e projetos de aperfeiçoamento da infraestrutura para pequenos produtores. A partir do segundo plano, a presença do “fator humano” no programa visou eliminar o analfabetismo com a ampliação de vagas escolares para crianças e adolescentes.<sup>399</sup>

A partir de 1964 o foco da superintendência mudou. Já em abril do mesmo ano, o cargo de chefia foi modificado e o órgão passa a focar em grandes empreendimentos e multiplicação de empresas por todo o Nordeste, com a aprovação de projetos de grande porte por intermédio dos artigos 34 e 18 das leis 3.995/61 e 4.239/63 respectivamente, que versavam sobre a dedução e reinvestimento de imposto de renda para empresas.

A SUDENE passa então a abandonar os moldes furtadianos de desenvolvimento regional, compondo os interesses gerais do novo governo que buscou, por meio da multiplicação de empreendimento, transmitir a ideia de modernização e industrialização refletindo o aspecto político da ditadura militar.

É nesse contexto que o projeto de realocização e modernização do maquinário da CTP foi aprovado. A Resolução Nº 2.983 do Conselho Deliberativo de 13 de março de 1967 aprovou o projeto por meio de Parecer DI-174/67 de 10 de março de 1967. A Companhia pleiteava apoio financeiro por intermédio da SUDENE e Banco do Nordeste do Brasil, e isenção de impostos e taxas aduaneiras para equipamentos importados.

---

<sup>397</sup> Como o caso das já citadas obras contra as secas e para a irrigação das regiões do semiárido nordestino. CALLADO. Idem.

<sup>398</sup> VER: LEI Nº 4.239, DE 27 DE JUNHO DE 1963. Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, e dá outras providências. E artigo 18 da LEI Nº 3.692, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1959. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências.

<sup>399</sup> COLOMBO, Luciléia. **A ascensão e queda de uma instituição...** *op. cit.* p. 96

O projeto da CTP tinha como objetivo a transferência do parque fabril para um novo terreno, em endereço próprio, ocasionando o fechamento das fábricas Arthur/Velha e Aurora. Segundo o parecer, o programa visava “proporcionar maior grau de racionalidade à produção, melhoria na qualidade dos produtos e menor custo industrial”.<sup>400</sup>

Em paralelo, a introdução de novo maquinário daria maior capacidade de concorrência com os industriais do centro/sul que já dispunham de tal equipamento e melhores condições de sistema de transporte e expansão da lavoura algodoeira.

O projeto detalhou aspectos como: volume e valor de produção anual; matéria prima e materiais secundários; localização do novo endereço; máquinas, aparelhos e equipamentos; inversões totais e esquema de financiamento; custos de produção e rentabilidade; mérito técnico-econômico do projeto para a economia regional; e detalhamento do enquadramento da empresa para o financiamento.

No projeto, a CTP detalhou o custo de NCr\$3.910.000,00 para a cifra de indenizações trabalhistas prevendo a demissão de 1.600 operários durante os 2 anos e 4 meses de execução da realocação fabril. Em ofícios emitidos pela SUDENE em 1967 para esclarecimentos em processos trabalhistas, o órgão informou que tinha conhecimento da previsão de pessoal dispensado.

É válido afirmarmos que dificilmente um projeto de modernização que previsse a demissão de centenas de trabalhadores seria aprovado na gestão da SUDENE anterior ao golpe. Projetos com essas diretrizes iam diretamente de encontro com os objetivos traçados pelo órgão no II Plano Diretor, por exemplo, onde a absorção de mão de obra era um dos pontos fundamentais, diferente da nova postura da gestão pós-golpe.<sup>401</sup>

O impacto do projeto de modernização foi rapidamente sentido. Aproveitando-se do mesmo, a CTP iniciou uma onda de demissões de operários sob o pretexto de supressão de atividades industriais previstas na CLT. Em sua defesa, a empresa alegava que a partir do projeto iniciou o encerramento de algumas sessões das fábricas que não mais seriam utilizadas

---

<sup>400</sup> PARECER DI-174/67, da Secretaria Executiva – Processo N° 368/61- SUDENE. Anexo a diversos processos trabalhistas da JCJ de Paulista.

<sup>401</sup> Uma das diretrizes do II Plano Diretor afirmava: “d) absorção dos grandes excedentes de mão-de-obra existentes nas zonas urbanas, pela criação de formas permanentes de emprego em indústrias e serviços correlatos, capazes de tornar mais variada a estrutura econômica, elevar a produtividade média e criar classe empresarial apta para liberar o desenvolvimento”. *II Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste 1063-1965*. Recife. p. 17

no novo endereço, e que seria inviável a reintegração dos trabalhadores demitidos, já que seus locais de serviço haviam sido supostamente fechados.

A argumentação teve sucesso na JCJ de Paulista. Diversos processos solicitando reintegração de trabalhadores estabilizados foram julgados pela junta e convertidos em indenização em dobro como queria a CTP, e como previa a lei se a argumentação se encaixasse nos preceitos do art. 498 da CLT. Nas decisões, o juiz da JCJ argumentava que as provas testemunhais e os ofícios da SUDENE informando sobre a aprovação do projeto comprovaram a supressão de setores das fábricas, e a reintegração seria injustificada. A exemplo do convencimento, observa-se trechos de uma decisão em processo proferida pela JCJ.

“A dispensa foi baseada de acordo com o disposto no artigo 498 da Consolidação das Leis do Trabalho, segundo alegou a demanda.

A prova feita não somente neste, mas em todos os outros processos idênticos a este, muitos já julgados e alguns ainda em curso convence plenamente quanto à extinção parcial de algumas atividades da empresa.”

“[...] Além de toda a prova testemunhal girar em torno da extinção parcial da atividade da demanda, situando-se a hipótese no art. 498 da Consolidação das Leis do Trabalho, há ainda, como prova exuberante do motivo que levou a empresa a demitir centenas de seus empregados de diversas categorias e funções, o ofício da de fls. da SUDENE.

Está escrito neste documento que as duas fábricas existentes serão realocizada em terreno da própria demanda, digo em terreno da própria empresa e agrupadas em uma única unidade fabril.

Significa isto que as duas fábricas, ou seja, a Velha e a Aurora, serão extintas, serão fechadas.”

“[...] O aspecto social em decorrência das demissões já havidas, inegavelmente existe, e aumentará com as novas demissões, mas daí a se querer compelir a empresa demandada a reintegrar os dispensados é o que não pode ocorrer, não só porque a empresa agiu de acordo com a lei, amparada, ainda. Pela aprovação de um projeto de reequipamento de sua unidade fabril, como, porque, diante da prova, está impossibilitada, de fato, a dar cumprimento a uma decisão nesse sentido”<sup>402</sup>

Em outras palavras, a CTP utilizou-se do projeto de reequipamento para a demissão de operários estabilizados. Com o aval da SUDENE, a empresa passou a dispensar os empregados e tinha em juízo provas contundentes de sua suposta necessidade para a ruptura do contrato. Porém, como já discutimos parcialmente na Seção 4, a CTP não levou a frente o reequipamento, desistindo do mesmo em maio de 1968, após a demissão e a rescisão de diversos contratos sob o pretexto da efetivação do projeto.

Dessa forma, argumentamos que as mudanças políticas e econômicas provocadas pela ditadura militar ocasionaram a nova postura da SUDENE no que diz respeito aos incentivos e

---

<sup>402</sup> Processo 173/67 da JCJ de Paulista. fls. 56-57

financiamento de projetos que não levavam em consideração o impacto social possível. Com essa possibilidade, o projeto da CTP – que previa a demissão de 1.600 operários – foi aprovado e a empresa realizou as ditas dispensas, mesmo que apenas 1 ano depois tenha desistido da proposta.<sup>403</sup>

Ao nosso ver, essa situação demonstra como os aspectos políticos e as novas diretrizes econômicas do governo militar impactaram diretamente a situação dos trabalhadores, e também revela uma das formas de como a CTP se aproveitou de novos dispositivos para uma ofensiva contra a classe trabalhadora de Paulista.

A Companhia também se beneficiou de modificações legislativas da ditadura. Em conjunto com a repressão aos sindicatos empreendida pelo regime, a criação de novas leis e a modificação de outras já existentes dificultou a efetivação de direitos e piorou alguns aspectos da vida dos operários.

Com o decorrer das análises dos processos trabalhistas nos deparamos com ações que envolviam a aplicação das novas leis, ou atualizações que impactaram nas relações trabalhistas. As alterações legislativas foram o primeiro aspecto a impactar a classe trabalhadora.

Como já discutimos anteriormente, após o golpe empresarial-militar, uma das primeiras medidas tomadas foi o controle das organizações operárias, por intermédio da lei nº 4.330 de 1º de junho de 1964.<sup>404</sup> Com as novas regras, as realizações de paralisações foram prejudicadas, pois exigiam a realização de assembleias, com votações para deflagração, e eram restritas aos trabalhadores de uma mesma categoria e sem a possibilidade de manifestação de cunho político ou social no movimento.

Além de uma nova lei, os sindicatos por si só sofreram intervenção da ditadura, e a mobilização de operários por uma diretoria não eleita ou desconhecida pelos trabalhadores certamente foi obstaculizada. Dessa forma, a regulação do direito à greve e as intervenções sindicais retiraram da classe trabalhadora uma das mais importantes formas de reivindicação. Os trabalhadores estavam paralisados, e à mercê dos golpes que o novo governo lhes desferia.

---

<sup>403</sup> Como já abordado no Capítulo 3, a CTP desistiu do projeto de reequipamento via SUDENE, mas posteriormente submeteu programas muito parecidos à USAID e ao Fundo Alemão de Desenvolvimento. Mais à frente, no setor sobre as ligações da CTP com o capital internacional, discutiremos as possíveis motivações para essa desistência, visto a nova leva de financiamento dessas agências para o Nordeste durante a Ditadura Militar.

<sup>404</sup> LEI Nº 4.330, DE 1º DE JUNHO DE 1964 Regula o direito de greve, na forma do art. 158, da Constituição Federal.

A primeira ocorrência de modificações nas relações trabalhistas introduzidas por atualizações na legislação apareceu em processos solicitando reintegração após volta de licença médica.<sup>405</sup> Ações desse tipo começaram a surgir com maior recorrência a partir de 1966, e continuaram até 1967. Os operários após a volta de um afastamento por licença médica, ao retornarem ao trabalho não eram mais aceitos e não tinham seus direitos pagos pela empresa.

Assim, como já discutimos previamente na Seção 4, a ação de não aceitar o trabalhador por si só não significava uma transgressão da lei. A empresa estava se baseando na aplicação de uma alteração do art. 475 de novembro de 1965 que deu a opção aos empregadores de indenizar em dobro os funcionários estabilizados após a volta de licença médica. A violação estava na recusa de pagamento dos direitos a não ser se o operário reclamasse na Justiça do Trabalho.

Ao nosso ver, a alteração do art. 475 teve o objetivo claro de trazer rotatividade para a mão de obra industrial e afastar dos quadros trabalhadores que possivelmente sofreram sequelas no próprio desempenho de suas atividades, por exemplo.<sup>406</sup> Outro aspecto importante é que o novo texto só difere da sua antiga redação pela inclusão da possibilidade de indenização para trabalhadores estabilizados, o que antes não era citado no artigo referido, já que o estatuto da estabilidade era bem sólido e inviolável.

Em casos onde o art. 475 se aplicava, observamos diferentes formas de defesa utilizadas pela CTP. Em algumas situações, a mesma atribuía abandono de trabalho para os operários e se negava a pagar a indenização. Em outras, era de ciência a aplicação do artigo supracitado, e a mesma informava a vontade de pagar a compensação em dobro como nos moldes da lei, mesmo que só cheguem a fazê-lo após a judicialização da relação. Em ações onde a CTP admitia a necessidade de pagamento em dobro, o processo não ia para instâncias superiores, já em situações onde a mesma atribuía abandono de trabalho, mesmo após o julgamento, a empresa recorria para os demais tribunais com o objetivo de protelar a resolução da contenda.<sup>407</sup>

Um fator de importante impacto, mas pouco recorrente em nosso corpo documental, foi a nova fórmula de cálculo salarial empreendida pela ditadura militar. A criação do Plano de

---

<sup>405</sup> Para fins de objetividade do seguinte trabalho, nos reservamos a discutir modificações de leis que estavam presentes em reclamações trabalhistas em nosso corpo documental.

<sup>406</sup> A Lei Nº 4.824, de 5 de novembro de 1965 não traz em seu texto especificamente em quais situações o trabalhador deve ou não ser afastado. Nos casos dos processos analisados, vimos referência a afastamentos ocasionados por acidentes de trabalho, mas a lei foi aplicada sem nenhuma distinção especial.

<sup>407</sup> Entre 1965 e 1966, 6 processos foram para instâncias superiores visando a reintegração de funcionários afastados por licença médica e demitidos em sua volta. 3 trabalhadores foram reintegrados e 3 foram julgados para converter reintegração em indenização em dobro.

Ação Econômica do Governo (PAEG), em 1964, estabeleceu diretrizes desenvolvidas pelo governo militar para o combate da inflação e aceleração do desenvolvimento do país.<sup>408</sup> Dentre as normas estabelecidas pelo PAEG – que se resumiam em políticas fiscal, monetária, creditícia e salarial –, as que afetaram diretamente os trabalhadores foram as regras para o reajuste salarial.<sup>409</sup>

Em resumo, o cálculo para reajuste deveria ser feito de forma que a inflação fosse controlada, e o PAEG entendia que uma das causas para a alta inflacionária eram os aumentos desordenados dos salários, gerando uma inflação de demanda, e conseqüentemente de custos.<sup>410</sup> Nesse contexto, os reajustes deveriam ser realizados sob a seguinte fórmula:

a) que, enquanto se executa o programa antiinflacionário, os reajustamentos salariais sob controle do Governo Federal não sejam efetuados com espaçamento inferior a um ano, a partir da última revisão, e que essa norma seja comunicada à Justiça do Trabalho como ponto de vista oficial do Governo no que tange ao julgamento dos dissídios coletivos;

b) que o salário reajustado seja determinado de modo a igualar o salário real médio vigente nos últimos 24 meses, multiplicado a seguir por um coeficiente que traduza o aumento de produtividade estimado para o ano anterior, acrescido da provisão para compensações de resíduo inflacionário porventura admitido na programação financeira do Governo; e que o método de reajustamento acima definido seja também comunicado à Justiça do Trabalho, como representando o ponto de vista do Poder Executivo Federal;

c) que se solicite aos Governos dos Estados e Municípios sua adesão às normas de Política Salarial do Governo Federal, bem como a respectiva aplicação nas áreas dos serviços públicos estaduais e municipais, autarquias, sociedades de economia mista e empresas concessionárias do serviço público sob a sua jurisdição.<sup>411</sup>

A nova política salarial se baseando na inflação esperada – e não na inflação do período passado, o que acontecia nas fórmulas de reajustes anteriores –, cedia pequenos aumentos salariais, o que corroía o poder de compra pela inflação afetando diretamente o ganho real dos trabalhadores no período.

A oficialização das diretrizes do PAEG aconteceu por meio da Lei Nº 4.725, de 13 de julho de 1965 que, além da fórmula de cálculo dos reajustes salariais, estabeleceu as normas para os dissídios coletivos sobre esse assunto. Aplicando a regra de espaçamento de um ano

<sup>408</sup> BRASIL. Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966. 2ª edição. Documentos IPEA – Nº1, maio de 1965

<sup>409</sup> Para um panorama sobre o impacto do PAEG na economia brasileira e no salário real dos trabalhadores brasileiros ver: BASTIAN, Eduardo F. O PAEG e o Plano Trienal. **Estudos. Econômicos.**, São Paulo, vol. 43, n.1, p.139-166, jan.-mar. 2013

<sup>410</sup> BASTIAN, Eduardo F. *ibid.* p. 147

<sup>411</sup> PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966. Documentos EPEA – Nº 1, 2ª ED. Rio de Janeiro, maio de 1965. p. 85

entre dissídios que visassem aumentos, os trabalhadores perdiam uma importante forma de negociação para ganhos.

Além da lei supracitada, o governo baixou o decreto-lei Nº 15, de 29 de julho de 1966 que, em seu art. 5, determinava que mesmo com acordo coletivo, a empresa que alegasse incapacidade econômica estaria livre da obrigação do reajuste salarial.<sup>412</sup> No decorrer da análise de nossos processos, encontramos uma única ação movida pelo Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários, no Estado de Pernambuco contra a CTP onde a mesma utilizou o art. 5 como razão para o não reajuste.<sup>413</sup>

No processo 517/66, de setembro de 1966, o sindicato representando 8 associados motoristas da CTP solicitou a diferença salarial de três meses da falta de aplicação do aumento aprovado pelo dissídio coletivo do TRT Nº 79/66, e o reajuste salarial para os próximos vencimentos. Em defesa, a CTP utilizou o art. 5 para afirmar que a empresa se encontrava em incapacidade financeira para a realização do reajuste.

Essa argumentação também foi utilizada pela CTP no recurso de embargo contra a decisão do TRT, mas não obteve sucesso e o processo seguiu. Perícias nos livros contábeis e matérias jornalísticas foram anexadas à ação, de forma que a empresa conseguisse provar que sua produtividade vinha caindo, o que efetivamente não ficou provado.

As perícias foram realizadas respondendo questões da empresa e dos trabalhadores, referentes aos balanços de lucros ou déficits, venda de ativos imobilizados e aumentos salariais para membros da diretoria. Nessa situação, o perito da CTP foi seu próprio diretor financeiro, e a perícia dos reclamantes foi impedida pela não disponibilização dos livros contábeis por parte da empresa.<sup>414</sup> Ou seja, a Companhia tentou impedir a realização da perícia dos reclamantes para não demonstrar como realmente se encontrava sua situação financeira.

---

<sup>412</sup> “Art. 5º O acordo coletivo de trabalho ou a decisão da Justiça do Trabalho que tenha reajustado ou aumentado salários não será aplicado, no todo ou em parte, à Empresa que demonstrar, perante a mesma Justiça, a incapacidade econômica ou financeira do atender ao aumento de despesa decorrente.” DECRETO-LEI Nº 15, DE 29 DE JULHO DE 1966. Estabelece normas e critérios para uniformização dos reajustes salariais e dá outras providências.

<sup>413</sup> Acreditamos que a ausência de reclamações similares se deu pela falta de articulação do sindicato na época – recém-empossado em fevereiro do mesmo ano -, e pela demora na realização de um dissídio pela nova diretoria que só impetrou em setembro de 1967.

<sup>414</sup> Em seu laudo, o perito dos reclamantes informou o seguinte: “De posse dos quesitos apresentados pelos reclamantes e pela reclamada, aqueles em número de sete e estes, em número de dezessete. Solicitei então os livros, documentos, fichas e todos os papéis necessários para a perfeita execução do serviço. Enquanto esperava e para não perder tempo, vendo que alguns quesitos poderiam de logo ser respondidos com base nos elementos conhecidos nos balanços publicados e nos balancetes-relatórios que me foram entregues, passo a dar os resultados que encontrei, desde que, durante todos os dias em que ali fui, nenhum outro documento, nem livros, nem fichas

Os recortes de jornais, anexados pela reclamada, demonstravam as dificuldades gerais pelas quais passavam a indústria têxtil do Nordeste, porém, sem citar diretamente a Companhia em suas matérias. Certamente a indústria têxtil nordestina passava por dificuldade, mas, em paralelo, segundo comprovou as duas perícias, os salários da administração da CTP vinham subindo na época da reclamação.<sup>415</sup> Também foi constatado pelas perícias diversas alienações de Ativos Imobilizados da companhia, como terrenos e casas por toda a cidade.<sup>416</sup>

Por fim, o processo foi julgado procedente, ainda que quatro operários tenham desistido sem esclarecer o motivo. A CTP ainda tentou recorrer junto ao TRT, mas sem êxito tendo seu recurso negado. Para ampliar a problemática do processo, um dos reclamantes faleceu no decorrer da ação, sem ao menos receber o que lhe era de direito. O pagamento foi realizado para sua mãe, herdeira do operário, após os devidos trâmites.

O processo supracitado foi apenas um exemplo do impacto da política salarial implementada pelo governo militar. Acreditamos que mesmo ausente em outros processos, a fórmula de reajuste do salário dos trabalhadores impactou diretamente na vida dos operários da CTP, ocasionado perda de compra do salário real, e congelamento dos reajustes. Sem a ação mais reativa do sindicato, os trabalhadores estavam de mãos atadas.

A criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) serviu ao interesse industrial de rotatividade de mão de obra. Além disso, o FGTS era uma forma de poupança compulsória, possibilitando ao governo angariar recursos para acelerar o desenvolvimento do país e viabilizar fundos para o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e Banco Nacional da Habitação (BNH).<sup>417</sup> Entretanto, para os industriais, o FGTS trouxe uma possibilidade de garantir a renovação da mão de obra sem a necessidade de obrigações com a estabilidade.

---

logrei mais obter, apesar das minhas reclamações diárias. Vale dizer mais que, por força dos meus pedidos insistentes, o colega Contador e Diretor chegou a declarar que certos livros e fichas eram “privativos” do Sr. Presidente da Empresa e o mais que ele poderia fazer seria extrair deles relações e notas. Mesmo assim nunca o fez. Do mesmo modo não cheguei a ter oportunidade de visitar as dependências da Fábrica, para que pudesse responder a quesitos do seu próprio advogado. Por fim, convencido de que tal procedimento não se modificaria, encerrei a minha perícia com os resultados que apresento a seguir...” Processo 517/66 da JCJ de Paulista fls. 40-41

<sup>415</sup> Segundo perícia dos reclamantes, os salários mensais de julho a outubro de 1966 somente para Administração totalizaram a média de Cr\$32.219.626, mais um pagamento extra em média de Cr\$5.885.290. Processo 517/66 da JCJ de Paulista fls. 42

<sup>416</sup> Abordaremos sobre a alienação de imóveis pela CTP na última parte dessa seção, e como isso influenciou na perda progressiva de domínio na cidade por parte da empresa.

<sup>417</sup> Os artigos 11 e 13 determinavam a aplicação e gerenciamento de recursos do FGTS: “Art. 11. Fica criado o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), constituído pelo conjunto das contas vinculadas a que se refere esta Lei, cujos recursos serão aplicados com correção monetária e juros, de modo a assegurar cobertura de suas obrigações, cabendo sua gestão ao Banco Nacional de Habitação.” E “Art. 13. As aplicações do Fundo serão feitas diretamente pelo BNH ou pelos demais órgãos integrantes do Sistema Financeiro da Habitação, ou ainda pelos

Como já discutimos anteriormente, o FGTS serviu para a CTP como uma justificativa para evidenciar a nova fragilidade do estatuto da estabilidade, e em conjunto com o projeto de reequipamento via SUDENE, demitir funcionários com mais de 10 anos de empresa. A argumentação era de que com o advento da lei do FGTS e suas demais modificações, a estabilidade poderia ser negociada entre empregadores e trabalhadores.<sup>418</sup>

Em processos que visavam reintegração, a argumentação da CTP era sempre a mesma, aliando a suposta supressão de atividades com a nova legislação do FGTS para justificar a demissão de operários em massa. O discurso surtia efeitos, e com decisões idênticas para diversos processos, independente da seção de serviço dos reclamantes, a JCJ de Paulista convertia a reintegração em indenização em dobro, como previa a lei.

Em decisão ao processo 139/67 – que, afirmamos novamente, foi idêntica aos demais processos movidos visando o mesmo assunto – o Juiz Presidente da JCJ de Paulista afirmava:

“Inúmeras foram as reclamações ajuizadas neste primeiro semestre com o objeto idêntico ao do caso deste, em alguns sendo ainda maior o número de reclamantes.

A defesa da empresa foi igual para todos os casos, sendo a mesma também a prova feita pelas partes, principalmente pela demanda.

Ressalta-se que além das inúmeras reclamações ajuizadas, muitas das quais foram desistidas antes do seu encerramento com posterior homologação da rescisão do contrato, foram por mim homologadas centenas de rescisões de contrato de trabalho na sua totalidade de estáveis, com pagamento integral de todas as parcelas devidas, o que já era uma evidência de que a demanda não estava procurando se livrar dos seus empregados estabilizados.

Os depoimentos de todas as testemunhas, ouvidas em todos os processos, não são iguais, havendo alguns em que as declarações das testemunhas são mais esclarecedoras, por que com maioria de detalhes contaram o que realmente estava se passando nas fábricas Aurora e Velha.

Pequenas divergências nos depoimentos não alteram, contudo, o fato discutido, sendo, pois, uma única a sentença para todos os casos.

Também não me impressionou para mudar o ponto de vista firmado o fato de ter havido demissões inclusive nos escritórios, isto porque a supressão de atividades nas fábricas atingiu, indistintamente, a quase todas as seções, inclusive os escritórios, que tiveram seus serviços reduzidos.

Considero corretos os argumentos invocados pela demanda em sua defesa de fls. 8/9, rebatendo as alegações da inicial.

Efetivamente, a dispensa do empregado estável pode ocorrer nos casos previstos nos artigos 496, 497 e 498 da CLT, como ainda pode haver rescisão do contrato baseada no artigo 500 do mesmo diploma legal citado, sem que se possa dizer que a demissão foi uma violação grosseira e desprezível aos artigos 492, 493, 494 e 853 da CLT.

---

estabelecimentos bancários para esse fim credenciados como seus agentes financeiros segundo normas fixadas pelo BNH e aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, em operações que preencham os seguintes requisitos:

<sup>418</sup> Como já discutimos no Capítulo 3, principalmente o Decreto-lei Nº 20, de 14 de setembro de 1966 com a introdução do art. 17 no texto do FGTS e o art. 16 da mesma lei.

E o que não dizer da recente Lei 5.107, de 13/09/1966. Por ela foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, desaparecendo a estabilidade se houver opção em favor da lei.

Nos dias atuais, o instituto da estabilidade já não se apresenta com o mesmo rigorismo de antes da vigência da lei acima, e do Decreto-Lei n. 20, de 14/09/66 que admitiu a negociação da estabilidade.<sup>419</sup>

A deliberação do juiz demonstra a efetividade da argumentação da CTP no convencimento da JCJ e uma certa generalização no julgamento das ações que, por vezes, não tratavam de sessões com supostas supressões ou diminuições de atividades. Também revela, ao contrário do que o Juiz alega em sua decisão, que a Companhia buscou dispensar inúmeros funcionários estabilizados, quer por meio de rescisões de contrato, ou sem a devida regularização de demissão.

Porém, como vimos no Capítulo 3, o processo 300/67 demonstrou que a Companhia não tinha intenção de levar o reequipamento à frente. Com o ofício da SUDENE informando a desistência do projeto, o juiz da CTP julgou diferente o processo. Em sua decisão, o mesmo proferiu:

“Em processos anteriores já julgados por esta Junta em que os fundamentos apresentados pelas partes foram os mesmo de ora em julgamento me pronunciei pela rescisão dos contratos de trabalho com o pagamento e dobro das indenizações, por ter ficado não somente provada a extinção das seções de novos empregados, e finalmente diante das informações prestadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste sobre a aprovação de um projeto de realocização e reequipamento da reclamada, informações idênticas às de fls. 53 destes autos.

No presente caso, porém, a questão assumiu aspectos diferentes.

Em primeiro lugar a reclamante trabalhava no escritório do (departamento de Pessoal), e está provado que antes de ser dispensada foi admitido um outro empregado para o citado departamento ficando a cargo da demandante ensinar a este novo empregado os serviços que executava. Com a sua dispensa este funcionário passou em definitivo a ocupar o seu lugar.

Ainda há prova bastante de outras admissões para o referido Departamento de Pessoal.

Vê-se assim que as demissões havidas nesta seção não o foram por força da supressão das atividades alegadas.

Que houve extinção de seções e supressão de atividades é fato incontestado, mas de acordo com a prova existente nestes autos também é verdade não ter sido o Departamento de Pessoal (seção onde trabalhava à demandante), atingido pela diminuição de serviços da reclamada.

Nesse caso impõe-se a reintegração da postulante, porque, portadora da estabilidade a sua dispensa ocorreu sem serem obedecidas as formalidades legais.<sup>420</sup>

A nova evidência trazida pelo ofício mudou a forma de decisão da JCJ. Mesmo que em julgamentos anteriores os testemunhos tenham revelado que a CTP continuava admitindo novos

<sup>419</sup> Processo 139/67 da JCJ de Paulista. fls 45-46

<sup>420</sup> Processo 300/67 da JCJ de Paulista. Fls. 75

funcionários, e demitindo somente estabilizados, isso não convenceu o tribunal. Somente com o ofício enviado em 1968 a JCJ alterou a apreciação do caso. Inclusive, no julgamento do processo 139/67, o próprio juiz afirmou a demissão nos escritórios. As testemunhas informaram a admissão de novos operários e a continuidade do setor.<sup>421</sup> Nada surtiu efeito.

A única diferença entre os processos supracitados foi o ofício revelador da SUDENE. Com essa nova prova, o processo 300/67 foi julgado procedente para a reintegração. Dentre as 37 reclamações solicitando reintegração,<sup>422</sup> 18 foram julgados de forma idêntica pela JCJ, sem a devida consideração às especificidades dos casos e as provas testemunhais.<sup>423</sup>

A partir de então, podemos levantar alguns questionamentos: por que a JCJ não levou em consideração as provas testemunhais diversas constantes nos processos que afirmavam a continuidade das atividades e a admissão de novos funcionários? Será que sem as leis do FGTS e o Decreto-lei Nº 20, a reintegração não seria realizada, visto a inviolabilidade da estabilidade na legislação passada? Por qual motivo somente o ofício da SUDENE, com a aprovação do projeto, valia de prova para a supressão de atividades, mesmo com depoimentos contrários?

Compreendemos que com as modificações realizadas pela ditadura militar, a estabilidade alcançada pelos operários a custo de tantos anos de trabalho foi desconsiderada. As argumentações dos advogados da CTP tiveram sucesso visto que estavam baseadas em atualizações legislativas que foram implementadas visando exatamente esse efeito. Rotatividade de mão de obra e renovação dos quadros de funcionários. Os objetivos estavam sendo alcançados, e o espaço para resistência não era muito efetivo.

Juntando os diversos fatores como as novas diretrizes econômicas para o país e para a SUDENE, as atualizações das leis e as intervenções e paralisações das atividades sindicais, os trabalhadores da CTP sofreram com a ditadura militar. Após as mudanças de diretoria, o STIFTPI passou por dificuldades financeiras, o que impediu uma ação mais efetiva do órgão

---

<sup>421</sup> “Que o reclamante trabalhava como auxiliar de escrita do Dep. Central; que o Depósito Central é localizado na fáb. Aurora; que no Depósito trabalhava o reclamante e mais 3 serventes; que com a saída do reclamante a reclamada transferiu um auxiliar do Escritório Central para o Depósito Central; que no Depósito Central ainda continuam trabalhando 3 serventes.” E ainda: “Que no dia 6 entrou de férias voltando ao trabalho no dia 31 de janeiro; que ele depoente recebeu as chaves das mãos do sr. Antônio Guedes e continua trabalhando no depósito com mais 3 serventes; que ouviu dizer que foram demitidos outros empregados de Escrita; que ouviu comentários de ter havido demissões de operários da reclamada; que ouviu dizer e tem visto no Dep. Pessoal novos empregados admitidos pela reclamada”. Primeira e segunda testemunha do reclamante, respectivamente. Processo 139/67 da JCJ de Paulista.

<sup>422</sup> Um total de 132 trabalhadores estiveram envolvidos somente nos 37 processos de reintegração em 1967.

<sup>423</sup> Os 19 restantes tiveram as seguintes resoluções: 15 desistências, 2 arquivados, 1 improcedente e 1 procedente (300/67).

junto aos trabalhadores. Além disso, com o panorama repressivo, houve uma diminuição da participação de associados em reuniões, o que minou em parte, a força da associação.<sup>424</sup>

Sendo assim, podemos observar que de diversas formas a CTP se aproveitou do panorama político da ditadura para implementar prejuízos aos operários. A quase imobilização sindical por todo o período, aliado às alterações das leis criaram o momento oportuno para a renovação do quadro de funcionários da Companhia e a dispensa dos funcionários mais velhos, vistos como um empecilho para a produção industrial. A ditadura militar foi a ocasião perfeita para a intensificação da “guerra contra os estabilizados”.<sup>425</sup>

A seguir, abordaremos as ligações da CTP com o capital internacional e as motivações para isso. Discutiremos a razão para a submissão do projeto de realocização e reequipamento a duas agências de financiamento estrangeiro, e os montantes escoados para o exterior por meio das contas de FGTS dos operários das fábricas. Abordaremos essa postura de ligação com o mercado estrangeiro, que só foi possível pela nova leva de investimentos após a instauração da ditadura.

## 5.2 LIGAÇÕES DA CTP COM O CAPITAL INTERNACIONAL

Durante toda a década de 1960, a viabilidade de estratégias econômicas no Brasil dependeu de ajuda financeira externa, principalmente dos Estados Unidos. O maior ou menor grau desse apoio determinou o sucesso das diversas tentativas de estabilização da situação econômica do país e de alavancagem do crescimento industrial nacional.

Se considerarmos o retrospecto, a política expansionista de Juscelino Kubitschek, por exemplo, só se tornou viável graças à entrada de investimentos do capital estrangeiro, e da chegada de multinacionais no país para o crescimento da indústria.<sup>426</sup> Sem o capital

---

<sup>424</sup> Podemos observar essa diminuição de participação no Quadro 2 da terceira seção, se compararmos com a participação antes do golpe empresarial-militar, constatadas no Quadro 1 da mesma.

<sup>425</sup> Ver LEITE LOPES. *op. cit.* p. 541-584

<sup>426</sup> O historiador Thomas Skidmore esboçou um resumo dos resultados e dos motivos para a expansão econômica no governo Juscelino: “O período Kubitschek tornou-se conhecido por suas realizações econômicas, e é daí que devemos começar analisando a presidência. O dinâmico presidente prometeu “cinquenta anos de progresso em cinco de governo” e não há dúvida de que de 1956 e 1961 o Brasil apresentou um crescimento econômico real e marcante. A base para o progresso foi uma extraordinária expansão da produção industrial. Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e indústrias de equipamentos de transporte (600%). De 1957 a 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano e, aproximadamente, 4% per capita. Para a década de 1950, o crescimento per capita efetivo do Brasil foi

internacional, dificilmente um projeto econômico vingaria, e essa ajuda exigia, em contrapartida, alinhamento político, principalmente durante a década de 1960.

Com o início do governo João Goulart, a entrada de recursos financeiros estrangeiros assume aspectos diferentes. Visando desestabilizar as políticas de larga escala de Jango, os americanos procuraram influenciar as eleições estaduais e para o legislativo federal em 1962, financiando candidatos com tendências anti-comunistas, anti-jaguistas, centro-direita e conservadoras.<sup>427</sup> Os interesses americanos eram o de influenciar diretamente nas eleições, principalmente por meio de doações de milhões de dólares aos candidatos por intermédio do complexo IPES/IBAD.<sup>428</sup>

A entrada de recursos estrangeiros se deu também por meio de empréstimos e doações anteriores às eleições. Agências estrangeiras de investimento, principalmente dos Estados Unidos, desenvolveram a estratégia de descentralizar a passagem de recursos aos estados, buscando minar a força política de Jango, e forçar acordos entre o Executivo Federal e os demais estados.

O governo americano selecionou, por meio de diretrizes ideológicas, determinados estados para o recebimento de recursos como empréstimos e doações. Essa tática foi implementada entre 1962 e 1964, buscando apoiar governadores pró-EUA e com ideologias políticas e econômicas alinhadas com os americanos, criando as “ilhas de sanidade administrativa”. O repasse dos montantes diretamente aos estados, forçava João Goulart a criar alianças com líderes políticos à direita e se afastar de determinadas lideranças de esquerda ou reformistas:

---

aproximadamente três vezes maior que o do resto da América Latina. Como obteve essa alta taxa de crescimento? Em parte, resultou de circunstâncias econômicas básicas favoráveis: um grande mercado interno, maior capacidade em áreas-chave, tais como a produção de ferro e aço, maior do que em qualquer outro país da América Latina, e a disposição dos homens de negócio do exterior em investir no Brasil.” SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964.**- 7a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

<sup>427</sup> Dreifuss aponta o nível de importância do pleito de 1962, especialmente para os americanos: “O significado das eleições de outubro foi obviamente percebido pelo Embaixador Lincoln Gordon. Em um telegrama ao Departamento de Estado, ele enfatiza: “Como as autoridades de Washington devem certamente estar conscientes, está ocorrendo neste país uma guerra política de grande importância, que determinará sua orientação doméstica e externa e, com ela, à maior parte do continente. Temos grande interesse no resultado e estamos tentando usar nossa influência destramente para levar a um resultado favorável. Todos os elementos dessa nossa Equipe Nacional têm sido vigorosamente instruídos pelo Presidente e todos os órgãos centrais para contribuir a favor desse processo, em qualquer forma de guerra, a escolha estratégica e tática do momento político para a ação pode facilmente ser decisiva. Esta semana de pré-eleição é um momento estratégico único” DREIFUSS. *op. cit.* p. 326.

<sup>428</sup> Os resultados do financiamento estrangeiro foram significativos, 110 deputados federais foram eleitos, 3 governadores, 9 senadores e diversos vereadores e prefeitos por todo o país. A estimativa de entrada entre empréstimos e doações girou em torno de 12 a 20 milhões de dólares. DREIFUSS. *op. cit.* 319-360.

“Autoridades políticas dos governos Kennedy e Johnson reconheceram em várias oportunidades, por meio de documentação confidencial, que pelo menos três motivos teriam embasado a estratégia de favorecimento a certos estados na alocação de ajuda: primeiro, o fortalecimento de governadores pró-EUA e fortemente anticomunistas para alterar o equilíbrio de forças políticas no Brasil, obrigando o governo João Goulart a moderar suas atitudes, assumir compromissos e acordos com essas lideranças estaduais “democráticas” e, assim enfraquecer ou até romper vínculos com segmentos esquerdistas, sobretudo com membros radicais da esquerda; segundo, financiar projetos em estados cujas lideranças tivessem chances reais de se transformar em candidatos competitivos nas eleições presidenciais de outubro de 1965 (caso Goulart conseguisse terminar seu mandato, obviamente), a fim de que tais projetos pudessem aumentar a popularidade desses governadores. Carlos Lacerda, o campeão do recebimento de ajuda econômica norte-americana, foi o maior exemplo nesse sentido. E, em terceiro, utilizar as unidades federativas próximas aos Estados Unidos como garantia para o caso de o governo Goulart e/ou de forças de esquerda tentarem desfechar algum ato antidemocrático no Brasil. No final das contas, a articulação do golpe de março de 1964 mostraria que as ilhas de sanidade também possuíam uma função ofensiva: governadores beneficiados com ajuda norte-americana se mostraram peças-chave no processo de derrubada de João Goulart do poder.”<sup>429</sup>

Como já discutimos anteriormente, o governo estadual de Miguel Arraes – que foi classificado como esquerdista radical pelo índice ideológico da embaixada norte-americana -, recebeu apenas US\$ 9 mil dólares de doação, enquanto a administração anterior de Cid Sampaio (centrista, liberal ou reformista moderado) havia recebido Cr\$ 2 bilhões em empréstimos e US\$ 1 milhão em doações.<sup>430</sup> A diferença gritante do apoio financeiro atendia diretamente as normas americanas de ajuda somente a políticos ideologicamente alinhados.

A SUDENE, como órgão federal diretamente ligado à presidência da república, também sofreu impactos no seu funcionamento. Com o repasse financeiro americano diretamente aos governadores, a superintendência acabou perdendo autoridade, em situações onde acordos entre americanos e estados nordestinos eram feitos sem o intermédio da SUDENE.<sup>431</sup> Ao mesmo tempo, os estadunidenses negavam crédito ao órgão, mesmo após tentativas e visitas aos Estados Unidos.<sup>432</sup>

Outro aspecto importante para a desestabilização da política econômica de Jango foi a negativa de ajuda para a execução do Plano Trienal. O programa focava na recuperação da capacidade financeira brasileira, que após o governo Juscelino, passou a ter uma dívida externa altíssima e uma inflação alta. Em resumo, as principais meta do Plano eram:

<sup>429</sup> LOUREIRO, Felipe. **AP e Goulart...** *op. cit.* p. 184

<sup>430</sup> LOUREIRO, Felipe. **AP e Goulart...** *ibid.* p. 115

<sup>431</sup> Foi o caso da missão dos Estados Unidos no Nordeste com o “Programa Alimentos Para a Paz”, que foi realizada sem a participação da SUDENE, novamente com o objetivo de minar a autoridade do órgão. COLOMBO, Luciléia. **A ascensão e queda de uma instituição...** *op. cit.* p. 91-92

<sup>432</sup> Em específico a negativa de crédito de 400 milhões de dólares à SUDENE mesmo após visita de Celso Furtado para as tratativas. BARROS, Arthur V. G. G. **“A pobreza como estopim da revolução”: a Aliança...** *op. cit.* p.

“a) crescimento de 7% ao ano; b) redução gradual da taxa de inflação a um nível de 25% em 1963, chegando a um nível de 10% em 1965; c) renegociação da dívida externa; d) introdução da reforma agrária, visando a justiça social, ampliação do mercado interno e racionalização da produção agrícola; e) elevação dos salários reais em proporção ao aumento de produtividade.”<sup>433</sup>

O sucesso do Plano passa invariavelmente pela ajuda americana.<sup>434</sup> Nenhuma opção no exterior parecia ter capacidade financeira de suprir as necessidades do programa. Sabendo da incapacidade monetária do Brasil em resolver seus problemas, os americanos utilizaram o apoio financeiro como moeda de troca para exigências feitas a Jango, dentre elas a compensação de multinacionais recém-estatizadas e o afastamento da presidência de grupos “comunistas”.<sup>435</sup>

A própria SUDENE foi caracterizada como um empecilho para a realização do acordo. Lincoln Gordon, em conversas com João Goulart, e refletindo os pensamentos do governo americano, afirmou que no governo brasileiro havia a presença de pessoas contrárias aos Estados Unidos, e na SUDENE esse problema era agudo.<sup>436</sup>

Mesmo com indícios de que as exigências seriam cumpridas, João Goulart e os americanos não entraram em consentimento. O principal empecilho eram as demandas políticas não atendidas por João Goulart, como a saída de figuras mais à esquerda no governo – como Celso Furtado na SUDENE -, e o corte de relações com os sindicalistas aglutinados na CGT e as Ligas Camponesas. A indefinição de um claro viés político por parte de Jango foi repreendida por lideranças estadunidenses e impediu a efetivação do Plano.<sup>437</sup>

As negociações seguiram durante 6 meses, mas não foi realizado um acordo. Mesmo com as missões do Ministro San Tiago Dantas aos EUA, os norte-americanos não foram convencidos. As exigências eram complexas demais, e se atendidas, minariam o poder político de João Goulart com os setores mais à esquerda, principais defensores das políticas reformistas

---

<sup>433</sup> BIELSCHOWSKY (1988, p. 415) Apud. COLOMBO, Luciléia. **A ascensão e queda de uma instituição...** *op. cit.* p.95

<sup>434</sup> O próprio João Goulart salientava a indispensabilidade da ajuda norte-americana. LOUREIRO, Felipe. **Empresários, Trabalhadores e Grupos de Interesse: a Política Econômica nos Governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964.** Tese de doutoramento. São Paulo, 2012. p. 407

<sup>435</sup> “Os Estados Unidos estavam propensos a ajudar financeiramente o governo Goulart somente com outros credores (inclusive o FMI) e baseados em um conjunto de condições, tais como a implementação de um “fundamentado programa de estabilização e de desenvolvimento econômico”, a resolução dos casos de expropriação envolvendo as empresas norte-americanas (AMFORP e ITT), a supressão das “características indesejáveis” da lei de limitação de remessa de lucros e, o “mais importante”, o fim da tendência da administração Goulart de “se afastar da solidariedade hemisférica” (leia-se: Política Externa Independente) e de “comprometer a democracia liberal e representativa” no país (isto é, fim dos vínculos entre o presidente e grupos “comunistas” nos meio sindical, político e militar).” LOUREIRO, Felipe. *ibid.* p. 401

<sup>436</sup> LOUREIRO, Felipe. *ibid.* p. 407

<sup>437</sup> LOUREIRO, Felipe. *ibid.* p. 414

defendidas pelo governo. Sem a ajuda americana, o Plano Trienal foi engavetado em agosto de 1963.

Após o abandono do Plano, o governo americano repassou ainda mais recursos às “ilhas de sanidade” por meio da USAID. Fortalecendo os governadores “democráticos”, entre eles Carlos Lacerda, do estado da Guanabara. João Goulart chegou a reclamar com o embaixador no Brasil que os repasses estavam claramente sendo feitos por conta do cunho político.<sup>438</sup> Segundo a literatura, os governos estaduais chegaram a receber cerca de US\$96 milhões entre empréstimos e doações.<sup>439</sup>

Com a instauração da ditadura militar, o montante de recursos repassados pela USAID ao Brasil cresceu substancialmente. Já em 1964, credores privados americanos prorrogaram dívidas brasileiras na ordem de US\$56 milhões,<sup>440</sup> e a USAID repassou ajuda externa em torno de US\$381 milhões.<sup>441</sup> Para os anos de 1965 e 1966, a ajuda externa pela USAID e predecessoras ficou em US\$273 e US\$383 milhões respectivamente.<sup>442</sup>

A entrada dos recursos no país se dava por diversas agências financeiras, bancos e programas de desenvolvimento. Aliança para o Progresso, USAID, IBAD, IPES, *Export-Import Bank of the United States* (Eximbank), *First National City Bank of New York e Boston*, Fundo de Alemão de Desenvolvimento, e outros.<sup>443</sup> Para o objetivo de nosso trabalho, discutiremos sobre as ações da USAID, *First National City Bank of New York* e Fundo Alemão de Desenvolvimento.

A criação do FGTS, como forma de poupança compulsória e de arrecadação de recursos para viabilidade do SFH e do BNH, também trouxe a possibilidade de participação de bancos estrangeiros como depositários das contas do Fundo. Após sua oficialização, as empresas estavam obrigadas a abrir uma conta em nome do trabalhador para o depósito mensal de 8% dos valores da remuneração de cada funcionário.<sup>444</sup> Ou seja, em diversas empresas de grande

---

<sup>438</sup> LOUREIRO, Felipe. *ibid.* p. 433

<sup>439</sup> LOUREIRO, Felipe. *ibid.* p. 433

<sup>440</sup> BASTIAN. *op. cit.* p. 163

<sup>441</sup> LOUREIRO, Felipe. **AP e Goulart...** *op. cit.* p. 205

<sup>442</sup> LOUREIRO, Felipe. **AP e Goulart...** *Idem.* p. 205. Eduardo Bastian utilizando de fontes da literatura, estipulou que a ajuda total externa ao Brasil em 1965 tenha girado em torno de US\$650 milhões, divididos entre USAID, EXIMBANK, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento. BASTIAN. O PAEG e o Plano Trienal... *op. cit.* p. 163

<sup>443</sup> Uma lista de agências, bancos e programas podem ser encontradas em DREIFUSS *op. cit.* p. 501-573.

<sup>444</sup> “Art. 2º. Para os fins previstos nesta Lei, todas as empresas sujeitas à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ficam obrigadas a depositar, até o dia 20 (vinte) de cada mês, em conta bancária vinculada, importância correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração paga no mês anterior a cada empregado, optante ou não,

proporção no país, milhares de contas foram abertas recebendo recurso mensalmente dos empresários para uma poupança forçada que só poderia ser movimentada em situações específicas.<sup>445</sup>

No caso da CTP, o banco escolhido como depositário foi o *First National City Bank of New York*. Em 1967, segundo informações constantes no projeto de modernização enviado à SUDENE, a Companhia contava com mais de 8.000 empregados em seus quadros.<sup>446</sup> Visto a obrigatoriedade de depósito de optantes ou não pelo FGTS, individualmente cada trabalhador teve em sua conta no City Bank 8% referente ao valor de seu último salário depositado.

Durante nossas análises, nos deparamos com extratos de contas individualizadas somente de optantes nos processos. O documento surgia quando fosse realizada uma rescisão de contrato por meio de homologação, ou por meio de reclamação dos direitos após uma demissão sem justa causa. Conseguimos identificar por meio dos processos, 198 trabalhadores optantes pelo regime do FGTS, com data de opção em janeiro de 1967, para os funcionários que já prestavam serviços antes da efetivação do Fundo.

Admitindo que o salário dos funcionários era em torno de Cr\$65.000 (salário mínimo da época), com variações para mais ou menos a depender da produtividade – mesmo que o pagamento abaixo do mínimo fosse contra lei, mas o que nas páginas anteriores ficou provado que era prática recorrente da CTP -, e sendo 8% da remuneração o valor bruto de Cr\$ 5.200, somente com movimentações de FGTS para os 198 funcionários temos a cifra de Cr\$ 1.029.600 mensais.

---

excluídas as parcelas não mencionadas nos arts. 457 e 458 da CLT.” LEI Nº 5.107, DE 13 DE SETEMBRO DE 1966 Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.

<sup>445</sup> Art. 8º. O empregado poderá utilizar a conta vinculada, nas seguintes condições conforme se dispuser em regulamento: I - no caso de rescisão sem justa causa, pela empresa, comprovada mediante declaração desta, do Sindicato da categoria do empregado ou da Justiça do Trabalho, ou de cessação de suas atividades, ou em caso de término de contrato a prazo determinado, ou, finalmente de aposentadoria concedida pela Previdência Social, a conta poderá ser livremente utilizada; II - no caso de rescisão, pelo empregado, sem justa causa, a conta poderá ser utilizada, parcial ou totalmente, com a assistência do Sindicato da categoria do empregado ou, na falta deste, com a do representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), nas seguintes situações devidamente comprovadas: a) aplicação de capital em atividade comercial, industrial ou agropecuária, em que se haja estabelecido individualmente ou em sociedade; b) aquisição de moradia própria nos termos do art. 10 desta Lei; c) necessidade grave e premente, pessoal ou familiar; d) aquisição de equipamento destinado a atividade de natureza autônoma; e) casamento do empregado do sexo feminino. III - durante a vigência do contrato de trabalho, a conta somente poderá ser utilizada na ocorrência das hipóteses previstas nas letras b e do item II deste artigo. LEI Nº 5.107, DE 13 DE SETEMBRO DE 1966 Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.

<sup>446</sup> Parecer DI-174/67 de 10 de março de 1967 anexo à Resolução Nº 2.983 do Conselho Deliberativo de 13 de março de 1967

Segundo o Balanço Geral de Lucros e Perdas encerrado em junho de 1967, e publicado em outubro do mesmo ano, a CTP teve de passivo referente aos FGTS a cifra de Cr\$40.468.010.<sup>447</sup> Considerando que até o fechamento do balanço a Lei do Fundo tinha exatos 6 meses de obrigatoriedade, temos uma média de Cr\$6.744.668 mensais somente com os depósitos para este encargo. No relatório de 1968, o custo subiu para Cr\$118.343.660, com média de Cr\$9.861.971 mensais.<sup>448</sup> Acreditamos que o aumento se deveu às novas contratações utilizando única e exclusivamente o novo regime para assuntos de indenização.

Convém rememorarmos que o *First National City Bank*, depositário das contas de FGTS da CTP, foi uma das agências bancárias responsáveis pela movimentação de dinheiro e possivelmente contribuintes do complexo IPES/IBAD no período de desestabilização política de 1962, além de conter entre os diretores e proprietários, associados ou ativistas do IPES.<sup>449</sup> Esses membros também foram responsáveis pelo anteprojeto do FGTS, e participaram da equipe que desenvolveu o Fundo. Também não esqueçamos que em 1962, o grupo dos Lundgren (donos da CTP), estiveram envolvidos como financiadores da campanha de Cleofas contra Arraes.<sup>450</sup>

A relação da CTP com o City Bank era antiga. Ainda em 1950 a CTP conseguiu um empréstimo junto ao banco de Cr\$30.000.000 para importação de máquinas estrangeiras visando reaparelhar suas fábricas.<sup>451</sup> Entre 1961 e 1962, segundo outro relatório da diretoria para Balanço de Lucros e Perdas, a CTP na época tinha adquirido outro empréstimo no valor de Cr\$50.000.000.<sup>452</sup> É possível afirmar que tendo em visto suas relações de longa data, inclusive em outros empreendimentos dos Lundgren,<sup>453</sup> a ação da Companhia em utilizar o City Bank como depositário foi um reflexo esperado.

---

<sup>447</sup> *Diario de Pernambuco. Relatório da Diretoria: Balanço Geral em 30 de junho de 1967*. Recife, 26 de outubro de 1967.

<sup>448</sup> O relatório também informa que “a fim de conseguirmos uma melhor produtividade e diminuir a mão de obra ociosa, fomos obrigados a inverter em indenizações a importância de NCr\$1.161.319,18...”. Se convertido em Cruzeiros, para fins de padronização do seguinte trabalho, temos o valor de Cr\$1.161.319.180. *Diario de Pernambuco. Relatório da Diretoria: Balanço Geral em 30 de junho de 1968*. Recife, 05 de novembro de 1968

<sup>449</sup> DREIFUSS. *op. cit.* p. 330

<sup>450</sup> DREIFUSS. *op. cit.* p. 331

<sup>451</sup> *Diario de Pernambuco. Juízo de Direito da Comarca de Paulista – Estado de Pernambuco, Edital de Convocação*. Recife, 22 de outubro de 1967.

<sup>452</sup> *Diario de Pernambuco. Relatório da Diretoria: Balanço Geral em 30 de junho de 1962*. Recife, 23 de outubro de 1962.

<sup>453</sup> Em dezembro de 1960 a empresa Agrotaurus Industrial Mercantil, focada na produção agrícola e pecuária além de comercialização de adubos e maquinários para os mesmos fins, foi fundada tendo como sócios fundadores 5 integrantes da família Lundgren, incluindo Arthur Herman Lundgren. *Diario de Pernambuco. Agrotaurus Industrial Mercantil S/A*. Recife, 20 de dezembro de 1960.

A desestabilização das eleições de 1962, em que as duas empresas supracitadas estiveram envolvidas – City Bank como banco das contas do complexo IPES/IBAD, e CTP como financiadora de João Cleofas -, criaram posteriormente o cenário de oposição política ao governo de João Goulart, que conseqüentemente desembocou no golpe. Durante o governo militar, ambas as empresas se beneficiaram de novas políticas como o FGTS, o City Bank como um grande administrador dos montantes depositados nas contas do Fundo, e a CTP pela possibilidade de uma maior rotatividade da mão de obra em suas fábricas.

Além do FGTS, outra medida de grande impacto para a CTP foi a chegada de novos recursos de investimento das agências estrangeiras no país após o golpe empresarial-militar. Com a introdução do PAEG, o país afirmou a nova política de incentivos às grandes empresas com o claro objetivo de acelerar o desenvolvimento via industrialização e modernização das corporações já instaladas.

Com um plano econômico bem mais alinhado com os interesses dos norte-americanos, a entrada de recursos foi volumosa. Como discutimos mais acima, a USAID introduziu milhões de dólares no mercado brasileiro como forma de apoio às novas medidas estabilizantes postuladas pelos militares. Foi nesse contexto que a CTP procurou realizar seu projeto de reequipamento.

Inicialmente via SUDENE, o projeto foi abandonado após 1 ano de aprovado. A solicitação previa a cifra de Cr\$10.000.000 em crédito pelo Banco do Nordeste do Brasil e incentivos fiscais via superintendência. A manobra parece ter sido ocasionada pelos excessivos cortes financeiros que a agência começou a sofrer a partir da ditadura militar, mesmo que, para Pernambuco, os financiamentos tenham seguido.<sup>454</sup> Em contraposição a uma SUDENE enfraquecida visto a nova ótica de governo de resolução de problemas a nível nacional, e não mais regional, estava a USAID com diversos investimentos no meio industrial brasileiro.

Em 1968 a CTP então submeteu seu projeto de reequipamento e realocação nos mesmos moldes da Resolução 2983/67 a duas agências de investimento: USAID e Fundo Alemão de Desenvolvimento (FAD). Posteriormente, a CTP foi contemplada com o novo crédito no início dos anos 1970, mas com a alteração de não mais requisitar a realocação da fábrica, e somente realizar a renovação do maquinário das duas já instaladas.<sup>455</sup>

---

<sup>454</sup> COLOMBO. **A ascensão e queda de uma instituição...** *op. cit.* p. 105

<sup>455</sup> LEITE LOPES. *op. cit.* p. 562

O novo projeto, agora com investimento da SUDENE e por órgãos estrangeiros de financiamento, foi agraciado com o montante de Cr\$45,9 milhões, e era dividido em duas etapas. Recebeu apoio da USAID/FAD em Cr\$9,9 milhões, Cr\$27 milhões em incentivos fiscais e financeiros pela SUDENE (artigos 34/18), e investimentos próprios na casa dos Cr\$9 milhões.<sup>456</sup>

A nova forma de investimentos também foi modificada após o golpe. Como já citamos, durante a gestão João Goulart os americanos liberaram pouco crédito para o Executivo Federal com o objetivo de minar a força do presidente. Diferentemente, durante a ditadura os investimentos passaram a ser centralizados na presidência, como forma de apoio ao regime recém-instalado.<sup>457</sup>

A possibilidade de financiamentos dessa magnitude, ao nosso ver, só foi possível pela entrada dos investimentos estrangeiros após a introdução do PAEG e do alinhamento político ideológico do Brasil aos preceitos norte-americanos. Como já discutido mais acima, é impensável um cenário de robustos empréstimos e doações ao governo Federal nos tempos de João Goulart. E enquanto as empresas recebiam incentivos milionários, a mesma política econômica rebaixou substancialmente o poder de compra da classe trabalhadora:

“Com as atividades sindicais severamente reprimidas e as greves em atividades “essenciais” proibidas – e ao Governo competia o julgamento da “essencialidade” –, o poder de barganha dos sindicatos tornou-se praticamente nulo. As negociações diretas entre trabalhadores e empregadores foram substituídas pela fórmula de reajuste fornecida pelo Governo. Como a fórmula, ao invés de recompor o pico de salário real alcançado à época do último reajuste, corrigia os salários na justa medida para recompor o salário real médio nos últimos 24 meses, o salário real mínimo, após reajuste de março de 1965, foi reduzido em 18% com relação ao seu valor em fevereiro de 1964, quando fora reajustado pela última vez. Com a previsão do “resíduo inflacionário”, ou seja, da inflação para o ano seguinte, que entra na fórmula de reajuste salarial, era a previsão oficial que foi consistentemente inferior à inflação efetivamente ocorrida, o salário mínimo real médio era reduzido. O nível de salário mínimo real restabelecido pelo reajuste, portanto, também era reduzido. Em fevereiro de 1964, o índice de salário mínimo era 126. Em março de 1965, por ocasião do primeiro reajuste pela fórmula, este índice baixou para 103.”<sup>458</sup>

---

<sup>456</sup> O projeto anterior em 1967 previa um investimento de Cr\$12 milhões em recursos próprios da CTP e somente Cr\$10 milhões pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em comparação, o novo projeto era bem mais vantajoso. Conseguimos encontrar informações de que em junho de 1972 a CTP ainda estava realizando suas obras com recursos do novo projeto, e a previsão de término era para o ano de 1973. *Diário de Pernambuco. Ampliação acelerada*. Recife, 29 de junho de 1972.

<sup>457</sup> Enquanto no período entre janeiro de 1961 e março de 1964, o Banco Interamericano de Desenvolvimento não aprovou nenhum empréstimo para a União, entre abril de 1964, e dezembro de 1969, 21 empréstimos foram realizados totalizando mais de US\$342 milhões. LOUREIRO. *AP e Goulart... op. cit.* p. 99

<sup>458</sup> LARA RESENDE, A. A política brasileira de estabilização: 1963/68. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 12, n.3, 1982. p. 777

Em outras palavras, enquanto os incentivos à grande indústria garantiam milhões em investimentos, os reajustes salariais faziam o poder de compra da população diminuir. Mesmo que, em números brutos, o salário estivesse sendo reajustado para cifras superiores, a inflação prevista erroneamente corroía a capacidade de consumo da população, que em geral, pela baixa remuneração, se reservava a artigos de subsistência. A conta do desenvolvimento industrial brasileiro estava sendo paga pela classe trabalhadora, as custas de arrocho salarial constante.

Assim como as forças políticas articuladoras do golpe visavam a defesa dos interesses da classe dominante no país, as novas diretrizes econômicas foram colocadas em prática e atendiam as exigências anteriores. Com o panorama político repressivo às manifestações sociais e dos trabalhadores, pouco se teve de reação em grande escala às medidas de penetração do capital internacional no país durante a ditadura.

Compreendemos então que o golpe empresarial-militar trouxe imensas dificuldades para os trabalhadores, enquanto distribuiu benesses à classe dominante. A intervenção, ao nosso ver, teve um claro objetivo de defesa dos interesses do capital multinacional e interesses associados quando balizou sua política econômica em princípios de investimentos em larga escala e deterioração das condições de vida dos trabalhadores.

Mas ainda que o panorama fosse totalmente desfavorável aos operários, algumas vitórias puderam ser alcançadas. Abordaremos a seguir como a ação por meio da Justiça do Trabalho garantiu aos empregados da CTP a conquista de suas casas no município, e como isso reconfigurou o panorama de dominação territorial desempenhado historicamente pela Companhia.

### 5.3 A PERDA DE CONTROLE TERRITORIAL DA CTP ATRAVÉS DOS PROCESSOS TRABALHISTAS

Historicamente a cidade de Paulista foi construída em paralelo ao desenvolvimento do parque fabril da CTP. Diversos espaços foram desenvolvidos com determinadas funções, e geralmente com uma ligação clara com a empresa, ou para a estrutura de funcionamento da mesma. Dessa forma, Paulista foi populada por uma variedade de trabalhadores nas mais diversas funções ligadas diretamente à fábrica ou em atividades indiretamente associadas.

O território do município foi desenvolvido com o passar dos anos para apoiar a realização de funções da fábrica, e alargar a capacidade de produção. Os diferentes locais, com especificidades inerentes, pertenciam ou se integravam de alguma forma à lógica empresarial de produção dos tecidos na cidade, e à propriedade privada da empresa. Cada região se articulou a depender de sua função no sistema.

Como discutimos na Seção 2, podemos compreender o território sob o controle da Companhia em Paulista entre três espaços distintos: 1) o parque fabril, que compreendia as instalações das duas fábricas, grande parte da vila operária, a Casa Grande e o Jardim do Coronel, boa parte do comércio e prédios públicos situados no centro do município; 2) a região rural, onde estavam localizado os sítios, os engenhos e as plantações de eucalipto da Companhia; 3) a zona litorânea, que englobava o estuário do Rio Timbó (Porto Arthur), as praias e uma faixa singela de ocupação por casas dos pescadores.

Figura 12 — Casa e jardim da família Lundgren, no centro do Paulista



Fonte: Acervo de José Benigno do Amaral, *In*: SOUZA, Paula Aragão de. **Chaminés simbólicas e conjuntos indissociáveis: a condição de integridade nos tombamentos de núcleos fabris**. Dissertação de Mestrado. PPDU/UFPE – Recife: 2013.

Os espaços se diferenciavam não somente por suas edificações ou atividades econômicas desenvolvidas, mas dependendo da proximidade ao parque fabril, e de influência direta na produção têxtil, o ambiente podia receber mais ou menos atenção da CTP, no que diz

respeito a recursos financeiros, investimento em infraestrutura e ocupação por meio da construção de vilas ou ruas.

O parque fabril e a vila operária sempre foram o foco dos investimentos da CTP. Nos anos iniciais de desenvolvimento da cidade, esforços foram realizados para tornar a cidade mais atrativa para novos trabalhadores e investimento na Companhia. Toda a localidade foi pensada para passar a ideia de modernidade e desenvolvimento, articulando a fábrica diretamente ao cotidiano dos operários pela proximidade da vila operária às fábricas.<sup>459</sup> A paisagem do Paulista foi moldada para passar a ideia de uma cidade industrial, indissociável ao seu ramo de produção.

A imagem do Paulista ficou diretamente marcada na memória dos trabalhadores como um espaço que respirava trabalho, que nunca parava, marcado pela disciplina do trabalho em uma cidade construída em volta das fábricas e suas atividades.<sup>460</sup> As lembranças, no entanto, eram diversas, a depender da experiência de cada trabalhador, da função que exercia e da posição que ocupava no ambiente fabril.<sup>461</sup>

A região rural era voltada à agricultura de alimentos e plantio dos eucaliptos para alimentação das caldeiras. Nessa localidade, a relação dos trabalhadores com a CTP não era bem delimitada juridicamente. A informalidade imperava, e raramente os funcionários tinham sua carteira de trabalho assinada. Corriqueiramente eram contratados por empreitada por meio de agentes da Companhia e remunerados de acordo com o serviço que desempenhavam.

Nos sítios e roçados concedidos o foco era a produção para abastecimento da zona urbana e de outras localidades adjacentes. Como já discutimos anteriormente, a venda de artigos colhidos em terras cedidas pela CTP era limitada à feira central a preços administrados,

---

<sup>459</sup> A vila operária se estendeu em um raio de cerca de 2km ao redor das duas fábricas Aurora e Velha/Arthur, visando alocar os operários o mais próximo possível da CTP, prevenindo possíveis atrasos e visando mais controle dos trabalhadores da região.

<sup>460</sup> Na memória dos operários mais antigos, o cenário de Paulista ficou marcado pelas atividades das fábricas e como uma época de ampla disponibilidade de trabalho, e como local desenvolvido se comparado a outros: "Quando eu me casei com minha esposa, ela trabalhava dentro da fábrica. Quase dez anos ela trabalhou ainda depois de casada. Depois ela começou a adoecer, ficou numa condição que não podia nem olhar pra fábrica. Ouvia a sirene, ela chorava, tão nervosa que ficou. Adoeceu que não podia nem ouvir esses apitos. Mas eu achava esses apitos bonitos. Era apito a vapor. Quando apitava às três horas da madrugada, apitavam todas as três fábricas e era um apito global. Era bonito, apito a vapor, não era como agora não. Isso aqui era outra coisa. Era bom demais. Era a cidade das chaminés, né? Chegava em Paulista, o pessoal dizia: agora não morro de fome nem de sede. Tinha água limpinha, doce. Agora acabou-se tudo isso." Ex-tecelão e sindicalista. LEITE LOPES. *op. cit.* p. 13

<sup>461</sup> "Aqui era a sede do sofrimento, da fome e da escravidão. A sede do perseguidor de operário era aqui. E a sede do isolamento dos direitos da nação era aqui. Foi aqui que eu vim encontrar uma administração que a lei era o que a companhia tinha vontade. Aqui era assim. Não tinha negócio de lei não. Então só existia um cumprimentozinho de lei quando o operário se unia. Assim, quando o operário se unia, aí então a lei era cumprida mesmo porque era cumprida na marra. Aqui só cumpria os direitos da lei quando o operário se movimentava, se unisse e movimentasse. E aqui já teve um movimento bonito." Ex-operário da seção de estamparia. LEITE LOPES. *Idem.*

retirando dos agricultores a liberdade de comercialização de seus produtos e delimitando claramente uma relação de subordinação entre empresa e plantadores.<sup>462</sup>

Levando em consideração as atividades desempenhadas na região rural, conseguimos compreender que suas funções eram totalmente desprivilegiadas pela administração da CTP, pois eram vistas como subalternas na produção fabril, principal forma de entrada de renda do município. A irregularidade da relação ainda abria espaço para uma remuneração abaixo do devido, e facilitava a extração do sobretrabalho desses grupos.

A região litorânea foi a que menos sofreu com o controle direto da Companhia. Por já ser ocupada por diversos pescadores anteriormente à chegada da família Lundgren, os empreendimentos na localidade surgiram com menor intensidade. Alguns sítios foram construídos para a colheita de coqueiro e outras frutas, casas pessoais de sócios da empresa erguidas e o principal estabelecimento foi o Porto Arthur.

No estuário do Rio Timbó, o ancoradouro movimentou produtos e matéria-prima para as fábricas cotidianamente. A utilização de um porto mais próximo da cidade agilizava o processo de chegada de material e possibilitava o escoamento de produção para outras localidades com maior velocidade, além de criar uma maneira mais eficiente de ligação entre as fábricas do Paulista e Rio Tinto na Paraíba.

Assim como na área rural, no litoral também era amplamente utilizada a mão de obra irregular, por meio de empreitada e remunerados pela *folha amarela*. Como já discutimos no início do trabalho, a relação de trabalho sem a devida formalização acarretou na baixa procura pela Justiça do Trabalho por parte desses funcionários e em dificuldades para provar a ligação com a Companhia em juízo.

Compreendemos que a relação dos operários com a CTP se dava de diferentes formas a depender de funções desempenhadas e as localidades de moradia dos empregados. A aplicação dessa mesma lógica pode ser feita com as áreas da cidade, a depender de sua função, a empresa determinava níveis de investimento, aplicação de violência para coerção e taxa de população das mesmas.<sup>463</sup>

---

<sup>462</sup> LEITE LOPES. *op. cit.* p. 191

<sup>463</sup> Nas áreas rurais, a violência foi amplamente utilizada para intimidação dos trabalhadores do campo. Na região litorânea, os vigias estavam restritos aos empreendimentos e terrenos da Companhia, observando possíveis invasões nas terras privadas dos Lundgren. Uma análise da utilização da violência pelo corpo armado de vigias pode ser encontrada no Capítulo 6 de LEITE LOPES. *op. cit.* 190-203.

O controle quase completo do município pela CTP começou a ruir lentamente a partir da crise econômica pela qual a empresa e o setor têxtil nordestino passaram desde os anos 1950. Com a concorrência de indústrias têxteis do Sul, a CTP perdeu mercado em outras regiões do país. Com o maquinário obsoleto, sua capacidade de competição industrial foi diminuída, o que fez a empresa trabalhar com algumas dificuldades principalmente a partir de 1960.

No entanto, a crise pela qual a CTP passou foi muito mais sentida pelos operários. Na época em que a empresa alegou não conseguir custear os reajustes salariais e defendeu a demissão de operários pelo motivo de suas dificuldades, o salário dos membros da diretoria foram aumentados substancialmente.<sup>464</sup> Essa atitude da Companhia demonstrou que a crise tinha uma certa seletividade sobre quem deveria ou não ter seus direitos respeitados. É válido pontuarmos que a empresa manteve sua posição de grande industrial até a década de 1980, quando efetivamente passa por uma crise severa, e fecha suas portas.<sup>465</sup>

Em meados da década de 1960, a CTP iniciou uma série de alienações de imóveis em seu patrimônio para a compensação dos maus resultados financeiros e obtenção de fundos para ganho de competitividade. Por meio de uma lista de vendas constante no processo 517/66, e com base em anúncios em jornais, conseguimos identificar uma tendência para alienação de ativos imobilizados em recursos financeiros por parte da empresa.

Quadro 5 — Lista de venda de terrenos, propriedades ou edificações pela CTP

TERRENOS, PROPRIEDADES OU EDIFICAÇÕES	VENDA EFETIVADA	LUCRO OU PREVISÃO*
Jardim Paulista	Sim	25.236.860
Popular Paratibe	Sim	3.857.451
Urbano Timbó	Sim	40.876.322
Guararapes	Sim	12.355.814
Alvorada	Sim	6.824.362
Rural Jardim	Sim	542.829
Propriedade Geraldo	Sim	3.852.151
Faixa Estrada Nova	Sim	1.898.974
Terreno Prefeitura Paulista	Sim	1.518.719

<sup>464</sup> No processo 517/66 da JCJ, em perícia realizada anexa aos autos, podemos identificar uma relação dos salários dos membros da diretoria entre julho de 1964 e outubro de 1966. Foram evidenciados aumentos para essas funções: jul-dez 1964 Cr\$12.713.877 média salarial; jan-jun 1965 Cr\$17.847.289 média; jul-dez 1965 Cr\$16.283.380; jan-jun 1966 Cr\$ 18.718.105 média; jul-out 1966 Cr\$32.219.626. Outra sigla de “Despesas para diretoria” foi encontrada no valor de Cr\$23.541.162 entre o último intervalo citado. Processo 517/66 da JCJ de Paulista. Os aumentos elevados do salário da diretoria vão totalmente de encontro à má situação financeira alegada pela CTP.

<sup>465</sup> SOUZA, Paula Aragão de. **Chaminés simbólicas e conjuntos indissociáveis: a condição de integridade nos tombamentos de núcleos fabris**. Dissertação de Mestrado. PPDU/UFPE – Recife: 2013. p. 128

Terreno Prefeitura Paulista 2	Sim	10.454.264
Policlínica I.A.P.I.	Sim	138.174.961
Terreno para empresa - Geraldo Barros	Sim	1.978.738
Terreno para empresa - Newton Gibson	Sim	12.599.984
Terreno para empresa - Alba Nordeste	Sim	46.127.966
Posto Gasolina - Evaldo	Sim	4.973.623
Timbó - Lundgren - Rio	Sim	52.518.372
Timbó - Lundgren - São Paulo	Sim	26.070.450
Jardim - Lundgren - São Paulo	Sim	104.369.864
Chalé 2 - Maternidade	Sim	15.245.560
TOTAL		509.477.264

Fonte: elaborado pelo autor com base no processo 517/66 da JCJ de Paulista

\* Em cruzeiros Cr\$ já deduzidos os custos totais das transferências de propriedades

Na lista dos imóveis conseguimos observar vendas para o próprio município do Paulista (Terreno Prefeitura 1 e 2), e áreas para empreendimentos na rede de saúde da cidade (Policlínica I.A.P.I. e Maternidade). Significa dizer que, ainda nos anos 1960, a Companhia era detentora de terrenos privilegiados visados pela administração e interesse público, além de dispor de terras para a possível chegada de novas indústrias à cidade.

A partir de 1966, a alienação dos bens começou a ser discriminada no Balanço Geral de Lucros e Perdas da diretoria da CTP. Conseguimos identificar uma entrada de capital sob a sigla de “venda de imóveis”, com valores que variaram com o passar dos anos fiscais 1965/1966, 1966/1967 e 1967/1968.<sup>466</sup>

Tabela 4 — Crédito obtido pela CTP com a alienação de imóveis entre 1965 e 1968 (em Cruzeiros Cr\$)

ANO FISCAL	CRÉDITO PELA VENDA DE IMÓVEIS
1965/1966	611.665.798
1966/1967	1.249.600.590
1967/1968	590.833.610
TOTAL	2.452.099.998

Fonte: Elaborada com base nos relatórios da diretoria para os acionistas publicados no *Diário de Pernambuco* anualmente.

Observamos um aumento na venda de imóveis no ano fiscal de 1966/1967 se comparado aos outros dois anos discriminados no Balanço de Perdas e Lucros. Podemos inferir que esse

<sup>466</sup> O Balanço de Lucros e Perdas dizia respeito ao período de julho de um ano a junho do ano posterior.

movimento pode ter sido ocasionado pela utilização dos imóveis nas indenizações dos processos trabalhistas, que significava perda monetária da empresa, ao mesmo tempo em que poderia ser entendido como pagamento de custos, e em vários casos envolviam diretamente às casas das vilas operárias.<sup>467</sup>

Para fins de nossa análise, importa compreender que a partir de meados da década de 1960, a situação financeira da CTP começou a refletir-se em perda de domínio territorial. A empresa passou a se desfazer de diversas localidades, e conseqüentemente, perdeu controle absoluto em algumas áreas da cidade do Paulista.

Por intermédio dos processos trabalhistas, operários da CTP que entravam em litígio começaram a receber casas da empresa como indenização. Esse movimento se intensificou principalmente após 1966, quando começaram a surgir ações que envolviam a dação em pagamento das casas para os trabalhadores.

De forma geral, quem conseguiu esse feito foram trabalhadores estabilizados ou com muitos anos de serviço. Aptos a receber indenizações com alto valor pecuniário, podiam negociar com a CTP as casas como parte total ou parcial da compensação. Toda a operação era discriminada nos processos trabalhistas com a metragem específica dos imóveis, localização e custas por parte da Companhia nos cartórios para a troca de titularidade.

Com base nos processos trabalhistas, conseguimos identificar 689 endereços residenciais de funcionários da CTP. Grande parte das casas estavam localizadas em bairros próximos das fábricas como Arthur Lundgren I e II, Aurora, Nobre, Paratibe, Vila Torres Galvão, Jaguarana, e no distrito de Abreu e Lima. Para os trabalhadores da gerência externa, as localidades se estendiam para Conceição, Cruz de Rebouças e Gongaçari na cidade de Igarassu. Como podemos observar na Figura 13, grande parte das residências estavam presentes em terras controladas pela CTP.

Também observamos uma singela participação em processos por trabalhadores de localidades menos centrais do município.<sup>468</sup> Acreditamos que isso se dava por diversos fatores como: a distância dessas localidades se considerarmos o endereço no centro do município da

---

<sup>467</sup> Encontramos discriminados no Relatório da Diretoria os custos de Cr\$ 1.195.779.400 em indenizações para dispensa de mão de obra ociosa. Pela falta desse mesmo dado em diferentes anos, não conseguimos estabelecer uma análise quantitativa do referido pela empresa sobre a cifra, o que não nos permite analisar de forma precisa este aspecto.

<sup>468</sup> Cerca de 45 processos foram abertos por trabalhadores de fora das vilas operárias próximas às fábricas.

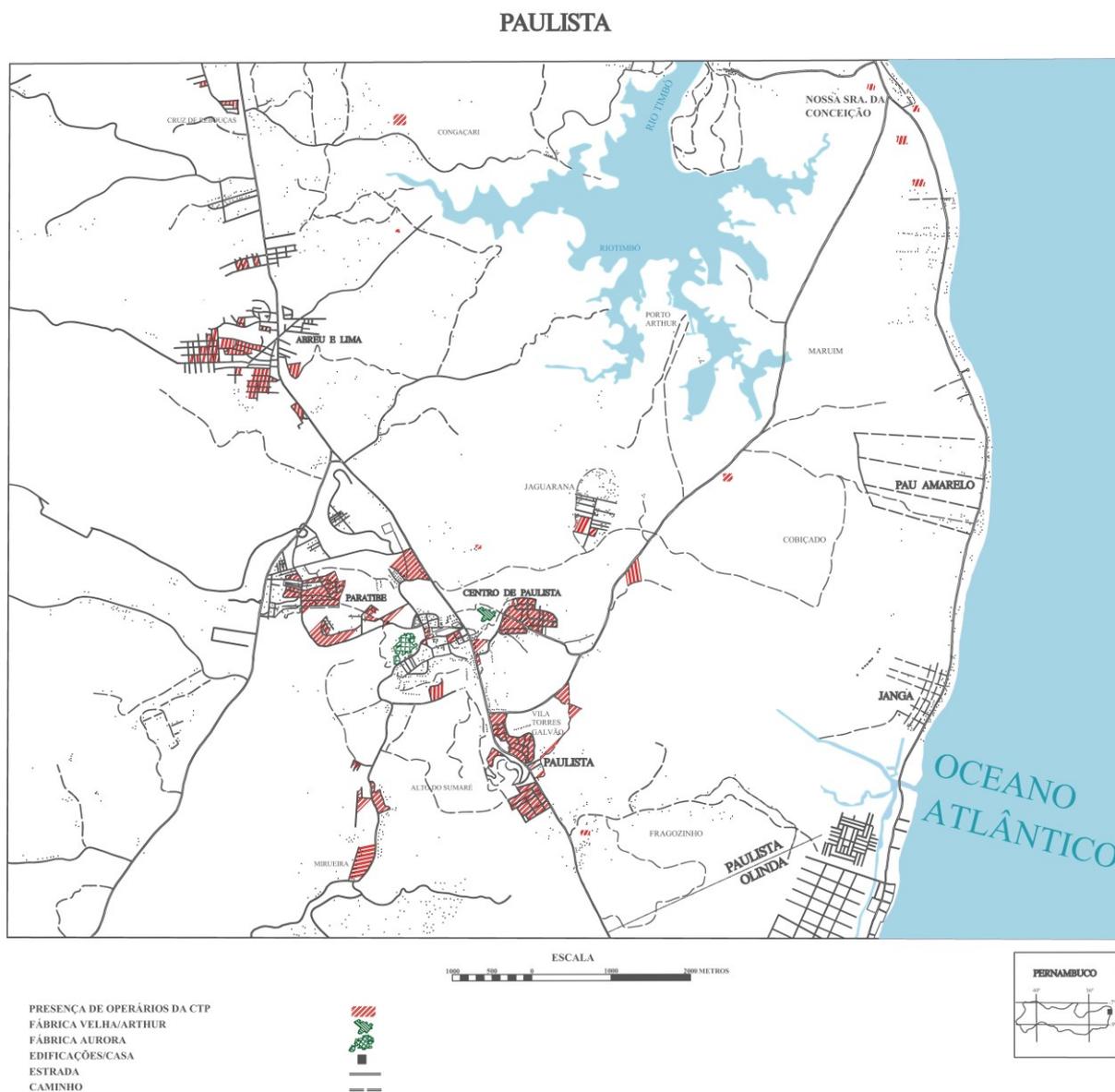
JCJ de Paulista,<sup>469</sup> a falta de regularidade na relação com a CTP e a dificuldade de provas em juízo; e a não participação desses funcionários em associações a fim de tomar esclarecimentos sobre os seus direitos.<sup>470</sup>

---

<sup>469</sup> Em localidades mais afastadas, as distâncias variam entre 4 km (Cobiçado) e 8,5km (Conceição e Cruz de Rebouças)

<sup>470</sup> Em nossas análises, somente 17 trabalhadores da gerência externa tiveram assessoria jurídica por qualquer sindicato, dentre 60 ações envolvendo esses operários.

Figura 13 — Mapa das áreas de residência dos operários da CTP



Fonte: elaborado pelo autor com base nos processos trabalhistas da JCJ de Paulista e nas cartas da SUDENE

Como discutimos anteriormente, em regiões mais afastadas do centro fabril, a CTP dispendeu pouco ou nenhum recurso para a questão de infraestrutura. Se compararmos o centro da cidade - com prédios públicos e regiões comerciais -, com as áreas do Janga, Pau Amarelo, Conceição, Marum e Cobiçado, conseguimos compreender que a predominância dos caminhos, ao invés das estradas, pode ser explicada pelo fator econômico. As regiões pouco influenciavam no processo produtivo da fábrica e contavam com menos edificações, à exceção das residências de pescadores.

Geograficamente, as regiões encontravam-se próximas da praia ou em localidade de extensas florestas, o que exigia ainda mais investimentos por parte da Companhia para a construção de algum empreendimento de larga escala no local.<sup>471</sup> Com exceção do Porto Arthur, a Companhia não erigiu nenhum outro empreendimento nessas regiões, focando somente na agricultura e pesca nos sítios de sua posse.

Uma maior concentração de casas pode ser verificada no bairro de Conceição, onde residiam além de pescadores trabalhadores da Cia. de Cimentos Poty, na mesma região, mais próxima ao Rio Timbó, e alguns funcionários da CTP em serviços da gerência externa.

Sendo assim, compreendemos que o grau de investimento que a Companhia alocou na cidade restringiu-se apenas ao centro, mais próximo das fábricas e com população diretamente ligada à produção de tecidos e relacionados. Os locais mais afastados foram marcados pela ilegalidade das relações trabalhistas e pelo desinteresse no melhoramento da infraestrutura. O espaço se moldou de acordo com a relação de produção pertencente a cada região.

Figura 14 — Núcleo fabril do Paulista, s/d.



Fonte: Acervo de José Benigno do Amaral, *In*: SOUZA, Paula Aragão de. **Chaminés simbólicas e conjuntos indissociáveis: a condição de integridade nos tombamentos de núcleos fabris**. Dissertação de Mestrado. PPDU/UFPE – Recife: 2013

É importante considerarmos a questão da grande presença de operários de Abreu e Lima nos quadros da CTP. O distrito que até aquele momento pertencia administrativamente à

<sup>471</sup> Posteriormente, essas áreas foram ocupadas e desapropriadas para criação de conjuntos habitacionais, a exemplo do Conjunto Beira Mar, entre Pau Amarelo e o Janga, de construção datada dos anos 1980. Outras áreas posteriormente foram e continuam sendo loteadas para venda em todo o município.

Paulista, vinha crescendo em ocupação a partir dos anos 1950 após a desapropriação efetuada pelo prefeito Cunha Primo, que forçou a Companhia a efetuar o loteamento de grande parte da região. A situação foi descrita pelo próprio prefeito, e demonstra a força que a CTP já tinha desempenhado em anos passados:

“Na época do Harley (Robert Harley, diretor da CTP, nos anos 50) houve demissões em massa. Abreu e Lima cresceu muito desde essa época com os demitidos de Paulista. Com essa indenizaçõzinha compravam um mocambozinbo, ou faziam uma casa pra melhorar e iam negociar na feira. A feira aqui era muito grande. Ainda é grande, mas a maior feira hoje é em Abreu e Lima. É uma feira que, no Estado, só depois de Caruaru, é Abreu e Lima. Abreu e Lima tinha umas pequenas propriedadizinhas de 6, 10 hectares, que pertenciam a terceiros. Mas a maioria toda em torno, tudo era deles. Fazia um cinturão de ferro. Dizia-se que, no município de 241 km<sup>2</sup>, havia apenas 96 proprietários. Desses 96, o maior que tinha (à exceção da CTP) tinha 16ha de terra. Era tudo 2, 4, 5, 6ha. Eu mandei fazer um levantamento. O resto tudo era deles (da CTP). Quando eu desapropriei aqui (refere-se ao desfecho do “movimento pela libertação da cidade”, quando era prefeito de 1951 a 1955) ele (Arthur Lundgren) então chamou o Sr. Valdo (Edwaldo Albuquerque, que tinha um escritório de vendas imobiliárias e trabalhava para a CTP) e disse: “Vamos lotear, que aquele homem é capaz de desapropriar aqui em Abreu e Lima”. Aí mandou vender.”<sup>472</sup>

O distrito, ainda que subordinado à prefeitura de Paulista, era tido como uma área fora dos domínios da CTP, visto essa nova configuração de propriedade a partir da década de 1950.<sup>473</sup> Com isso, sobem em números a quantidade de operários que não residiam nas casas das vilas operárias construídas pela empresa, e consequentemente o disciplinamento desses operários era mais difícil se onipresente vigilância dos capangas.<sup>474</sup>

Além disso, Paratibe, na década de 1960, também desenvolvia uma economia menos voltada ao trabalho nas fábricas da Companhia. Diferente de Abreu e Lima, a região não se desmembrou, e continuou subordinada a Paulista, mas com menos ligação direta com a CTP na área mais central da região, principalmente por causa do comércio local e instalação de algumas fábricas na região.

No final dos anos 1940 inicia-se o movimento para desapropriação de uma área das terras da CTP visando a construção de um conjunto habitacional. A pauta de moradia era antiga pelos operários, e somente a partir da Lei Municipal Nº 88 de 09 de agosto de 1948 se determinou a tomada de 50 ha e 3 metros quadrados de uma região próximo ao Alto Sumaré. Posteriormente, com a Lei Estadual Nº 41 de 02 de setembro de 1949, a região foi efetivamente desapropriada e deu-se início a construção da Vila Torres Galvão. Esse foi o único caso de

<sup>472</sup> Entrevista com Cunha Primo, ex-prefeito de Paulista entre 1951 e 1955, em: LEITE LOPES. *op. cit.* p. 576

<sup>473</sup> Abreu e Lima só se tornou município independente a partir de 1982. PERNAMBUCO. LEI Nº 8.950, DE 14 DE MAIO DE 1982. Cria o Município de Abreu e Lima desmembrado do Município do Paulista.

<sup>474</sup> Lembremos que na Seção 2, já nos referimos a casos de violência dos vigias da CTP em terras de Abreu e Lima, e a residência de um militante comunista no distrito visando sair da área de controle da Companhia.

sucesso de uma região realmente “livre” do domínio da Companhia em terras municipais em Paulista.

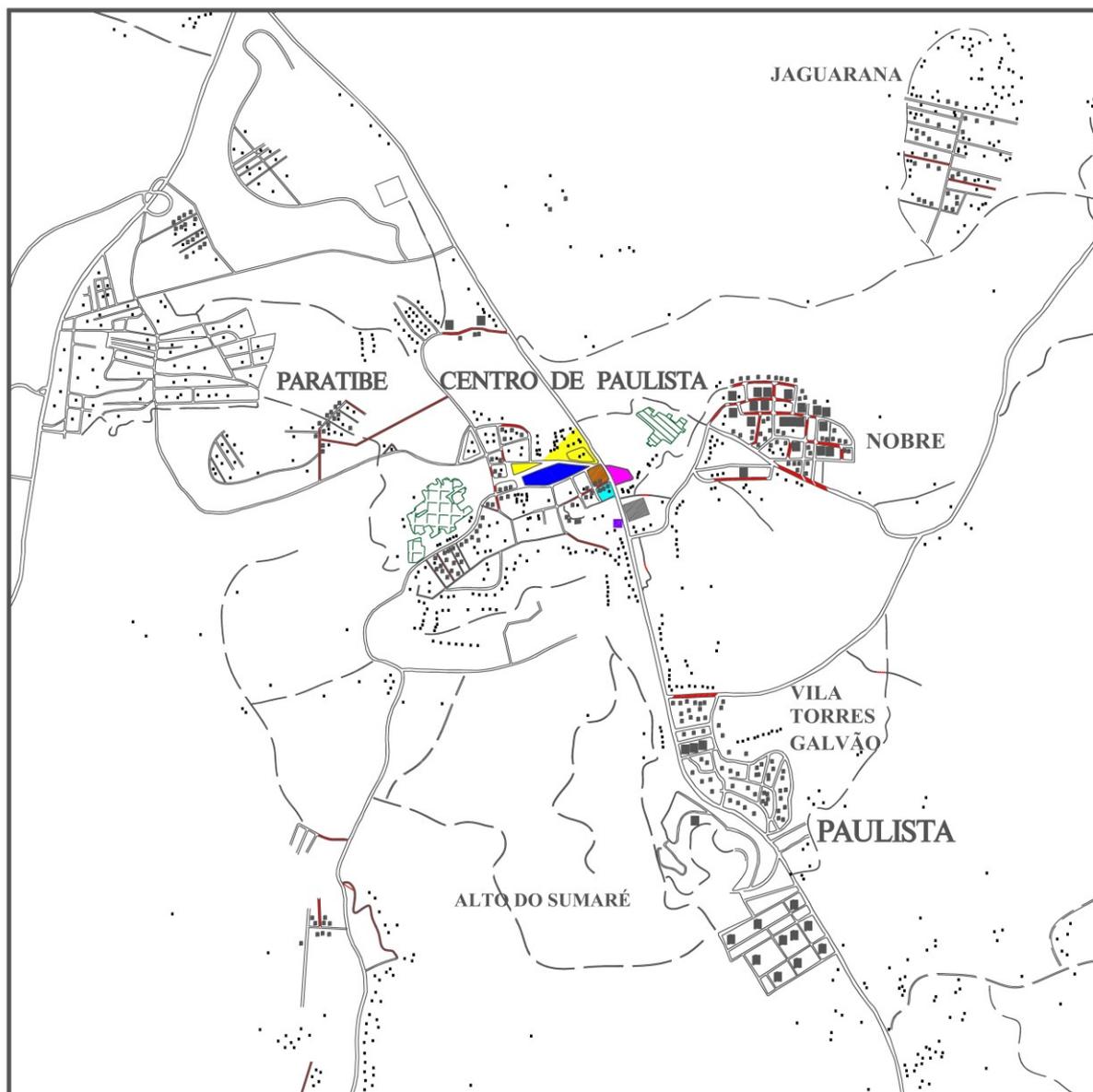
Com exceção dos casos mencionados acima, o restante do município ainda se encontrava em terras privadas da Companhia. Porém, como já discutimos, a partir da década de 1960 a empresa inicia o processo de alienação dos imóveis, o que posteriormente possibilitou a chegada de novas empresas, mas nenhuma do porte da CTP. Esse seria o momento de intensificação da perda do domínio absoluto da Companhia no município.

Com o envolvimento das casas nos processos, começa a perda de controle da Companhia sobre a sua própria vila operária. Anteriormente construída com o intuito de disciplinamento dos funcionários e de aprimoramento do processo produtivo, com a passagem de posse, os operários tinham condições de desempenharem atividades em outras localidades sem a obrigatoriedade de vínculo com a CTP ou mesmo se mudarem para outras regiões com o valor da venda posterior do imóvel.

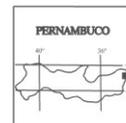
Com base nos processos trabalhistas, identificamos 45 ruas diferentes que continham imóveis de posse da CTP e negociados nas indenizações com os operários entre 85 ações. Como as localidades pertenciam efetivamente à empresa, admitiremos que nas ruas citadas, todas as casas eram da mesma, salvo raras exceções de imóveis já transferidos anteriormente entre CTP e operários. Com isso, conseguimos localizar as regiões que pertenciam à Companhia e foram transferidas.

Figura 15 — Mapa das ruas com casas envolvidas em indenizações de processos trabalhistas  
(1962-1967)

## PAULISTA



ESCALA



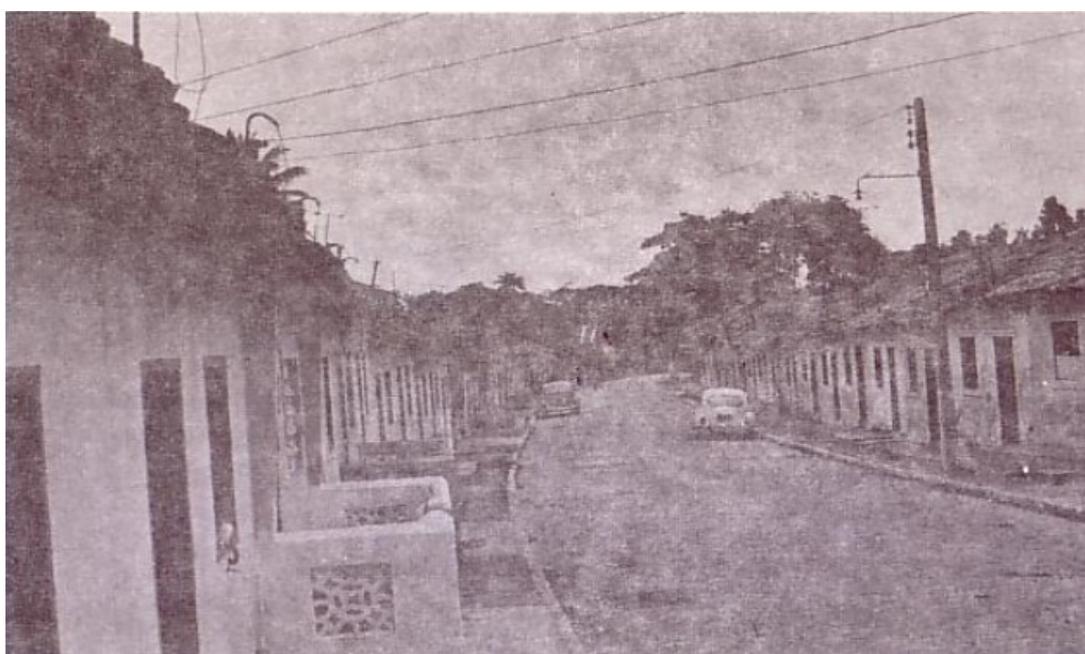
RUAS EM INDENIZAÇÃO AOS OPERÁRIOS  
 FÁBRICA AURORA  
 FÁBRICA VELHA/ARTHUR  
 JARDIM E CASA GRANDE DOS LUNDGREN  
 ÁREA COMERCIAL DO CENTRO DE PAULISTA  
 PRAÇA AGAMENON MAGALHÃES  
 IGREJA SANTA ELIZABETH  
 J.C.J. DE PAULISTA  
 PREFEITURA DE PAULISTA  
 SINDICATO DOS TECELÕES DE PAULISTA  
 ESTRADA  
 CAMINHO  
 EDIFICAÇÕES/CASAS



Fonte: elaborado pelo autor com base nos processos da JCJ de Paulista e nas cartas da SUDENE

A grande concentração de endereços estava no bairro do Nobre. Essa foi a região com maior ocorrência de ruas em todos os processos e isso se deve, em parte, por ser uma das vilas operárias mais antigas construída pela CTP. O Nobre ficava aproximadamente 100 metros da Fábrica Arthur/Velha e foi densamente povoado pelos operários da CTP, tendo, no final de suas ruas, alguns roçados concedidos aos trabalhadores durante os anos 1930 e 1940 para agricultura de subsistência e abastecimento da feira.

Figura 16 — Rua com Casas de operários no bairro do Nobre, 1988



Fonte: LEITE LOPES, José Sérgio. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na 'Cidade das Chaminés'**, São Paulo, Editora Marco Zero (coedição com CNPq), 1988

Em nossa visão, o grande número de ações envolvendo endereços no bairro do Nobre significou uma séria intensificação da crise econômica que perpassou a empresa.<sup>475</sup> Em nossas análises, a negociação de casas por parte da CTP só começa a aparecer nos processos a partir de 1964. Nos jornais também não era recorrente a venda de imóveis ou terrenos por parte da Companhia.<sup>476</sup>

Somando a crise econômica, as ondas de demissões e a necessidade de pagamento das indenizações afeta o domínio absoluto nos “quintais” da empresa. Anteriormente a necessidade

<sup>475</sup> 23 processos envolveram casas desse bairro com moradores já residentes da região.

<sup>476</sup> De forma geral, os anúncios eram realizados no jornal *Diário de Pernambuco*. Em nossas pesquisas, somente a partir de 1965 os anúncios se tornam mais recorrentes no periódico em questão.

de alienação ficou restrita aos terrenos e lotes em áreas mais distantes da fábrica, e, a partir do cenário de perda de competitividade na indústria têxtil, a Companhia foi impelida a ceder às casas aos operários, visto que não tinha capital suficiente para suprir o pagamento de tantas ações.

Comparando as figuras 13 e 15, conseguiremos perceber que de forma geral a dação em pagamento se restringiu a núcleos de residência muito próximas às fábricas, o que nos leva a entender que, já na época, a Companhia se utilizava de uma mão de obra que não era exclusivamente residente em suas propriedades. Esse fato pode ser explicado pela expansão de áreas como Torres Galvão e Abreu e Lima, que passou a alocar operários com o passar dos anos.

Também foi possível analisar que mesmo com a gradual perda de importância da empresa, os principais prédios da cidade estavam localizados nas proximidades do centro fabril, como a prefeitura, a JCJ, a matriz da Igreja católica, e o próprio sindicato. Ainda foi possível observar que boa parte da região próxima à Casa Grande era composta por prédios comerciais. Criou-se em volta do núcleo fabril e da residência dos Lundgren uma área de elevada importância econômica para o município, contrastando com a situação de regiões afastadas sem investimentos como Pau Amarelo, Janga e Conceição.

Ainda que a vigilância e a violência dos capangas estivessem sendo menos utilizadas no contexto urbano do município, a localização dessas edificações significava uma constante relação com os empresários da Companhia, que mesmo decadentes em seu ramo industrial, ainda simbolizavam a principal força econômica da região.

Continuando a analisar o mapa da Figura 15, conseguimos perceber que outra localidade da vila operária foi afetada. No espaço entre o bairro de Paratibe e o centro da cidade, nas localidades de Arthur Lundgren I e II e o Aurora, algumas ruas tiveram casas negociadas nas indenizações. Nesses bairros, predominava a presença de operários da fábrica Aurora, nas funções de tecelagem e estamparia.

Ainda que Paratibe não fosse tão autônoma quanto Abreu e Lima, a passagem de propriedades ficou restrita às áreas mais próximas da Aurora. Podemos inferir que a região do centro do bairro já havia sido vendida anteriormente com o objetivo de instalações de outros empreendimentos, já que algumas edificações existiam no local.

Nas demais áreas, a recorrência de imóveis nas indenizações foi menos recorrente. Encontramos alguns casos no Alto Sumaré e em Jaguarana, locais com construções de vilas para os operários, mas com concentração baixa nas ações trabalhistas.

Por fim, chama atenção as ausências de negociações em áreas mais distantes do centro comercial. Em nossa análise, nenhum processo visou a passagem de propriedade nas demais localidades, ainda que fossem de posse da CTP e estivessem com edificações, como os casos das casas dos sítios nas regiões de Conceição, ou dos roçados nas áreas de Cruz de Rebouças e Gongaçari.

A indenização das casas impactou socialmente os operários que tiveram que se mudar de suas residências. Em alguns processos, o trabalhador recebia um imóvel, em bairro diferente do qual habitava, de acordo com o valor de seus direitos. Em casos onde a compensação era muito alta, residências com maior metragem eram negociadas.

Quando o operário tinha que se mudar do seu ambiente habitual, no novo bairro, o mesmo podia sofrer com a adaptação. Nos casos em que a indenização era alta, e havia a necessidade de mudança para uma casa maior por causa disso, poderia acarretar na ida para um bairro onde estavam presentes famílias de chefes e funcionários dos escritórios, com uma clara diferenciação social.<sup>477</sup>

---

<sup>477</sup> Alvim estuda os impactos sociais dessa mudança no cotidiano operário e na convivência dos operários com os novos vizinhos. ALVIM. *op. cit.* p. 144-155

Figura 17 — Chalés para técnicos e gerentes da CTP



Fonte: CORREIA; GUNN, 1996, p. 402, *In*: Paula Aragão de. **Chaminés simbólicas e conjuntos indissociáveis: a condição de integridade nos tombamentos de núcleos fabris**. Dissertação de Mestrado. PPDU/UFPE – Recife: 2013.

Essa nova configuração dos bairros, onde operários dividiam a vizinhança com empregados do alto escalão, só foi possível pela necessidade da CTP em alienar imóveis das vilas para o pagamento das custas processuais. Ainda que nos anos 1960 a empresa já estivesse com seu domínio municipal em xeque, no primeiro momento os bairros dos funcionários de cargos mais altos continuavam restritos. Em meados da década e com a passagem de posse para os operários, os ambientes foram reconfigurados, e também nesse aspecto a CTP foi afetada.<sup>478</sup>

Dessa forma, compreendemos que mesmo em um período desfavorável aos operários, ainda assim algumas conquistas foram possíveis. O direito à moradia própria, pauta de lutas que perpassa por toda a história dos trabalhadores da CTP, foi conseguida através da ferramenta restante no período da ditadura.

Essa conquista remodelou as relações que os operários tinham com a empresa e com outros funcionários da CTP. Com o passar dos anos, o município foi sendo modificado de acordo com a possibilidade de mobilização política e de luta dos trabalhadores. Nos anos

<sup>478</sup> Em nossa análise, encontramos somente 3 processos onde o operário negociava uma residência que não fosse a que já habitava, e nesses casos, a indenização dizia respeito a valores provenientes de mais de 15 anos de serviço.

posteriores, sucessivamente as indenizações proporcionaram a possibilidade de conquista das casas das vilas operárias.

A luta contra a grande indústria têxtil só foi possível graças à resistência desempenhada pelos operários. Ainda que em um panorama político que impossibilitava uma maior mobilização, os operários tiveram conquistas substanciais e que anteriormente não seriam possíveis. A busca por direitos gerou resultados, e progressivamente Paulista passou a pertencer um pouco mais aos seus verdadeiros construtores, a classe trabalhadora.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou correlacionar as mudanças políticas, sociais e econômicas do Brasil na década de 1960 e as modificações na ação da classe trabalhadora na busca por direitos. Ainda que realizando um estudo localizando de um grupo específico, conseguimos compreender os impactos e consequências da ditadura militar na realidade dos operários do país.

A Companhia de Tecidos Paulista foi uma das maiores empresas do setor têxtil em todo o país até meados do século XX. Para alcançar este feito, construiu um complexo sistema de dominação baseado no controle da vila operária, da vida social e da formação de seu operariado.

Grande parte da cidade do Paulista foi estruturada em espaços que apoiavam a produção fabril e se conectavam com a grande indústria, de forma que as relações sociais e de trabalho se desenvolveram de acordo com a função estabelecida para cada região. As diferenciações iam desde a regularização da relação de trabalho e utilização de violência pelos capangas da fábrica, até os recursos alocados para investimentos nas áreas com maior ou menor atenção dada pela CTP. Criou-se então um município quase totalmente em terras privadas, mas com distinções inerentes em seu território e as relações vividas em seu seio.

A classe trabalhadora do Paulista, entrelaçada na complexa trama de controle tecida pela Companhia, gradualmente articulou lutas para a conquista de direitos e melhores condições de vida na cidade. As primeiras medidas de organização dos operários dataram da década de 1930, com embates entre militantes operários, no intuito de formar o primeiro sindicato, e coronéis da CTP, que na época, ainda desempenhavam um domínio quase absoluto sobre sua mão de obra. No “tempo do coronel Frederico”, as tentativas de união do operariado foram rapidamente rechaçadas, com a utilização de aparelhos do Estado e ferramentas de coação privadas. Na memória dos antigos funcionários e dos militantes, o esforço na construção da associação foi o primeiro momento em que um indivíduo enfrentou o poder da grande indústria.

A partir da década de 1940, o aperfeiçoamento da Justiça, a criação do Ministério e a Consolidação da Leis do Trabalho ampliaram o campo de atuação do operariado em sua luta. O STIFTPI foi criado e o âmbito judicial passou a ser uma ferramenta importante na reivindicação por direitos. Aliado a isso, os embates da CTP com políticos a nível estadual e local diminuíram o poder territorial da Companhia com a criação de distritos independentes como Abreu e Lima e Vila Torres Galvão. Dessa forma, foram parcialmente reconfiguradas as

características da mão de obra da fábrica, que passou a ser componentes residentes em terras fora de seu patrimônio.

A ação sindical foi parte importante na assistência aos operários e na organização coletiva de suas reivindicações. Passando por contradições inerentes ao funcionamento de um órgão desse tipo, seu grau de combatividade e negociação oscilou de acordo com suas diretorias e contextos políticos. Ainda assim, como discutimos durante o texto, o órgão foi peça chave na formulação de greves e paralisações dentro e fora do ambiente fabril nos anos 1950 e 1960.

Em Pernambuco, a atuação dos sindicatos urbanos e das Ligas Camponesas modificaram a relação de forças no embate entre classe trabalhadora e patronato na década de 1960. Buscando preservar os interesses da classe dominante, políticos conservadores, empresários e agentes internacionais – sobretudo estadunidenses<sup>479</sup> – criaram alianças com o intuito de manipular os resultados das eleições de 1962 e breçar o avanço das conquistas trabalhistas. Sem o sucesso esperado, medidas para desestabilização da governança foram tomadas, objetivando minar a força de figuras populistas como Arraes, Goulart e Brizola.

Nesse contexto, a presença de novas correntes políticas nos Executivos Federal e Estadual abrandaram a repressão contra as manifestações e apoiaram reformas importantes no campo trabalhista. O número de greves cresceu e gradualmente o cenário de acirramento das contradições na sociedade tornou imperativa uma reação dos setores conservadores. Com o apoio de políticos eleitos com o financiamento do IPES e do IBAD, empresários e órgãos militares como a ESG, o golpe foi realizado com a justificativa de “defesa da democracia”.

As modificações trazidas pela ditadura militar foram rapidamente sentidas em Paulista. O sindicato dos tecelões sofreu intervenção acarretando em prejuízos na capacidade de negociação da classe e defesa dos trabalhadores na Justiça. Em contraposição às diretorias sindicais, a presença dos interventores restringiu significativamente as reclamações a questões cruciais como indenizações e direitos inerentes. As ações visando melhores condições de trabalho foram diminuídas, acarretando em prejuízos para os empregados submetidos às mais diversas situações.

Ainda no escopo das mudanças trazidas pelo novo regime, o arrocho salarial, o FGTS e as novas formas de fomento à indústria – em nosso caso, as isenções de impostos e financiamentos pela SUDENE – aumentaram a rotatividade da mão de obra e corroeram o poder

---

<sup>479</sup> Dentre as já citadas na presente pesquisa, se destacam a USAID, IPES, IBAD e o próprio governo americano pela ação de seus embaixadores.

de compra da população. O FGTS e suas atualizações em conjunto com o projeto de realocação aprovado pela SUDENE foram os principais pretextos para a dispensa dos empregados estabilizados. Sem a possibilidade de atuação mais contundente do sindicato, visto o panorama repressivo, a Justiça do Trabalho foi a principal ferramenta utilizada pelos tecelões na resistência contra as novas formas de subtração de direitos e exploração da mão de obra da Companhia.

Como pudemos observar durante a pesquisa, as limitações da ação na via judicial foram sentidas. Aspectos como a morosidade da Justiça do Trabalho, a aleatoriedade na apreciação de recursos por tribunais superiores e o privilégio dado às conciliações, dificultaram a efetivação plena dos direitos. Porém, em um panorama totalmente desfavorável à classe trabalhadora, os processos trabalhistas foram o último fio de resistência possível.

É correto afirmar que, sem esse recurso, o operariado do Paulista estaria ainda mais suscetível aos desmandos patronais. Como já discutimos, os principais direitos reclamados durante a ditadura foram melhores condições de trabalho e pagamento de indenizações. Ou seja, a CTP utilizou o panorama político e a relativa precariedade pela qual passou o sindicato para empreender diferentes formas de superexploração da mão de obra paulistense. A luta precisou ser ressignificada e a alternativa foi a judicialização.

Conseguimos evidenciar em nossa pesquisa um importante resultado da resistência dos trabalhadores na época. Por intermédio de indenizações e reclamações, uma parcela significativa dos operários conseguiu a passagem de posse de casas da vila operária. Na segunda metade da década de 1960, a CTP intensificou a alienação de imóveis em seu patrimônio e começou a envolver a moradia dos operários nos processos. Essa prática já era realizada pela empresa desde a década de 1950, mas restringida a edifícios com finalidades comerciais e terrenos em grande escala para construção de indústrias e conjuntos habitacionais.<sup>480</sup> Para além disso, compreendemos a conquista de parte das casas como uma consagração de anos de luta por moradia dos tecelões de Paulista, e isso só foi possível graças à Justiça do Trabalho.

Como os imóveis negociados nos processos estavam localizados nas vilas operárias ou em regiões próximas, entendemos que a existência de trabalhadores donos de sua própria residência no interior do patrimônio anteriormente imaculado da Companhia modificou as

---

<sup>480</sup> Essa prática continuou após o encerramento de suas atividades e perdura até os dias atuais como bem aponta Maria Cavalcante. Atualmente, o principal empreendimento edificado em antigas terras da Companhia foi o Shopping Paulista North Way, no terreno da antiga fábrica Velha. Atualmente estão em construção dois condomínios na área da fábrica Aurora. CAVALCANTE, Maria Clara da Silva. *op. cit.* p. 121-161.

relações de força e controle instituídas na cidade. Foi o início da ruína da grande indústria outrora dominante, mas que começava a sentir as consequências da resistência e da luta operária.

A Companhia de Tecidos Paulista continuou com suas atividades até meados da década de 1980, quando efetivamente passou por uma crise irreversível e fechou suas portas. Em 2012, as chaminés das fábricas Velha e Aurora, o Cruzeiro e a Casa da Administração foram tombados pela Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco em 2012.<sup>481</sup>

A mão de obra remanescente dos anos 1980 foi absorvida pelos parques industriais de Abreu e Lima e Paratibe, ou em fábricas têxteis instaladas em Paulista na época.<sup>482</sup> Os retratados em nossa pesquisa, por razão dos 60 anos que separam os tempos atuais de nosso recorte objeto, não puderam ser contatados, mas certamente ficaram orgulhosos do resultado de sua insistente busca por direitos.<sup>483</sup>

A simbologia da CTP continua presente no Brasão, no hino, na alcunha permanente de “cidade das chaminés” e nas edificações da empresa preservados na região central do município. A indissociabilidade da grande indústria têxtil como o passado da cidade, por vezes, apagou a memória da participação dos trabalhadores que efetivamente ergueram-na.

A presente pesquisa é uma humilde contribuição para lembrarmos dos conflitos travados pela classe trabalhadora contra o grande capital em diversos âmbitos e formas. Por meio de suas lutas foi possível a melhoria de condições de trabalho e moradia no município e a ressignificação dos espaços controlados pela CTP em ambientes pertencentes aos tecelões. A “cidade das chaminés” é sobretudo a cidade de seus operários, que com persistência, vontade e luta, resistiram.

---

<sup>481</sup> As edificações foram tombadas de acordo com a integridade visual permanente das construções e a simbologia para o município e o Estado de Pernambuco do passado da Companhia. ARAGÃO, Paula. *op. cit.* p. 163.

<sup>482</sup> No final dos anos 1980, a TECANOR e a Hering eram os maiores grupos empresariais do ramo têxtil instalados na cidade, empregando cerca de 7.700 pessoas, e absorvendo parte da mão de obra ociosa após o encerramento das atividades da CTP. *Diário de Pernambuco*. **Estado importa quase todos os insumos**. Recife, 10 de setembro de 1989.

<sup>483</sup> Em conversas que pude realizar com a atual gerência do STIFTPI, nenhum dos funcionários ou sindicalistas da década de 1960 permaneceu em contato com a instituição nos dias atuais. Para suprir a lacuna, foram valiosos os depoimentos constantes em produções de José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim, amplamente utilizados como referência em nossa dissertação.

## REFERÊNCIAS

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos.** – 2.ed. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012
- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. Um ano memorável de lutas e conquistas: trabalhadores urbanos de Pernambuco em 1963. **Gênero & História** (UFPE), v. 10. Recife – 2017
- ALVIM, M. R. B. **A Sedução da Cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren.** 01. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1998.
- ALVIM, M. R. B; LEITE LOPES, J. S. Uma autobiografia operária: a memória entre a entrevista e o romance. **Estudos Avançados**, 13 (37), dez 1999, pp. 105-124
- ALVIM, M. R. B; LEITE LOPES, J. S. Uma memória social operária forte diante de possibilidades difíceis de patrimonialização industrial. **Livro Eletrônico do II Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia MAST-MCT** (2009).
- ALVIM, M. R. B; LEITE LOPES, J. S. Vila operária e cidadania. **Revista de Sociologia e Política.** 1994
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis: Vozes, 1985. 3ª ed.
- BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961 – 1964).** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – 1978
- BARROS, Arthur. V. **A pobreza como estopim da revolução: análises sobre a atuação da Aliança Para o PROGRESSO EM Pernambuco (1959 – 1964).** Mestrado em História. Ano de obtenção: 2017. Recife – UFPE.
- BARROS, Júlio. C. P. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)** Dissertação de mestrado. Ano de obtenção: 2013. Recife – UFPE.
- BARROS, José D'Assunção. A história serial e história quantitativa no movimento dos Annales. **HISTÓRIA REVISTA** (ONLINE), v. 17, p. 203-222, 2012.
- BASTIAN, Eduardo F. O PAEG e o Plano Trienal. **Estudos. Econômicos.**, São Paulo, vol. 43, n.1, p.139-166, jan.-mar. 2013
- BIAVASCHI, Magda Barros. **O Direito do Trabalho no Brasil (1930-1942): a construção do sujeito de direitos trabalhistas.** São Paulo: LTr: Jutra-Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007.
- CALLADO, Antônio. **Tempos de Arraes: a revolução sem violência.** 3º Ed. RJ: Paz e Terra. 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion S., BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social**. 6.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

CAVALCANTE, Maria Clara da Silva. **O (re)fazer da cidade: usos e apropriações do espaço urbano de Paulista-PE**. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife – 2017

COLOMBO, Luciléia A. **A ascensão e queda de uma instituição: A SUDENE no sistema federativo brasileiro**. Tese de doutoramento. UFSCar, São Carlos, 2012.

COLOMBO, Luciléia A. A SUDENE e a mudança institucional no regime militar. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 13.

COELHO, Fernando. **Direita, volver: o golpe de 64 em Pernambuco**. Recife: Bagaço, 2004

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. 2ª Ed. Recife: EdUFPE, 2012

DELGADO. Lucília de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)**. Petrópolis: Vozes, 1986

DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 4, n.8. 2012

DREIFUSS. René Armand. **1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classes**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1981.

DUTRA, Eloy. **IBAD sigla da corrupção**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1963

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. – 2.ed. ampl. - Recife: Ed; UFPE, 2022.

FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

FERREIRA, Rafael. L. **O "novo sindicalismo" urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências**. 1. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

FONTES, Paulo. Migração nordestina e experiências operárias. São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (Orgs.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.

FRANÇA, Deborah G. C. **Quem deu a ciranda a Lia? A história das mil e uma Lias da Ciranda (1960-1980)**. Dissertação de Mestrado. PPGH-UFPE, Ano de obtenção – 2011

FRENCH, John D. **Afogados em Leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001

GÓES, Raul. **Um sueco emigra para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1963

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª ed. Editora FGV, Rio de Janeiro 2005

INÁCIO, Pedro Henrique Dias. **Estado, Trabalho e Justiça: trabalhadores do Recife no tempo de Pelópidas da Silveira (1955 - 1959)**. Mestrado em História, UFPE-CFCH, Recife, 2010.

LARA RESENDE, André. A política brasileira de estabilização: 1963/68. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, vol. 12, n.3, 1982.

LEITE LOPES, José Sérgio. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na 'Cidade das Chaminés'**, São Paulo, Editora Marco Zero (coedição com CNPq), 1988.

LOUREIRO, Felipe P. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1962-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra**. - São Paulo: Editora Unesp, 2020.

LOUREIRO, Felipe P. **Empresários, Trabalhadores e Grupos de Interesse: a Política Econômica nos Governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964**. Tese de doutoramento. São Paulo, 2012.

LOUREIRO, Felipe P. O plano trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962-1963). **Revista de Economia Política**, vol. 33, nº 4 (133), pp. 671-691, outubro-dezembro/2013.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política\ Livro 1 - O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013

MELO, Demian. B. A primeira greve nacional da classe trabalhadora brasileira: 5 de julho de 1962. **Revista Mundos do Trabalho**. Vol. 8, n.16.

MELO, Demian. B. **Crise orgânica e ação política dos trabalhadores: a primeira greve nacional da classe trabalhadora brasileira (1962)**, doutorado em História. Ano de obtenção: 2013. Rio de Janeiro – UFF.

MELO, Demian. B. **O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta**. Dissertação de Mestrado em História. UFF, Niterói, 2009

MIRANDA, Moema Maria Marques de. **Espaço de honra e de guerra: etnografia de uma Junta Trabalhista**. Dissertação de Mestrado. RJ: UERJ, 1991

MONTENEGRO, Antônio Torres, NETO, Regina Beatriz Guimarães, ACIOLI, Vera Lúcia Costa (org.). **História, cultura e trabalho: questões de contemporaneidade**. Recife: Editora Universitária, 2011,

MONTENEGRO, Antonio Torres. O trabalhador rural nas barras da justiça do trabalho (1964 – 1974). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 7, n. 1, abr., 2014

NEVES, Anna Maria Litwak. **“O DIREITO QUE TEMOS É O DE MORRER DE FOME”**: os operários da Companhia de Tecidos Paulista e a busca por direitos na Justiça do Trabalho (1950-1952). Dissertação (Mestrado em História) – UFPE. Recife, 2019

NEVES, Anna Maria Litwak. Os desafios enfrentados pelos trabalhadores da companhia de tecidos paulista no acesso aos serviços públicos, em meio a um sistema de fábrica com vila operária (1940-1950). In: **Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil**, 2019.

NUNES, Guilherme Machado. Trabalho, militância e repressão no Recife: Júlia Santiago entre o DOPS e a fábrica (1933-1956). **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 14, 2022, p. 1-19.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. Classe trabalhadora, lutas por direitos e os imperativos do capital: Diálogos e inflexões a partir de E. P. Thompson. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira. (Org.). **Historiografia: rastros e vestígios documentais de trabalhadoras e trabalhadores**. 1ed. Recife: Editora UFPE, 2023, v. 1, p. 129-164.

PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães; consolidação e crise de uma elite política** - Recife - Editora Massangana. 1984.

PERNAMBUCO. SECRETARIA DA CASA CIVIL. **Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara: relatório final: volumes I e II**// Fernando de Vasconcelos Coelho...[et. al.]; Recife: CEPE, 2017.

ROGERS, Thomas D. **As feridas mais profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no nordeste do Brasil**. 01. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

ROSA, F. A. de Miranda. **Sociologia do direito: o fenômeno jurídico como fato social**. 9ª Edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. Perspectivas: **Revista de Ciências Sociais**, v. 8, 1985.

SANTOS, Emanuel Moraes Lima dos. **A fábrica de tecidos da Macaxeira e a Vila dos Operários: a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE. Recife – 2017

SILVA, Ana Beatriz R. B. **O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital: acidentes de trabalho, precarionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)**. Tese de doutoramento. UFPE - Recife, 2016

SILVA, José Rodrigo de Araújo. **"Colônia de Férias de Olinda": presos políticos e aparelhos de repressão em Pernambuco (1964)**. Mestrado em História. Ano de obtenção: 2013. Paraíba – UFPB.

SILVA, Marcília Gama da (Org.); SOARES, Thiago Nunes (Org.). **Pernambuco na mira do golpe, volume 3: mundos do trabalho e dos trabalhadores**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. v. 3.

SILVA, Vicente Gil da. **Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil: atores e articulações transnacionais (1936-1964)**. Tese de doutoramento em História. Rio de Janeiro, UFRJ, 2020.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**.- 7a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

SOARES, José Arlindo. (Org.). **Poder e Voto**. 1ed. Recife - PE: FUNDAJ, 1996, v. 1.

SOUSA, Ester Maria Aguiar de. **Juntas de Conciliação em julgamento: um estudo da eficácia da Justiça do Trabalho, em estudos de caso nas JCJ de Recife**. Dissertação de Mestrado. UFPE, 1984.

SOUZA, Paula Aragão de. **Chaminés simbólicas e conjuntos indissociáveis: a condição de integridade nos tombamentos de núcleos fabris**. Dissertação de Mestrado. PPDU/UFPE – Recife: 2013.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros estudos**. Campinas, Edunicamp, 2001

VALE, Eltern Campina. **“Operários! Uni-vos!”: experiência e formação de classe na Fábrica de Tecidos Rio Tinto (Paraíba, 1924-1945)**. Tese (Doutorado em História), UFPE –2018.

VAREJÃO, Luciana Rodrigues Ferreira. **Nos fios da resistência feminina: o labor e o enfrentamento ao patronato no setor têxtil recifense (1960 – 1964)**. 2011. 139f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011

VICENTE, Tâmisa Ramos. **Vamos Cirandar**. 01. ed. Olinda: Editora Associação Reviva, 2011

VILLARINHO PEREYRA, Isabella. Dos trilhos aos tribunais: ferroviários em luta por direitos. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 13, p. 1–21, 2021.

## ANEXO A - EXEMPLO DE PETIÇÃO INICIAL COM SELO DO STIFTPI

Sindicato dos Trabalhadores nas  
Indústrias de Fiação e Tecelagem  
de Paulista e Igarassu

FUNDADO EM 5 DE OUTUBRO DE 1941  
Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Indústria  
& Comércio em 26 de Junho de 1942  
Av. Marechal Floriano Peixoto, s/n

Excmo. Sr. Dr. Juiz Presidente da J.C.J. de Paulista e Igarassu.

JUSTIÇA DO TRABALHO  
PAULISTA - PERNAMBUCO  
J. Conc. Juiz. de Paulista

Proc. J. C. J. 642/65  
Livro nº 1  
Folha nº 129  
Ea. 15-8-65

bras. solt. ligadeira, ficha n. 2584-B, residente a rua Aurora nº 1001 nesta cidade, vem perante / essa M.M. Junta reclamar contra a Cia de Tecidos Paulista, pelo fa- to que a seguir expõe:

1ª) A reclamante entrou para os serviços da reclama- da no dia 15-05-64, embora só tenha sido registrada no dia 15-09-64 onde trabalhou sem nenhuma falta até o dia 06-08-1965, quando foi de- metida;

2ª) que ganhava por produção, mas raramente atingia o salário mínimo regional e recebia os seus salários por mês.

Nestas condições, pede a reclamante indenização por tempo de serviços na base do salário mínimo regional, aviso-prévio, 7/12 avos do 13º mês de salários, uma férias de 20 dias úteis, diferen- de seus salário p/o mínimo regional, acrescidos de juros de mora, / bem como as demais vantagens asseguradas na C.L.T.

Face ao exposto, requer a notificação da reclamada, pa- ra responder aos termos da presente reclamação sob pena de confesso quanto a matéria de fato, protestando provar desde já o alegado por todos os meios de provas em direitos permitidos.

Pede deferimento

Paulista, 13 de agosto de 1965

**ANEXO B - EXEMPLO DE FOLHA DE CONTRACHEQUE DE DEPÓSITO DE FGTS NO FIRST NATIONAL CITY BANK**

**FIRST NATIONAL CITY BANK**



N.º CAD. GERAL CONTRIB. **10.656.239**

D E B I T O

DATA EMIS. **27.9.63**

DATA OPÇÃO **10.1.67**

DATA RETRAT. **02.67**

DATA **03.67**

DATA **04.67**

DATA **05.67**

DATA **06.67**

DATA **07.67**

DATA **08.67**

DATA **09.67**

DATA **10.67**

DATA **11.67**

DATA **12.67**

DATA EMIS. **27.9.63**

DATA OPÇÃO **10.1.67**

DATA RETRAT. **02.67**

DATA **03.67**

DATA **04.67**

DATA **05.67**

DATA **06.67**

DATA **07.67**

DATA **08.67**

DATA **09.67**

DATA **10.67**

DATA **11.67**

DATA **12.67**

ESPECIE **F. G. T. S.**

AGÊNCIA **RECIFE**

N.º TITULAR **SE. 171.0P/93.166**

EST. **PB** | M. **U** | J. **3%** | OCOR. **50** | SIT. **OPT**

ENDEREÇO **PR CORONEL FREDERICO LINDGREN S/N PAULISTA**

CIA DE TECIDOS PAULISTA

(5) Paulista-PE

N.º TITULAR DA CONTA **[REDACTED]**

AGÊNCIA **RECIFE**

AGÊNCIA **68,84**

CÓDIGOS

- DP - 1 a DP - 12 Depósitos normais e res-  
pectivos meses de com-  
pência
- DP - 13 Depósitos relativos  
13 o salário
- DP - 14 Depósitos artigo 22  
e artigo 22 § 1º
- DP - 15 Depósito indenização  
(artigo 30 parágrafo 1º)
- DP - 16 Depósitos indenização  
(artigo 30 § 3º)
- DP - 17 Depósitos indenização  
(artigo 30 § 4º)
- DP - 18 Depósito indenização  
(artigo 30)
- DP - 19 Depósito judicial para  
reserva trabalhista
- DP - 20 Saques
- DP - 21 a DP - 24 Juros e Correção Mo-  
neda respectivos tri-  
mestres
- DP - 25 Juros e Correção Mo-  
neda sobre depósitos  
atrasados
- DP - 26 Transferência do total de  
depósitos
- DP - 27 Transferência do total de  
juros e correção monetária
- DP - 28 Emissão
- DP - 29 Mudança de Carteira  
Profissional

**PEDIMOS COMUNICAR COM BRE-  
VIDADE QUALQUER DIVERGÊNCIA**

Fonte: Processo 1048/67 da JCJ de Paulista

**ANEXO C – FOTOGRAFIA DE OPERÁRIOS NA SEÇÃO TECELAGEM**

Fonte: Acervo do Sindicato dos Tecelões de Paulista, Abreu e Lima e Igarassu, s/d.